UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Tâmis Peixoto Parron

A POLÍTICA DA ESCRAVIDÃO
NO IMPÉRIO DO BRASIL, 1826-1865

São Paulo

2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Tâmis Peixoto Parron

A POLÍTICA DA ESCRAVIDÃO
NO IMPÉRIO DO BRASIL, 1826-1865

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação
em História Social do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para obtenção do título de
Mestre em História.

Orientador: Prof. Rafael de Bivar Marquese

São Paulo

2009

Resumo

Esta dissertação examina as defesas do tráfico negreiro e da escravidão negra no Império do Brasil entre 1826 e 1865, isto é, desde o início regular do regime representativo no país até o desenlace da Guerra Civil nos Estados Unidos. O corpus documental compreende discursos políticos emitidos na forma de falas parlamentares, pareceres do Conselho de Estado, artigos de jornal, panfletos, memórias, livros e representações municipais e provinciais. Os textos foram interpretados por meio não apenas da análise do discurso, mas também da história social e política, de forma que se verificou seu impacto sobre a intensidade do contrabando negreiro, as articulações partidárias e as relações sociais. O primeiro capítulo aborda os efeitos do convênio antitráfico anglo-brasileiro sobre as relações entre Executivo e Legislativo, bem como as expectativas correntes sobre o fim definitivo do comércio. O segundo estuda sua reabertura sob a forma de contrabando, fundada no apoio sólido de determinados grupos sociais a políticos que o vindicavam (sobretudo, o grupo do Regresso e saquaremas). O seguinte narra as respostas pró-cativeiro dos estadistas imperiais à diplomacia mais agressiva da Grã-Bretanha na década de 1840, enquanto o último afere como os líderes parlamentares, mesmo depois da supressão do contrabando (1850), defenderam a sobrevida da escravidão no Brasil por tempo indeterminado como meio de desenvolvimento nacional.

Abstract

This work studies the defense of slavery and slave trade in Imperial Brazil from 1826 to 1865, since the regular workings of Parliament until the outcome of the Civil War in the United States. It focuses on political discourses such as parliamentary speeches, State Council rulings, journal articles, pamphlets, books and political petitions. These evidences have been interpreted in the field not only of discourse analysis, but also of Social and Political History, in order to verify their impact upon slave trade dynamics, party building and social relations. The first chapter approaches the effects of the Anglo-Brazilian Slave Trade Treaty over Executive and Legislative relations, as well as the widespread conviction that the odious commerce was definitely finished. Chapter two handles its reopening as an illegal activity through articulated actions of particular social groups and members of Parliament (mainly the so-called “grupo do Regresso” and “saquaremas”). The following chapter relates the proslavery strategies of imperial politicians to cope with the increasingly more aggressive British diplomacy in the 1840s. The last one shows how parliamentary leaders, even after the slave trade suppression (1850), vindicated the political existence of slavery in Brazil as a means of national development for an indeterminate period of time.

Palavras-chave: escravidão, tráfico negreiro, Império do Brasil, política da escravidão, Parlamento.

E-mail: tamisparron@yahoo.com

Agradecimentos

Esta dissertação não teria sido possível sem a preciosa contribuição de interlocutores acadêmicos, de funcionários de arquivos e da Fapesp, que me concedeu bolsas de Iniciação Científica e de Mestrado no âmbito do projeto temático “Formação do Estado e da nação: Brasil, c. 1780-1850”. Com a imperdoável omissão de muitos nomes, não poderia deixar de expressar os mais sinceros votos de agradecimento aos professores Rafael Marquese, meu orientador, e Ivan Teixeira, que tem sido amigo e mestre há pelo menos dez anos; aos colegas e historiadores Waldomiro Júnior, Alain Yousseff e Bruno Estefanes; aos atenciosos funcionários do Acervo Histórico da Alesp Suely Azambuja, Solange Bulcão, Modesto Falabella e Carlos Dias; às bibliotecárias Rosana Gonçalves e Cristina Antunes, da Biblioteca Guita e José Mindlin; aos amigos Rogério Rodrigues e Renata Mello, tão providenciais na pesquisa em Brasília; e, por fim, a Fernanda Luciani, pela convivência e comentários críticos no curso de toda a pesquisa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
I. ESCRAVIDÃO, SOBERANIA E ORDEM SOCIAL, 1826-1835	28
II. REGRESSO E A POLÍTICA DO CONTRABANDO NEGREIRO, 1835-1841	88
III. UM BRASIL TODO AFRICANO: HEGEMONIA SAQUAREMA E O CONTRABANDO NEGREIRO NO SEGUNDO REINADO	144
IV. COROA E PARLAMENTO: ESCRAVIDÃO E PODER POLÍTICO NA ERA PÓS-CONTRABANDO, 1851-1865	201
CONSIDERAÇÕES FINAIS	256
ABREVIATURAS	267
FONTES E BIBLIOGRAFIA	268

INTRODUÇÃO

Em 1867, José de Alencar iniciou a publicação de *Ao imperador: novas cartas políticas de Erasmo*, para defender a escravidão no Brasil contra a iminente ameaça de o governo submetê-la a um processo legislativo de emancipação, que viria a impor-se definitivamente em 1871, com a lei do Ventre Livre. Embora não fosse necessário, o escritor também louvou ali o tráfico negreiro como meio de desenvolvimento material, moral e cultural do Brasil:

não havia outro meio de transportar aquela raça [os africanos] à América senão o tráfico. Por conta da consciência individual, correm as atrocidades cometidas. Não carrega a idéia com a responsabilidade de semelhantes atos, como não se imputam à religião católica, a sublime religião da caridade, as carnificinas da inquisição. O tráfico, na sua essência, era o comércio de homens; a *mancipatio* dos romanos.

Sem a escravidão africana e o tráfico que a realizou, a América seria ainda hoje um vasto deserto.¹

O enunciado forte pode causar espanto no leitor contemporâneo. Pode, mas não deve. Quando Alencar concebeu as polêmicas missivas, ele não estava sozinho. Bem ao contrário, filiara-se aos líderes históricos do Partido Conservador, um grupo de estadistas ou pessoalmente associados ao tráfico negreiro sob a forma de contrabando ou então descendentes diretos de ex-envolvidos. Além disso, ele militava não apenas em nome das classes senhoriais brasileiras, mas sobretudo daquela mais poderosa que, de uma forma ou de outra, foi a principal responsável pela expansão e pela manutenção do cativeiro no Brasil do século XIX: os cafeicultores e os proprietários tanto do Vale do Paraíba fluminense e paulista quanto da Zona da Mata mineira.

Pode-se dizer que os discursos escravistas produzidos no contexto da lei do Ventre Livre compõem o ponto de chegada de um processo mais amplo cuja montagem data, pelo menos, desde meados do período regencial (1831-1840). De fato, mais ou menos a partir de 1835, o contrabando de africanos se avolumou em escala extraordinária, montando a cerca de 700 mil pessoas violentamente trazidas ao país nos quinze anos subseqüentes. Ironicamente, foi nos quadros do Estado nacional contemporâneo que a escravidão se expandiu com mais rapidez e força no Brasil, tudo em nome de nosso crescimento econômico e civilizacional.

O Império do Brasil não estava isolado no cenário internacional. Embora a escravidão negra tivesse sido progressivamente desmontada nos países e nas colônias da

¹ [José de Alencar]. *Ao imperador: novas cartas políticas de Erasmo*. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro e Cia., 1867, “Segunda carta (sobre a emancipação)”, p. 17.

América após a Era das Revoluções, duas outras sociedades também fundadas na instituição cresceram vigorosamente sob os influxos do capitalismo industrial de livre mercado: a ilha de Cuba e o sul dos Estados Unidos. Em comparação com elas, o caso brasileiro ressalta por uma notável singularidade. Ao passo que os atores históricos da ilha caribenha optaram pela manutenção do *status* colonial para preservar o cativeiro e o contrabando de escravos, o Brasil, a exemplo dos Estados Unidos, pactuou sua estrutura política sobre as novas bases do liberalismo. No entanto, enquanto o governo norte-americano exerceu jurisdição sobre territórios sem cativos, o Império do Brasil se arquitetou sobre uma sociedade genuína e integralmente escravista. O fenômeno é excepcional – expansão da escravidão enquanto se formava o Estado liberal de uma sociedade plenamente escravista. Apesar disso, as relações entre escravidão e a política do regime representativo no Brasil ainda oferecem campo quase inexplorado de investigação.

Escravidão e política na historiografia

Não que o assunto “política e escravidão” tenha sido ignorado na historiografia. Pelo contrário, há algumas perspectivas que acabaram por abordá-lo mesmo quando isso não era seu verdadeiro objeto de estudo; e, suposto a relação exaustiva delas não caiba nesta introdução, vale apresentar em poucos parágrafos as principais para delimitar o campo historiográfico em que se inscreve o presente trabalho. Como se sabe, os primeiros estudos que tocaram no tema foram escritos ou no seio do movimento abolicionista ou por seus ex-militantes após a conquista de 1888, como *O abolicionismo* (1883), de Joaquim Nabuco, *A emancipação dos escravos* (1884), de Rui Barbosa, e *A campanha abolicionista* (1924), de Evaristo de Moraes. Embora compostos em momentos distintos, eles partiram do suposto em comum de que o cativeiro exrescia artificialmente do Estado nacional e, por isso, viria a ser inapelavelmente abolido. “Ninguém, neste país, divinizou jamais a escravidão”, escreveu Rui Barbosa. “Todos são, e têm sido, *emancipadores*, ainda os que embaraçavam a repressão do tráfico e divisavam nele uma conveniência econômica”. Nessa operação intelectual, não é difícil reconhecer, um problema da história deixou de ser um problema historiográfico.²

² Rui Barbosa. *A emancipação dos escravos: o projeto Dantas (dos sexagenários) e o parecer que o justifica*. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 60; vejam-se também Joaquim Nabuco. *O abolicionismo*. 1ª ed., 1883. São Paulo: Publifolha, 2000; Evaristo de Moraes. *A campanha abolicionista (1879-1888)*. 1ª ed., 1924. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

Na década de 1960, os estudos sobre escravidão no Brasil sofreram uma grande inflexão com o que se convencionou denominar “Escola de São Paulo”. Pela primeira vez se notava sistemático esforço teórico para ocupar-se dos vínculos estruturais entre capitalismo e escravidão, com resultados pronunciados nas obras de Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novais e, principalmente, Emília Viotti da Costa, que merece atenção particular. Tanto em *Da Senzala à colônia* (1966) quanto em artigos posteriores, a autora concebeu a exploração do trabalho cativo, a modernização material e a regularização do acesso fundiário no Brasil oitocentista como efeitos da economia mundial na era do livre mercado. A despeito do método fecundo, sua premissa teórica, partilhada pelo grupo, consistia em considerar a instituição necessariamente incompatível com a modernidade capitalista, cujas forças econômicas, assentadas no trabalho livre, a aniquilariam cedo ou tarde. Nessa linha, não havia por que eleger a defesa política da escravidão como eixo central de análise, uma vez que ela resultaria epifenômeno de um sistema fadado à destruição.³

A política institucional ocupou maior espaço em trabalhos como os de Leslie Bethell e de Robert Conrad. Em ambos os casos, a ênfase residiu nos golpes assestados contra o sistema escravista por meio da pressão diplomática inglesa, de debates parlamentares e da campanha abolicionista. Mas, se a análise do governo adquiriu verticalidade, as articulações sociopolíticas imperiais em favor do cativeiro ganharam tratamento descontínuo, sendo mencionadas apenas como respostas a desafios da diplomacia britânica ou de atitudes antiescravistas. Em *A Abolição do tráfico de escravos*, por exemplo, obra insubstituível em muitos aspectos, Bethell se deteve nos acordos assinados entre o Brasil e a Inglaterra (1817 e 1826), na política interna da Inglaterra, na orientação do *Foreign Office* e, enfim, na coação de embaixadores britânicos. Nem o historiador nem Robert Conrad se propuseram examinar os expedientes brasileiros que criaram as condições institucionais e políticas necessárias à

³ Vide Emília Viotti da Costa. *Da senzala à colônia*. 1ª ed., 1962. São Paulo: Ed. Unesp, 1998; e *Da Monarquia à república: momentos decisivos*. 1ª ed., 1977. São Paulo: Unesp, 1999; Octavio Ianni. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962; Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962; Florestan Fernandes. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1971; e Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 1ª ed: 1979. São Paulo: Hucitec, 2001. É preciso ressaltar que Viotti da Costa refinou o modelo teórico da “Escola de São Paulo” em *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1825*. 1ª ed. em inglês, 1994. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

realização do contrabando negreiro e à manutenção do cativo. A política imperial brasileira aparece, em suma, dotada de pouca lógica interna.⁴

Uma quarta perspectiva, particularmente prolífica desde os anos oitenta, tem examinado a sociabilidade, a articulação familiar e a cultura dos escravos como domínios próprios, para mapear o papel que eles desempenharam na conformação e na destruição do tráfico negreiro ou mesmo do sistema escravista. Dentre os inúmeros estudos dessa agenda de pesquisa, destacam-se os de João José Reis, Robert Slenes, Flávio Gomes e Sidney Chalhoub. O primeiro reconstituiu as articulações sociais dos cativos em Salvador para examinar a eclosão da Revolta dos Malês (1835) e seu impacto na esfera pública brasileira. Em contrapartida, Slenes, Gomes e Chalhoub centraram o foco de análise nas ações escravas, nos complôs e nos rumores de rebelião na província do Rio de Janeiro, como a revolta de Manuel Congo (1838) e o plano falhado de insurreição no Vale do Paraíba em 1848. Assim como José Reis, procuraram não apenas dar voz e vez aos oprimidos, senão também aferir o peso do mundo que eles criaram para o cálculo político dos estadistas brasileiros em momentos-chave do século XIX, como a interrupção do tráfico transatlântico (1850). Por uma questão de método, essa corrente, cujas contribuições para a História Social são inegáveis, concedeu *status* ancilar aos discursos políticos sobre escravidão. A política imperial não desempenhou aí senão um papel secundário no devir do cativo.⁵

Em vista disso, os historiadores Jaime Rodrigues e Beatriz Mamigonian recuperaram os debates parlamentares da década de vinte, trinta e quarenta a respeito do contrabando e da escravidão – muitos simplesmente desconhecidos na historiografia. Os autores souberam aproveitar da quarta perspectiva a importância da agência escrava, manifesta nos levantes dos cativos, na atuação de africanos libertos e na apreensão pejorativa que as elites letradas partilhavam das camadas populares. Por outro lado, não deixaram de estudar a pressão inglesa, em que Rodrigues reconheceu um “fator de

⁴ Leslie Bethell. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. 1ª ed.: 1970. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976; e Robert Conrad. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. 1ª edição, 1972. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

⁵ João José Reis. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos Malês em 1835*. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Cia. das Letras, 2003; Sidney Chalhoub. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. 1ª ed., 1990. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001; Robert Slenes. “‘Malungo, Ngoma vem’: África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP*, 12, 1991/1992, pp. 48-67; e tb. “A árvore de *Nsanda* Transplantada; cultos *kongo* de aflição e identidade escrava no sudeste brasileiro (século XIX)”. In: Douglas Cole Libby & Júnia Ferreira Furtado. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2007, pp. 273-314; e Flávio Gomes. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

aglutinação da elite política para que se chegasse a uma proposta consensual” pela coação do contrabando. Ao pluralizar as forças em atuação no campo da escravidão brasileira, esses historiadores recobram – e isso é o que de fato importa para a presente dissertação – o papel do Parlamento imperial no processo decisório sobre o futuro da instituição escravista. Abriram, assim, um veio de investigação extremamente útil ao atual trabalho.⁶

Por fim, cumpre mencionar os pesquisadores que, partindo de matriz preeminentemente política, acabaram por abordar a escravidão como problema do Estado, a exemplo de Paula Beiguelman, José Murilo de Carvalho, Ilmar Rohloff de Mattos e Jeffrey D. Needell. Embora apresentem discordâncias teóricas significativas entre si, une-os o esforço, maior em uns, menor em outros, de compreender as relações entre Parlamento e escravidão no Brasil. Em *Teatro de sombras*, por exemplo, que aborda problemas legislativos de primeira grandeza (lei de terras e ventre livre, por exemplo), Carvalho reconheceu o papel central da escravidão na agenda do Estado e chegou a uma conclusão ainda hoje insuperável: com a emancipação aberta em 1871, proveio a primeira disjunção grave entre Estado e grandes proprietários no Brasil do século XIX.⁷ Sua outra obra, *A construção da ordem*, dá menos peso à instituição igualmente por uma questão de método. É que ali Carvalho se propôs determinar a formação intelectual (Direito) e a prática profissional comum (magistratura) dos estadistas para aquilatar seu enorme grau de homogeneidade ideológica, na intenção de explicar o processamento de conflitos políticos com um modelo sociológico distinto de algumas abordagens marxistas, para as quais o Estado era lócus do exercício de interesses privados. Importante como matéria legislativa, o cativo quase desaparece como vetor das relações partidárias, ideológicas e parlamentares.⁸

Ao contrário de Carvalho, Ilmar Rohloff de Mattos argumentou que a escravidão e o tráfico negreiro influíram desde muito cedo na dinâmica institucional do Império e, em particular, na composição do Partido Conservador. Ao lado de outros valores políticos e morais, a escravidão seria uma das componentes do que o autor chamou

⁶ Jaime Rodrigues. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000, citação na p. 211; ver tb. Beatriz Galloti Mamigonian. *To be a liberated African in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century*. Tese de Doutorado. Waterloo, Ontario, Canada, 2002.

⁷ José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 1ª ed., respectivamente, 1980 e 1988. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; o livro de Paula Beiguelman (*Formação política do Brasil*. 1ª ed., 1967. São Paulo: Pioneira, 1976) será comentado no cap. 2.

⁸ José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 1ª ed., respectivamente, 1980 e 1988. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

“tempo saquarema”, um período de aproximadamente três décadas (1837-anos sessenta) em que os conservadores exerceram hegemonia no país, tornando universais convicções e projetos particulares. Dialogando diretamente com os dois pesquisadores brasileiros, o historiador norte-americano Jeffrey Needell refez a história do Partido Conservador propondo outra decodificação de suas linhas ideológicas fundamentais e restringindo o poder hegemônico avançado por Mattos. A propósito do cativo e do tráfico ilegal de africanos, contudo, nem Mattos nem Needell recobram os debates parlamentares entre 1830 e 1860; o primeiro fiou-se de memórias relativamente tardias, ao passo que o segundo fez análise cerrada dos discursos sobre escravidão apenas em instantes de crise, como o fim do tráfico (1850) e a emancipação do ventre (1868-1871).⁹

Embora todos os estudos mencionados nessa breve exposição tenham tratado de política e de escravidão, talvez se possa dizer que nenhum procedeu a uma análise que unisse, diacronicamente, enunciação parlamentar, formação partidária, articulação social, dinâmica do tráfico negreiro, transformações institucionais do aparelho de Estado e ações de escravos – o que o presente trabalho se propõe fazer para o período de 1826 a 1865. Como se sabe, no ano de 1826 se instaurou definitivamente entre nós um modelo todo novo para a condução da vida política, social e econômica do país: o regime representativo. Somente então o cativo e o tráfico transatlântico de escravos se inseriram nos espaços institucionais que o liberalismo criou para o exercício da política – sobretudo no principal deles, o Parlamento. Daí o peso inestimável dos *Anais da Câmara dos Srs. Deputados* e dos *Anais do Senado* para os resultados obtidos nesta pesquisa.

Contudo, o regime novo também emitiu um *corpus* documental substantivamente distinto daquele do Antigo Regime, exarado por funcionários governamentais que, não escolhidos por processo eleitoral, estavam mais ou menos à margem dos espaços discursivos da opinião pública. Desse *corpus* se destacam livros, panfletos, memórias, traduções e artigos de jornal livres de censura prévia, bem como correspondências diplomáticas, atas e pareceres do Conselho de Estado e, finalmente, petições coletivas (representações) de proprietários, de municípios e de Assembléias Legislativas Provinciais. Com o auxílio dessas fontes e da historiografia, tornou-se possível estudar diacronicamente as relações sociais e políticas que foram tecidas por

⁹ Vide Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 1ª ed., 1986. São Paulo: Hucitec, 2004; e Jeffrey D. Needell. *The Party of Order: The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford, California: Stanford University Press, 2006.

meio do Parlamento imperial para produzir a estabilidade necessária à expansão e à reprodução do cativeiro no Brasil.

Política da escravidão

Os historiadores norte-americanos empregam o termo *política da escravidão* para designar o conjunto de valores e práticas que direcionava eleitores sulistas dos Estados Unidos a escolher apenas candidatos que não pusessem em questão, na esfera das discussões nacionais, a existência do sistema escravista.¹⁰ O termo pode ser aplicado ao Brasil, desde que feitos alguns ajustes semânticos. O presente estudo entende por *política da escravidão* não exatamente o comportamento de eleitores, mas uma rede de alianças políticas e sociais costuradas em favor da estabilidade institucional da escravidão, que, por sua vez, consistia no emprego dos órgãos máximos do Estado nacional brasileiro em benefício dos interesses das classes senhoriais. A *política da escravidão*, assim definida, não é hipóstase, dado pré-existente ou natural, como se uma sociedade escravista devesse, por definição, apresentar uma política igualmente escravista. Ao contrário, ela foi sendo historicamente construída e reinventada conforme as conjunturas nacionais e internacionais por meio de diversos órgãos liberais, sobretudo a Câmara dos Deputados e o Senado.

Dessa forma, não seria correto dizer que a *política da escravidão* existiu desde sempre no Parlamento brasileiro; sua própria definição pode ser subdividida em duas chaves, cada qual relativa a um momento histórico particular. A primeira seria a *política do contrabando negreiro* (1835-1850), que se traduziu em uma sólida rede de alianças sociais que os líderes do Regresso (núcleo histórico do Partido Conservador) teceram por meio de falas parlamentares, projetos de lei, decisões do Executivo, periódicos, publicação de livros e petições municipais ou provinciais para garantir a reabertura do tráfico de escravos sob a forma de contrabando em *nível sistêmico*, isto é, aceito verticalmente no país, desde as altas estruturas de poder (Executivo, Senado, Câmara) até o juiz de paz encravado em alguma freguesia do interior. Ao fim e ao cabo, o contrabando forjou a base material com que o Estado brasileiro cobriu as despesas públicas, orçadas em torno de 13 mil contos de réis até 1837, mas elevadas, de 1838 a 1840, para 20.600 mil contos anuais e, do Golpe da Maioridade a 1850, para a média de

¹⁰ Ver, entre outros, William Cooper Jr. *Liberty and Slavery: Southern Politics to 1860*. 1ª ed., 1983. Columbia: University of South Carolina Press, 2000.

27 mil.¹¹ De fato, o tráfico negreiro ilegal em nível sistêmico (1835-1850), responsável pela escravização criminosa de quase 700 mil pessoas, foi um misto de planejamento econômico e de formação partidária que se atrelaram intimamente à construção do Estado nacional brasileiro.

Entre 1850 e 1865, desaparece a *política do contrabando negreiro* para surgir a *política da escravidão na era pós-contrabando* (1850-1865). A distinção se faz necessária, pois, ao contrário do tráfico, o cativo não era uma instituição que acordos internacionais e uma lei nacional haviam tornado clandestina; de resto, ele interessava com mais universalidade que a pirataria negreira, destinada a beneficiar as regiões de *plantation* mais capitalizadas do país. Se o contrabando necessitava de uma ação decisiva para inverter sua ilegalidade institucional, a escravidão, pelo contrário, precisava evitar ações decisivas que invertissem sua legitimidade estatutária. Ela, enfim, não precisava ser “reaberta”, mas mantida. Dessa forma, embora a *política da escravidão na era pós-contrabando* fosse mais visível entre os líderes do Regresso e sua base social no centro-sul do país, seria temerário relacioná-la apenas ao Partido Conservador, a exemplo da reabertura do tráfico proibido. Isso, é claro, não quer dizer que fosse menos poderosa que sua congênere anterior. Na verdade, ambas conservavam uma base em comum, isto é, criar ou manter, com o apoio de grupos sociais, condições para a reprodução ou expansão do cativo no tempo como meio de desenvolvimento econômico do Estado nacional. Nesse sentido amplo, ambas são a mesma *política da escravidão*.

História política e método

Como se sabe, a Câmara dos Deputados só começou a imprimir os discursos parlamentares concomitantemente às sessões a partir de 1857; para o período precedente, a publicação foi feita alguns anos mais tarde com base em jornais da época. A mesma observação vale para o Senado, com a agravante de que a Casa só organizou a impressão das falas da primeira metade do século XIX na década de 1970.¹² Em

¹¹ *Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro, IBGE, 1990, pp. 601-616. Em *Histoire des Relations Commerciales entre la France et le Brésil* (1839), Horacio Say, sem se preocupar com questões políticas, reconheceu que a compensação das receitas suspensas nas províncias rebeladas foi largamente compensada pelo arranque das áreas cafeicultoras do Rio de Janeiro. Cf. Affonso de E. Taunay. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Depto. Nacional do Café, 1939, v. 4, t. II, pp. 33-40.

¹² Por isso, a fim de facilitar as citações e evitar uma profusão de datas ao longo do texto, os *Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados* e os *Annaes do Parlamento Brasileiro: Senado* foram respectivamente abreviados em ACD e AS, sem remissão editorial completa.

decorrência disso, os critérios de organização dos índices dos *Anais* são heterogêneos e pouco fiáveis. Além de não registrarem os assuntos levantados na seção “Expedientes” das plenárias, separam os tópicos da “ordem do dia” conforme questões de praxe (“Voto de Graças”, “Orçamento do Império”, “Orçamento dos Negócios Estrangeiros”, “Orçamento da Marinha”, “Fixação das forças navais” etc.) ou conforme problemas aparentemente dissociados da escravidão. Portanto, foi necessário consultar os mais de cem volumes compreendidos entre 1826 e 1865 para colher, com algum esforço, preciosas informações que, de outra maneira, teriam passado despercebidas.

Neste trabalho, todos os discursos políticos do século XIX foram lidos à luz de um *modelo conflituoso* de interpretação, em que o cativo e o comércio de africanos aparecem como elementos de dissenso na esfera pública. Alguns estudiosos supõem que o fato de o Brasil ter sido um país genuinamente escravista excluía a possibilidade de desentendimentos a respeito da instituição no país. Essa leitura conduz a duas asserções discutíveis: que a representação política é decalque das relações sociais; que os estadistas se ocupam do presente, e não do futuro. Ora, desde Aristóteles se sabe que a discurso político é deliberativo por excelência, isto é, atua sobre a construção do porvir. Se poucos deputados e senadores brasileiros ousaram erguer a voz contra a propriedade escrava no presente, o número dos desejosos de encurtar a sobrevida da escravidão era bastante considerável. Sem atender a esse grau de divergência, não é possível entrever até que ponto nossos representantes máximos procuraram inscrever o trabalho forçado por longos séculos na história nacional brasileira. Muitas vezes, até os dias de hoje.

De resto, falas de deputados e de senadores, publicações editoriais e representações são condicionadas por mecanismos secundários ou inexistentes no Antigo Regime, como a relação governo-oposição, o interesse em apoio eleitoral, o risco de processos por improbidade administrativa etc. Tudo isso torna a palavra precária, pois, espécie de brigada ligeira, feita para desautorizar o inimigo e legitimar o sujeito discursivo do momento, varia de intensidade e natureza na boca de um mesmo político ou ator social conforme as circunstâncias condicionadas por cada um daqueles mecanismos. Dessa maneira, tentei reconstituir o significado dos discursos sobre a escravidão fundindo o *método contextualista* proposto por Quentin Skinner com a idéia de *luta semântica*, de Reinhart Koselleck. Em “Meaning and Understanding in the History of Ideas”, Quentin Skinner arrolou formas de essencialismo e determinismo a

que todo historiador se expõe quando realiza uma história das idéias.¹³ De fato, seria tão fácil reconhecer o essencialismo como difícil evitá-lo, principalmente por causa da relação furtiva entre significado e uso, sentido geral e emprego particular, lugar-comum e ocorrência. Criticando o costume intelectual da utilização de fontes apenas como exemplos de repetições de idéias essencialmente invariáveis, Skinner alertou para a hipótese de que não há uma idéia-entidade à qual inúmeros autores se voltam, mas sim uma “variedade de declarações feitas com as palavras por uma variedade de agentes diferentes com uma variedade de intenções; então, o que estamos vendo é que não há uma história *da idéia* a ser escrita, mas apenas uma história necessariamente focada em vários agentes que *usaram* uma idéia, e nas variadas situações e intenções em usá-la.”¹⁴

Espera-se então que o pesquisador tenha em mente uma série de preocupações: a que perguntas o uso de tal idéia quis responder? A quem exatamente se dirigiu a resposta? Que *status* tinha a idéia na época? Que arco de possibilidades o sujeito discursivo contemplava ao escolher *aquela* idéia? A análise do *uso* vincula-se, pois, ao estudo de grupos sociais que se articulam em torno de determinados conceitos para construir sua própria imagem e conspurcar a dos grupos adversários. Por isso, o método de Skinner pode se enriquecer com o que Reinhart Koselleck chamou de *luta semântica* ao descrever a atuação de grupos sociais que procuravam definir posturas políticas e posições de combate em épocas de crise, sobretudo nos espaços criados com a demolição do Antigo Regime. Os lugares sociais de honra e recriminação, orgulho e vergonha, bazófia e infâmia se compõem e recompõem em fluxo acelerado, no qual cada agente discursivo deve procurar novas maneiras de defender as convicções próprias e selar como ignominiosas as dos opositores.¹⁵ Um exemplo disso é o tratamento político do tráfico negreiro sob o signo de contrabando: de desumano e cruel, em 1831, ganhou paulatinamente notações positivas entre 1835 e 1850, até ser identificado com a soberania nacional. A vergonha se trocou em orgulho. A infâmia se fez honra. E tudo por força dos enfrentamentos travados nos espaços públicos do Império.

Mas, se a consolidação de práticas do liberalismo político justifica o marco inicial deste estudo, por que encerrá-lo em 1865, se não houve aí abolição do regime

¹³ Quentin Skinner & James Tully (eds). *Meaning and Context. Quentin Skinner and his Critics*. Cambridge: Polity Press, 1988, pp. 29-67.

¹⁴ Quentin Skinner, “Meaning and Understanding in the History of Ideas”. In: *op. cit.*, p. 56, grifos meus.

¹⁵ Cf. Reinhart Koselleck. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. 1ª ed. em alemão, 1979. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio: 2006, pp. 97-118.

representativo no país? Como a data remete ao desenlace da Guerra Civil nos Estados Unidos, as balizas cronológicas (1826 e 1865) podem parecer assimétricas, por serem, respectivamente, nacional e internacional. A esse respeito, cumpre lembrar que, se o tempo presente do cativo era objeto circunscrito às jurisdições nacionais, seu futuro dependia de um sistema expandido à política mundial. Em 1850, o líder saquarema (ou conservador) Paulino de Souza, então ministro das relações estrangeiras, formulou uma pergunta reveladora nesse sentido: quando a Grã-Bretanha “obtem a aquiescência de *todas as nações* marítimas *européias e americanas*; quando o tráfico está reduzido *ao Brasil e a Cuba*, poderemos *nós* resistir a essa torrente que nos impele, uma vez que estamos *colocados neste mundo*?”¹⁶ Como se vê, a força relativa do Estado brasileiro e o quadro mundial eram componentes *sine qua non* para os cálculos políticos dos atores coevos, e aí os Estados Unidos desempenhavam papel central. Apresentando invejável poder político, militar, econômico e ideológico já no século XIX, eles haviam arrancado de outras nações uma conduta diplomática de neutralidade respeitosa à existência da escravidão no país, defendida como pauta de soberania doméstica. Apenas a melancólica derrota da Confederação na Guerra Civil provocou a quebra estrutural na relação de forças internacionais que vinha garantindo sobrevivência relativamente estável do cativo a entidades mais fracas, como o Brasil e a colônia espanhola de Cuba. Esse é um dos raros casos em que um evento internacional teve efeito dissolvente nos quadros políticos nacionais – precisamente, na *política da escravidão*, que previa reprodução indefinida da instituição no território brasileiro.

Não é por outra razão que todos os capítulos deste estudo começam por uma breve exposição que insere o Brasil na conjuntura local e global. Não se trata de mero exercício narrativo. Aqueles eventos mais salientes no jornal e no Parlamento – os quais Fernand Braudel fixaria no *tempo curto*, que “enche a consciência dos homens” – dialogam direta ou indiretamente com o que o mesmo historiador chamou de *conjuntura* e de *estrutura*. Em sua visão, é nessas últimas tessituras de tempo que se produzem os meios (preços, instituições, projetos factíveis, idéias etc.) de que os agentes históricos dispõem para atuar em um dado momento. Assim, estadistas e grupos sociais agem no presente com os instrumentos dados por poderes e práticas que não controlam individual ou diretamente. Nos termos de Koselleck, as durações mais longas permitem que os atores sociais transformem e recriem eventos históricos em experiências

¹⁶ *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados*. Coligidos por Antonio Pereira Pinto. Rio de Janeiro: Tipografia Hipólito J. Pinto, 1879-80, 15 de julho de 1850, p. 208. Grifos meus.

acumuladas (campos de experiência) para conceber projetos de futuro (horizonte de expectativas). Mas, se eles sofrem influência pesada de vetores virtualmente ingovernáveis, também conseguem por vezes alterá-los, num processo de condicionamentos mútuos, embora desiguais – basta lembrar que os combatentes da Guerra Civil conseguiram pôr em xeque o equilíbrio internacional favorável à sobrevivência do cativo nas Américas. Em todo o caso, afora os grandes pontos de inflexão na história, as estruturas quase não se deixam modificar no curso das décadas. Neste estudo, conquanto pouco apareçam, duas são pressupostos constantes: a economia-mundo de livre mercado e as premissas do liberalismo político. Ambas estavam presentes no século XIX e ambas conduzem nossas vidas até hoje. Duram séculos – e ninguém pode dizer até quando vão durar.¹⁷

Nas próximas páginas, o leitor encontrará quatro capítulos. O primeiro, “Escravidão, soberania e ordem social, 1826-1835”, se propõe verificar a transformação do tráfico de africanos e do cativo em assunto político nos canais consagrados do liberalismo, como Parlamento e imprensa. De início, pode-se dizer que a recepção do tratado antitráfico firmado entre o Brasil e a Inglaterra em 1826 se inseriu no debate mais amplo sobre a natureza do Estado brasileiro. Do convênio os representantes souberam extrair princípios teóricos de governo favoráveis à soberania do Poder Legislativo em face do Executivo, o que contribuiu para a Abdicação de D. Pedro I e para a calibragem dos dois poderes no período regencial. Porém, não é possível afirmar que essa experiência tenha constituído uma *política da escravidão*, fundada no apoio sólido de determinados setores sociais a políticos vindicadores do tráfico. Surpreendentemente, tanto o cativo quanto o comércio negreiro foram apreendidos em chave negativa até mais ou menos 1835, na ocasião do levante dos malês, que ensejou expressivas propostas antiescravistas na Câmara dos Deputados.

O segundo capítulo, “Regresso e a política do contrabando negreiro, 1835-1841”, examina a reação ao período anterior, capitaneada por líderes do Regresso, nomeadamente Bernardo Pereira de Vasconcelos. Pela primeira vez se nota a ação concertada de líderes políticos e de grandes proprietários rurais (do norte da província

¹⁷ Conferir Fernand Braudel. “História e Ciências Sociais. A longa duração”. In: *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 2005, pp. 41-71; como se sabe, Braudel entendia que a história política se resumia a eventos efêmeros, submetidos às conjunturas e à longa duração. Entretanto, alguns historiadores têm procurado reabilitar a história política por meio de sua articulação às duas outras durações braudelianas. Ver Pascal Balmand, “Le renouveau de l’histoire politique”. In: Guy Bourdê e Hervé Martin (orgs.). *Les écoles historiques*. 1ª ed., 1983. Paris: Seuil, 1997, pp. 363-389; cf. tb. Reinhart Koselleck. *Futuro passado*, pp. 305-327.

fluminense, do Vale do Paraíba do Rio de Janeiro e de São Paulo, da Zona da Mata mineira) em torno do contrabando negreiro e de um tratamento político que forjasse ambiente institucional adequado à expansão do cativo no país. É por isso que, também pela primeira vez, se pode falar em *política da escravidão* – ou, mais precisamente, *política do contrabando negreiro* – tal como se define neste estudo. O capítulo seguinte, “Um Brasil todo africano: hegemonia saquarema e contrabando no Segundo Reinado, 1841-1850”, narra as soluções que os políticos imperiais procuraram forjar após o arrocho militar britânico na coartação do contrabando, durante a década de quarenta. Nessa perspectiva, até mesmo a concepção da lei de terras pode ser vista como medida para trazer africanos livres ao Brasil, na iminente interrupção do tráfico negreiro – em que pese o estreito vínculo que a historiografia estabeleceu entre a lei e a imigração européia.

Finalmente, o quarto capítulo, “Coroa e Parlamento: escravidão e poder político na era pós-contrabando, 1851-1865”, procura examinar em que medida a supressão do contrabando negreiro alterou a relação de forças políticas no Parlamento; e como as lideranças parlamentares (tanto regressistas como ex-regressistas) adotaram os Estados Unidos, ao mesmo tempo, como modelo e contramodelo para a abordagem política da escravidão. Primeiro, evitaram aqui as polarizações ideológicas que levaram a república norte-americana à Guerra Civil (contramodelo); depois, enquanto lançavam a sobrevida da instituição para um futuro inalcançável, propalavam a possibilidade de reprodução vegetativa das escravarias (modelo), em uníssono com as teorias da gestão escrava elaboradas por proprietários do Vale do Paraíba. Essa agenda se provou exitosa até o desenlace da Guerra Civil. Em seguida, ela foi sucessivamente decomposta, até virar um não-evento histórico, esquecido de personagens contemporâneas e de alguns estudiosos futuros.

Esses quatro capítulos, no entanto, não podem começar sem uma breve apresentação dos dois elementos que, como foi dito acima, compuseram os vetores mais amplos que atuaram surdamente nos debates políticos brasileiros: a economia mundial do livre mercado e os princípios do liberalismo político.

Economia mundial, liberalismo político e escravidão no século XIX

Ao observador contemporâneo dificilmente escapariam algumas singularidades na história do Brasil após a outorga da Constituição, em 1824. Nunca a liberdade política e civil havia sido tão defendida em panfletos, no governo ou na imprensa; nunca

seriam introduzidos tantos escravos africanos no território dessa mesma liberdade. Nunca o tráfico negreiro, banido por lei após 1831, sofreu tamanha oposição doméstica e estrangeira; nunca o país vira, graças ao mesmo comércio, tão extraordinária multiplicação de sacos de café, chegando a alçar sua representação no mercado mundial de 18%, na década de 1820, para 52%, em 1850. Nunca a população livre, pobre ou rica, tinha sido contemplada com tantas garantias civis e, agora, constitucionais; nunca ela dependeria tão fortemente dos cativos se quisesse exercer integralmente as mesmas garantias por meio da acumulação de bens materiais. No Brasil do século XIX, aonde chegou o liberalismo, lá chegou também a escravidão.¹⁸

Essa dupla expansão da liberdade e do cativo, contraditória à primeira vista, mas assustadoramente lógica em seus mecanismos íntimos, se vincula diretamente às revoluções do espaço atlântico no final dos Setecentos. A partir de 1770, o sistema colonial foi progressivamente minado em favor de uma economia mundial de livre mercado; estancos e companhias de monopólio acabaram substituídos por tratados comerciais; e conselhos reais absolutistas cederam lugar a governos representativos de Estados nacionais. No que tocava à escravidão negra, as transformações não foram menores. Por volta de 1770, havia quase 2,5 milhões de escravos africanos e afro-descendentes espalhados em todo o Novo Mundo, da Jamaica a Buenos Aires, de Salvador a Virgínia, do Peru a Caracas. O valor das *commodities* preparadas por suas mãos compreendia 1/3 de todo o comércio europeu.¹⁹ Em oitenta anos, o sistema escravista foi desmontado em áreas economicamente expressivas: nos engenhos de açúcar e nas fazendas de café de São Domingos, Martinica, Jamaica, Barbados, Essequibo e Demerara, nas fazendas de cacau da Venezuela, na criação de gado do Vice-Reino do Prata e assim por diante.

Mas três regiões passaram incólumes às emancipações: o sul dos Estados Unidos, a ilha de Cuba e o Império do Brasil. Mais do que isso, essas três sociedades genuinamente escravistas revolucionaram suas forças produtivas justamente durante a crise da escravidão colonial. Em 1850, o Velho Sul abrigava, sozinho, cerca de 3,3

¹⁸ Para dados sobre a produção da cafeicultura brasileira, ver Virgílio Noya Pinto, “Balanço das transformações econômicas no século XIX”. In: Carlos Guilherme Mota. *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1976, p. 139; e Affonso de E. Taunay. *História do café no Brasil: no Brasil imperial (1822-1872)*. Rio de Janeiro: Depto. Nacional do Café, 1939, v. 4, t. II, p. 190.

¹⁹ Vide Robin Blackburn. *The Overthrow of Colonial Slavery, 1776-1848*. London, New York: Verso, 1988, pp. 1-31.

milhões de escravos. O Brasil, quase 2 milhões. Cuba, perto de 400 mil.²⁰ Só nessas três áreas, um aumento de 130% sobre a escravaria espalhada em toda a América em 1770. Como entender esse fenômeno?

No Antigo Regime, o crescimento das economias americanas era condicionado por práticas mercantilistas, como reserva de mercado para escoamento de produtos coloniais, controle de frotas navais pela metrópole e interferência política na economia sob a forma de estancos. Não gozando a flexibilidade de um mercado mundial integrado e livre, a produção escravista colonial crescia firme, mas vagarosamente. Na aurora do capitalismo industrial, porém, entre 1780 e 1815, todo esse sistema foi remodelado, de maneira que as sociedades escravistas apresentaram não apenas incrementos quantitativos, mas também saltos qualitativos radicais. O historiador Dale Tomich entreviu nesse processo a passagem da escravidão colonial para o que chamou de *segunda escravidão*, estreitamente atrelada ao surgimento do capitalismo industrial.

Como se sabe, a indústria britânica – pilar da Revolução Industrial – tinha sido alentada pela demanda sem precedentes do Estado inglês durante as guerras napoleônicas, que exigiam muito mais inversão em equipamentos pesados do que podia tolerar o mercado doméstico em condições normais. Com a paz de Viena (1815), a volumosa produção perdeu seu principal impulsor, o Estado beligerante, tendo de ser reorientada para outros países sob o pavilhão da liberdade econômica. Assim, paulatinamente, o mercado mundial se tornou altamente integrado por meio do livre comércio, da emergência de nações consumidoras, do desenvolvimento de novas técnicas produtivas e dos créditos centralizados nas mãos de banqueiros londrinos. Liderado pela hegemonia da Grã-Bretanha, o novo ciclo sistêmico de acumulação do século XIX trocou o domínio político das produções coloniais pelo controle econômico sobre a circulação de bens.²¹

O problema é que a industrialização, a urbanização e o crescimento populacional também tornaram os países centrais da economia mundial dependentes de fornecedores

²⁰ Sobre a definição de “sociedade genuinamente escravista”, cuja relação senhor-escravo serve de parâmetro para as demais relações sociais e onde o papel do escravo na produção econômica é fundamental, conferir Moses Finley. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991. Para dados sobre a escravaria dos EUA e de Cuba, cf. respectivamente Ira Berlin. *Gerações de cativo: uma história da escravidão nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Record, 2006; e Rebecca J. Scott. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

²¹ Ver Dale W. Tomich. *Through the Prism of Slavery: Labor, Capital, and World Economy*. Boulder, Co: Rowman & Littlefield, 2004, pp. 62-63; sobre os ciclos sistêmicos de acumulação, cf. Giovanni Arrighi. *O longo século XX : dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. 1ª ed. em inglês, 1994. Rio de Janeiro : Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996, pp. 27-85 e 163 e 245.

externos de artigos para a indústria (caso do algodão norte-americano) ou para o consumo pessoal das massas urbanas (café e açúcar do Brasil e de Cuba) – na Grã-Bretanha, por exemplo, o volume das importações simplesmente quadruplicou entre 1780 e 1850. Foi dessa forma que as sociedades escravistas americanas se inscreveram na ordem mundial do livre mercado, onde a concorrência e a alta competitividade as induziram à hiper-especialização produtiva. Nos EUA, o arroz, o índigo e o tabaco perderam importância relativa em face do algodão, batizado sonoramente de “king”; em Cuba, o açúcar se tornou o único gênero relevante a partir dos anos de 1840; no Brasil, as inversões de capital na agricultura se concentraram nas fazendas de café. Se o leque de mercadorias se estreitava, a base de trabalhadores aumentava. Para atender ao novo padrão de demanda, as sociedades do Novo Mundo recorreram ou à reprodução vegetativa de cativos, no sul dos EUA, ou ao tráfico negreiro (legal e ilegal) em escalas sem precedentes, no Brasil e em Cuba.

É bem sabido que essas novas potências ocuparam e expandiram filões de mercado abandonados por São Domingos, a abastada colônia francesa responsável, no final do século XVIII, pelo fabrico de 30% do açúcar e de 50% do café mundial, ao lado de rendosos cultivos de algodão. Em 1791, São Domingos experimentara uma revolta escrava que, somada às guerras intermetropolitanas e à convicção abolicionista de alguns jacobinos, resultou na primeira abolição em massa da escravidão na História e na segunda independência da América, com o surgimento do Haiti, em 1804. A desarticulação de sua economia, cujos motivos extrapolam o escopo desta introdução, formou um vácuo na oferta de bens coloniais no justo momento em que a demanda crescia nos pólos industrializados. Cuba, Brasil e Estados Unidos souberam preenchê-lo com suas respectivas especializações produtivas. Na década de 1850, os sulistas americanos perfizeram 60% do algodão mundial; o Brasil respondeu a 50% do café; e Cuba, a 30% do açúcar.²²

Afora os aspectos macro-econômicos, o emprego da tecnologia industrial nas *plantations*, como máquinas a vapor e ferrovias, a disposição de crédito em quantidade inédita e a aplicação de idéias iluministas para racionalizar a administração do trabalho escravo terminaram por modelar a *segunda escravidão*, que, longe de ser extensão, se diferenciava em gênero, número e grau da colonial. Um ponto, porém, pode ser

²² Cf. David Brion Davis. *Slavery and Human Progress*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1984, pp. 78-80; Manuel Moreno Fraginals. *O engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano*. 1ªed., 1978. São Paulo: Hucitec, 1989, v. III, 347-352; Virgílio Noya Pinto, “Balanço das transformações”, p. 139.

assinalado. Como o centro econômico do velho sistema escravista, de onde foi aproveitado o formidável *know-how*, estava cravado nas Antilhas e o da *segunda escravidão* se consolidou nos Estados Unidos, Cuba se beneficiou mais diretamente das novas benesses tecnológicas, enquanto o Brasil as acompanhou com algum atraso até meados de 1850, quando passou a investir mais pesadamente em infra-estrutura e tecnologia.²³ Como lembrava um relatório diplomático lido na Câmara dos Deputados em 1852 sobre a superioridade da produção açucareira cubana em comparação com a brasileira, “Havana possui caminhos de ferro e tem ao pé de si um importante consumidor, os Estados Unidos”.²⁴

O salto qualitativo para a *segunda escravidão* não dependeu apenas das forças de mercado e da revolução industrial. Dentro da nova estrutura do capitalismo industrial, elites políticas regionais e nacionais desempenharam papel fundamental na sobrevivência e na reinvenção dos três maiores sistemas escravistas da modernidade, na medida em que abafaram as vozes antiescravistas do novo século, perceberam as vicissitudes em espaços atingidos por revoltas ou emancipações escravas e orientaram a produção agrícola em seus próprios territórios. Os lugares, por excelência, de atuação dessas elites foram os espaços discursivos do liberalismo, como as casas representativas ou o universo editorial livre de censura. Por meio desses novos instrumentos, as classes senhoriais e seus representantes procuraram estabelecer regras para o que podia ou não ser dito, para o que podia ou não ser feito, a fim de desenvolver um ambiente favorável à exploração imperturbada do trabalho escravo e à realização de seu comércio. Eles sabiam que um código de normas formais e informais reduzia os riscos sociais e os custos de transação de suas economias, cada vez mais afrontadas pelo antiescravismo e pelo abolicionismo internacional.

De fato, após a supressão do comércio de africanos no império britânico (1807-1808), a Inglaterra adotou rigorosa conduta diplomática que se aproveitou das instabilidades das outras potências para extrair delas tratados de abolição do tráfico. Desde as Cortes liberais espanholas de Cádiz e os Cem Dias de Napoleão, nos anos 1810, passando pela independência do Brasil, na década de 1820, até a Independência

²³ Ver Dale W. Tomich. *Through the Prism of Slavery*, pp. 56-71. Veja também seu “A riqueza do Império: Francisco Arango y Parreño, economia política e a segunda escravidão em Cuba”. *Revista de História*, 149, (2º semestre 2003), pp. 11-43. Rafael de Bivar Marquese estudou a influência de princípios ilustrados sobre a administração de escravos nos universos português e brasileiro em *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1680-1860*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, pp. 169-216 e 259-298.

²⁴ ACD, 2 de agosto de 1852, pp. 456-457.

dos Estados Confederados, em 1861, a poderosa Albion só reconhecia o novo *status* em caso de compromisso para findar o tráfico de africanos. Nenhum outro contexto como o da formação dos Estados nacionais americanos poderia ter sido mais favorável à diplomacia inglesa e ao fim do tráfico negreiro transatlântico.²⁵

Do ponto de vista da dinâmica social, após a momentosa revolução de São Domingos (1791-1804), outros levantes escravos explodiram em todo o Atlântico. A título de exemplo, citem-se apenas os mais referidos na historiografia, como as conspirações de Gabriel, na Virgínia (1800), e de Denmark Vesey, na Carolina do Sul (1822), bem como a revolta de Nat Turner também na Virgínia (1831); em Cuba, as insurreições de Morales (1795), de Aponte (1812) e a conspiração de La Escalera (1843-4); no Caribe inglês, as revoltas de Barbados (1816), de Demerara (1823) e da Jamaica (1831); no Brasil, o ciclo de rebeliões na Bahia e seu ápice com a Revolta dos Malês (1835).

Nesse contexto, o movimento abolicionista britânico soube tirar partido das notícias sobre a repressão branca para incensar os negros, comover a opinião pública e acelerar o fim da escravidão. A partir de 1823, a recém-fundada *Anti-Slavery Society* passou, gradualmente, a pregar a extinção imediata do cativeiro em todas as ilhas caribenhas sob o domínio inglês. Depois de muitos vaivens, fez o parlamento britânico aprovar a abolição, prevista para vigor a partir de 1º de agosto de 1834. Na ponta do lápis, 780 mil cativos receberam a liberdade, o que se efetivaria após 7 anos de aprendizado para os trabalhadores rurais e 5 anos para os urbanos.²⁶ Como notou Alexis de Tocqueville, em 1843, era a primeira abolição em massa da História não arrancada revolucionariamente pelos oprimidos: “Acabamos de assistir a algo absolutamente inédito na História, pois a escravidão é abolida [...] não gradual e lentamente, por meio dessas sucessivas transformações [...], senão de uma vez por todas”.²⁷

Nas três sociedades escravistas do século XIX, contudo, as revoltas não tiveram a mesma influência, em parte por atuação de suas elites sociais e políticas.²⁸ Nos

²⁵ Ver David Brion Davis. *Slavery and Human Progress*, p. 242; Robin Blackburn. *The Overthrow of Colonial Slavery*, pp. 136-157; e o *Inventário analítico do arquivo da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1987, p. 96.

²⁶ Howard Temperley. *British Antislavery, 1833-1870*. London: Longman, 1972, pp. 9-18. Após militância contínua dos abolicionistas, a aprendizagem foi anulada em 1839, dois anos antes do prazo final previsto.

²⁷ Alexis de Tocqueville, “A emancipação dos escravos” (1843). In: *A emancipação dos escravos*. Campinas, SP: Papirus, 1994, p. 78.

²⁸ Sobre a revolta de Demerara e suas ligações com o movimento abolicionista, cf. Emília Viotti da Costa. *Coroas de glória, lágrimas de sangue*; para uma síntese do impacto da revolta da Jamaica, também

Estados Unidos, ao episódio de Nat Turner sobreveio uma violenta repressão aos cativos, e deputados tanto do Norte como do Sul impuseram uma “Gag Rule” (lei do silêncio) para calar no Congresso qualquer vozeio abolicionista contra os territórios onde radicava a instituição.²⁹ Em Cuba, as rebeliões, violentamente reprimidas, também foram utilizadas para coibir medidas emancipacionistas nas Cortes e para privar os libertos e os livres afro-descendentes de direitos políticos.³⁰

No Brasil, o levante dos malês, geralmente apontado como o fenômeno maior de ameaça à ordem senhorial desde Palmares, ajudou, de fato, a desencadear uma considerável rede de alianças escravistas. À medida que a radicalização política na Regência, as pressões diplomáticas britânicas e a revolta escrava estimularam o envio de petições antitráfico e a composição de projetos de lei contra a cativeiro, os líderes do Regresso procederam à publicação de panfletos para reabilitar ideologicamente o comércio de africanos e estimularam representações provinciais e municipais em favor da escravidão, o que, na prática, garantiu a reabertura escandalosa do contrabando. Com a definitiva supressão de 1850, assistiu-se a um teatro semelhante. Surgiram publicações e enunciados antiescravistas na imprensa e no Parlamento, que, porém, sofreram aos poucos a lei da mordaga politicamente imposta. As semelhanças com a ação-reação de outros espaços atlânticos não são meras coincidências. Em 1839, um dos principais deputados regressistas, Carneiro Leão, chegou a elogiar a perseguição aos abolicionistas nos EUA, lembrando que as unidades federativas do norte, mesmo assentadas no trabalho livre, os acossavam em suposta solidariedade com o sul. A escravidão devia ser fator de consenso nacional.

Que idéias, afinal, nortearam práticas e discursos pró-tráfico negreiro de 1826 até 1850 e pró-cativeiro na segunda metade do século XIX? Muita tinta já foi gasta para dizer que a escravidão era incompatível com o capitalismo, com o progresso e, por consequência, também com o liberalismo.³¹ Mas, para os sujeitos históricos do passado,

conhecida como “Guerra Batista”, sobre o movimento abolicionista britânico, cf. David Brion Davis. *Slavery and Human Progress*, pp. 192-226 e Mary Turner. *Slaves and Missionaries: The Desintegration of Jamaican Slave Society, 1787-1834*. Barbados: The University of West Indies Press, 1998.

²⁹ William Lee Miller. *Arguing about Slavery: the Great Battle in the United States Congress*. New York: Alfred A. Knopf, Inc, 1996, pp. 209-210.

³⁰ Josep Maria Fradera. *Gobernar Colônias*. Barcelona: Ediciones Península, 1999, pp. 51-69.

³¹ Cf. Maria Emilia Prado, “Ordem liberal, escravidão e patriarcalismo: ambigüidades do Império do Brasil”. In: Maria E. Prado e Lúcia Maria Paschoal Guimarães. *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan/UERJ, 2001, pp. 163-189; Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*; Emília Viotti da Costa. *Da senzala à colônia*; idem, “Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil”. In: Carlos Guilherme Mota (org.). *Brasil em Perspectiva* 1ªed: 1968. São Paulo: Difel, 1976, pp. 90-99; Octavio Ianni. *As Metamorfoses do Escravo*;

essa contradição parece muitas vezes não ter existido. David Ericson demonstrou que a retórica pró-escravista norte-americana do século XIX atrelou o cativo ao núcleo duro das idéias liberais – governo por consentimento, garantia da liberdade pessoal, segurança da propriedade privada e condicionamento da capacidade humana pela prática social e pelo contexto cultural. Para Ericson, o pensamento pró-escravista empregou, sim, idéias não-liberais, como a desigualdade inata e insuperável entre os homens, mas a presença de tais argumentos não chegava a constituir a essência dos discursos.³² Em contrapartida, Eugene Genovese deu a ver que todos políticos e intelectuais do Velho Sul entreviam no sistema escravista o meio mais seguro de atingir o progresso material. Sabiam eles que a economia de livre mercado era o motor do melhoramento infinito das produções humanas e cravava um marco na história dos homens entre antes e depois de 1780, porém lamentavam que essa tão bem-vinda liberdade se alastrasse às relações sociais e às relações de produção, tornando o homem livre e o trabalhador assalariado. Para eles, somente a escravidão moderna alcançava os benefícios e as riquezas do liberalismo sem a deterioração de valores nem a miséria social do sistema de trabalho livre.³³

Já se afirmou que, “numa época em que os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade triunfavam em toda parte, cultivados inclusive pelos letrados e políticos de países solidamente escravistas, os intelectuais do ‘Velho Sul’ foram realmente originais em sua ousada defesa da escravidão”. Nesse sentido, o liberalismo teria, no Brasil, ignorado sobranceiramente o sistema escravista e constituído um corpo de idéias despegado de sua prática social.³⁴ Alfredo Bosi tratou da questão num inspirado ensaio e definiu o primeiro liberalismo vigente no Brasil em três pontos essenciais: liberdade de produzir, comprar e vender; de representar-se politicamente; e de submeter juridicamente o trabalhador escravo. A esses pontos, que se remetem à liberdade econômica, ao governo constitucional e ao aparato jurídico numa sociedade liberal e escravocrata, poderia ser aditada a liberdade de opinião e de imprensa, também vista no

Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*; e Eric Williams. *Capitalismo e escravidão*. 1ªed: 1944. Rio de Janeiro: Americana, 1975.

³² David Ericson. *The Debate over Slavery: Antislavery and Proslavery Liberalism in America*. New York; London: NY University Press, 2000.

³³ Eugene Genovese. *The Slaveholders' Dilemma: Freedom and Progress in the Southern Conservative Thought, 1820-1860*. Columbia: University of South Carolina Press, 1992.

³⁴ Cf. Ciro Flamarion Cardoso, João Luís Ribeiro Fragoso, Hebe Maria Mattos de Castro & Ronaldo Vainfas. *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 46; cf. tb. Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977, “Introdução”.

Brasil do século XIX como indispensável à promoção da felicidade e do bem-estar humanos.³⁵

Quanto ao entrosamento entre liberalismo e escravidão na América, Bosi diz não ter havido nem “remodelagem” nem “adaptação”, pois Adam Smith, Jean Baptist Say e outros não condenaram *in toto* a instituição do cativeiro e, por vezes, até a julgaram menos custosa que a do trabalho livre – o mesmo já havia argumentado David Brion Davis.³⁶ Talvez seja possível ser ainda mais assertivo: nenhuma das defesas parlamentares da escravidão e do tráfico no Brasil ignorou os grandes lugares-comuns do pensamento social do século XIX, como progresso material, liberdade individual e civil, governo por consentimento, cidadania, ampliação do aparato jurídico moderno, condicionamento das faculdades humanas pelo contexto sociocultural e assim por diante. Para apreender bem a grade intelectual desses conceitos, é necessário retomar mais uma vez o episódio de São Domingos, que condicionou a modernidade política da escravidão brasileira.³⁷

Quando a Revolução Francesa estourou em 1789, um dos principais assuntos na Assembléia girou em torno da concessão da cidadania a libertos e homens livres de cor das colônias caribenhas. Estava em jogo a sorte dos filhos de fazendeiros com escravas, homens em geral dotados de boa formação intelectual e proprietários de considerável porção dos cativos (sobretudo das unidades de café). Inicialmente hesitante, a Constituinte, onde 150 dos 1000 membros possuíam propriedades no Caribe, incluiu os afro-descendentes no corpo de cidadãos à medida que a revolução se extremou e os mulatos pressionaram por seus direitos. Em 4 de março de 1790, delegou a decisão às autoridades locais; em 15 de maio de 1791, concedeu direitos a parte dos mulatos e negros livres; e, enfim, em 4 de abril de 1792, aceitou a todos como cidadãos do império. A recusa de plantadores brancos, fossem absenteístas ou residentes em São Domingos, a partilhar direitos políticos com afro-descendentes detonou uma crise no

³⁵ Alfredo Bosi. “A Escravidão entre dois liberalismos”. In: *Dialética da colonização*. 1ªed: 1992. São Paulo: Cia. das Letras, 2005, pp. 194-245.

³⁶ Vide D. B. Davis. *The Problem of Slavery in Western Culture*. 1ªed: 1966. Harmondsworth: Penguin Books, 1970, cujo cap. 13 arrola pensadores que compatibilizaram princípios iluministas com a defesa da escravidão.

³⁷ A idéia central dos próximos três parágrafos foi desenvolvida por Márcia Berbel e Rafael Marquese. “La esclavitud en las experiencias constitucionales ibéricas, 1810-1824”. In: Ivana Frasquet (org.). *Bastillas, cetros y blasones. La independencia en Iberoamérica*. Madrid : Fundación Mapfre-Instituto de Cultura, 2006, pp. 347-374.

seio da classe proprietária. Nesse cenário instável, revoltaram-se os escravos em 1791, sobrevindo, como corolário indireto, a abolição generalizada de 1794.³⁸

A custosa lição deu o tom das experiências legislativas e constitucionais posteriores. Nos Estados Unidos, as unidades federativas escravistas adotaram medidas dificultadoras da obtenção de alforria e restritivas do direito à cidadania entre libertos. Os revolucionários de São Domingos tinham provado a advertência de Montesquieu sobre o perigo que representavam quando recebiam poderes políticos; logo, convinha reduzi-los e isolá-los. Contudo, nem todos os países imitaram a grande república. A Espanha, por exemplo, optou por uma solução parecida, mas o fez por motivos diferentes. Em 1811, os revolucionários hispânicos calculavam a população da península em torno de 10 milhões de habitantes, ao passo que os territórios hispano-americanos deviam montar a cerca de 16 milhões. Como isso poderia representar mais cadeiras nas Cortes aos espanhóis da América que aos da Europa, os peninsulares conseguiram excluir do corpo de cidadãos da monarquia os afro-descendentes. Com o canetaço, extraíram exatamente os 6 milhões que puxavam o prato da balança para o lado americano. Mas a decisão aumentou o fosso entre americanos e peninsulares, contribuindo assim para a futura onda de independências.³⁹

Em 1820, o movimento liberal português adotou temporariamente a Constituição de Cádiz, introduzindo aí uma sutil, mas grande diferença. As instruções eleitorais (de 1821) incluíam libertos e homens livres de cor no exercício do voto; em seguida, a deputação brasileira defendeu a cidadania daqueles grupos, convencida de que a excisão os emularia a brigar revolucionariamente por seus direitos.⁴⁰ Após a Independência, os estadistas brasileiros mantiveram a coerência de não inscrever na Constituição de 1824 a cor da pele como atributo necessário ao exercício dos direitos políticos. O artigo VI da Carta deferiu cidadania a todos os escravos nascidos no país que se alforriassem,

³⁸ Cf. David Geggus, “Racial Equality, Slavery, and Colonial Secession during the Constituent Assembly”. *The American Historical Review*, Vol. 94, No. 5 (Dec. 1989), pp. 1290-1308; para abordagem distinta a respeito do papel dos escravos, ver Carolyn Fick. “The French Revolution in Saint Domingue: A Triumph or Failure?”. In: D. Gaspar, D. Geggus (ed.). *A Turbulent Time. The French Revolution and the Greater Caribbean*. Bloomington: Indiana University Press, 1998, pp. 51-77. Outra análise, que considera as guerras entre a França, a Espanha e a Inglaterra como fatores importantes para a abolição de 1794, é a de Robin Blackburn. *The Overthrow of Colonial Slavery*, cap. V; Cf. também o trabalho de Laurent Dubois. *Avengers of the New World: the Story of the Haitian Revolution*. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press, 2004.

³⁹ Sobre o assunto, ver Manuel Chust. *La Cuestión nacional americana en las Cortes de Cádiz (1810-1814)*. Valencia, México: Fundación Historia Social-UNAM, 1999, pp. 29-123; e Josep Maria Fradera. *Gobernar Colônias*, pp. 71-93. Cf. tb. Montesquieu. *O espírito das leis*. 1ªed. em francês, 1748. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2005, livro XV, cap. XVIII, pp. 267-268.

⁴⁰ Márcia Berbel e Rafael Marquese. “La esclavitud en las experiencias constitucionales ibéricas”.

mesmo que descendentes diretos de africanos. Cumprindo os critérios censitários, libertos crioulos podiam eleger representantes políticos, embora ainda não pudessem ser eleitos; por sua vez, seus filhos, já livres, estariam aptos a sê-lo. Nas letras do artigo: “São cidadãos: os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço da sua nação.”⁴¹ São apenas duas linhas e meia – mas foram elas que fixaram o quadro institucional das defesas da escravidão por mais de seis décadas no Brasil.

Por se acreditar que escravidão e liberalismo não se casaram nem deram frutos, surgiram algumas distorções involuntárias na historiografia sobre o Império do Brasil. As idéias mais bem conhecidas e divulgadas a respeito da nacionalidade brasileira e da maneira como sua população deveria ser etnicamente composta provêm da Representação que José Bonifácio escreveu para apresentar à Assembléia Constituinte em 1823. Inimigo do tráfico negreiro, emancipacionista e tido como legítimo representante liberal, Bonifácio defendeu a hipótese de que o povo de uma nação só atingiria harmonia social caso constituído por grupos étnicos semelhantes, à maneira do metal, cuja consistência depende das afinidades de suas ligas constituintes. Em seu projeto, a população brasileira se tornaria, aos poucos, branca, livre e homogênea. Como é que o Estado nacional, cabe perguntar, sustentou o tráfico negreiro por um quarto de século com tais idéias? Será que os súditos do império brasileiro eram esquizofrênicos e desorientados, dizendo isto e fazendo aquilo, mirando para um lado e acertando o outro? Ou será que eles eram tão materialistas e mesquinhos, que se entregavam apenas à necessidade de “braços”, prescindindo de convicções íntimas e de um sistema valorativo correspondente?

De fato, vogaram idéias liberais a respeito da formação do povo brasileiro e do povoamento do Império que concorreram com as de Bonifácio e, visto o vigor do contrabando de africanos, constituíram o projeto político claramente predominante até 1850 e, talvez, até meados da década de 1860. Durante o século XIX, toda defesa da escravidão e do tráfico negreiro se escorou no liberalismo, e essa triste embora eficaz fusão ajuda a esclarecer o fenômeno da dupla expansão da liberdade e do cativo, da riqueza e da miséria, num país que ansiava (e ainda anseia) por pertencer ao futuro da civilização e do progresso humano.

⁴¹ *Constituição Política do Império do Brasil*, Título II, “Dos Cidadãos Brasileiros”, Artigo 6º, Parágrafo Primeiro. In: Hilton Lobo Campanhole e Adriano Campanhole (orgs.). *Constituições do Brasil*. São Paulo: Ed. Atlas, 1998, p. 813-814.

I. soberania, escravidão e
ordem social, 1826-1835

Em 1826, foi lançado anonimamente no Rio de Janeiro o *Discurso no qual se manifesta a necessidade da continuação do commercio da escravatura: que este trafico não tem a barbaridade, horror, e deshumanidade que se lhe quer attribuir; e que só ao Iluminado Ministério Brasileiro pertence marcar, e acelerar a epocha de o proscreever em seos estados*. Ao que tudo indica, essa foi a primeira obra avulsa no Império do Brasil que justificou o tráfico negreiro e a escravidão na esfera pública. No prefácio, o editor elogiou a recente fundação do Estado nacional brasileiro, então livre para ditar leis próprias e escolher o futuro mais adequado. Em sua opinião, suprimir repentinamente o comércio de escravos parecia equívoco duplo, pois não apenas “circunstâncias imperiosas força[va]m sua continuação”, como seu fim interessava somente à agenda do governo britânico, isto é, de estrangeiros. Aí estavam colocados dois dos problemas fundamentais ligados à escravidão brasileira no século XIX: crescimento econômico e exercício da soberania política. Lançado no primeiro ano das atividades regulares do Parlamento imperial, o *Discurso* pode ser visto, simbolicamente, como o marco fundador da defesa política da escravidão no Brasil.¹

Pouco tempo depois, o parlamentar Raimundo José da *Cunha Matos* também procurou desenvolver conceitualmente o mesmo problema do tráfico e do cativo por meio da soberania nacional. Numa fala para a Câmara dos Deputados em 1827, afirmou que as instituições do trabalho forçado africano deviam ser objeto privativo do Parlamento. Como o regime representativo perdia sua razão de ser “quando o governo se atribu[ía] o direito de legislar, direito que só pod[ia] ser exercitado pela assembléia geral”, então não apenas os estrangeiros mas o próprio Executivo pareciam inabilitados para conduzir a matéria. Depois de unir cativo e soberania nacional, o deputado ainda formulou um argumento pró-escravista fundado no exercício individual da política. No Brasil, lembrava ele, o acesso aos direitos da cidadania, não definido por critérios raciais, compreendia o cativo nascido no país tão logo fruisse a liberdade. A carta de alforria era, portanto, uma carta civil e política; e o comércio negreiro, que aportava continuamente escravos africanos, tornava-se fornecedor de fatores de produção para o

¹ Ver *Discurso no qual se manifesta a necessidade da continuação do commercio da escravatura: que este tráfico não tem a barbaridade, horror, e deshumanidade que se lhe quer attribuir; e que só ao Iluminado Ministério Brasileiro pertence marcar, e acelerar a epocha de o proscreever em seos estados*. Rio de Janeiro : Typographia Imperial e Nacional, 1826, pp. 3-9. A obra aparece como pertencente à Biblioteca Nacional no *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Introd. de J. Honório Rodrigues; apres. de Ramiz Galvão. 1ª ed., 1881. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1981, v. II, p. 1290. Contudo, só se localizou o exemplar hoje constante do acervo da Catholic University of America. Oliveira Lima Library. Washington, D.C. Agradeço à Oliveira Lima Library (OLL) a permissão para obter reprodução digital do documento.

presente e de cidadãos brasileiros para o futuro. Na fraseologia parlamentar, somente “um imenso recrutamento de gente preta” chegaria “ao estado de nos dar cidadãos ativos e intrépidos defensores da nossa pátria”.²

Na mesma época, um deputado da Bahia, então afetada continuamente por sedições de cativos na região do Recôncavo, perguntava-se que “segurança interna pode ter uma nação cujo número dos escravos é excessivo em relação àquele dos indivíduos livres?” Uma vez que estadistas brasileiros sabiam dos eventos revolucionários em São Domingos, resultantes na fundação do Haiti (1804), bem como da resistência escrava no dia a dia do Brasil, não admira que relacionassem escravidão e comércio de africanos com segurança social. O parlamentar baiano, é verdade, evitou falar da revolução haitiana ou do Brasil em particular, preferindo arrolar exemplos históricos de Atenas, da Lacedemônia e de Roma. Contudo, poderia ter pronunciado Salvador, Recôncavo e Rio de Janeiro. Afinal, presume-se, ele não estava exatamente preocupado com o Mundo Antigo.³

Soberania, crescimento econômico, raça, cidadania, ordem social e resistência escrava. Eis os principais temas subjacentes às discussões políticas sobre escravidão e tráfico negreiro no Império do Brasil, desde 1826 até 1865. Localizá-los é tarefa necessária, mas insuficiente, pois eles tendem a adquirir sentido em questões mais amplas, que envolvem constantemente, por parte dos agentes históricos, leitura do quadro mundial e ação no nível local, decisões governamentais e concepções sobre o regime representativo, articulação de partidos políticos e atuação de grupos de eleitores. Para apreender os debates sobre a instituição ao longo das décadas, é necessário reinseri-los em seus respectivos contextos e recobrar as principais forças em jogo a cada momento. Assim, antes do exame das primeiras discussões sobre o tema, travadas na ocasião do tratado anglo-brasileiro de 1826 (que suprimia o comércio em 1830) e da conjuntura por ele aberta, cumpre delinear brevemente a herança econômica e política do reinado de D. João VI. Em seguida, é possível verificar como o convênio influiu nas

² Cf. fala de Cunha Matos em ACD, 02 de julho de 1827, pp. 11-18. Mais que fala parlamentar, o voto de Cunha Matos circulou também em avulso, como obra autônoma, na *Sustentação dos votos dos deputados Raimundo José da Cunha Mattos e Luiz Augusto May, sobre a convenção para a final extinção do commercio de escravos*. Rio de Janeiro: Imp. Typographia de Pedro Plancher-Seignot, 1827. Adotou-se aqui o procedimento de registrar o nome completo das personagens na primeira ocorrência, pondo-se em itálico, preferencialmente, os termos com que eram chamadas na época; nos casos, porém, de grande diferença entre a designação então escolhida e a da historiografia corrente, optou-se pelo uso dos historiadores.

³ Cf. discurso de José Lino Coutinho, em ACD, 03 de julho de 1827, pp. 26-27.

relações entre o Parlamento e nosso primeiro Imperador, para, finalmente, acompanhar suas conseqüências na esfera pública até a primeira metade da década de 1830.

Livre comércio, diplomacia livre: 1808-1820

No último quartel do século XVIII, a economia brasileira apresentou crescimento vigoroso nas duas linhas de força de seu eixo dinâmico, isto é, nas unidades agro-exportadoras que caracterizavam o sistema de *plantation* e na produção de artigos alimentícios voltados para o mercado interno. O desempenho positivo demonstrava a rápida capacidade com que a América portuguesa respondia aos estímulos mundiais e à demanda doméstica, graças a uma série de medidas favoráveis à produção colonial emitidas pela Coroa nos quadros da Ilustração européia. Desde a montagem das Companhias Gerais de Comércio – do Grão-Pará e Maranhão (1755) e de Pernambuco e Paraíba (1759) –, passando pelas tentativas de diversificar a pauta dos gêneros agrícolas (algodão, arroz, cacau, anil, cânhamo, trigo), até o reconhecimento legal do comércio negreiro bilateral Rio de Janeiro-Angola (década de 1760), as ações da Coroa forjaram gradualmente o quadro institucional para o aumento da elasticidade produtiva colonial em momentos de conjuntura favorável, o que não tardou a ocorrer.⁴

Após a Revolução Industrial ter fixado em novos patamares o consumo mundial de algodão em rama na década de 1780, o cultivo brasileiro do artigo se provou inicialmente competitivo. Com a estrutura montada pelas Companhias de Comércio no Maranhão e em Pernambuco, sua produção, que se resumia a 388 toneladas em 1776, alcançou 2.886 t. em 1789 e chegou a 4.443 t. na quadra 1796-1800. O contexto para a expansão, que logo arrebatou proprietários de outras províncias do Norte, era extremamente favorável, porque, afora o novo padrão de demanda industrial, a arroba do artigo passou por notável valorização até 1816, e os principais produtores, os Estados Unidos, se viram envolvidos numa guerra com o maior mercado consumidor, a Inglaterra, entre 1812 e 1815. Daí resultou que, de 1808 a 1820, a rama brasileira representou 60% do total das exportações nacionais para a Inglaterra e quase um terço

⁴ Cf. Kenneth Maxwell, “Hegemonias antigas e novas: o Atlântico ibérico no longo século XVIII”. In: *Chocolate, pirates e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, pp. 209-251; ver também Antônio Carreira. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: o comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Cia. Editora Nacional: 1988, v. 1, 217-238.

das importações inglesas do artigo. No cômputo geral das receitas coloniais, disputou cabeça a cabeça o primeiro lugar com o açúcar, cujo fabrico também se aprimorava.⁵

De fato, os engenhos dos tradicionais enclaves de *plantation* se multiplicaram no final do século XVIII, antes mesmo do colapso de São Domingos, então colônia francesa e maior produtor mundial de açúcar. Na Bahia, passaram de 122 (em 1759) para 260 (em 1798). Em Pernambuco, a produção açucareira, calculada em torno de 6 mil caixas anuais, saltou para onze mil caixas no período 1796-1811. Paralelamente, a região de Campos dos Goytacazes, norte da capitania do Rio de Janeiro, se transformou em típica zona de *plantation*, abrigando 400 engenhos em 1810 (em 1777, possuía apenas 50) e concentrando o incomum índice, para os padrões brasileiros, de 3 escravos para cada 5 habitantes da região (ou 59% sobre a população total). A mudança expressiva em Campos foi acompanhada, em menor medida, por alguns territórios encravados ao sul da capitania e em São Paulo, sobretudo, Campinas e Itu. Isso explica por que o Rio de Janeiro, no início do século XIX, exportou 35% de todo o açúcar branco brasileiro, ocupando o primeiro posto, até ali pertencente a Salvador. Juntos, o açúcar e o algodão chegaram a perfazer 85% do total de produtos americanos que Portugal reexportava para o resto da Europa antes de 1808.⁶

O incremento do sistema produtivo resultou, necessariamente, em acréscimo populacional, tanto dos homens livres como escravos, acentuando a tendência de povoamento instaurado pelas descobertas auríferas nas Minas Gerais. Como as unidades agro-exportadoras não eram auto-suficientes, produtores de toucinho, queijo, couros, carne-seca, trigo, farinha de mandioca, milho, feijão, arroz, tabaco e algodão integraram-se economicamente às zonas de *plantation*, compondo um mercado interno relativamente bem-estruturado que, na região sul, ligava Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande. De todas as regiões de abastecimento, o complexo agropecuário mercantil montado na então capitania mineira foi o mais importante. Em apenas 45 anos (1776-1821), sua população aumentou em 60% (de c. 320.000 para c. 515.000), com destaque para a comarca do Rio das Mortes (a que

⁵ Cf. Jorge Miguel Pedreira, “Economia e política na explicação da independência do Brasil”. In: Jurandir Malerba (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 55-97; para uma abordagem discordante da de Pedreira, ver José Jobson de Andrade Arruda. *Uma colônia entre impérios: a abertura dos portos brasileiros, 1800-1808*. Bauru, SP: Edusc, 2008, pp. 54-86.

⁶ Ver dados relativos à Bahia e Pernambuco em Stuart B. Schwartz. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. 1ª ed., 1985. São Paulo: Cia. das Letras, 2005, pp. 343 *passim*. Sobre desempenho do Rio de Janeiro, ver síntese em João Luís Ribeiro Fragoso. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, pp. 78-79 e 102-103.

pertenciam as vilas de S. João del-Rei, Barbacena e Campanha), onde o número de moradores saltou de c. 82.000 para c. 213.000. Minas Gerais pontificou, assim, como a maior detentora do número absoluto de cativos e, talvez, a maior região importadora de africanos no Brasil, disputando o primeiro posto palmo a palmo com o Rio de Janeiro. Foi nessa rede de abastecimento, segundo o historiador João Frago, que se estruturaram os principais canais de formação do excedente de capital, então apropriado por uma poderosa elite mercantil engajada nas linhas de comércio a longa distância entre a Ásia (onde obtinha tecidos finos), a África (escravos), Portugal (manufaturados, vinhos, azeites, sal etc.), o Rio de Janeiro (sua base de ação) e as províncias do centro-sul, tanto consumidoras de escravos e artigos europeus como exportadoras de gêneros alimentícios. Há discordância na historiografia sobre o papel do mercado interno na dinâmica do sistema colonial, mas parece admissível dizer que os canais mercantis de acumulação no centro-sul estavam cifrados às mãos de uma elite econômica atuante, em paralelo, na agro-exportação e no aprovisionamento interno.⁷

Foi nesse cenário que a invasão de Portugal por tropas franco-espanholas, em novembro de 1807, provocou a vinda da família real para a então mais rica parte do império ultramarino, acelerando o processo de desenvolvimento material deflagrado havia algumas décadas. Uma vez na América, a Corte aprofundou laços econômicos e políticos com os homens de grossa aventura que, operando no Rio de Janeiro, já vinham concedendo empréstimos ao Estado português, como o indica uma correspondência do vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Souza, datada em 1804. Mesmo após a transmigração da Coroa e a chegada de inúmeros comerciantes lusitanos ao Rio, a elite mercantil anteriormente radicada na cidade ainda perfazia de 50 a 70% do total dos primeiros negociantes listados nos *Almanaques*, representava cerca de 70% dos grandes

⁷ João Luís Ribeiro Frago. *Homens de grossa aventura*, pp.101-249; a respeito da capacidade importadora de mão-de-obra africana em Minas Gerais, vide Roberto Borges Martins e Amílcar Martins Filho, "Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth Century Minas Gerais Revisited. *Hispanic American Historical Review*, 63:3 (1983), pp. 537-568; essa capacidade importadora foi contestada por Laird W. Bergad em *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: Edusc, 2004. Estudos posteriores têm confirmado, no entanto, a análise de Martins. Cf. Roberto Borges Martins, "Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez". In: Tamás Szmrecsányi e José Roberto do Amaral Lapa. *História econômica da Independência e do Império*. 1ª ed., 1996. São Paulo: Hucitec/Edusp/I. Oficial, 2002, pp. 99-130; e João Luís Frago e Roberto Guedes Ferreira, "Tráfico de Escravos, Mercado e Fianças Dois Bancos de Dados (despachos de escravos, passaportes e licenças)", LIPHS (Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social), UFRJ, 2001. Entre Frago e R. B. Martins, há discordância apenas quanto à intensidade do tráfico de africanos novos para Minas: aquele considera a província a principal importadora do Brasil; este, a segunda, atrás do Rio de Janeiro.

mercadores engajados no comércio com a África e compunha igual parcela daqueles envolvidos com o de charque.⁸

Tão simples como audacioso, o projeto da elite ilustrada portuguesa, assim dependente da elite mercantil carioca, consistia em construir um império moderno e dinâmico nas Américas fundado no livre comércio, na expansão do sistema escravista e na proteção do trato negreiro. Sua plena execução, no entanto, se esbarrava na viva oposição da Grã-Bretanha, cujo governo, abolindo o tráfico para as Antilhas (1807-1808), prometera aos proprietários das *West Indies* levar todos os outros impérios coloniais a fazer o mesmo, a fim de alquebrar-lhes a competitividade. A convergência de abolicionistas e de representantes dos interesses das Antilhas, na conjuntura política do pós-guerra, permitiu ao país cumprir a palavra na década de 1810. Uma após a outra, França, Espanha e Holanda cederam, a contar de 1814, às exigências da Grã-Bretanha, que consolidava indisputável hegemonia após as batalhas napoleônicas. Haveria ali apenas uma exceção: a Coroa portuguesa.⁹

Beneficiária direta da proteção inglesa em 1808, a monarquia bragantina tinha feito generosas concessões comerciais e diplomáticas no Tratado de Comércio e no de Aliança e Amizade, assinados em 1810 e previstos para durar uma quinzena de anos. Enquanto aquele reduzia impostos sobre manufaturas inglesas a 15%, este ajustava o compromisso luso-brasileiro com a abolição do comércio negreiro em futuro indeterminado. Quando Napoleão foi definitivamente derrotado (1814), a primeira disposição se revelou ponto de grave desequilíbrio nas relações de poder dentro do império português, pois os negociantes do reino entraram a requerer a anulação de um tratado lesivo, ratificado em tempos de guerra e inadmissível em tempos de paz. Realmente, as exportações portuguesas para o Brasil haviam se deteriorado em 77,6% entre 1808 e 1813, quando a função re-exportadora do reino em mercadorias americanas sofrera queda de 88,4%. Para inverter esse quadro, porém, eles sabiam ser necessário oferecer o fim abrupto do tráfico negreiro como moeda de troca nas negociações com a Inglaterra. Sensível às demandas reinóis, o conde de Funchal, então representante

⁸ Cf. João L. R. Fragoso. *Homens de grossa aventura*, pp. 212-218; para outra leitura, que frisa a importância dos negociantes portugueses adventícios com a Corte, Riva Gorenstein. “Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830).” In: Lenira Menezes Martinho & Riva Gorenstein. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Depto. Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993, pp. 129-222.

⁹ Ver duas sínteses do período em David Brion Davis. *The problem of Slavery in the Age of Revolution, 1770-1823*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1975; e Robin Blackburn. *The Overthrow of Colonial Slavery, 1776-1848*. London, New York: Verso, 1988, pp. 293-329.

português em Londres, publicou em 1814 um plano prevendo a abolição do tráfico pela anulação do tratado. O agente diplomático também instou a Londres que induzisse D. João VI a regressar a Lisboa, definitivamente pacificada.¹⁰

Funchal foi três vezes derrotado. A Corte do Rio de Janeiro, respondendo que seu projeto provocaria “nos vassalos [americanos] um descontentamento correspondente aos prejuízos que sofreriam”, retirou-lhe todos os poderes para as negociações européias no Congresso de Viena, previsto para fins de 1814. Quanto à residência no Brasil ou no reino, optou definitivamente pela sede americana, bem a despeito dos súditos portugueses e dos conselhos britânicos. Por fim, o governo joanino encomendou um parecer para decidir de maneira teórica e conclusiva se o negócio negreiro preferia à revogação do Tratado de Comércio ou vice-versa. O parecerista, José Anselmo Correa Henriques, diplomata e conselheiro da Coroa, redigiu o que pode ser considerado o manifesto da política escravista da corte bragantina no Brasil. Embora reconhecesse os efeitos negativos do acordo comercial, considerou-os limitados, dada a cessação do tratado em dez anos, em oposição aos do fim do tráfico, que atingiriam de modo permanente a produção agrícola americana, as rendas do Estado português e o domínio político das possessões africanas – eles eram, portanto, estruturais. A ocorrer a abolição, perguntava-se o parecerista, “que golpe não vai dar não só na percepção dos direitos reais, mas também na agricultura de todo o Brasil, em todos os ramos da indústria nacional?” Nas apostas para levar o império português à modernidade, Correa Henriques e a Coroa decidiram sacrificar Portugal em prol da escravidão e do comércio de almas no Brasil.¹¹

Para fazê-lo, foi necessário dilatar ao máximo as pressões britânicas por novo diploma antitráfico. Somente na ocasião do Congresso de Viena e após violentas

¹⁰ A respeito das convenções que proibiram o trato de escravos, ver Leslie Bethell. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. 1ª ed. em inglês, 1970. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura/Edusp, 1976, pp. 15-38; e Jaime Rodrigues. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil, 1800-1850*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Cecult, 2000, pp. 97-107. Seus conteúdos foram integralmente transcritos por Antonio Pereira Pinto. *Apontamentos para o direito internacional ou collecção completa dos tratados celebrados pelo Brazil com diferentes nações estrangeiras, acompanhada de uma notícia histórica e documentada sobre as Convenções mais importantes*. Rio de Janeiro: F. L. Pinto & Cia. Livreiros Editores, 1864, vol. 1.

¹¹ Sobre a defesa diplomática do projeto luso-brasileiro fundado na escravidão e no tráfico, vide Guilherme de Paula Costa Santos. *A Convenção de 1817: debate político e diplomático sobre o tráfico de escravos durante o governo de D. João no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, depto. de História. São Paulo, 2007, pp. 63-192 (as falas de Correa Henriques estão nas pp. 178-180); cf. tb. o detalhado estudo de Valentim Alexandre. *Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Edições Melhoramentos, 1993, pp. 167-367; sobre Correia Henriques, ver sumário biográfico em Innocencio Francisco Silva. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 22 vols., vol. IV, 1860, pp. 235-236.

incursões ilegais de cruzadores da *royal navy*, que capturaram diversos navios luso-brasileiros, o governo joanino consentiu no ajuste do tratado de 22 de janeiro de 1815, negociado exclusivamente entre Portugal e Inglaterra. Seu teor se resumia em: i) proibição do tráfico, na costa africana, ao norte do Equador; ii) obrigação luso-brasileira de regulamentar, em dois meses, penas aos infratores; iii) renúncia do governo londrino ao empréstimo português de 600 mil libras contraído em 1809; iv) e indenização britânica de 300 mil libras às apreensões ilegais de negreiros entre 1810 e 1814. Mas, em um formidável jogo de vaivens, a monarquia portuguesa se recusou a legislar o fim parcial do comércio, enquanto a Inglaterra não executasse a indenização. Sua Majestade Britânica, por outro lado, somente o faria se a Corte joanina redigisse o alvará que se estipulava.¹²

Não tardou para que o impasse se convertesse novamente em operações militares. Em 1816, o *Foreign Office* autorizou confiscos, mais uma vez ilegais, de barcos luso-brasileiros envolvidos no curso de escravos ao sul da linha equinocial. Pressionados, os agentes diplomáticos portugueses ofertaram uma *Convenção Adicional*, finalmente subscrita em 28 de julho de 1817, fazendo duas concessões de monta (sugeridas pela Inglaterra) em troca de definitiva estabilidade comercial. Globalmente, o texto previa montagem de comissões mistas anglo-portuguesas no Rio de Janeiro e em Serra Leoa para julgar as apreensões e fixava regras tanto para o direito de visita mútua (inspeção em alto-mar) quanto para a apreensão de navios contrabandistas. Em contrapartida, precisava detalhadamente as áreas lícitas para o trato negreiro dali em diante, às quais estariam vedadas incursões de cruzadores.¹³ Pouco antes da *Convenção Adicional*, o conde de Palmela, plenipotenciário na ocasião, afirmava que o “nosso principal objeto é, creio eu, continuar a fazer o mais tranquilamente que podemos o comércio da escravatura” e “evitar os insultos e prejuízos que, contra todo o direito, nos causam os cruzadores britânicos”. Após saber que, ainda no mesmo ano, o governo espanhol aceitara suprimir em um triênio o tráfico negreiro para suas colônias antilhanas, Palmela extraiu exultante o balanço da rodada: “Do ano de 1820 em diante, ficaremos, pois, sendo a única nação que possa continuar

¹² Cf. Oliveira Lima. *D. João VI no Brasil*. 1ª ed., 1908. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006, pp. 271-284.

¹³ Sigo interpretação de Guilherme de Paula Costa Santos. *A Convenção de 1817*, pp. 64-70.

licitamente o tráfico de escravos e julgo que essa é mais uma razão para provar a conveniência da Convenção de 29 de julho [de 1817]”.¹⁴

A Corte joanina parecia ter aberto um corredor legal para o incremento das transações negreiras. Com o livre comércio, com a supressão do tráfico inglês, norte-americano e holandês e com a proteção diplomática da Corte, a média anual de escravos introduzidos no Rio de Janeiro entre 1809 e 1820 subiu para 18.400, exatamente o dobro dos índices registrados no decênio anterior. Nas palavras do ministro Tomás Antônio Vilanova, em 1818, o império não admitiria mais “convenção alguma a respeito da abolição do comércio de escravos ao sul do Equador, antes de terem passado vinte anos desde a data desta última convenção sobre a abolição ao norte do Equador”. Até 1837, portanto, o diploma separaria do mundo livre e hegemonicamente britânico o Atlântico-Sul, quadrante escravista sob controle luso-brasileiro. Contudo, enquanto continha a Inglaterra fora de casa, a Coroa foi surpreendida por contratempos domésticos em Portugal: “já vamos chegando à crise na qual será indispensável adotar um sistema diferente”, escreveu Palmela a Funchal em 1818, “e ver como se hão de amalgamar de um modo o interesse americano [continuação do tráfico] e o interesse europeu [revisão do tratado comercial e estadia da Corte na América]”.¹⁵ Em 1820, a gradativa tensão explodiu na Revolução do Porto. E, com ela, sobreveio uma profunda quebra na estabilidade institucional prevista três anos antes para o incremento da economia brasileira.

Nova diplomacia, ideologia nova: 1820-1824

Com o início do movimento liberal português, em agosto de 1820, o império luso-brasileiro experimentou acelerada dilatação da esfera pública. Apenas em Portugal, surgiram trinta e nove jornais em 1821, enquanto, no Rio de Janeiro, circularam duas dezenas entre 1821 e 1822. O número de publicações da Imprensa Nacional também deu um salto sem precedentes. De uma média de quarenta obras, entre 1808 e 1820, ela passou a imprimir 236 em 1821 e 280 no ano seguinte – isso sem contar as tipografias particulares, por onde veio à luz mais de uma centena só nesse último biênio. A historiadora Lúcia Maria Pereira das Neves analisou os escritos publicados durante a experiência das Cortes até a Independência do Brasil (1820-1822) e constatou, no que

¹⁴ Cf. Ofícios Reservados, C. de Palmela de Londres para o Rio de Janeiro, 10/02/1817; 13/03/1817; e 08/10/1817. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), código 198/03/01.

¹⁵ Apud Guilherme de Paula Costa Santos. *A Convenção de 1817*, p. 187.

chama de “guerra das penas”, uma cultura política comum nos dois lados do Atlântico. Assim, livres de censura prévia, jornais e panfletos na Europa e na América ventilaram novos conceitos afinados com o ideário liberal, como constituição, cidadania, eleições, igualdade, opinião pública, soberania representativa etc.¹⁶ É verdade que a instituição do cativo não esteve no centro dos debates – indício de que a *Convenção* de 1817 parecia ter decidido o assunto; isso não impede, porém, de ver como ela foi evocada nessa nova grade conceitual.

Muitos dos opúsculos e artigos liberais trataram de questões que remontavam à estadia da Corte do Brasil (1808). Como lidar com o tratado de 1810? Onde estabelecer a sede do novo governo? As respostas, contudo, se inseriam no quadro mais amplo das discussões acerca da natureza da constituição a ser redigida para todo o império. De fato, se há alguma expressão-chave que pode caracterizar o processo histórico no universo lusófono aberto com a transferência da família real e radicalizado com a Revolução do Porto, talvez ela seja *redefinição* – tanto política quanto social. Na era das revoluções liberais atlânticas, o deslocamento da metrópole abriu espaços no seio da monarquia para a reorganização, ao mesmo tempo, das relações entre as *partes componentes do império* – sobretudo, Portugal e Brasil – e das relações entre as *partes constitutivas da sociedade* – monarca e súditos. Pode-se dizer que governantes e governados enfrentavam duas questões formalmente separadas, mas historicamente intrínsecas, isto é, como re-elaborar o *contrato social* e como rever o *contrato imperial*?

O impasse em torno do pacto social foi aparentemente solucionado com o juramento das bases da Constituição feito por D. João VI, em 1821. Os maiores desafios, contudo, ainda estavam por vir, como a definição da sede da monarquia, a extinção dos tribunais superiores criados no Brasil, a nomeação dos governadores de armas e as medidas fiscais para aplacar os efeitos econômicos do tratado comercial de 1810. Desse repertório, sobreleva o problema da sede da monarquia, pois foi nele que uma série de sete publicações tocou no assunto do cativo, abrindo espaço para um dos argumentos fundamentais na defesa política do sistema escravista brasileiro durante o século XIX. Em 1821, o autor de um panfleto anônimo pró-Portugal, *Carta do compadre de Lisboa em resposta a outra do compadre de Belém ou Juízo crítico sobre a opinião pública*, sustentou a idéia de que apenas o Reino podia abrigar dignamente o novo governo liberal. A parte americana do império, assim escreveu ele, era um gigante

¹⁶ Cf. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003, pp. 16, 93 e 257.

sem braços, nem pernas; não falando no seu clima ardente e pouco sadio, o Brasil está hoje reduzido a umas poucas de hordas de negrinhos, pescados nas costas da África, únicos e só capazes de suportarem (e não por muito tempo) os dardejantes raios de uma zona abrasada; o seu terreno interior está inculto e seria preciso que decorressem séculos para cultivar-se, ou que Sua Majestade, adotando o sistema do autocrata de todas as Rússias, estabelecesse e criasse ali de novo os antigos infatigáveis jesuítas, que, com suas mossas de pau, fossem cristianizando e domesticando todos os índios Botocudos, Coroados e Puris.

Entre a “terra dos macacos, dos pretos e das serpentes” e o “país de gente branca, dos povos civilizados”, não restava dúvida: o monarca devia residir em Portugal.¹⁷ À medida que a independência brasileira assomou no horizonte, panfletos como *Portugal e o Brasil – observações políticas aos últimos acontecimentos do Brasil* (1822, Francisco de Alpoim de Meneses) e jornais lusitanos como *O Campeão Português em Lisboa* ou *O Campeão Lisbonense* indigitaram os mesmos lugares-comuns. Um país composto de escravos, negros e mulatos, diziam em uníssono, sempre “necessita de uma potência européia que lhe afiance a obediência destes escravos”.¹⁸

A catilinária desencadeada pelo “compadre de Lisboa” provocou reações imediatas em, no mínimo, seis opúsculos. Embora tenha começado na Europa, com o *Discurso em desagravo aos brasileiros ofendidos pelo compadre de Lisboa na sua carta impolítica dirigida ao compadre de Belém* (1821, José Joaquim Lopes de Lima), foi no Brasil que a discussão se desdobrou, desde a refutação parcial até a inversão total dos argumentos lusitanos. Ainda em 1821, o padre Luís Gonçalves dos Santos publicou a *Justa retribuição dada ao compadre de Lisboa* (houve reedição em 1822). Aceitando implicitamente os pressupostos do interlocutor, Santos defendeu a população brasileira dizendo que os brancos é que edificavam as cidades, povoavam as fortalezas, compunham o clero secular e regular, exerciam a magistratura, operavam as linhas de comércio e dominavam a produção econômica. Eles se encarregavam de tudo o que exigia “maior inteligência e perfeição de obra, de que os negros nem os índios são muito capazes, os Pardos sim, que para tudo são habilitados”. Na conclusão, advertiu que “os negrinhos, Senhor Compadre, ou se acham empregados no serviço doméstico dos seus Senhores, como lá em Portugal os moços de servir, ou no trabalho da agricultura e das lavras de ouro; [...] não formam ordem alguma no Estado, vivem dispersos pelas casas

¹⁷ Cf. *Carta do compadre de Lisboa em resposta a outra do compadre de Belém, ou juízo crítico sobre a opinião pública, dirigida pelo Astro da Lusitânia*. Reimpresso no Rio de Janeiro: Typographia Real, 1821, pp. 14-16.

¹⁸ Cf. citações em Lúcia M. B. P. das Neves. “A ‘guerra das penas’: os impressos políticos e a Independência do Brasil”. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 4, vol. 8, dez. 1999, 41-66; Maria Beatriz Nizza da Silva. *A cultura luso-brasileira: da reforma da universidade à Independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, p. 241; Valentim Alexandre. *Os sentidos do império*, p. 648.

ou fazendas de seus Senhores; por si mesmos, não fazem povoação distinta e separada dos brancos.” Efetivamente, Santos empregou argumentos baseados na cor de pele para desautorizar uma acusação amparada nos mesmos critérios. Em linha semelhante, o autor de outro opúsculo, provavelmente o futuro líder liberal *Evaristo Ferreira da Veiga* e Barros, escreveu que “se entre nós existem Pretos que nos servem”, em Portugal “servem os Galegos”; as duas regiões, tal é o raciocínio, se valiam das respectivas escórias sociais para atender às necessidades econômicas.¹⁹

Pode-se entender esses arrazoados como manifestações tardias do discurso ilustrado português a respeito da ascensão social de homens de cor livres ou libertos no Brasil. Por essa razão, entretêm relação de notável continuidade com o que o bispo de Olinda, José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, o maior ideólogo escravista do início do século, publicara na década anterior. Em suas obras, Coutinho lamentava a mobilidade social dos negros, pois a alforria significava perda de trabalhador agrícola e ganho de liberto ocioso. A exemplo dos dois panfletistas de 1821, concebia a sociedade brasileira etnicamente dividida entre brancos (parte nobre) e os outros (parte vil, restrita ao mundo do trabalho). Entretanto, o movimento liberal do Porto induziu a reorientação completa desses discursos, principalmente quando emitiu as instruções eleitorais para o império descartando critérios de cor de pele na definição do direito de votar e de ser votado, em 1821. Nesse ano, o autor anônimo da *Carta do Compadre do Rio de S. Francisco do Norte* censurou Luís Gonçalves dos Santos por ter empregado argumentos de corte étnico na defesa do Brasil. Na primeira parte da exposição, o publicista reconheceu em Deus o preceito de que todos os homens são iguais por natureza. Em

¹⁹ Cf. [Luís Gonçalves dos Santos] *Justa retribuição dada ao compadre de Lisboa em desagravo dos brasileiros ofendidos por várias asserções, que escreveu na sua carta em resposta ao Compadre de Belém, pelo filho do compadre do Rio de Janeiro, que oferece e dedica aos seus patrícios*. Rio de Janeiro: Typographia Régia, 1821, pp. 19-20; vide tb. [provavelmente, Evaristo da Veiga]. *Carta que em defesa dos Brasileiros insultados escreve ao Sachristão de Carahi, o estudante constitucional, amigo do filho do compadre do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821. Nas atribuições de autoria, sigo Lúcia M. B. P. das Neves. *Corcundas e constitucionais*, pp. 36, 205, 219, 279-283. Luís Gonçalves dos Santos, formado padre no Rio de Janeiro, onde teve aulas de retórica com Silva Alvarenga – o célebre autor de *O Desertor: poema herói-cômico* (1774) e de *Glaura* (1799) –, escreveu as *Memórias para servir à História do Reino do Brasil* (1825) e, mais tarde, se tornaria sócio honorário do futuro Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nas *Memórias*, condenou com virulência a Inglaterra quando comentou os tratados antitráfico subscritos entre 1808 e 1820. Santos pôs em destaque uma longa citação de Ezequiel (cap. 19) a respeito de uma Leoa que criava filhotes empenhados em despedaçar e devorar homens de outras nações. A leoa é, claramente, alusão alegórica à Inglaterra. Acresceu também que a filantropia era “pretexto falso, caviloso e injusto, e sobretudo atentatório da majestade soberana”. Em outra passagem, reconheceu no trato de escravos eficiente meio de “auxiliar, promover e aumentar a agricultura e indústria e procurar por uma maior massa de trabalho maior abundância e riqueza”. Cf. Luiz G. dos Santos. *Memórias para servir à História do Brasil*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943, vol. I, pp. 415-416, 439-440.

seguida, procurou demonstrá-lo por meio de exemplos históricos e sociais que denunciavam a importante presença dos negros libertos em diversos setores sociais:

Os pretos, a quem vm. [Gonçalves dos Santos] não concede maior acesso e dignidade que a de Rei do Rosário, são suscetíveis de todos os bons e maus sentimentos, dignos e grandes feitos, e também baixos e péssimos do mesmo modo que nós, os brancos, o somos: se não têm aparecido entre os pretos repetidas vezes grandes homens, é porque a condição servil em que estão postos entre nós não lho consente: na sua Pátria, opõem-se-lhes a barbaridade, em que ela está envolvida; mas, apesar disso, quantos Heróis poderiam eles memorar, se lhes fosse conhecida a prodigiosa arte de transmitir seus nomes à posteridade? Contudo, alguns da sua raça se têm eternizado por grandes façanhas militares e, sem sairmos do nosso Brasil, admiraremos um Henrique Dias; não foi ele preto? Impediu-o acaso o acidente da cor para que obrasse as grandes ações de fidelidade, valor e heroicidade que praticou na restauração de Pernambuco? [...] O brioso e valente Corpo de Libertos Leais d'El-Rei não é composto de pretos? Tem por isso deixado de se conduzir com honra e valor na guerra do sul? Não vemos entre nós cavalheiros das ordens militares, coronéis e oficiais pretos que dignamente preenchem os deveres e comportamentos? Não vemos sacerdotes e cônegos muito dignos? São os pretos menos hábeis e aptos para as letras, artes e ofícios?"²⁰

Em um *Ensaio histórico-político*, de 1822, o futuro deputado brasileiro Raimundo José da Cunha Matos acusou os “papéis de Lisboa, cheios de sarcasmos indignos e negras inventivas”, por reputarem os brasileiros “orang-ou-tangs, hordas de negros pescados nas costas da África e tapuias tirados dos fundos dos bosques”. Em consonância com o Compadre do rio de S. Francisco do Norte, Cunha Matos afirmou que nação e pátria se definiam não pelo lugar de origem (lê-se: etnia) de seus habitantes, e sim pelo modo como estes se relacionam: “Muitos filósofos dizem que Pátria é a terra do nascimento; que a Pátria de um romano é a cidade de Roma; e a de um lisbonense a cidade de Lisboa!”, escreveu ele. “Que estouvada filosofia própria para criar egoístas! Pátria é a coisa pública: o rei é Pátria; o governo é Pátria; o país que habitamos é Pátria; a coleção dos nossos concidadãos, de nossas mulheres, de nossos filhos, de nossos parentes, de nossos amigos é Pátria; o nosso próprio bem-estar é Pátria”.²¹

Em resposta às provocações dos “compadres de Lisboa ou de Belém”, esse debate, inicialmente travado no campo da etnia, se deslocou para o das ocupações sociais, da concepção de pátria e, finalmente, da cidadania. Outro futuro parlamentar brasileiro, Luiz Augusto May, observou no periódico *A Malagueta Extraordinária* que o

²⁰ Cf. *Carta do Compadre do Rio de S. Francisco do Norte ao filho do compadre do Rio de Janeiro, na qual se lhe queixa do paralelo que faz dos índios com os cavallos, de não conceder aos homens pretos maior dignidade, que a de reis do roçario, e de asseverar que o Brasil ainda agora está engatinhando. E crê provar o contrario de tudo isso, por J. J. do C. M.* Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1821, pp. 3-5.

²¹ Raimundo José da Cunha Matos. *Ensaio histórico-político sobre a origem, progressos e merecimentos da antipatia e recíproca aversão de alguns portugueses europeus e brasilienses ou elucidação de um período da célebre ata do Governo da Bahia datada de 18 de fevereiro do ano corrente* (1822). Apud L. M. B. P. das Neves. *Corcundas e constitucionais*, p. 205.

Estado liberal podia ser perfeitamente implantado no Brasil escravista, na condição de que não se instituísssem hierarquias sociais segundo a cor da pele: “havia de custar a acertar: quem é ou não é branco”, notou ele, “quem é ou não é caboclo; quem é ou não é mulato”. O sistema representativo devia operar apenas conforme os tipos sociais procedentes do sistema escravista, isto é, livres, libertos e escravos. Segundo o escritor, havia no país “três classes de cidadãos e de hierarquias”: uma formada pela família imperial e por homens brancos, outra composta por libertos de cor e a última identificada com o “Terceiro Estado, isto é, os cativos”.²² Para May, a primeira e a segunda classe, aí compreendidas as pessoas livres e as egressas do cativo, podiam gozar os direitos da cidadania e atuar na política.

Foi em meio a esses escritos que a Constituição brasileira de 1824 ratificou a tendência instaurada já nas Cortes de Lisboa em graduar os direitos de cidadania conforme não a cor de pele, mas sim os tipos sociojurídicos gestados no seio da escravidão: cativo, liberto e livre. Durante a Constituinte (1823), os representantes haviam se polarizado acerca da incorporação dos libertos africanos à sociedade civil. *Grosso modo*, aqueles contrários ao tráfico defenderam essa proposta, enquanto os partidários de sua continuação a refutaram, em respeito à tradicional hierarquia entre crioulos e boçais que havia séculos estabilizava a ordem escravista. Na plenária, os antiescravistas venceram, mas, nos bastidores, acabaram derrotados. O colegiado que redigiu a Constituição de 1824 inscreveu no artigo VI que os libertos detentores de alguns direitos de cidadania deviam ser, necessariamente, nascidos no Brasil. Ao mesmo tempo em que a estratégia ampliava o corpo da sociedade civil em oposição aos cativos e preservava a ordem escravista por guardar a hierarquia descendente do homem livre, passando pelo liberto crioulo, até o liberto boçal, ela inseria na Carta de nascimento do país um dispositivo ideológico poderoso, repetidamente usado no século XIX: o Império do Brasil era o lugar, ao mesmo tempo, da escravidão e da igualdade das raças.²³

Provavelmente, o primeiro panfleto a ter incorporado de forma indireta o artigo VI da Carta de 1824, no rescaldo da experiência constitucional do vintismo português,

²² Apud José Honório Rodrigues. *Independência: revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro: Fco. Alves; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975, v. 4, pp. 127-8. Cf. tb. L. M. B. P. das Neves. *Corcundas e constitucionais*, pp. 181 e 100.

²³ Ver Rafael Marquese e Márcia Berbel. “A ausência da raça: escravidão, cidadania e ideologia pró-escravista nas Cortes de Lisboa e na Assembléia Constituinte do Rio de Janeiro (1821-1824)”. In: Cláudia Maria das Graças Chaves e Marco Antonio Siqueira. *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008, pp. 63-88.

se intitulava *Reflexões sobre as cousas do Brasil*, obra anônima lançada em 1825 que encerraria o ciclo de discussões aberto em 1821. “Em todas as crises, a reunião dos proprietários e mais gente grada de todas as cores tem salvado o Brasil”, ensinou o autor; “quem ler encontrará que, nos transes arriscados, não se descobriu entre todas as raças que compõem a sua povoação mais do que um voto, um grito: a salvação, a defesa do Brasil. A cor se torna a mesma quando o sentimento é o mesmo.”²⁴ Esse argumento teria longo curso nas futuras defesas da escravidão, de maneira que se pode dizer que a Revolução do Porto, os debates da Independência e a Constituição do Brasil brindaram ao país a chance de renovar seu repertório ideológico segundo os princípios da cultura política liberal. Tratava-se, sem dúvida, de precioso ganho para a sobrevivência da instituição.

Todavia, a Independência também teve altos custos, pois cortou dramaticamente o fôlego diplomático obtido em favor do tráfico negreiro na convenção de 1817. Era sabido de todos que o comércio só podia operar dentro dos limites do império português, como o previra o tratado de *Aliança e Amizade* de 1810, ponto reiterado nos diplomas ulteriores (de 1815 e de 1817). Além disso, o *Foreign Office* exigia, sistematicamente, a eliminação do trato em compensação pelo reconhecimento da separação nacional. Tanto era assim, que George Canning, ministro dos estrangeiros entre 1822 e 1827, enviou cônsules para Buenos Aires, Montevidéu, Valparaíso, Lima, Cartagena, Cidade do México, La Guáira, Veracruz e Panamá, com instruções para se informarem sobre três questões fundamentais: 1. se os respectivos países haviam decretado independência; 2. se iriam mantê-la; 3. se tinham interrompido o tráfico. A respeito do Brasil, o comandante das relações internacionais colocou em perspectiva histórica o problema da abolição. “A Coroa de Portugal é o único país europeu que refreou sua adesão a esse princípio”, explicou ele, “e o fez expressamente sob a alegação da necessidade de prover de braços escravos a lavoura do Brasil. As alterações das relações do Brasil e de Portugal invalidam essa justificativa”.²⁵

A única maneira de contornar essa dificuldade consistia em consolidar a Independência do Brasil e de Angola em um mesmo país. Com efeito, quando os três

²⁴ Cf. *Reflexões sobre as cousas do Brasil, publicadas em Philadelphia e Reimpressas no Rio de Janeiro por hum amigo do Brasil*. Typographia Nacional, 1825, p. 5. O texto, que menciona a Constituição brasileira, foi impresso com a data de 09 de julho de 1824.

²⁵ Apud José Honório Rodrigues. *Brasil e África: outro horizonte*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 173; cf. tb. D. A. G. Waddell, “A política internacional e a independência da América Latina”. In: Leslie Bethell *História da América Latina: da independência até 1870, vol. III*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001, pp. 231-265. As citações encontram-se na p. 253.

deputados angolanos eleitos para as Cortes de Lisboa se reuniram no Rio de Janeiro, já no seio da crise institucional de 1822, dois deles optaram por permanecer ali e aguardar instruções dos concidadãos para, eventualmente, tomar assento na Assembléia Geral e Constituinte do Brasil, prevista para o próximo ano. Um deles era Eusébio de Queirós Coutinho, que, pai do futuro líder saquarema *Eusébio de Queirós* Coutinho Matoso Câmara, nunca mais deixaria o Brasil. A decisão da maioria dos representantes luso-africanos não admira, visto que o fluxo monetário Brasil-Angola superava em cinco vezes as linhas comerciais Angola-Portugal. Ao mesmo tempo, notícias de rebeliões em Benguela, ansiosa por tornar-se brasileira, também chegaram a Lisboa. Por razões diferentes, nem a Inglaterra nem Portugal admitiriam a Independência de 1822 sem expressa renúncia brasileira às possessões da costa africana.²⁶

Curiosamente, o empenho que se nota nos luso-africanos para aderir à secessão americana não teve contrapartida no lado ocidental do Atlântico. Na Constituinte de 1823, o deputado José Joaquim *Carneiro de Campos* (pelo Rio de Janeiro; futuro marquês de Caravelas) recomendou uma comissão especial para extrair do embaixador inglês o reconhecimento da Independência, em troca do fim do tráfico *em um ano*²⁷ – os constituintes também tinham à disposição uma “Memória sobre a Escravatura” (1822), de Antônio José Gonçalves Chaves, que pedia sua supressão imediata e a libertação do ventre.²⁸ Polêmica, a matéria acabou discutida em sessão secreta, em que os parlamentares aceitaram delegar poder de negociação ao Executivo, com três condições: não emprazar o desmonte do infame comércio em menos de quatro anos, assegurar o reconhecimento do novo Estado e, por fim, comprometer a Inglaterra com a conservação do regime representativo no Brasil. A estratégia era evitar golpes

²⁶ Os outros dois deputados se chamavam Manoel Patrício Correia de Castro (que voltou a Portugal) e Fernando Martins do Amaral Gurgel (que ficou ao lado de Eusébio). O Artigo III do *Tratado de Paz e Aliança* entre Brasil e Portugal, assinado em 1825 para reconhecer a Independência, determinava expressamente: “Sua Majestade Imperial promete não aceitar as proposições de quaisquer colônias portuguesas para se reunirem ao Império do Brasil”. Cf. José Honório Rodrigues. *Brasil e África*, pp. 158-176 (citação na p. 174); veja tb. Luiz Felipe de Alencastro. “La traite négrière et l’unité national brésilienne”. *Revue Française d’Histoire d’Outre-Mer*, 244-245 (1979), pp. 395-419.

²⁷ Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação (CEDI), coordenação de arquivo. *Inventário analítico do arquivo da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1987, p. 96.

²⁸ Antônio José Gonçalves Chaves. *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil – terceira memória, sobre a escravidão*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1822. Consulte a reedição em A. J. G. Chaves. *Memórias ecônomo-políticas*. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1978, pp. 55-77.

absolutistas, arroubos republicanos e ressurreições separatistas que, porventura, pretextassem a supressão do infame comércio.²⁹

À primeira vista, a relativa facilidade com que estadistas brasileiros aceitaram as regras do jogo impressiona. No artigo “Sobre uma doença infantil da historiografia” (1973), Sérgio Buarque de Holanda advertiu que a elite política do Primeiro Reinado provinha, na maior parte, dos negociantes de grosso trato do centro-sul e da Bahia.³⁰ Desenvolvendo a constatação, Riva Gorenstein procedeu ao mapeamento do “papel desempenhado por esta ‘camada burguesa’ na sociedade da época e sua participação no processo de emancipação política”.³¹ Concretamente, observou ela, os negociantes financiaram a maior parte dos 200 mil contos empregados na supressão da rebelião pernambucana de 1817 e apoiaram a expulsão das tropas portuguesas em 1822. Por que, então, pode-se perguntar, não fizeram sentir sua poderosa influência na Constituinte para prorrogar ao máximo a legalidade do comércio negreiro? Embora a resposta não seja evidente, alguns dados permitem arriscar uma hipótese.

A exemplo de outros ramos comerciais, o tráfico negreiro era atividade enfeixada na mão de poucos homens afortunados. Menos de 10% dos que operavam nas linhas comerciais superiores a 10.000 km de distância retinham 60% das consignações com a África, numa estrutura de mercado semelhante à da distribuição do charque, do trigo e do açúcar. Em números absolutos, esse cômputo se convertia em vinte e nove famílias empresariais, que transplantaram c. 490.000 africanos para o Brasil, participando reiteradamente de 709 expedições entre 1811 e 1830. Os outros 40% das operações – repare-se que, apesar da tendência oligopolista, não se trata de cifra desprezível – eram conduzidos por uma profusão de pequenos especuladores que não tomaram parte no traslado de africanos senão apenas uma única vez no mesmo lapso de tempo. Além disso, todos os traficantes profissionais investiam simultaneamente em diversas esferas de circulação mercantil. De fato, eles é que detinham as consignações

²⁹ As referências à sessão secreta de 1823 foram feitas por Clemente Pereira, Custódio Dias e Paula Souza em 4 de julho de 1827, mas nenhum deles revelou o prazo indicado pela constituinte. Cf. ACD, 4 de julho de 1827, pp. 43 e 49. Na década de 1840, Carneiro da Cunha também se remeteu à sessão secreta de 1823, declarando ter sido ele quem a requereu e ter votado contra a delegação de poder de negociação ao Executivo. Cf. ACD, 8 de fevereiro de 1843, t. 1, p. 590. O prazo de quatro anos consta da correspondência do cônsul-geral radicado no Rio de Janeiro, Henry Chamberlain, para George Canning em outubro de 1823 (cf. Leslie Bethell. *A abolição do tráfico*, p. 56, n. 2). Os receios de oposição ao fim do tráfico foram incluídos nas negociações da malograda convenção de 1825.

³⁰ Ver Sérgio Buarque de Holanda, “Sobre uma doença infantil da historiografia”. In: _____. *Para uma nova história: textos de Sérgio Buarque de Holanda*. Org. de Marcos Costa. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, pp. 113-127.

³¹ Riva Gorenstein. “Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830)”, p. 130.

de 20 a 30% dos navios provenientes de Portugal para o Rio de Janeiro e de 10 a 30% dos contratos de produtos americanos escoados para o exterior, além de a metade deles também se envolver no mercado interno. Outro canal de acumulação consistia em manter quantidade expressiva de capital na forma de ativos, vale dizer, empréstimos a particulares e ao Estado. Em paralelo, ainda invertiam maciçamente em prédios urbanos e em propriedades rurais, deixando às vezes o mundo do comércio para ocupar o da produção agrária. Por fim, obtinham títulos nobiliárquicos e assumiam cargos burocráticos, num percurso que, se lhes permitira usar o governo em benefício próprio, também os vinculava estreitamente às decisões do Imperador. Era uma via de mão dupla que, quanto mais tornava o Estado lócus do interesse privado, mais reduzia homens privados a agentes do interesse do Estado.³²

Desse quadro se inferem algumas características dos negreiros e de seus negócios: i) parte considerável das atividades era conduzida por especuladores não-profissionais; ii) os negociantes de grosso trato, responsáveis pela maior parte do comércio, dispunham de múltiplos canais de acumulação; iii) esses mesmos negociantes migravam frequentemente para o universo produtivo ou, ganhando títulos, encampavam a lógica do governo. Se ainda acrescer que os traficantes empresariais eram numericamente inexpressivos, em comparação com os proprietários de escravos no Brasil, por exemplo, é possível perceber que eles constituíam o grupo ideológica e socialmente mais suscetível à ação repressora. O fato de a Corte depender profundamente dos negociantes – seus maiores credores – apenas reforça a fragilidade política do grupo, pois, se o Estado era seu maior devedor individual, tornava-se também o maior interessado na sua conservação. Talvez não seja incorreto dizer que foi o governo joanino, e não os fazendeiros, quem desempenhou o papel de principal parceiro dos traficantes de escravos entre 1808-1820. Na Independência, uma vez mudados os ventos da agenda pública, emigrada a Corte e reorientada a conduta do governo a respeito do comércio negreiro, os traficantes perdiam apoio de seu principal avalista individual.

Essas observações talvez expliquem por que, em abril de 1823, José Bonifácio disse ao agente consular britânico radicado no Rio de Janeiro, Henry Chamberlain, que

³² Ver índices de concentração do tráfico negreiro transatlântico em João L. R. Fragoso. *Homens de grossa aventura*, pp. 179-198; sobre porcentagens de consignações e leques de investimentos, vide Manolo Florentino. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. 1ª ed., 1997. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, pp. 177-186; para exemplos de cooptação da elite mercantil pelo Estado, conferir Riva Gorenstein, “Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830)”, pp. 141, 192-193, 209-212 e 221.

apenas a supressão do comércio negreiro era factível no Brasil, mas não a abolição da escravidão. Conforme o letrado, se o gabinete imperial podia fazer frente às eventuais representações de alguns negociantes, por mais capitalizados que fossem, jamais conteria a ira de quase todos os habitantes do país contra a emancipação dos escravos. Entretanto, de modo algum isso quer dizer que não tenha havido defesa do tráfico negreiro nos primeiros anos da Independência. Muito pelo contrário, ela não apenas existiu, como também teve significativas conseqüências para a fixação das regras do funcionamento do regime representativo no Brasil.

Como se sabe, em 1825, o embaixador britânico Charles Stuart viera ao Rio de Janeiro com a missão de alinhar o reconhecimento português da separação brasileira e o tratado antitráfico – pode-se presumir que o interregno entre a outorga da Constituição (1824) e o início das atividades Parlamentares (1826) tenha sido calculado para, entre outras causas, finalizar as negociações em torno da Independência e do comércio negreiro. Bem-sucedido na primeira parte, Stuart amargou a rejeição na segunda, pois um dos pontos repudiados pelo *Foreign Office* foi exatamente o prazo de quatro anos que a Constituinte concedera ao Executivo. Ele acabou convocado de volta à Inglaterra para ser substituído por Robert Gordon.³³ Foi nesse lapso de tempo – Stuart partiu em maio de 1826, Gordon desembarcou apenas em outubro do mesmo ano – que alguns brasileiros procuraram suspender as negociações diretamente operadas entre os Executivos dos dois governos.

Fora do Parlamento, foi publicado anonimamente o já mencionado *Discurso no qual se manifesta a necessidade da continuação do commercio da escravatura*. A despeito do título, a obra trouxe dois discursos, um redigido pelo organizador no calor da hora e outro composto em 1815, por ocasião do Congresso de Viena. Quem lê o panfleto tem a rara oportunidade de verificar, lado a lado, um texto escravista inserido nos quadros de um império transatlântico do Antigo Regime e outro confeccionado conforme os preceitos do Estado nacional representativo. Para o autor anônimo da peça mais antiga, o tráfico negreiro constituía o eixo central do império colonial português por ligar comercialmente a Ásia, a África, a América e a Europa; por isso, seus efeitos econômicos para a construção do Estado pareciam inequívocos. Em resposta à intensa

³³ Leslie Bethell. *A abolição do tráfico*, pp. 62-64. Luiz Felipe de Alencastro escreveu que a convenção de Stuart (1825) foi ratificada pela câmara em 1827. De fato, a convenção de Stuart foi invalidada pela de Gordon, negociada em 1826. Cumpre dizer também que esta não precisou de nenhuma aprovação da Assembléia para ser ratificada, o que enfureceu particularmente a Casa. Cf. Luiz Felipe de Alencastro. “La traite négrière et l’unité nationale brésilienne”, pp. 401-2.

campanha filantrópica no Parlamento britânico, liderada por Wilberforce, para quem a fonte do tráfico era injusta e bárbara, o autor pintou os africanos em constantes guerras (que produziam escravos), sob leis pátrias bárbaras (como a pena capital aplicada a delitos menores) e em práticas morais abomináveis (a antropofagia). Nessa visada, a supressão do tráfico, além de acarretar seqüelas negativas, não erradicava do continente negro o cativo. Para o autor, “tão voluntários eles [os africanos] procuram este comércio, que ninguém se poderia atrever a ir reduzi-los à escravidão, se eles se quisessem escusar a ela, e se esta não fosse natural nos seus países.” Por fim, o autor usa argumentos étnicos para justificar a escravidão nos campos e nas minas do Brasil, expediente pouco usado após 1822:

só o negro pela sua estrutura orgânica de pele, pode resistir à ação forte da impressão do sol; que este mesmo ente, pela sua particular ação do bofe [pulmão], entranha muito diversa dos brancos no ser das suas funções, que só ele pode estar exposto à ação de um ar muito rarefeito, o qual imediatamente mata o branco; e que só ele, pela sua respiração particular, pode descer às cavas das minas, para interter [sic] e avançar os efeitos da mineralização, os quais sustentam e dão vida ao Estado.³⁴

Em contraste, o organizador do livro aproveitou o tratado de *Aliança e Amizade* (1825), firmado com Portugal pelo reconhecimento da Independência, para sugerir que o país adquirira margem de manobra nas negociações com a Inglaterra: “Acha-se, pois, hoje o Brasil constituído e reconhecido império independente”, explicou ele, “isto é, reunida uma imensa família a qual vai a ser regida por particular legislação, que só ela pode formar, estabelecer e sancionar.” Nesse sentido, as convenções de 1815 e de 1817 não pertenciam mais às obrigações do novo Império, dono de nova soberania política. “Se havia tratados antigos e transcendentos”, asseverou, “é de seu puro arbítrio e razão conservá-los ou suspendê-los, vendo que lhe são nocivos.” Finalmente, o autor entendeu o fim do tráfico negreiro como consequência natural e futura da expansão da escravidão no Brasil, e não como efeito de leis e tratados. Não sendo mais possível apreender o trato como núcleo organizador do império colonial ultramarino, o autor o classificou de indispensável para o desenvolvimento da agricultura nacional:

separado o Brasil e constituído estado novo, resultou com esta nova ordem de coisas não só a emigração de imensas famílias e povoação para a Europa; mas as guerras, as desinteligências das províncias, a falta de gente européia que anualmente se vinha estabelecer neste ditoso país e mesmo das Ilhas; os braços tirados do interior das províncias para se aplicarem aos destinos de que precisava o ministério; tudo isso torna muito precisa agora a introdução dos antigos braços para a agricultura deste país; braços os quais são de maior

³⁴ Cf. *Discurso no qual se manifesta a necessidade da continuação do commercio da escravatura*, pp. 24-31.

facilidade em sua breve condução e despesa que aqueles que o mesmo ministério já tem feito conduzir, e ainda continua, vindos da Europa para formar novas colônias ou famílias que acelerem o desejado fim de terminar este referido comércio da escravatura.³⁵

Simultaneamente, no interior do Parlamento, deputados procuraram dar novamente à Câmara o controle sobre o comércio transatlântico, como o pedia o organizador do *Discurso*. Em 19 de maio de 1826, José *Clemente Pereira*, eleito pelo Rio de Janeiro, propôs o fim da introdução de escravos para 1º de janeiro de 1841. Vale notar que o texto não tipificava o comércio como pirataria; qualificava eventuais africanos apreendidos como “libertos” – em vez de “livres” –, como que reconhecendo a legitimidade das práticas de escravização no continente africano; e não previa a re-exportação desses africanos para sua terra natal.³⁶ A comissão de legislação e de justiça civil, composta por dois membros da Bahia e um do Rio de Janeiro, desautorizou o generoso período de quinze anos e, em 14 de junho, rascunhou emenda reduzindo-o para seis. O parecer alegava que o tráfico de escravos era “impróprio de um povo livre e civilizado”, bem como “contrário à boa razão e à justiça natural”. Demais, via em sua extinção o necessário afluxo de trabalhadores livres e de maquinarias modernas para o Brasil.³⁷ É importante notar que o diagnóstico da comissão, formada por representantes de províncias importadoras de africanos, indica a pluralidade de opiniões no Parlamento a respeito do tema. Uma vez que a questão estava assim indefinida dentro da Casa, ela foi superada pela pressão do lado de fora.

Em novembro de 1826, pouco depois do desembarque no Rio de Janeiro e após o fim das sessões parlamentares, Robert Gordon acertou nova convenção com o marquês de Inhambupe, senador, conselheiro de Estado, um dos redatores da Constituição de 1824 e então ministro dos estrangeiros. O novo ajuste, ao contrário do anterior, que estipulara quatro anos de tráfico legalizado, e dos projetos da Câmara dos Deputados, com prazos de quinze e de seis anos, fixou a abolição em um triênio. Outra novidade foi a tipificação do crime do contrabando como pirataria, o que, no limite, podia implicar o julgamento de brasileiros nos tribunais britânicos.³⁸ Por fim, a

³⁵ Cf. “Prefacção” ao *Discurso no qual se manifesta a necessidade da continuação do commercio da escravatura*, pp. 2-9 (citação extraída da p. 8).

³⁶ ACD, 19 de maio de 1826, p. 85.

³⁷ ACD, 8 e 15 de junho de 1826, pp. 79 e 149. Os membros da comissão eram Antônio da Silva Teles (pela Bahia), Antonio Augusto da Silva (também pela Bahia) e José da Cruz Ferreira (pelo Rio de Janeiro). Cf. sua nomeação em ACD, 10 de maio de 1826, p. 37.

³⁸ No artigo 4º do texto, prevê-se a continuação de comissões mistas para julgar os acusados, diminuindo, assim, o grau de interferência britânica no exercício da soberania nacional do Império. Cf. ACD, 22 de maio de 1827, p. 155.

convenção acabou ratificada pelo Imperador sem consulta prévia dos deputados. Foi nesse ponto que, em 1827, estourou um dos mais sérios debates no Parlamento brasileiro sobre o tráfico e, principalmente, sobre as atribuições do Executivo e do Legislativo. Depois dele, qualquer conciliação entre a Câmara e D. Pedro I parecia inalcançável.

Convenção de 1826: experiência e aprendizagem parlamentar

Estabelecer na prática o equilíbrio de poderes, por meio da distribuição inequívoca de competências legislativas, judiciárias e executivas, constituiu uma das principais questões da construção do Estado no transcurso do século XIX. A isso se poderia acrescentar a igualmente difícil tarefa de separar, nos níveis da província e do governo geral, o controle sobre o exército, as finanças e a elaboração de leis. Sem furtar-se a esses pontos, a Assembléia Geral de 1823 vinha discutindo um projeto constitucional que previa, por exemplo, a indissolubilidade da Câmara dos Deputados, a necessária aprovação parlamentar de tratados com outras nações e a restrição ao poder de veto do Imperador. A eliminação desses dispositivos na Carta outorgada de 1824, redigida por um conselho de pessoas próximas de D. Pedro I após a dissolução da Constituinte, acabou por induzir os nortistas à Confederação do Equador (1824), bem como os primeiros deputados a compor uma coalizão oposicionista a fim de re-equilibrar a distribuição de forças então conduzida sob a preeminência imperial. Discretos no início de 1826, os representantes se extremaram à medida que foram testadas as faculdades do Legislativo em assuntos como a guerra na Cisplatina, a falência do Banco do Brasil, o reconhecimento indenizado da Independência, as convenções comerciais e, finalmente, o tratado antitráfico. O Ministério dos Negócios Estrangeiros logo se tornou, por assim dizer, o telhado de vidro do Imperador.³⁹

³⁹ A respeito da Carta outorgada, ver Andrea Slemian. *Sob o império da lei: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. Tese de Doutorado. São Paulo, Depto. de História, FFLCH, USP, 2006, pp. 120-140; sobre o Executivo, relações estrangeiras e Parlamento, Ron Seckinger. *The Brazilian Monarchy and the South American Republics, 1822-1831: Diplomacy and State Building*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1984, pp. 1-24; e Amado Luiz Cervo. *O Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1830)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, pp. 20-34; a propósito do reconhecimento da Independência, Tobias Monteiro. *História do Império: Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1949, t. I, 431-438. Acerca da Cisplatina, além de Tobias Monteiro, *História do Império*, t. II, pp. 217-231, ver Wilma Peres Costa. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec/Ed. da Unicamp, 1996, pp. 73-108. Para uma síntese do período, José Murilo de Carvalho e Leslie Bethell, “O Brasil da Independência a meados do século XIX”. In: L. Bethell (org.). *História da América Latina. Da Independência até 1870*. São Paulo: Imprensa Oficial/Edusp/Funag, vol. III, 2001, pp. 701-713.

Depois da ratificação, a convenção de novembro de 1826 foi submetida à Comissão de Diplomacia e Estatística da Câmara dos Deputados, que emitiu um juízo em 16 de junho de 1827. De seus cinco membros, dois já tinham enquadrado conceitualmente, durante a guerra das penas, a sociedade escravista do Brasil na ordem liberal do Atlântico – Luiz Augusto May (deputado por Minas Gerais) e Raimundo José da Cunha Matos (por Goiás). Os outros eram Luís Paulo Araújo Bastos, Marcos Antônio de Souza (ambos deputados pela Bahia) e Romualdo Antônio de Seixas (Bispo da Bahia, eleito pelo Pará). O colegiado acolheu o novo acordo – “as luzes do século não permitiam a continuação de semelhante comércio” – e recomendou uma nova lei regulando a execução da pena de pirataria. Sobre esse ponto, de resto, entendeu que os brasileiros não seriam submetidos a tribunais estrangeiros, senão apenas às comissões mistas anglo-brasileiras.

Mas esse parecer não foi unânime. Justamente May e Cunha Matos apresentaram votos vencidos, em separado, rejeitando a validade da convenção. Como May se enveredou por questões procedimentais, sua posição requer breve exame do § 8º do art. 102 da Carta, que trata do papel do governo nos convênios exteriores. O diploma diz ali que ao Executivo competia “fazer tratados de aliança ofensiva e defensiva, de subsídio e comércio, levando-os depois de concluídos ao conhecimento da Assembléia Geral, quando o interesse e segurança do Estado o permitirem. Se os tratados concluídos em tempos de paz”, continua o texto, “envolverem cessão ou troca de território do Império, ou de Possessões a que o Império tenha direito, não serão ratificados sem terem sido aprovados pela Assembléia Geral”. O teor do parágrafo parece meridiano: garante o monopólio do Executivo na condução dos acordos bilaterais e lhe dá permissão para notificar o Parlamento, posteriormente, quando o julgasse conveniente. De resto, foi exatamente assim que o entenderam os próprios parlamentares em 1826, numa apreciação do relatório do Ministro dos Estrangeiros que mencionava os polêmicos tratados comerciais com a Inglaterra e com a França (a que se estenderam também as mesmas facilidades aduaneiras).⁴⁰

Entretanto, o acordo antitráfico faria essa leitura alterar-se radicalmente. May interpretou, então pela primeira vez, o trecho como alusivo a três tipos de tratados:

⁴⁰ ACD, 2 de julho de 1827, pp. 10-11; ver também ACD, 19 de julho de 1826, pp. 239-242. Parece insuficiente dizer, como o sugerem Seckinger e Luiz Cervo, que a Constituição simplesmente centralizava os negócios estrangeiros nas mãos de D. Pedro I. O significado de seus artigos devia ser definido na prática do dia a dia, a exemplo do que acontece costumeiramente no sistema representativo de qualquer país. Cf. Seckinger. *The Brazilian Monarchy*, p. 9 e A. Luiz Cervo. *O Parlamento brasileiro*, pp. 5-6.

aqueles que podiam ser concluídos e ratificados sem consulta do Legislativo, mencionados na primeira oração (“fazer tratados...subsídios e comércio”); aqueles que deviam passar por consulta parlamentar após a conclusão e *antes* da ratificação, indicados nas duas orações subseqüentes (“levando-os depois... Estado o permitirem”); e aqueles cuja ratificação dependia da consulta e da aprovação da Assembléia (caso de cessões territoriais). Na leitura de May, a expressão “levando-os” adquiriu teor semântico de exigência (como se fosse uma locução verbal com elipse do verbo auxiliar: “devendo levá-los”), e não de possibilidade facultativa (isto é, “podendo levá-los”). Sabe-se que o gerúndio é fonte de ambigüidade e imprecisões na sintaxe; mas os redatores da Constituição mal imaginaram que também o fosse na política. Conforme May, se sua análise estivesse correta e a consulta fosse obrigatória, então os ministérios não podiam adotar a conduta-padrão de ignorar o Legislativo em todos os tratados, como o vinham fazendo. E deviam pagar um preço caro por isso.⁴¹

Cunha Matos, por sua vez, confeccionou um parecer que, afora desenvolver questões de rito, entrou no mérito da matéria, desenvolvendo muitos dos argumentos esgrimidos no contexto da Independência. Como o deputado dissertou longamente sobre a África, talvez valha lembrar sua relação pessoal com o continente. Português de nascimento e militar de formação, Cunha Matos ascendera na administração imperial com carreira nas Ilhas de São Tomé e Príncipe, onde, de 1797 em diante, travara contato com o mercado negreiro por quase vinte anos, ocupando os postos de ajudante-de-ordens do Governador (1806), provedor da Fazenda e da Alfândega (1811) e Governador interino (1816). Após visita ao Rio de Janeiro na ocasião do Congresso de Viena, talvez para aconselhar a diplomacia pró-tráfico de D. João VI contra as investidas britânicas, participou da repressão aos rebeldes pernambucanos em 1817 e abraçou a causa do Brasil em 1822, país geográfica e economicamente mais próximo da África.⁴² Promovido por D. Pedro I a Governador das Armas de Goiás e, posteriormente, a brigadeiro, trocou a farda pela tribuna nas duas primeiras legislaturas (1826-1829, 1830-1833). Depois se dedicou ao trabalho intelectual, sendo secretário geral da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), co-fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e membro correspondente da Real Academia

⁴¹ Cf. ACD, 2 de julho de 1827, pp. 10-11; ACD, 03 de julho de 1827, pp. 23-24.

⁴² Cf. Gerusa Soares. *Cunha Mattos, 1776-1839: fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro : Paulo, Pongetti & Cia., 1931; José Honório Rodrigues. “Nota preliminar”. In: Brigadeiro R. J. da Cunha Mattos. *Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1963, pp. 7-21.

de Ciências de Nápoles, do Instituto Histórico de França e da Academia Bourbônica. Com esse acúmulo de experiência e erudição, julgava-se o mais apto entre seus pares para opinar sobre a matéria.⁴³

Para o deputado, a extinção definitiva do tráfico negreiro provocaria uma espécie de crise sistêmica no Brasil, pois atingiria as atividades navais, o comércio, a arrecadação fiscal e a agricultura. Nas linhas comerciais, o acordo selava a ruína dos negociantes brasileiros, já acossados pela concorrência estrangeira desde o generoso sistema tarifário de 1810. “Filantropias, economias políticas, teorias inglesas e francesas”, disse ele em alusão a Adam Smith, a Jean-Baptiste Say e aos tratados comerciais assinados com os dois países, eram “boas para ler e muito más em prática”.⁴⁴ Menores não eram os efeitos sobre os navios mercantes, pois o tráfico, principal ramo de atividades marítimas brasileiras, era a melhor escola para a formação de tripulações. Dessa forma, o tratado estiolaria a infra-estrutura material e humana necessária para a continuidade do comércio atlântico de bens lícitos – ouro, marfim, azeite de palma, cera, panos, resinas – em embarcações nacionais.

Igualmente ameaçada ficava a arrecadação fiscal do Brasil. As parcas receitas do Império provinham por grande parte dos impostos alfandegários sobre os escravos recém-desembarcados e do fisco sobre suas revendas no interior das províncias. Conforme o relatório do Ministério da Fazenda de 1823, do total de 262\$797 mil-réis colhidos sobre cativos no ano anterior, 182\$478 (isto é, 70%) derivaram do tráfico negreiro. Assim, em 1828, um ano de alta das operações, a fiscalidade negreira chegaria a perfazer 14% do total dos réditos nacionais, sendo que, após o início do tratado, em 1833, já tinha despencado para 2%.⁴⁵ Prevendo esses dados, Cunha Matos advertiu que o Império não honraria o emolumento dos “empregados públicos” nem faria frente aos

⁴³ Matos escreveu diversas obras, como o *Compêndio histórico das possessões de Portugal na África* (arrematado em 1836, inédito até 1963), a *Corografia histórica da Província de Minas Gerais* (1837), a *Corografia histórica das Ilhas de S. Tomé e Príncipe* (publicada em 1842) e a “Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna do Império do Brasil” (publicada na *Revista* do Instituto Histórico em 1863). Sobre as obras de Matos, cf. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, v. VII, pp. 112-114; J. H. Rodrigues, “Nota preliminar” e Gerusa Soares. *Cunha Mattos*. Cf. tb. a “Memória História sobre a População, Emigração e Colonização que convém ao Império do Brasil” e o “Relatório apresentado ao conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional a respeito do Prospecto do Estabelecimento da Companhia Inglesa de Agricultura e do Açúcar da Índia Oriental”. In: *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro, Ano 5, n. 4, 1837, pp. 344-364 e 102-111. No primeiro desses escritos, Matos adotou o ponto de vista oficial do fim do tráfico negreiro e da necessidade de imigração branca.

⁴⁴ Cf. ACD, 16 de junho de 1827, pp. 80 *passim*. Cf. tb. o discurso do deputado em 2 de julho de 1827, pp. 12-14.

⁴⁵ Cf. Wilma Peres Costa. “O imposto sobre o comércio de escravos e a ‘legalização’ do tráfico no Brasil (1831-1850).” *Revista Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, 67 (nov. 2003), pp. 57-75.

“infalíveis desempenhos dos [seus] cofres”, apurados com as crises do Banco do Brasil e com as operações de guerra na Banda Oriental.⁴⁶

Por fim, convém revisitar de perto os motivos que tocaram diretamente no problema da escravidão. O tratado “arruina[va] a agricultura”, pois a mortalidade escrava no Brasil era “mais numerosa do que os nascimentos”. O raciocínio, no entanto, não parou por aí, e o deputado desenvolveu em seguida um dos pontos cruciais de sua argumentação:

estando demonstrado por uma constante experiência que há imensos lugares em que agora só os pretos e pardos podem viver impunemente, vão esses lugares hoje ricos e povoados a ficar desertos e servindo de guarda às feras e às aves, [se] apenas faltar gente de cor preta ou parda que ali haja de habitar.

Conforme o excerto, a restrição do sistema escravista inviabilizava a expansão do progresso e da civilização para o interior do Brasil, que se reduziria, desabitado, à vida selvagem. Cumpre notar que Matos empregou o verbo “viver” no lugar de “trabalhar” e que, em seguida, se referiu não apenas aos “pretos”, senão também aos “pardos”. Os vocábulos dão a ver que a conveniência dos africanos ultrapassava o mundo do trabalho forçado no eito, pois eles e somente eles serviam à colonização e ao povoamento do Brasil, já como libertos e homens livres. De fato, para o parlamentar, a convenção podava “um imenso recrutamento de gente preta que, pelo decurso do tempo e pela mistura de outras castas, chegaria ao estado de nos dar cidadãos ativos e intrépidos defensores da nossa pátria”. Essa observação merece breve comentário.

Durante a guerra das penas, publicistas pró-Portugal na discussão sobre a sede da monarquia bragantina tinham expressado o ponto de vista contrário. O cativo fragmentava a base social do Brasil, insistiam, desqualificando-o como estadia de um Estado liberal e de uma Corte ilustrada. Por sua vez, Cunha Matos entreviu justamente na mistura das castas e na emancipação de afro-descendentes o meio mais apropriado para o estabelecimento de uma nação moderna. Nesse sentido, reverberou o que May já publicara em 1823 – a competência dos libertos para o exercício de direitos políticos.

⁴⁶ ACD, 16 de junho de 1827, pp. 80 *passim*; e 2 de julho de 1827, p. 11. Em visita ao Brasil no final dos anos 1820, o reverendo inglês Robert Walsh calculou as lacunas nas contas imperiais após o fim do comércio negreiro: “O governo cobra uma taxa de 10% pela venda de um escravo, sendo cobrada a mesma taxa toda vez que ele for revendido. Em sua viagem para o interior, o escravo paga 5.500 réis ao deixar o Rio, mais 5.500 ao atravessar o rio Preto, mais trinta vinténs ao atravessar a ponte sobre o Paraíba. Assim, cada escravo vendido no mercado de Valongo por 250 mil réis e levado para Minas Gerais, onde é revendido, rende ao governo 61.500 réis. [...] Admitir, pois, a abolição do tráfico de escravos [...] representa um sacrifício considerável da parte do governo”. Cf. Robert Walsh. *Notícias do Brasil, 1828-1829*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1985, p. 154. Citado por Wilma P. Costa. “O imposto sobre o comércio de escravos”, p. 60.

De fato, as expressões “decurso do tempo” e “mistura de outras castas” sugerem que, se não os africanos, seus filhos poderiam ser admitidos na comunidade brasileira; e que seus netos chegariam a “cidadãos ativos”, podendo eleger, bem como ser eleitos, para cargos públicos. Em contrapartida, a colonização européia estava fadada ao fiasco. Tanto a contratação de mercenários militares como o transporte dos que “povoavam os cárceres de Hamburgo, Lubek e Bremen”, não havia frutificado. “[O] maior número degener[ava] em mascates”, dizia Matos, “e, apenas ajuntam algum dinheiro, logo regressam às suas terras!”. Mas que bela figura não faziam os negros, perto dos europeus! “Nós sabemos, Sr. presidente, que os pretos e os pardos em todos os tempos prestaram relevantes serviços ao Brasil. Henrique Dias era um preto: na nossa marinha e nosso exército há muitos pretos e pardos dignos de todo o louvor.”⁴⁷

As assertivas denotam o papel central das altas taxas de alforria na dinâmica da sociedade escravista brasileira, agora requalificada em termos de cidadania. Efetivamente, a inclusão de mulatos e libertos no campo dos direitos civis pode ter servido ao propósito de afastá-los do mundo dos excluídos (os escravos) e, assim, prevenir ressurreições populares fundadas na solidariedade de cor (união de cativos e libertos). Além disso, acabou também por enformar discursos em favor do tráfico negreiro e da escravidão. Noutras palavras, a inscrição do Brasil na modernidade política por meio da Constituição produzia a liberdade civil para melhor reproduzir a escravidão.⁴⁸

Cunha Matos ainda frisou a mistura dos povos como signo indelével da formação histórica de Portugal e da América Portuguesa: “Eu creio que nenhum de nós se acha animado do espírito do puritanismo para não cairmos no grande defeito dos nossos maiores, que sempre querem ser fidalgos, ainda que nas raízes das suas árvores genealógicas estivesse um mouro, um negro ou um judeu.” A declaração alude não apenas às famílias nobiliárquicas do Antigo Regime, senão também às provocações do folheto *Carta do compadre de Lisboa*, que causara tanto furor em 1822. O deputado ainda citou uma sátira ao Conde da Castanheira, favorito de D. João III (1521-1557):

Mestre João sacerdote
De Barcelos natural,
Houve de uma moura tal

⁴⁷ ACD, 16 de junho de 1827, pp. 80 *passim*; 2 de julho de 1827, p. 16.

⁴⁸ Andréa Slemian. “Seriam todos cidadãos? O impasse na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824)”. In: István Jancsó (org.). *A Independência do Brasil: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005, pp. 829-847.

Um filho de boa sorte.
Pedro Esteves se chamou,
Honradamente vivia,
E de amores se casou
Com uma formosa índia.
Desta, pois, ainda se esconde,
Nasceu Maria Pinheira
Mãe da mãe daquele conde
Que é conde da Castanheira.

Estas poucas linhas mostrarão a ridicularia dos puritanos e daqueles que pensam que, no Brasil, só os brancos devem como puros servir nos nossos exércitos. Os holandeses sabem quanto sofreram dos pretos de Henrique Dias. As castas melhoram: venham para cá pretos, logo teremos pardos e, finalmente, brancos, todos descendentes do mesmo Adão, de um mesmo pai!⁴⁹

Cunha Matos também dialogou com autores abolicionistas ingleses, que atribuíam o atraso econômico da África ao tráfico de almas. Para infirmar a hipótese, o parlamentar simplesmente retirou o continente negro da história, privando-o de mudanças no passado e no futuro. Em suas palavras,

A África meridional, isto é, a África desde o Sudão ou grande deserto, é no dia de hoje e há de continuar a ser por milhares de séculos o mesmo que tem sido desde o tempo dos fenícios, cartagineses e romanos. Tão bárbaros são no dia de hoje como eram no tempo em que se escreveu o Périplo de Hanon! Guerra, caça, pesca, danças, cânticos e pouca agricultura; eis a vida do selvagem ao sul do deserto, estas condições não melhoram.⁵⁰

Ali, as guerras contumazes suscitavam mortes e escravos, destino trágico muito parecido ao dos criminosos julgados por leis africanas severas, que os reduziam ao cativeiro por pecadinhos, delitos insignificantes. Fazendo eco ao panfleto de 1826, dizia que só o tráfico negreiro e a América os salvavam:

Se não houvesse quem comprasse os pretos sentenciados à escravidão, eram mortos infalivelmente logo que fossem colhidos, ou nos dias dos – costumes –, isto é, aniversário de falecimento dos pais, ou aclamações dos príncipes reinantes [...] É melhor que os pretos escravos sejam sacrificados na África do que serem conduzidos para o Brasil, onde podem vir a ser muito menos desgraçados?⁵¹

Do ponto de vista cultural e político, os efeitos do tráfico no Brasil tampouco seriam negativos. Ao contrário do que pretendiam publicistas e filósofos, o cativeiro estava longe de corromper os costumes e as virtudes dos homens livres. De fato, a teoria política liberal do século XVIII sugeria que o poder ilimitado provocava “pouca

⁴⁹ ACD, 2 de julho de 1827, p. 16.

⁵⁰ ACD, 14 de julho de 1827, p. 14.

⁵¹ ACD, 2 de julho de 1827, pp. 14 e 15.

humanidade” nas pessoas.⁵² Observações desse corte logo se aplicaram ao cativo. O *tópos* penetrou no universo português com as famosas *Cartas sobre a educação da mocidade* (1759), do médico ilustrado Antônio Nunes Ribeiro Sanches, para quem as virtudes não se desenvolveriam em Portugal “enquanto um senhor tiver um negro a que dá uma bofetada pelo menor descuido”.⁵³ No Brasil, essas convicções ganharam expressão nos textos de José Bonifácio: “Que educação podem ter as famílias, que se servem destes entes infelizes, sem honra nem religião?”⁵⁴ Com o tempo, passou-se a afirmar, como verdade incontestada, a incompatibilidade da escravidão com sistemas políticos liberais.

Desenvolvida pela Ilustração, assimilada pelos movimentos abolicionistas e reiterada no Brasil, essa convicção foi veementemente refutada por Cunha Matos, que inverteu as premissas. A imoralidade dos povos parecia nascer antes da natureza do governo que da economia doméstica; portanto, a escravidão resultava boa nos países cujas instituições fossem livres ou representativas, mas se tornava maléfica onde a autocracia, o despotismo e o principado predominavam. No limite, o sistema escravista se afinava com as luzes do século do XIX: porque professa do liberalismo, a monarquia constitucional brasileira chancelava o futuro do cativo, já nem violento nem imoral. “Nos países onde não há escravos, cometem-se despotismos públicos pelo mesmo modo ou ainda mais atrozes do que onde existe escravatura. Exemplos sejam Espanha, Portugal, Itália etc., etc. Antes de haver escravatura, havia reis tiranos!”⁵⁵ O mesmo raciocínio valia para a Antiguidade:

os gregos do tempo dos Sótons, dos Licurgos, dos Aristides, dos Temístocles, dos Epaminondas e dos Sócrates tinham imensos escravos e eram exemplos e espelhos da moralidade; os romanos no tempo de Rômulo, Numa, Sérvio, Anco Márcio, Bruto e Populícola tinham muitos escravos e eram bem morigerados, mas aqueles mesmos gregos e romanos dos tempos dos Filipes, dos Demóstenes, dos Mários, dos Neros, dos Calígulas, dos Heliogábalos foram o *non plus ultra* das abominações [...] Dizer que no Brasil não há moral é um ataque à justiça e um insulto à razão!⁵⁶

O parlamentar concluiu que os homens livres da sociedade escravista brasileira pontificavam como portadores dos costumes mais honestos e da melhor moral, em

⁵² David Hume, “Of the Populousness of Ancient Nations”. In: *Selected Essays*. Edit. by Stephen Copley and Andrew Edgar. Oxford: Oxford University Press, 1993, pp. 227 *passim*.

⁵³ Apud Luiz Geraldo Silva. “Esperança de liberdade : interpretações populares da abolição ilustrada”. *Revista de História*, 144 (2001), pp. 118.

⁵⁴ José Bonifácio Andrada e Silva. *Projetos para o Brasil*. Org. de Miriam Dolnikoff. São Paulo: Publifolha, 2000, pp. 26-27.

⁵⁵ ACD, 3 de julho de 1827, pp. 34 e 35. O verbo “haver” no sentido de “existir” era frequentemente flexionado no século XIX. Nas próximas eventuais ocorrências, ele não será flexionado.

⁵⁶ ACD, 2 de julho de 1827, p. 17.

comparação com europeus. Desnecessário notar que sua reflexão não levou em conta a urbanização desenfreada dos pólos capitalistas nem os novos problemas sociais deflagrados após a Revolução Industrial:

Pode-se porventura caminhar duas ou três léguas em Inglaterra sem temor de um assalto? Os mesmos coches de posta não são freqüentemente roubados! E acontece isso no Brasil? Não; as vastas províncias deste império são atravessadas em todo o sentido sem temor de um assalto, o que prova que os homens não têm no coração um fundo de imoralidade. Bem conheço que há libertinagem, que há sedução, que há imensos escândalos, mas essa libertinagem tem comparação com a dos povos do mar da Inglaterra, da França e da Itália? Eu rogo aos ilustres deputados que têm visitado diversos países da Europa que digam se, com efeito, não viram maior imoralidade em alguns lugares daquele continente!⁵⁷

Em síntese, o arrazoadado de Cunha Matos plantou questões de longo alcance. Os futuros estadistas a pugnar pelo tráfico e pelo cativo não tecerão suas argumentações *da capo*, dando, antes, continuidade à matriz pró-escravista sistematizada em 1827. A esse respeito, três argumentos merecem atenção especial. Em primeiro lugar, os recursos aduaneiros. Nos decênios de 1830 e 1840, sucessivos gabinetes tomariam medidas tributárias paliativas para cobrir o vácuo fiscal que provocaram o fim do comércio negreiro e os tratados comerciais dos anos vinte. Entre elas, mencionem-se a cobrança sobre a posse de escravos (meia-sisa), ainda que contrabandeados, e o aumento de impostos sobre produtos enviados à África, como pólvora, panos e quetais. O próprio avanço do contrabando, no segundo lustro da década de 1830, pode ser visto, em parte, como resposta à carência tributária do Estado: numa cadeia de causa e efeito, o transplante de africanos incrementava a produção agrícola, cuja venda para o mercado internacional gerava capital interno, que, por sua vez, se empregava na compra de artigos estrangeiros. A exportação e, precipuamente, a importação aí envolvidas constituíam as duas colunas fiscais em que assentava o Império do Brasil.⁵⁸ O segundo argumento é o que atrelava a expansão da civilização à imigração de africanos. Para muitos, era nos negros que repousava a possibilidade de rotear as terras tropicais e garantir o avanço territorial da civilização Brasil adentro. A idéia emergiria novamente, por exemplo, em petições coletivas de assembléias gerais, na *Memória sobre a abolição do comércio da escravatura* (1838), do regressista José Carneiro da Silva, em notas de

⁵⁷ ACD, 2 de julho de 1827, p. 17.

⁵⁸ Agradeço a Wilma Peres Costa a gentileza de colocar a minha disposição uma série anual com os recursos fiscais de importação e exportação do Império, que a pesquisadora tem examinado em trabalhos por publicar. A respeito da meia-sisa, ver W. P. Costa, “Estratégias ladinas: o imposto da meia-sisa sobre o comércio de escravos no Brasil.” In: *V Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica*. Caxambu, 2003.

administradores de obras públicas, nas falas do também regressista Bernardo Pereira de Vasconcelos, no *Ensaio crítico* (1861), de A. D. de Pascual, e nas *Novas cartas políticas de Erasmo* (1867-8), de José de Alencar, outro político ideologicamente alinhado aos saquaremas. Finalmente, o terceiro é o tópico do *paternalismo liberal* do sistema escravista brasileiro – isto é, a tese de que as perspectivas de ascensão social para o africano e de aquisição da cidadania para seus filhos estavam abertas pela dinâmica da alforria (*paternalismo*) e garantidas pela Constituição de 1824 (*liberal*). Assim como os outros, esse argumento terá longuíssima vida no país.

As convicções de Cunha Matos despertaram pronta reação na Casa, e uma fileira de deputados se inscreveu para invectivar com virulência o cativo. Deploraram os efeitos devastadores do tráfico na África, defenderam a perfectibilidade do homem naquele continente, recusaram a racialização do trabalho, invocaram a religião cristã como contrária ao desumano comércio, alegaram que a escravidão corrompia a moral das sociedades e lembraram meios alternativos de substituir a mão-de-obra cativeira no Brasil. O bispo da Bahia – um dos redatores do parecer – ironizou a presumida filantropia da escravidão para com os africanos e seus descendentes: “eu creio, Sr. Presidente”, irrompeu ele, “que nenhum desses africanos agradeceu ao ilustre deputado este ato de compaixão e humanidade, que os arrebatou da companhia de suas mulheres, de seus filhos e de sua pátria.” Outro parlamentar rechaçou a idéia de que territórios de clima tórrido só podiam ser habitados por indivíduos negros: “Não se diga que a escravidão é própria dos países quentes, onde a debilidade indireta da fibra precisa de descanso e repouso; porque uma tal inclinação é comum a todos os homens e a todos os países”. Até mesmo o ainda jovem Bernardo Pereira de Vasconcelos (por Minas Gerais) – futuro campeão do Regresso e do contrabando negreiro – lembrou o isolamento internacional brasileiro na questão e o exemplo positivo da independência do Haiti: “Ah! Senhores, imitemos os americanos; o Brasil é hoje o único país do globo que ainda prossegue neste comércio; mudemos de conduta a respeito dos africanos, em tudo nossos semelhantes, como provam os haitianos.”⁵⁹

⁵⁹ ACD, 3 de julho de 1827, pp. 21, 26 e 28. Cf. biografia de Vasconcelos em Otávio Tarquínio de Souza. *História dos fundadores do Império do Brasil: Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

O problema de explorar o terreno do mérito assim tão francamente consistia em pôr à prova o Imperador, pois a rejeição inequívoca do tratado, ligada à defesa da escravidão, podia insinuar que ele e seus gabinetes atuavam contra a própria existência do trabalho forçado. O governo logo o percebeu e, imediatamente, impediu a publicação dos exames de Cunha Matos e de May no *Diário Fluminense*, por onde saíam os debates parlamentares. Os dois representantes foram forçados, então, a recorrer à edição avulsa de suas defesas.⁶⁰ Por outro lado, a severa objeção ao cativo, formulada nas respostas a Matos, podia circular nos espaços públicos com o sentido de ameaça à propriedade escrava ou, pior ainda, com a função de açar revoltas contra os senhores, a exemplo de São Domingos (1791-1794) e de Demerara (1823). Desse modo, provavelmente preocupados em moderar as opiniões no Parlamento, os deputados passaram a focar a análise em questões puramente procedimentais nos últimos dias da discussão.

Já indicada por May e por Matos, que entrevia o fim do tráfico apenas “quando assim o quisesse a nação brasileira, livre, soberana e independente”, a questão de rito foi contemplada por Vasconcelos, Antonio Francisco de Paula de *Holanda Cavalcanti* de Albuquerque (por Pernambuco; visconde de Albuquerque em 1854), Francisco de *Paula Souza e Melo* (por São Paulo), Nicolau Pereira de Campos *Vergueiro* (por São Paulo), Miguel *Calmon* du Pin e Almeida (pela Bahia; marquês de Abrantes em 1854), Manoel José de *Souza França* (pelo Rio de Janeiro) e José *Clemente Pereira* (pelo Rio de Janeiro). Todos eles aludiram, bem que em termos diferentes, à aplicação da lei de responsabilidade aos ministros.

O primeiro a sugerir-lo foi o paulista Paula Souza, que se esquivou de tratar “da injustiça e da barbaridade do tráfico de escravos” ou “da conveniência ou oportunidade de sua abolição”. Seguindo May, convenceu-se de que o governo não podia ratificar convenções momentosas sem consulta prévia da Câmara e que, se o fizesse, então devia ser penalizado pela lei de responsabilidade.⁶¹ Quando outros deputados redargüiram que a Constituinte de 1823 permitira ao Executivo acordar com a Inglaterra, Paula Souza foi

⁶⁰ Cf. *Sustentação dos votos dos deputados Raimundo José da Cunha Mattos e Luiz Augusto May, sobre a convenção para a final extinção do commercio de escravos*. Rio de Janeiro: Imp. Typographia de Pedro Plancher-Seignot, 1827. Em carta dirigida a Cunha Matos, May revelou que “nunca até hoje se tratou no Brasil de um assunto de mais imediato e vivo interesse nem de mais sérias consequências”. Com a publicação avulsa de suas falas, mostrava ao Brasil inteiro e a seus constituintes em Minas Gerais que acudiu “com todas as minhas forças e em toda a extensão dos meus recursos a desviar do Brasil os males da precipitação política”, causada por “charlatães”. Pedro Plancher-Seignot, editor de D. Pedro I, aditou ao opúsculo que eram “absurdas e perigosas” as opiniões a favor do tráfico.

⁶¹ ACD, 3 de julho de 1827, p. 25.

enfático: “é verdade que aquela assembléia o autorizou, mas foi para abolir o tráfico, contanto que isto fosse depois de um certo prazo (que ela indicou) que se devia contar depois da ratificação e contanto que a Inglaterra reconhecesse a nossa independência e garantisse o nosso sistema de governo monárquico-representativo-constitucional. E fez isto o ministro?”

Apoiado por Vergueiro, que se enervara com a qualificação do contrabando como pirataria, Paula Souza colocou em termos claros o modo de examinar o tratado na perspectiva parlamentar:

“pode-se fazer leis por tratados em um governo representativo onde há divisão de poderes? Não seria um tal tratado nulo por direito das gentes? E se assim é, para que aqui estamos? Para que passou o Brasil pelo mar tempestuoso de uma revolução que lhe desse o governo representativo?...

Se assim é, se um ministro pode por um tratado fazer leis e desfazê-las, fechem-se as portas das salas dos senadores e deputados, é escusada esta forma de governo e abracemos outra vez o proscrito absolutismo...”⁶²

A seguir o deputado, a supressão do tráfico abalou o liberalismo político fundado no equilíbrio dos três poderes. Curioso é que, na censura ao comércio de escravos em outros espaços do Atlântico, os atores políticos identificavam-no com aspectos passadistas do Antigo Regime, erguendo contra ele o pavilhão do liberalismo e da independência nacional. Foi assim na Inglaterra, onde movimentos ávidos por reforma sociais e parlamentares entreviram no transplante de africanos o principal símbolo da velha aristocracia hanoveriana. Assim também na Independência dos Estados Unidos, quando os “patriotas” suspenderam a importação de africanos a fim de prejudicar negociantes ingleses e afrontar a orientação política metropolitana, que a favorecia. A França revolucionária experimentou algo semelhante com os “cadernos de queixa” enviados à Assembléia de 1789, um décimo dos quais estenderam ao famigerado comércio as hostilidades à velha ordem. E, finalmente, liberais hispânicos nas Cortes de Cádiz apresentaram projetos de abolição do tráfico e da escravidão para que fossem varridos com outras quinquilharias do Antigo Regime, como o trabalho compulsório indígena das “mitas” e dos “repartimientos”.⁶³

No Brasil, o fenômeno parecia dar-se às avessas. A restrição ao tráfico se assemelhava a um ato *do* Antigo Regime (e não *contra* ele), na medida em que

⁶² ACD, 4 de julho de 1827, p. 50.

⁶³ Sobre o fim do tráfico na Inglaterra, nos Estados Unidos e na França; cf. R. Blackburn. *The Overthrow of Colonial Slavery*, caps. 2, 3, 4 e 5; a respeito das proposições hispânicas em Cádiz desfavoráveis ao Antigo Regime, cf. Manuel Chust. *La Cuestión nacional americana en las Cortes de Cádiz (1810-1814)*. Valencia, México: Fundación Historia Social-UNAM, 1999, pp. 79-123.

desrespeitava as instituições representativas e os poderes distintos da monarquia constitucional. Dessa forma, o transplante de africanos não era uma estratégia coercitiva exercida *de fora* pela metrópole nem um ramo comercial *injustamente* praticado pela velha aristocracia, mas antes uma ação exercida *de dentro* pela própria nação brasileira e projetada *com justiça* para o futuro, para a viabilização e para o desenvolvimento do Estado nacional. O que vinha do exterior era justamente a convenção anglo-brasileira. Um despropósito do Executivo, um resíduo do absolutismo.

Em coro com os paulistas, Clemente Pereira repetia que o tratado feria os “interesses da nação, a sua honra e dignidade, soberania e independência”. Espécie de bordão na Assembléia Legislativa, a frase ressoava as primeiras palavras de Cunha Matos e de May, reiterando que o Executivo usurpara as funções da representação nacional.⁶⁴ Por que a insistência nos termos “interesse”, “dignidade”, “independência” e “soberania”? A resposta pode ser encontrada na lei de responsabilidade ministerial, uma norma que tipificava crimes contra a nação cometidos por gabinetes ou ministros. Prevista na Constituição de 1824, a lei começou a ser desenhada na Câmara dos Deputados, que aprovou seu projeto em julho de 1826 para depois remetê-lo ao Senado. Logo no artigo primeiro do 1º Capítulo, a lei ordenava que fossem incriminados de *traição* os homens de Estado que, por meio de *tratados*, atentassem contra a monarquia, contra a vida do Imperador e, significativamente, contra “a independência, integridade, defesa, dignidade ou interesse da nação”. Para completar, era considerado igual crime (traição), se os ministros “usurpa[ssem] qualquer das atribuições do poder legislativo ou judiciário”.⁶⁵ As punições não eram nada suaves: perda de empregos, honras e mercês, e, nos piores casos, o réu ainda podia arcar com proscrição administrativa perpétua ou – pasmem-se – com a pena de morte.

Difícilmente podia ser mais claro o recado dos deputados. Propagando que o tratado violava os *interesses* nacionais por cessar o tráfico em curto período; maculava a *dignidade* e comprometia a *independência* por ser efeito de ingerência da Inglaterra; e *usurpava* a soberania do Legislativo por implicar leis à revelia dos representantes nacionais, os parlamentares insinuavam – sem declará-lo – o desejo de ver a punição e

⁶⁴ Cf. Fala de Clemente Pereira em ACD, 4 de julho de 1827, pp. 39-45; Vergueiro, ACD, 3 de julho de 1827, pp. 35-36; Paula Souza, ACD, 4 de julho de 1827, pp. 49-50; e Cunha Matos, ACD, 2 de julho de 1827, p. 11 e 3 de julho, p. 31.

⁶⁵ ACD, 29 de julho de 1826, p. 366. A lei de responsabilidade foi requestada por Vasconcelos, segundo o qual “Sem a lei de responsabilidade, não há Constituição”. A comissão especial para redigi-la foi composta por Francisco de Paula Almeida e Albuquerque (por Pernambuco; 1800-1869), Vasconcelos, Vergueiro, José Ricardo da Costa Aguiar (por São Paulo; 1787-1846) e Lino Coutinho. Cf. ACD, 09 de maio de 1826, p. 36.

até mesmo a execução do ministro signatário. É notável que, diante dos furores, o Senado tenha costurado às pressas um colete salva-vidas para Inhambupe, também ele senador. A Câmara alta riscou do primeiro artigo os termos “interesse” e “dignidade” e transferiu o crime de usurpação para outra categoria de delitos, cujas penas eram bem mais brandas que as de traição. Na Câmara, o padre José *Custódio Dias* (por Minas Gerais), produtor envolvido no comércio de abastecimento da Corte, deplorou as emendas: “Uma lei que ia fazer honra à nação vai ser vilipendiada com emendas fétidas”. E Clemente Pereira, que preconizara a vigência do tráfico até 1840, soltou um lamento significativo: “A nação, confiando à discrição dos ministros o celebrar tratados, exige deles que não comprometam a sua honra, dignidade e interesses”.⁶⁶ Mesmo assim, os deputados aprovaram as emendas do Senado para ter à disposição a lei de responsabilidade.

A avaliação do tratado no campo procedimental mostrou-se efetiva e logo dissipou os desentendimentos que separavam os deputados a respeito da escravidão, cujas posições podem ser demarcadas com clareza. Na extrema esquerda, figuravam os favoráveis ao fim do tráfico e à pena de pirataria, como o Bispo da Bahia, o Arcebispo do Maranhão e Antonio *Ferreira França* (pela Bahia). Depois, os contrários ao tráfico que não exigiram aplicação da lei de responsabilidade, como Almeida e Albuquerque ou Camon. À direita, os que condenaram apenas verbalmente o tráfico negreiro, mas se opuseram de tal forma à convenção, que pediam a cabeça do ministro – neste grupo estão Lino Coutinho, Vasconcelos e Holanda Cavalcanti. Em seguida, os deputados que lamentaram os males da supressão do tráfico e pediram a cabeça do ministro, como May, Paula Souza, Vergueiro e Clemente Pereira. Por fim, à extrema direita, Cunha Matos, que elogiou o tráfico de africanos e ainda demandou a lei de responsabilidade ministerial. Que podemos extrair daí? Se a matéria do tráfico polemizou e dividiu a Casa em vários grupelhos, o assunto ligado à política plasmou os quatro últimos conjuntos (de Cunha Matos a Miguel Calmon) em sólida, majoritária oposição ao gabinete passado e ao Executivo em geral.

Após muita discussão, a Câmara decidiu suspender o juízo acerca do ajuste. Em vista disso, o significado da decisão deve ser apreendido durante a discussão, em que os parlamentares expressaram veemente repúdio à maneira como o Executivo conduzia as

⁶⁶ ACD, 27 de agosto de 1827, p. 241. A respeito de José Custódio Dias, vide Alcir Lenharo. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo : Símbolo, 1979, pp. 54, 87, 99 e 106.

negociações diplomáticas. Durante a aprovação do orçamento dos estrangeiros de 1827, o tom de desaprovação geral dominou os discursos, e Vergueiro voltou a inculpar o governo pela convenção antitráfico.⁶⁷ No ano seguinte, Lino Coutinho, que criticara mesmo a escravidão, usou o tratado para atacar o governo: “O ministério passado foi criminoso por muitos outros atos; nós lhe tomaremos contas. Eu sou o primeiro a declarar que hei de acusar o ministro que fez o tratado sobre a escravatura. Havemos de lhe cair em cima com o ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo. (*Risadas.*)”⁶⁸ É provável que, aos poucos, o tratado tenha se tornado pretexto para achincalhar o governo de modo geral. Em 1830, Paula Souza exprimiu grande descontentamento em termos agressivos:

Será preciso apelar para a linguagem que aqui tem havido, para discursos em que se tem mostrado que o governo tem sido estúpido, que tem cedido por fraqueza; e não somos nós testemunhas que o ministro de Estado disse aqui que por fraqueza cedeu a tratados? Duas ou mais vezes o disse, uma vez a respeito do tratado da escravatura, e os povos civilizados sabem mais do que nós mesmos que o governo do Brasil tem aviltado a honra nacional e obrado como estúpido, e não havemos de dizer a nossa opinião, que o governo do Brasil fez tratados que vitalmente violava[m] a constituição do Estado?⁶⁹

A essa altura, pode-se perguntar quais foram os principais efeitos dos debates de 1827. Sem dúvida, o repúdio ao sistema de recepção de tratados da Constituição ganhou consistência na apreciação sistemática do tratado antitráfico, que valeu, por assim dizer, como exercício de arguição teórica sobre todos os tratados até ali assinados (os de comércio com a França e com a Inglaterra, bem como o de Independência com Portugal). Assim, no processo que levou à abdicação de D. Pedro I, o convênio parece ter desempenhado o importante papel de abrir mais espaço à Câmara na luta contra a concepção centralizada de Estado inserida na Carta de 1824 e redesenhada apenas com a edição do Ato Adicional (1834). Em específico, a repulsa à administração centrípeta e o rancor da ingerência estrangeira culminaram na lei de Regência de 14 de julho de 1831, que obrigava a submissão de futuros acordos internacionais à aprovação da Assembléia. Aliada à lei de responsabilidade ministerial, essa medida fez o Império do Brasil seguir os passos da república norte-americana, pois, agora, o trato negreiro era matéria *interna corporis* ou de economia doméstica do Legislativo. Efetivamente, ao

⁶⁷ ACD, 20 de agosto de 1827, p. 165.

⁶⁸ ACD, 13 de maio de 1828, pp. 62-63.

⁶⁹ ACD, 8 de maio de 1830, p. 89.

contrário da Espanha, nunca mais em sua história o Brasil firmaria uma convenção antitráfico bilateral.⁷⁰

Em contrapartida, o ajuste e os debates parlamentares abriram espaço na esfera pública para circulação de textos, projetos, memórias e artigos de jornal contrários ao seqüestro de africanos e ao próprio cativeiro. Ainda nos anos 1820, Ferreira França começou sua *via crucis* em nome da libertação gradual dos escravos, e Diogo Antonio Feijó ofereceu projeto para interpor o Estado nas relações senhor-escravo.⁷¹ No contexto marcado pela vigência da convenção anglo-brasileira (setembro de 1830) e pelas lutas radicais após a Abdicação (7 de abril de 1831), alguns jornais elevaram o tom da censura. A edição de 19 de abril da folha exaltada *Nova Luz Brasileira*, de Ezequiel Corrêa dos Santos, propôs que a liberdade política recém-auferida “fosse festejada com uma lei que libertasse os ventres ainda não livres” e outorgasse aos futuros ex-escravos direitos de cidadania. No mesmo ano, o *Jornal do Comércio* louvou o hoje célebre texto de José Bonifácio, a *Representação* à Assembléia Constituinte (escrita em 1823, publicada em 1826, em Paris), que também estipulava a libertação do ventre – significativamente, ele ainda publicaria uma síntese biográfica de William Wilberforce, expoente máximo do abolicionismo inglês, rotulado de “amigo da humanidade” e inimigo da “iniqüidade anti-social” chamada escravidão. Outros periódicos da Corte adotaram a tônica moderada da economia política antiescravista ou da segurança social, para invectivar o contrabando operado desde o vigor do ajuste anglo-brasileiro. Como advertiu Evaristo da Veiga, redator da *Aurora Fluminense*, “nada nos pode ser mais funesto do que os esforços para africanizar o Brasil” – sobretudo, pode-se concluir, no delicado momento de discussões e mobilizações populares em torno de profundas reformas do Estado, postas em pauta desde fins do Primeiro Reinado.⁷²

⁷⁰ Sobre o teor da lei de 14 de julho de 1831, no particular acerca das negociações diplomáticas, vide Amado Luiz Cervo. *O parlamento brasileiro*, pp. 5-9.

⁷¹ Cf. ACD, 9 de julho de 1827, p. 93; 12 e 13 de maio de 1828, p. 62 *passim*; e 5 de junho de 1830, p. 329. ACD, 18 de setembro de 1827, p. 49. O projeto de Feijó previa que cativos mal-alimentados ou cruelmente castigados seriam vendidos a contragosto do proprietário, e todos os escravos teriam direito a pecúlio para comprar sua liberdade, depois de fixado o valor da alforria.

⁷² Sobre a *Nova Luz Brasileira*, conferir Marcello Otávio Basile. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na corte imperial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001; e, do mesmo autor, “Unitários e federalistas : a questão federal na imprensa da Corte (1830-1834)”. In: Mônica Leite Lessa & Sílvia Carla Pereira de Brito Fonseca (orgs.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008, pp. 83-106; para os demais periódicos, ver análise de Alain El Youssef. *O problema da escravidão em periódicos brasileiros da década de 1830: Jornal do Comércio, Diário da Bahia, O Justiciero, O Sete d’ Abril e O Catão*. FAPESP. Relatório de Iniciação Científica. São Paulo: DH/FFLCH/USP, 2006, pp. 10-12, 20-22 e 79-80.

Com efeito, na turbulenta quadra inicial da Regência (1831-1835), quase não houve discursos a favor do cativo. Bem ao contrário, aprovou-se ali uma determinação que libertava escravos africanos contrabandeados para o Brasil, discutiram-se projetos que visavam aperfeiçoá-la, foram ensaiadas companhias de colonização européia, abriu-se concurso público para a condenação do tráfico e jornais publicaram artigos diversos contra a escravidão. Para compreender essa guinada antiescravista, convém analisar de perto a lei de 7 de novembro de 1831, que proibiu o infame comércio de homens. É ela que deu o enquadramento institucional para a evolução do debate sobre o assunto nos anos subseqüentes.

7 de novembro de 1831: uma lei para inglês ver?

Um grande consenso historiográfico tem desapreciado a primeira lei supressora do tráfico para o Brasil. Caio Prado Jr. viu nela resultado direto de compromissos internacionais, consentidos apenas *pro forma* pelo Parlamento, a casa “dos proprietários e senhores rurais”. Misto de enxerto e hipocrisia, ela já teria nascido “letra morta”. Emília Viotti da Costa seguiu de perto essa interpretação, enquanto José Murilo de Carvalho chegou a escrever expressamente um ditado freqüentemente ligado à medida imperial: “a seqüência de acontecimentos mostrou que a lei era literalmente para inglês ver, pois não foram tomadas medidas concretas para implementá-la”. De resto, “lei para inglês ver” é a entrada do verbete que remete à medida legislativa no *Dicionário da escravidão negra no Brasil* (2004), de Clóvis Moura. Recentemente, Jeffrey Needell lhe deu tão pouca relevância, que a considerou puramente desdobramento do tratado antitráfico anglo-brasileiro.⁷³ Nessas leituras, tanto a fonte da lei (Parlamento sob domínio de fazendeiros ou ingerência britânica) como seus efeitos (ineficácia para impedir o futuro contrabando) aparecem como causas eficientes para desclassificá-la.

Por outro lado, alguns estudiosos entreviram seriedade na aprovação do diploma. Leslie Bethell entendeu que, se para alguns deputados se tratava efetivamente de jogada “para inglês ver”, a medida só se tornou possível graças ao clima liberal e reformista que levou à abdicação de D. Pedro I – opinião que é desenvolvida por Robert Conrad.

⁷³ Caio Prado Jr. *História econômica do Brasil*. 1ª ed., 1945. São Paulo: Brasiliense, 1949, p. 157; Emília Viotti da Costa. *Da Monarquia à república: momentos decisivos*. 1ª ed., 1977. São Paulo: Unesp, 1999, p. 282; José M. de Carvalho. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 1ª ed., respectivamente, 1980 e 1988. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 294; Clóvis Moura. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004, verbete “lei para inglês ver”, pp. 240-241; Jeffrey D. Needell. *The Party of Order: The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford, California: Stanford University Press, 2006, p. 120.

Trabalhos posteriores como os de Jaime Rodrigues e de Beatriz Mamigonian têm advertido que a lei exerceu, antes, a função política de reafirmar a soberania nacional, ignorada em 1826-1827, com um esquema de repressão próprio, baseado no Código Criminal, e não nas comissões mistas.⁷⁴ Talvez se possa acrescentar uma segunda soberania em jogo: se for admitido que a macropolítica do século XIX se caracterizou, em geral, por um aprendizado constante e errático dos limites entre o Executivo e o Legislativo; e que, no Brasil em particular, essa tensão se manifestou na avaliação da diplomacia conduzida sob a preeminência do Executivo, a norma de 7 de novembro de 1831 pode ser entendida como exercício probatório de autonomia dos órgãos representativos. Após a lei de Regência de 14 de julho, talvez ela seja o arremate das discussões travadas em 1827 sobre a questão procedimental do acordo antitráfico. Entretanto, o rito não elidiu por completo o mérito do problema. A intenção de suspender o tráfico definitivamente e as convicções antiescravistas também foram fundamentais, como o veremos a seguir.

O projeto da lei foi apresentado no Senado pelo marquês de Barbacena. Filho de coronel e neto de contratador de diamantes, Felisberto Caldeira Brant Pontes (1772-1841) recebeu as primeiras instruções em Mariana, fez estudos complementares no Colégio dos Nobres, em Lisboa, e frequentou Academia de Marinha, também em Portugal. Foi então nomeado major de Estado-maior e ajudante-de-ordens do governador de Angola, onde acompanhou de perto o tráfico negreiro por alguns anos. Depois seguiu para Salvador e aí se casou com a filha de um comerciante local de grosso trato. Caldeira Brant passou a entestar as transações do sogro, relacionando-se com “diferentes praças do mundo” – não é possível asseverar que ele mercava em escravos africanos, mas a hipótese soa plausível. Declarada a Independência, recebeu de D. Pedro I proposta para ocupar a Pasta da Guerra e Marinha e, suposto declinasse o convite, continuou próximo do Imperador, apoiando a Constituição outorgada de 1824. Em viagem à Europa, cumpriu a tarefa de negociar a Independência brasileira com portugueses e com o todo-poderoso do *Foreign Office*, George Canning. O tratado daí resultante foi trazido ao Rio de Janeiro, por Charles Stuart, com outro sobre o fim do

⁷⁴ Cf. Leslie Bethell. *A abolição do tráfico de escravos*, p. 78; Robert Conrad. *Tumbeiros: o tráfico de escravos*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 92 *passim*; Jaime Rodrigues. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos no Brasil*. Campinas/SP: Ed. da Unicamp/Cecult, 2000, p. 87; Beatriz Galloti Mamigonian. *To be a liberated African in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century*. Tese de Doutorado. Waterloo, Ontario, Canada, 2002, p.21. Para uma revisão da lei de 1831, cf. tb. Beatriz Mamigonian & Keila Grinberg (orgs.) “Dossiê : ‘Para inglês ver’ ? Revisitando a Lei de 1831”. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 29, n. 1/2/3 (jan.-dez. 2007), pp. 87-340.

tráfico negreiro. Proprietário de escravos, experiente na África, negociante avultado e envolvido no reconhecimento diplomático do Império (com todas as implicações para as permutas afro-brasileiras), Barbacena era um dos políticos mais abalizados para estimar os efeitos do tratado de 1826, bem como os de uma lei complementar em 1831. E, ainda assim, ele não hesitou.⁷⁵

No intróito do projeto, o senador apresentou a supressão do tráfico como problema da esfera moral. “A imoralidade inerente à escravidão”, disse ele, “os foros da humanidade vergonhosamente ofendidos têm auctado [sic] a obrigação de extinguir o comércio da escravatura.” Em seguida, conduziu o discurso à esfera política. “Os filantropos do universo viram com júbilo que a nação brasileira, no mesmo instante em que foi reconhecida nação livre, soberana e independente, acabou com esse tráfico de iniquidade, marcando o menor prazo possível para a sua completa liquidação.”⁷⁶ Curioso que Barbacena, não se limitando à condenação do transplante de negros, acoimasse o próprio cativeiro de intrinsecamente imoral, em expansão teórica maior que a necessária, pois ninguém obrigava o Brasil a soltar pronunciamentos contra a instituição. O marquês também associou a coação do trato à independência e à soberania nacionais, exatamente os dois conceitos centrais que os deputados haviam declarado ultrajados, em 1827. Notavelmente, esse era o teor das falas de estadistas que apoiavam D. Pedro I, e não o da ex-oposição, agora elevada ao poder. Com toda probabilidade, a opção por abandonar a tônica de 1827 suprimia o risco de sugerir, dentro e fora do país, qualquer apoio tácito ao contrabando.

De fato, um breve exame comparativo do diploma e da convenção antitráfico reforça a hipótese. O ajuste anglo-brasileiro abolia *o tráfico* para o Brasil, previa o julgamento de *tripulações* infratoras por comissões mistas e libertava os *africanos dos barcos apreendidos*. Entretanto, sem obrigação imposta pelo acordo, o Parlamento brasileiro aprovou disposições mais severas que as originais, em movimento nitidamente contrário ao que se via no império espanhol, por exemplo, igualmente fundado comércio de africanos escravizados – em 1817, a Grã-Bretanha também havia

⁷⁵ A respeito da vida de Barbacena, cf. S. A. Sisson. *A galeria dos brasileiros ilustres (os contemporâneos). Retratos dos homens mais ilustres do Brasil, na política, ciências e letras, desde a guerra da Independência até os nossos dias, copiados do natural e litografados por S. A. Sisson, acompanhados das suas respectivas biografias, publicada sob a proteção de sua majestade o Imperador*. Rio de Janeiro: Tip. Querino & Irmão, 1859-1861, 2 vols. Consultei a primeira edição, mas as citações são feitas a partir de Sisson. *A galeria dos brasileiros ilustres (os contemporâneos)*. São Paulo: Martins Editora, 1948, pp. 57-69, vol. II; cf. tb. Pandiá Calógeras. *O marquês de Barbacena*. Brasília: Editora Univ. de Brasília, 1982.

⁷⁶ AS, 31 de maio de 1831, p. 254.

extraído à Coroa ibérica um tratado privando suas colônias de novos africanos, com a importante diferença de que nem os gabinetes absolutistas de Fernando VII nem as cortes revolucionárias de Madrid (1820-1823) o haviam extremado com lei doméstica. Afora a diferença procedimental dos governos, uma vista de olhos sobre a medida brasileira realça outras peculiaridades. O primeiro artigo declarou livres *todos os africanos* introduzidos ilegalmente no Brasil – cumpre lembrar que o termo “livre”, ao contrário de “liberto”, pressupõe ilegítimas as práticas de escravização na África; outro previu que os transgressores – bem *marinheiros* como *proprietários* de escravos – sofreriam processo criminal; por fim, autorizou-se a qualquer pessoa delatar à polícia não apenas o desembarque ilegal, mas também a existência, não importasse em que ponto do país, de escravarias contrabandeadas. Em síntese, ao deliberar sobre a clandestinidade tanto em alto mar, quanto na costa e no interior do território, o texto brasileiro como que ampliou o *âmbito de incidência* do tratado; ao qualificar também o proprietário de criminoso, criou novas *condutas puníveis*.⁷⁷

A severidade dessas disposições ganha vulto em contraste com opiniões coevas no Brasil. Apenas dois anos antes, em 1829, estadistas do Conselho Geral de Minas Gerais, entre eles Bernardo Pereira de Vasconcelos, em nome da principal região consumidora de africanos novos no século XIX, ao lado do Rio de Janeiro, se reuniram para representar ao Senado a necessidade de prorrogar a aplicação do acordo anglo-brasileiro para o final de 1833. Admitindo a condenação teórica do trato negreiro, o texto o repudiou com base nos efeitos econômicos maléficos decorrentes de sua proibição e nas circunstâncias históricas específicas da província. “O Conselho Geral”, disseram em alusão à Inglaterra e, provavelmente, à França, “julga desnecessário mostrar que não são aplicáveis os exemplos de outros povos, a quem não tem sido muito sensível a abolição deste tráfico”. Como a população indígena não era fonte alternativa de mão-de-obra e a imigração européia parecia obra do futuro, a execução do tratado “necessariamente produzirá o pasmo dos serviços” e “a diminuição dos produtos anuais ruirá a das Rendas Públicas”. Finalmente, os peticionários reconheceram a importância extraordinária das linhas de comércio interno em cativos, não tanto para os comerciantes quanto para os recursos públicos da província. “A simples suspensão da

⁷⁷ Sobre o caso espanhol, cf. David Murray. *Odious Commerce: Britain, Spain, and the Abolition of the Cuban Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980; a respeito do tratado de 1826, cf. Leslie Bethell. *A abolição do tráfico de escravos*, pp. 38-94; vide texto do tratado em Antônio Pereira Pinto. *Apontamentos para o direito internacional*, pp. 344 *passim*. ou em ACD, 22 de maio de 1827, pp. 154-155; a lei de 1831 foi integralmente republicada em Clóvis Moura. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*, pp. 18-19.

entrada de escravos novos diminui nos rendimentos dos registros a quantia de quarenta e sete contos de réis anuais. Como suprir a este déficit e ao que deve resultar da infalivelmente menor produção anual!!” Uma comissão do Senado emitiu juízo se desincumbindo da matéria, pois apenas o Executivo tinha poderes para renegociar o tratado.⁷⁸ Fracasso à parte, o pedido indica, claramente, que o futuro do tráfico dependeria da articulação de forças no seio do governo brasileiro.

As intenções antiescravistas dos legisladores, em 1831, também podem ser capturadas na apreciação parlamentar do primeiro artigo do projeto, que previa libertação de africanos traficados a partir da vigência da lei. Em sua discussão, o senador visconde de Alcântara (João Inácio da Cunha) ousou estender o benefício a todos os africanos introduzidos no país após o início do tratado (setembro de 1830). A fala provocou alarma geral. Um dos pares de Alcântara estimou que fossem lançados à liberdade mais de 15.000 africanos já comerciados, enquanto outro inflacionou a cifra para “30 ou 40 mil”. Mesmo Barbacena advertiu que fossem 50 mil de uma só vez, e um quarto orador entrou no coro com a soma de 60 mil – tudo isso embora o número real não devesse passar dos vinte mil.⁷⁹ Explicitando a causa dos melindres, João Antônio *Rodrigues de Carvalho* referiu o perigo de uma revolução de escravos no país, “porque basta um que saiba ler para que, vendo esta disposição, cita [a] todos os outros; e ainda que nenhum preto saiba ler, não há de faltar quem por espírito de revolta, de que há agora tanta abundância, procure onde existem esses pretos para os aconselhar?” A principal objeção se prendia à segurança pública, já fragilizada por constantes motins populares no pós-Abdicação, pois a medida abria espaço para que africanos ilegais requeressem a liberdade a todo transe. A emenda de Alcântara foi, naturalmente, fulminada.⁸⁰

Entretanto, o artigo original passou sem restrições. Como entendê-lo, se ambos os dispositivos solapavam a segurança jurídica nas operações comerciais em escravos

⁷⁸ Vide “Representação do Conselho Geral de Minas Gerais de 13 de fevereiro de 1829”, número do documento 6638; e “Parecer da Comissão de Legislação de 10 de junho de 1829”, Acervo Arquivo do Senado Federal (AASF), Brasília. Ainda não foram identificados os membros do Conselho Geral. Pode-se apenas afirmar que ali está presente Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos futuros deputados envolvidos na reabertura do tráfico negreiro sob a forma de contrabando.

⁷⁹ Cf. AS, 16 de junho de 1831, pp. 378, 379; e 21 de junho de 1831, p. 409. Em 1830, entraram pouco mais de 55 mil escravos no Império, mas o governo tinha conseguido autorização da Inglaterra para que os tumbeiros retornassem até setembro daquele ano. Como, entre 1812 e 1830, a maior parte dos desembarques negreiros se dava no verão e no outono, a quantidade real de escravos ilegais chegados após setembro pode girar, na melhor das hipóteses, em torno de 20 mil. Em 1831, em todo o caso, o número já tinha caído para sete mil. Cf. dados do tráfico em www.slavevoyages.org; a respeito da sazonalidade de desembarques, cf. Manolo Florentino. *Em costas negras*, pp. 60 *passim*.

⁸⁰ Cf. AS, 16 de junho de 1831, p. 378.

contrabandeados; se instigavam os cativos a enfrentar os senhores; e se minavam a base legal com que Estado e proprietários exerciam o controle sobre os cativos? A diferença é que a emenda regulava uma situação factícia, existente, enquanto o artigo estipulava normas para o futuro. O argumento usado para reprovar o substitutivo – receio de um levante de 20.000 africanos – deixou de ser evocado contra o item original só porque os senadores acreditavam no fim peremptório do tráfico. Se tivessem previsto o contrabando das duas décadas seguintes, que montou a cerca de 700.000 pessoas, e seus efeitos trinta e cinco vezes maiores que os da emenda, certamente o teriam repudiado. Definitivamente, eles sabiam que extrapolavam o conteúdo do tratado de 1826 e apostaram no declínio do comércio negreiro. Como lembrou o senador José Teixeira da *Mata Bacelar*, a convenção previa penas aos infratores; a lei de 1831 dava liberdade aos africanos. Na opinião geral, essa liberdade, porém, devia ser projetada para frente, jamais para o passado.⁸¹

Isso não quer dizer que a lei de 1831 fosse resultado de vontade unívoca. Assim o sugere a definição dos prêmios oferecidos aos denunciante de desembarques ilegais e de plantéis contrabandeados. Em princípio, oficiais das forças de mar receberiam 200\$000 (duzentos mil-réis) por escravo apreendido, enquanto cidadãos, a metade do valor. No Senado, recompensas de ambas as categorias foram arredondadas por baixo, isto é, 100\$000. Na Câmara, os deputados deram o golpe de misericórdia propondo a importância de 33\$000 por cabeça. Impagável mesmo nesse trâmite foi a interpretação de Barbacena, que encarou com muito entusiasmo as reduções: “A alteração foi diminuir o prêmio do denunciante, deixando a maior quantia a favor do Hospital, isto já no Senado teve muita opinião a favor”. Como filantropia era a carta maior do baralho político no jogo da escravidão, a resposta de Barbacena parece chiste: trinta e três mil-réis estavam de bom tamanho, pois que sobrariam mais uns cobs para a saúde. Vida longa à caridade!⁸²

Se a lei de 7 de novembro de 1831 é fruto de forças políticas conflitantes, parece indubitável a vitória de duas posições centrais. Em primeiro lugar, ela manifesta um exercício probatório de soberania dos órgãos representativos, em que a regulação supressora do tráfico ganhou autonomia em face dos artigos do tratado anglo-brasileiro:

⁸¹ Cf. AS, 16 de junho, 1831, p. 377-8 e 21 de junho de 1831, p. 410. Sobre os receios dos africanos livres, cf. B. G. Mamigonian. *To be a liberated*, pp. 24 *passim*. Cf. tb. Tâmis Parron, “Política do tráfico negreiro: o Parlamento imperial e a reabertura do comércio de escravos na década de 1830”. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 29, n. 1/2/3 (jan.-dez. 2007), pp. 91-121.

⁸² Cf. AS, 21 de junho, p. 415; CD, 19 de outubro de 1831, p. 238 *passim*; AS, 28 de outubro de 1831, p. 340.

deu liberdade a africanos, pronunciou fazendeiros e ignorou a pirataria. Afora isso, há nela uma dimensão extraparlamentar e autenticamente antiescravista. Efetivamente, após a ratificação do ajuste de 1826, parece ter se espalhado forte crença no fim do tráfico negreiro ou em sua eliminação quase total. E não apenas os debates parlamentares o confirmam. Nos anos subseqüentes ao tratado, a busca insofrida por africanos, a alta do preço de escravos, sobretudo das mulheres, e cartas pessoais de proprietários indicam que os agentes econômicos acreditaram na coação efetiva do comércio.⁸³ Em extensa pesquisa sobre os negreiros radicados no Rio de Janeiro, Manolo Florentino percebeu que traficantes de grosso trato, cuja marca era a regularidade profissional com que mantinham o abastecimento de africanos para o Brasil, abdicaram de suas transações para investir a fortuna amealhada no circuito imobiliário da Corte. Na verdade, quatro dos dezessete grandes negociantes arrolados por Florentino (isto é, quase 25%) saíram imediatamente do negócio já em 1826/27, período da assinatura e da ratificação do tratado.⁸⁴ Indícios disponíveis até o momento reforçam a hipótese de que os traficantes do período do contrabando formariam uma nova geração de empresários.⁸⁵

Um dos equívocos mais sedutores em que pode cair o pesquisador consiste em supor as atividades de contrabando como continuação do tráfico negreiro legal. Ao contrário, a transformação do trato de africanos em contrabando significava a conversão de uma atividade economicamente orientada em uma operação politicamente protegida, isto é, exigia constante padrão de conduta tutelar do Estado, em franco desafio da ordem internacional. Daí não contar com o assentimento automático de estadistas acaso favoráveis à forma legítima do comércio, já em si controversa.⁸⁶ Afora isso, os homens

⁸³ Sobre o aumento acentuado no preço de escravos na década de 1820, cf. Manolo Florentino e José Roberto Góes. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, c. 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, pp. 67-71. Em 5 de maio de 1830, João Loureiro escreveu a seu tio, o conselheiro Manuel José Gomes Loureiro, que o “receio dos proprietários de terra com a abolição da escravatura (*sic*) pôs a todos empenhados com os vendedores de escravos”, apud Roquinaldo do Amaral, “Brasil e Angola no tráfico ilegal de escravos, 1830-1860”. In: Selma Pantoja & José Flávio Sombra Saraiva (orgs.). *Angola e Brasil: nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, pp. 145-146.

⁸⁴ Cf. M. Florentino. *Em costas negras*, pp. 43,44, 203 e passim e 266-267.

⁸⁵ Ver Roquinaldo Amaral Ferreira. *Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860*. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996, pp. 170 passim.

⁸⁶ Não admira que desde censores do tráfico transatlântico (Almeida e Albuquerque, Francisco Gê Acaiaba de *Montezuma*) ou figuras que raramente falaram a esse respeito (como Manuel *Odorico Mendes*, nosso primeiro tradutor de *Ilíada* e *Odisséia*), até o maior orador pró-escravista de 1827 (Cunha Matos), quase todos os homens da tribuna denunciassem atividades residuais de contrabando para refreá-las. Cf. ACD, 13 de maio de 1831, pp. 29-30; e 5 de agosto de 1831, pp. 30; AS, 15 de junho de 1831, p. 366.

de alto coturno no Senado e na Câmara acompanharam o movimento dos negreiros, fazendo uma aposta para as décadas seguintes a partir do que viram entre 1826 e 1830. O tráfico parecia chegar a termo. Por essas razões, depois de publicada, a lei de 1831 se provou fundamental tanto para escravistas e políticos desejosos de inverter o jogo no tabuleiro, como para antiescravistas e pessoas ilegalmente escravizadas. Nesse sentido, ela não deve ser entendida meramente como prescrição normativa nem simulação diplomática, mas sim como extraordinário ponto de articulação, na história brasileira, entre ação legal e interação social.

Economia mundial, abolicionismo britânico, Império do Brasil e malês, 1831-1835

A aprovação e o futuro da lei de 1831 não podem ser isolados do quadro internacional nem da conjuntura política doméstica. Por volta dos anos trinta, era notável o revigoramento da crítica à escravidão em todo o mundo atlântico. Na Inglaterra, o *Agency Committee*, célula radical da *Anti-Slavery Society*, passou a exigir já e já a abolição do cativeiro nas Antilhas, que foi finalmente sancionada em 1833; ao mesmo tempo, o governo francês nascido da Revolução de Julho de 1830 aceitou coartar o tráfico negreiro, em 1831, por meio de acordo com a Inglaterra permissivo da visita mútua de navios mercantes. Nos Estados Unidos, ecos do abolicionismo inglês motivaram a formação da *American Anti-Slavery Society*, em 1833, que derramou uma enxurrada de petições no Congresso, em rota de choque frontal com interesses dos sulistas. Até mesmo a Virgínia, no sul dos Estados Unidos, se viu engalfinhada em intensa discussão pública acerca da conveniência da “instituição peculiar”, ao que também se deveu, em parte, a formulação reativa do radical pensamento pró-escravista norte-americano.⁸⁷

No Brasil, o debate central após a Abdicação girou em torno da concepção de Estado a ser inscrita na almejada reforma da Constituição. Embora não houvesse programa unificado, pode-se dizer que se propunha, em síntese, suprimir o Poder Moderador, o Conselho de Estado e o mandato vitalício do Senado; criar Assembléias

⁸⁷ Originário da *Society for the Mitigation and Gradual Abolition of Slavery* (ou simplesmente *Anti-Slavery Society*), o *Agency Committee* se caracterizou pelo imediatismo da abolição e pelo método popular de pressionar o governo: enquanto a primeira se restringia às atividades parlamentares, o Comitê organizava manifestações de massa em diferentes cidades inglesas. Cf. Howard Temperley. *British Antislavery, 1833-1870*. London: Longman, 1972, pp. 9-18; a respeito do abolicionismo americano, cf. Ronald Walters. *The Antislavery Appeal: American Abolitionism after 1830*. New York: Norton, 1978; sobre a França e o contrabando, cf. Lawrence Jennings, “French Policy toward trading with African and Brazilian Slave Merchants, 1840-1853.” *The Journal of African History*, vol. 17, n. 4 (1976), pp. 515-528.

Legislativas Provinciais para facultar administração financeira local; e tornar magistrados locais e presidentes de província eleitos nas respectivas províncias. Entretanto, a exemplo do que ocorrera nas Cortes de Lisboa (1820-1823), a demanda pela reorganização das *partes componentes do corpo político* não veio desacompanhada de uma relevante, embora modesta, atitude crítica acerca das *partes constitutivas do corpo social*. De 1830 em diante, gazetas como a radical *Nova Luz Brasileira*, a moderada *Aurora Fluminense* e o ministerial *Jornal do Comércio* repudiaram os efeitos do tráfico e da escravidão. Na pasta da Justiça, Feijó pediu distribuição de cartazes com multas e penas a que estavam sujeitos contrabandistas e proprietários, a fim de denunciar “o horrível crime de vender ou comprar homens livres”.⁸⁸ Por sua vez, o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Bento da Silva *Lisboa*, elogiou a “saúdável influência [da lei de 1831] para coibir esse abominável contrabando”.⁸⁹ Tais advertências se refletiram nas ações da marinha imperial: dos navios aprisionados em 1834, metade se deveu a suas manobras; no ano seguinte, cruzadores brasileiros capturaram cinco dos sete negreiros enviados aos tribunais do Rio de Janeiro.⁹⁰ Definitivamente, durante as disputas em torno da reforma constitucional, parecia ainda não haver espaço para a defesa da escravidão no país.

Em contrapartida, o futuro do contrabando (e da lei de 1831) também dependia de desempenhos econômicos regionais. De fato, não foi homogênea a inserção do Brasil na economia-mundo do livre mercado, das inovações técnicas, da explosão demográfica, do crescimento urbano e dos novos padrões de consumo. À medida que o século XIX avançou, os três principais artigos escoados para o centro do capitalismo – algodão, açúcar e café – evoluíram em ritmos distintos, conforme capacidades regionais de enfrentar a concorrência internacional, de massificar a produção e, enfim, de obter acesso ao trabalho escravo. Nas três instâncias, os agentes econômicos da cafeicultura se saíram melhor que os dos demais cultivos e, já na década de 1830, coroaram o café como líder da pauta de exportações nacionais. Essas diferenças regionais acabaram por condicionar, em parte, as alianças e os discursos a respeito da escravidão no período regencial.

⁸⁸ Cf. *Declaração de Diogo Antônio Feijó em nome do Imperador dirigida ao Presidente da Província da Bahia que não se processe mais o tráfico de pretos africanos, para que não se realize a compra de tais escravos e outras questões relativas à proibição*. Rio de Janeiro, 17 de abril de 1832, apud R. Conrad. *Tumbeiros*, p. 101; vide também denúncias na Câmara dos Deputados, em ACD, 04 de junho de 1832, pp. 71-73; 20 de julho de 1832, p. 92.

⁸⁹ ACD, 10 de maio de 1833, p. 116.

⁹⁰ Robert Conrad. *Tumbeiros*, pp. 93-103.

Também é necessário levar em conta que insurreições escravas significativas repercutiram nas atividades parlamentares e, portanto, no tratamento político dispensado ao problema do contrabando. Tais foram, nomeadamente, os casos do levante de Carrancas (1833) e da Revolta dos Malês (1835), a que se pode atribuir com clareza artigos em periódicos, pareceres parlamentares, projetos de lei e proposições provinciais. Por conseguinte, qualquer análise das vicissitudes e do porvir da lei de 7 de novembro de 1831 deve inter-relacionar as ações de resistência escrava, os desempenhos econômicos regionais, os efeitos do movimento abolicionista e a conjuntura das disputas políticas no Império do Brasil. Fazê-lo é o objetivo das próximas páginas.

Desde 1815, o algodão brasileiro não vinha enfrentando satisfatoriamente a concorrência do sul dos EUA, onde a reprodução vegetativa de escravos garantia provisão constante de mão-de-obra, inovações manufatureiras e agrônômicas tinham ampliado a escala da produção e, a partir da terceira década do século, as ferrovias baratearam os custos do transporte. Nessas condições, a cotonicultura norte-americana auferia taxas de crescimento quinquenal superiores a 30%, desbancando dramaticamente a concorrência brasileira. Em contrapartida, produtores maranhenses deploravam a inexistência de sólida estrutura do tráfico negreiro na era do livre mercado e previram que isso, aliado à falta de inovações técnicas, emperraria o deslanche agrícola: “se fosse tão fácil a qualquer pessoa o negócio da escravatura”, disse um observador local em 1818, “como o é o prover-se de fazendas, efeitos ou gêneros para vender ao público, nunca se veriam tão freqüentes abusos dessa liberdade de comércio, e os monopólios desapareceriam [...] mas no ramo de que falo são poucos os vendedores, porque também são poucos os que podem ter as proporções para se interessar nele, e, por consequência, fica aberta a porta ao monopólio”.⁹¹ O algodão de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará, que chegou a contabilizar 83% da

⁹¹ Cf. Raymundo José de Souza Gayozo. *Compendio historico-politico dos principios da lavoura no Maranhão: suas produções e progressos que tem ido ate ao presente, entraves que a vão deteriorando*. Paris: P. N. Rougeron, 1818, pp. 253-4; sobre o algodão, cf. Rafael de Bivar Marquese. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, pp. 337 *passim*; cf. tb. Evaldo Cabral de Mello. *A outra independência: o federalismo pernambucano*. São Paulo: Ed. 34, 2004, pp. 60 e 61.

exportação de Recife em 1816, declinaria incessantemente nas décadas seguintes. A demanda por escravos africanos novos cairia ali na mesma medida.

Após estagnação prolongada nos dois primeiros terços do século XVIII, a produção açucareira da Bahia gozou de crescimento ininterrupto até a virada da década de 1820. A tradicional lavoura pernambucana não a acompanhou no mesmo passo, parte devido às conturbações políticas de 1817 e 1824, parte porque o tráfico negreiro não contou com núcleo autônomo de comerciantes especializados, como em Salvador e no Rio de Janeiro. Entretanto, o maior embaraço para as duas regiões, bem como para a região açucareira de Campos, ao norte do Rio de Janeiro, foi a concorrência do açúcar de beterraba e do cubano, que, dotado de moderno processo de moagem, fervura e filtragem e impulsionado pelo ininterrupto tráfico ilegal de escravos, limitou a elasticidade da produção brasileira. Para completar, a Bahia sofreu o chamado “ciclo de revoltas escravas” (1815 a 1835), cujo ápice, a rebelião dos malês, suscitou questionamentos sobre a importação de africanos.⁹²

A força econômica do Império, a contar da década de 1830, se situou no eixo que unia o sudoeste de Minas Gerais e o Rio de Janeiro. Dinâmica antes da chegada da Corte, a província mineira cresceu mais ainda após 1808, consolidando-se na função de abastecer a província fluminense e a cidade do Rio de Janeiro, cuja população triplicou entre 1808 e 1838, de cerca de 50 mil para quase 150 mil pessoas. A dependência alimentar da Corte era tão sensível, que, nas palavras de um publicista em 1830, ela “hoje morreria de fome, se Minas Gerais fechasse seus portos secos”. De fato, desciam por ano mais de 60 mil reses, 40 mil porcos, 140 mil arrobas de toucinho, 115 mil galinhas, afora algodão em rama e em pano, tabaco, milho, feijão etc. Na volta, muitos dos tropeiros levavam milhares de escravos, ao lado de vinho, azeite, louças, sedas, vinagre, cerveja, sal e trigo. Esse intenso fluxo de mercadorias se beneficiou grandemente da *Estrada do Comércio* (iniciada em 1813, utilizável em 1817) e da *Estrada da Polícia* (aberta em 1817, praticável em 1820), que, ao lado do *Caminho Novo*, em uso desde o século XVIII, formavam linhas paralelas originárias da Corte cujo itinerário devia varar o rio Paraíba em direção à Comarca do Rio das Mortes (São João del-Rei e Barbacena). Famílias envolvidas nesse aquecido eixo comercial terrestre

⁹² A respeito da concorrência internacional do açúcar, cf. J. H. Galloway. *The sugar cane industry: An historical geography from its origins to 1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, pp. 159-169; sobre Pernambuco, cf. Evaldo C. de Mello. *A outra independência*, pp. 60 e 61; vide impacto da Revolta dos Malês em João José Reis. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês em 1835*. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Cia. das Letras, 2003, pp. 509-545.

receberam sesmarias ao longo das novas vias e transformaram seu capital mercantil em capital agrário. Dedicadas ao abastecimento alimentar, com o tempo se lançaram à produção especializada de um grão promissor: o café.⁹³

Afora o capital inicial volumoso de origem mercantil, o cultivo do café demonstrou possuir inúmeras vantagens comparativas sobre o algodão e o açúcar. As terras altas da Serra do Mar, ricas em ácidos de origem vegetal e ainda inexploradas, forneciam preciosa reserva natural para o avanço do grão arábico, cujo plantio e preparo demandavam custos relativamente baixos com maquinário. No plano internacional, enquanto o açúcar enfrentava fortes concorrências e uma quase-reserva de mercado na França e na Inglaterra, cujas colônias nas Antilhas também o produziam; enquanto o algodão sofria virtual monopólio norte-americano e ausência de sistema bem estruturado de tráfico negreiro; o café contou com a falta de produtores tradicionais (no final do século XVIII, o plantio em Suriname, um dos dois maiores produtores, entrou em declínio; em 1808, o outro, Jamaica, sofreria o baque do fim do tráfico) e com a abertura irrestrita de mercados – na França, na Inglaterra e, sobretudo, nos Estados Unidos, onde o consumo da produção brasileira aumentou 980% entre 1821 e 1842. Por fim, a área plantadora, cujos raios acompanhavam as estradas recém-abertas, teve como centro de gravidade o principal porto de importação de mão-de-obra escrava da América Portuguesa, o Rio de Janeiro. O cômputo geral se expressa no assombro de um contemporâneo com a vigorosa expansão cafeeira: “Quem poderia ter imaginado há quase quarenta anos”, disse ele em 1835, “que um produto nem mesmo mencionado nos círculos comerciais do Rio de Janeiro tornar-se-ia o mais exportado da província?” De fato, inexpressiva em volume e valor no início do século, a produção do Vale do Paraíba expeliu concorrentes do mercado mundial após a década de 1830; sua centralidade era tamanha, que em 1860 quase 90% da exportação nacional ainda se escoava pela província fluminense. O futuro político da escravidão e do tráfico se associou intimamente a esse formidável deslanche produtivo.⁹⁴

⁹³ Conferir bibliografia da nota 7, bem como Alcir Lenharo. *As tropas da moderação*, pp. 57-71; Adriano Novaes, “Os caminhos antigos no território fluminense”. In: *Projeto de inventários de bens culturais imóveis, desenvolvimento territorial dos caminhos singulares do Estado Rio de Janeiro, caminhos do outro*. Sebrae, Unesco, Inepac, 2003/2004, disponível no endereço www.institutocidadeviva.org.br; ver tb. Ana Rosa Cloclet. *Identidades em construção. O processo de politização das identidades coletivas em Minas Gerais: 1792-1831*. Relatório de pós-doutoramento. Depto. de História da USP, 2005. A citação de 1830 se encontra em Marcelo Basile, “Unitários e federalistas”, p. 84.

⁹⁴ A citação de 1835 está em Stanley J. Stein. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, pp. 27-28; cf. tb. Affonso de E. Taunay. *Pequena história do café no Brasil (1727-1937)*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945, pp. 77-105. Sobre dados do café no cenário internacional, cf. W. G. Clarence-Smith & Steven Topik. *The Global Coffee Economy*

Certamente, tais diferenças regionais influíram na persuasão das idéias antiescravistas, na elaboração de políticas relativas ao tráfico negreiro e no impacto das ações escravas, como o sugere uma breve comparação de três levantes nos anos trinta. Em 1833, dezenas de cativos se sublevaram na freguesia de Carrancas (comarca do Rio das Mortes), onde se concentravam as mais altas taxas de escravos por homem livre da província, cerca de 60%, e uma igualmente elevada proporção de africanos entre os cativos (56,25% do total). A escravaria do deputado Gabriel Francisco Junqueira matou seu filho na fazenda Campo Alegre e, em seguida, rumou à Bela Cruz, onde se juntou a outros insurrectos para chacinar o proprietário José Francisco Junqueira, a mãe, a esposa, o genro, a filha e os dois netos – um de 5 anos e outro de dois meses. Ao todo, nove membros da família Junqueira foram massacrados no levante, cuja repressão, tão imediata como violenta, resultou no enforcamento exemplar de dezesseis participantes.⁹⁵

Mais explosiva foi a Revolta dos Malês, em janeiro de 1835, na capital da Bahia. Aí também era alto o percentual de escravos (42% da população) e de africanos (63% entre os de condição servil). Quase seiscentos cativos lutaram nas ruas de Salvador por cerca de três horas, com a intenção de seguir para a zona rural, onde previam se encontrar com outros e travar batalha menos desigual. Mais uma vez, a repressão foi rápida e cruenta: quase setenta escravos foram fuzilados sumariamente e mais de cinco centenas sofreram punições, fossem elas pena de morte, tortura ou deportação para a África. Por fim, merece ser citado um terceiro levante, conhecido como a revolta de Manuel Congo, na freguesia de Pati do Alferes (comarca de Vassouras, Rio de Janeiro), onde a taxa de africanos chegava a 70% em 1837, por se tratar de fronteira agrícola em franca expansão. Em novembro de 1838, centenas de escravos de duas fazendas do capitão-mor Manuel Francisco Xavier abandonaram as senzalas na calada da noite e se infiltraram na densa mata atlântica. Parece que tiveram por objetivo montar quilombos na topografia serrana do Rio de Janeiro, mas autoridades da época também ressabiaram que se unissem a outros escravos da Fábrica Nacional de Pólvora, em Estrela (RJ). A

in Africa, Asia, and Latin American, 1500-1989. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, pp. 412 e 428-437. A respeito das forças do mercado mundial e da evolução dos três gêneros agrícolas mencionados, Dale Tomich. *Through the Prism of Slavery: Labor, Capital, and World Economy*. Boulder, Co: Rowman & Littlefield, 2004, pp. 56-71; em particular sobre o café, Dale Tomich & Rafael Marquese, “O Vale do Paraíba escravista e a formação do Mercado mundial do café no século XIX”. In: Keila Grinberg & Ricardo Salles. *O Império do Brasil (1808-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. II (no prelo).

⁹⁵ Cf. Marcos Ferreira de Andrade. “Rebelião escrava na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas”. *Afro-Ásia*, n. 21-22 (1998-1999), pp. 45-82.

repressão da Guarda Nacional sobreveio seis dias depois da fuga. Ao fim e ao cabo, todos os escravos foram recuperados, à exceção de seis cativos mortos em combate e do líder, Manuel Congo, condenado ao enforcamento exemplar.⁹⁶

Três revoltas, três lugares, três datas – sem dúvida, temerário relacionar esses eventos, identificá-los nas causas e uni-los nos efeitos. Contudo, é possível ensaiar aproximações que os coloquem à luz do quadro mais amplo da política brasileira e dos discursos sobre a escravidão no Parlamento. A revolta de Carrancas parece estar diretamente relacionada com as convulsões políticas nascidas de disputas entre liberais moderados e apoiadores do ex-Imperador, os chamados *caramurus*. Em 22 de março de 1833, esses conservadores tinham tomado a capital Ouro Preto e, para obstar às ações repressivas das tropas regenciais, espalharam entre os escravos o boato de que o Imperador os tinha libertado, mas seus senhores os mantinham ilegalmente no cativeiro. Deveriam liquidar os proprietários e seguir para Ouro Preto, onde seria confirmada a alforria. O rastilho pegou fogo: em 13 de maio, a revolta eclodiu na fazenda do deputado liberal, onde os escravos chegaram a gritar: “Vocês não costumam a falar nos *Caramurus*, nós somos os *Caramurus*, vamos arrasar tudo...”⁹⁷

Trata-se de um caso em que a instabilidade no plano institucional degingolou para lutas sociais, que, por sua vez, tiveram reflexo direto no Parlamento. No mês seguinte à revolta, o ministro da Justiça apresentou um pacote de segurança pública para evitar que planos de “restauração” do duque de Bragança (D. Pedro I) resultassem em “guerra civil”. O pacote consistia em quatro pontos: 1. centralização da Guarda Nacional mediante nomeação de comandantes e majores por presidentes de Províncias e pelo governo; 2. criação de guardas municipais para arrochar vigilância sobre localidades e desincumbir a Guarda Nacional de tarefas menores; 3. controle estrito sobre a liberdade de imprensa (com proibição expressa de menções a D. Pedro I); 4. punições rigorosas e sem direito a recurso de escravos sublevados. Em última análise, procurava-se evitar que inimigos externos (o ex-Imperador e seus correligionários) se aliassem a inimigos internos (escravos). O primeiro artigo da lei contra sublevações de cativos recompôs em detalhes a chacina da família Junqueira e criou *in toto* tipos penais decalcados das condutas violentas dos revoltosos: “Serão punidos com a pena de morte

⁹⁶ Cf. João José Reis. *Rebelião escrava no Brasil*, pp. 19-43, 125-157, 421-450; Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, pp. 179-321.

⁹⁷ Apud Marcos Ferreira de Andrade. “Rebelião escrava na Comarca”, p. 79; vide síntese das ações dos *caramurus* em Marcello O. Basile. *Ezequiel Corrêa dos Santos*, pp. 111 *passim*.

os escravos ou escravas que matarem por qualquer maneira que seja, ferirem ou fizerem outra grave ofensa física a seu senhor, administrador, feitor ou às sua mulheres e filhos.”⁹⁸ O projeto, entretanto, aguardaria dois anos até que o desenterrassem os eventos em Salvador.

A despeito de as causas do levante dos malês não radicarem diretamente no faccionalismo político da Regência, sua inserção no quadro institucional brasileiro apresenta algumas semelhanças com o episódio de Carrancas, sobretudo quanto ao aperto subsequente das medidas de segurança. Logo após o derramamento de sangue em janeiro, autoridades do Rio de Janeiro e do governo dispararam o sinal de alerta máximo contra sinais de insubordinação da escravaria. Rodrigues Torres, presidente da província, despachou destacamento militar para a Praia Grande e para Campos e ouviu rumores de subversão em Magé e Santo Antônio. À testa do ministério da Justiça, Manoel *Alves Branco* encomendou aos juízes de paz “um mapa completo dos homens de cor de seus respectivos distritos” nos arrabaldes da Corte, para impedir a reprodução das “cenas de horror que tiveram na cidade da Bahia pela insurreição dos africanos.”⁹⁹ Enquanto medidas investigativas também eram levadas a efeito em Salvador, o projeto sobre revoltas escravas inspirado por Carrancas foi finalmente aprovado no Parlamento.

Em comparação com a revolta de 1833, o “efeito malê” apresenta diferenças qualitativas. Alguns órgãos de imprensa voltaram a estampar, agora em volume maior, artigos críticos da escravidão, do tráfico negreiro e da presença africana.¹⁰⁰ Na Corte, O *Jornal do Comércio* republicou texto do *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, condenando o cativo no plano da moral e da economia política. Em meados de fevereiro, voltou ao assunto e deplorou a irresponsabilidade dos que contrabandeavam africanos e dos que lhes davam bandeira verde. No ano seguinte, também em Salvador, o *Diário da Bahia* veiculou três artigos sobre a ausência de vínculos que atrelassem os interesses do escravo da Costa da África aos do Estado nacional: “o africano, separado na flor da idade da Pátria, família e amigos, conserva toda a vida o mais vivo amor a tudo que deixa [...]. Sim, o africano rói com impaciência o duro freio que o subjug”.¹⁰¹

⁹⁸ ACD, 11 de junho de 1833, pp. 241 *passim*; 27 de agosto de 1833, pp. 193 *passim*; 3 de setembro de 1833, pp. 218-219; 16 de setembro de 1833, p. 256.

⁹⁹ Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de quilombolas*, pp. 256-258; Dale T. Graden, “An Act ‘Even of Public Security’: Slave Resistance, Social Tensions, and the End of the International Slave Trade to Brazil, 1835-1856”. *Hispanic American Historical Review*, vol. 76, n. 2 (May 1996), 249-282; Cf. tb. ACD, 20 de maio de 1835, pp. 93-94.

¹⁰⁰ Para análise circunstanciada de publicações de imprensa sobre os malês, cf. Alain El Youssef. *O problema da escravidão em periódicos brasileiros*, pp. 29-35.

¹⁰¹ *Diário da Bahia*, n. 70 (03.08.1836), apud J. J. Reis. *Rebelião escrava no Brasil*, pp. 531-2.

No âmbito legislativo, a Assembléia Provincial da Bahia enviou à Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, em maio de 1835, representação pedindo repatriação imediata de africanos e proibição peremptória de qualquer intercuro mercantil entre o Império e a África. O objetivo: evitar os “acontecimentos que ensangüentaram as ruas da capital desta Província”.¹⁰² Aos poucos, surgiram propostas mais radicais. Ainda em 1835, a câmara municipal de Itaparica enviou à assembléia provincial da Bahia um projeto de lei para “dar fim à escravidão” e “aniquilar ao mesmo passo a esperança do contrabando”. Seu texto estipulava que os africanos libertos fossem expulsos do Brasil; que uma lei do ventre livre entrasse em vigor em 1855; e que todos os escravos fossem alforriados até 1875.¹⁰³ No fim do mesmo ano, em Salvador, a folha *O Democrata*, de Domingos Guedes Cabral, federalista fervoroso, divulgou planos para “companhias protetoras da emancipação dos escravos”, aqueles “desventurados patrícios nascidos em nossa terra que são nossos irmãos.”¹⁰⁴

A Câmara dos Deputados, é verdade, já havia ecoado denúncias do contrabando. Em meados da década, todavia, a censura verbal se consubstanciou em projetos contra o comércio e contra a própria instituição do cativo. Desde o fim do trato negreiro até 1836, foram enviados à mesa doze textos a esse respeito – do total, nada menos que onze vieram a público entre 1834 e 1836, índice altamente concentrado. A subdivisão dessa amostragem parece ainda mais reveladora: nove têm datação posterior ao levante dos malês.¹⁰⁵ Não restam dúvidas, portanto, de que a luta dos escravos fendeu brechas significativas para discursos antiescravistas na imprensa e nos espaços institucionais do Estado nacional recém-criados pelo Ato Adicional de 1834, como a Assembléia Provincial.

A resistência escrava e seus efeitos sobre o Parlamento também podem ser associados a eventos no império britânico. Até 1833, o Ocidente só tinha registrado uma emancipação em massa durante toda sua história, a dos escravos do império francês na

¹⁰² A representação está parcialmente transcrita em Clóvis Moura. *Dicionário da escravidão negra*, verbete “Africanos libertos, Expulsão dos”, p. 20.

¹⁰³ Propostas da Câmara da vila de Itaparica à Assembléia Legislativa Provincial, 28.02.1835, apud J. J. Reis. *Rebelião escrava no Brasil*, p. 529.

¹⁰⁴ *O Democrata*, n. 74 (22.12.1835), apud Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca, “Federação e república na imprensa baiana, 1831-1836”. In: Mônica L. Lessa & Sílvia C. P. de B. Fonseca (orgs.). *Entre a monarquia e a república*, p. 76.

¹⁰⁵ Os projetos de 1834, do desembargador João Antônio Rodrigues de Carvalho, foram aprovados primeiro no Senado e chegaram à segunda discussão na Câmara dos Deputados. Um objetivava formalizar matrículas de venda de escravos para evitar a circulação de africanos ilegais entre fazendeiros; outro dava meios para queimar e desmontar negreiros envolvidos no tráfico. Cf. ACD, 6 e 7 de maio de 1835, pp. 20-25; 20 de julho de 1835, pp. 91-92; 23 de julho de 1835, p. 105; 24 de julho de 1835, p. 109.

esteira da revolução de São Domingos (1791-1794). Entretanto, a maneira violenta como explodiu e seu contexto revolucionário transformaram o mais notável fenômeno da história da escravidão em uma espécie de “não-evento” para os estadistas europeus e americanos da época, que se recusavam a conceituá-lo como exemplo digno de imitação entre as nações civilizadas. Essa apreciação negativa esteve prestes a ser radicalmente alterada apenas com a segunda emancipação em massa da história ocidental, desta vez administrada de cima para baixo por um Estado europeu (a Grã-Bretanha) e apresentada ao mundo como efeito de uma política filantrópica e calculada. O caso-teste ou “experimento” da abolição no império britânico (1833-1834), como o chamou Seymour Drescher, emulou publicistas e políticos ao redor do Atlântico a refletir sobre o futuro cativo em seus respectivos países. No Brasil, o impacto adveio na esfera pública e sob a forma diplomática. Em um artigo de fevereiro de 1834, o *Jornal do Comércio* arrolou a existência lamentável da escravidão nos Estados Unidos (“onde o banquete da liberdade” ainda era “servido por escravos”), nas Antilhas e no Brasil, aditando em seguida: “Em todos esses casos, o *bill* inglês da abolição deve ser tão fértil em grandes conseqüências, quanto a vantagem da escravatura há de vir a ser diminuída”. No ano seguinte ao do decreto da emancipação, a Casa dos Comuns implorou à Coroa novos acordos para abafar, de uma vez por todas, o tráfico ao sul do Equador.¹⁰⁶

Ao examinar a representação baiana redigida nesse contexto, a comissão de Assembléias Provinciais concordou com todos os pontos levantados e transformou imediatamente em projeto de lei o último deles – suspensão do intercurso comercial com a África –, acrescentando que qualquer embarcação apreendida com produtos a ser trocados na Costa, com ou sem escravos, seria considerada boa presa e arrematada em leilão.¹⁰⁷ Entre as iniciativas dos próprios deputados, sobressaem quatro textos do representante baiano Ferreira França: um propondo a libertação imediata do ventre, outro a libertação dos nascituros pardos; uma indicação que, fazendo eco à súplica da

¹⁰⁶ O artigo do *Jornal do Comércio* está analisado em Alain El Youssef, “O problema da escravidão em periódicos brasileiros da década de 1830”, pp. 80 *passim*. A respeito do Haiti como não-evento, cf. Michel-Rolph Trouillot, “An Unthinkable History: The Haitian Revolution as a Non-event”. In: *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995, pp. 70-107; sobre a conjuntura da abolição de 1833, cf. Andrew Porter. “Trusteeship, Anti-Slavery, and Humanitarianism”. In: Andrew Porter (org.). *The Oxford History of the British Empire: The Nineteenth Century*, vol. III. Oxford/New York: Oxford University Press, 1999, pp. 198-221; cf. tb. Robin Blackburn. *The Overthrow of Colonial Slavery*, pp. 419-472. Acerca do valor experimental da abolição de 1833, vide Seymour Drescher, *The Mighty Experiment: Free Labor versus Slavery in British Emancipation*. Oxford University Press, 2002. As petições dos Comuns e de S. M. Britânica foram reproduzidas no Brasil, cf. ACD, 17 de setembro de 1835, pp. 297-298.

¹⁰⁷ Cf. ACD, 18 de agosto de 1835, pp. 176-177.

câmara de Itaparica, pedia data-limite para o fim da escravidão no país; e, por fim, um projeto fixando esse prazo para vinte e cinco anos.¹⁰⁸ Em meados de 1835, João *Barbosa Cordeiro* (por Pernambuco) parece ter se baseado na experiência norte-americana de libertação do ventre, para propor que os homens se tornassem livres aos 30 anos, enquanto as mulheres aos 25.¹⁰⁹ Venâncio *Henriques de Rezende*, outro deputado pernambucano e experimentado nas revoluções políticas da província, encaminhou sugestão para controlar a rédeas justas o comércio com a Costa da África.¹¹⁰ Também com o objetivo de coibir o contrabando, *Martim Francisco* Ribeiro *de Andrada* (1775-1844), recém-chegado à Câmara em 1836 como suplente por São Paulo, deixou consignado um projeto proibindo toda e qualquer venda de escravos sem presença do juiz de paz.¹¹¹

Uma proposta de reforma merece atenção à parte pelo conteúdo e extensão. Em 29 de agosto de 1835, Antônio Luís Patrício da *Silva Manso* (por Mato Grosso) apresentou projeto de lei com 166 artigos propondo a completa remodelação do sistema de trabalho no Império. Cirurgião-mor e mulato natural de São Paulo, Silva Manso foi inspetor do Hospital Militar da província de Mato Grosso, onde atuou ao lado de radicais após a Abdicação e se envolveu, em 1834, na sublevação conhecida como “A Rusga”, que, após quarenta dias de conflitos, acabou na morte de vários portugueses. Seu projeto consistia em quatro pontos centrais: registro em livro de matrícula dos trabalhadores do Império segundo três classes (os livres, os escravos e os serventes, espécie de intermediário entre uns e outros); qualificação como serventes tanto dos africanos contrabandeados como dos escravos omissos no registro; passagem de todo escravo para a categoria de serventes após 30 anos de serviço; criação de fundos para promover a emancipação dos escravos e financiar o transporte de colonos estrangeiros para o Império. O responsável pelos serventes era obrigado a ensinar ofício e doutrina cristã, bem como proibido de aplicar castigos, sob pena de perder o direito a seus trabalhos.¹¹²

O ponto de tensão máxima da pressão antiescravista se alojou no seio do Executivo. Em 1834, o representante britânico expressou ao gabinete do Rio o desejo de

¹⁰⁸ Cf. ACD, 6 de junho de 1835, pp. 154 e 156; 7 de maio de 1836, p. 24.

¹⁰⁹ Cf. ACD, 27 de junho de 1835, p. 216.

¹¹⁰ Cf. ACD, 9 de julho de 1836, p. 55.

¹¹¹ Cf. ACD, 26 de julho de 1836, p. 115.

¹¹² Cf. ACD, 29 de agosto de 1835, pp. 218-225. Sobre a participação de Silva Manso em “A Rusga”, cf. Rio Branco [J.M. da Silva Paranhos]. *Efemérides brasileiras*. Rio de Janeiro: Min. das Relações Estrangeiras, 1946, pp. 264 e 412.

assinar três Artigos Adicionais que ampliassem a convenção de 1826. No ano seguinte, chegou ao país uma petição da Casa dos Comuns, endossada por Sua Majestade e dotada de semelhante teor. Difícil saber qual o procedimento do governo brasileiro em anos anteriores – o fato é que o ministro dos Estrangeiros, Manoel Alves Branco (também representante baiano), assentiu na subscrição dos artigos, cujas disposições legitimavam aprisionamento de navios negreiros mesmo sem escravos a bordo, o que, de resto, coincidia em parte com o projeto de lei proposto pela comissão das Assembléias Provinciais. Para tanto, bastavam quaisquer indícios de tráfico – escotilhas em xadrezes abertos no lugar de taboas inteiriças, presença de grilhões e algemas, bem como maior quantidade de tonéis de água que o necessário para a tripulação e carga excessiva de arroz, farinha, trigo etc.¹¹³ Dez anos mais tarde, os futuros integrantes do Regresso conservador, que imporiam novo padrão político na questão do tráfico negreiro, ainda censuravam a medida e apostrofavam Alves Branco. Em sua defesa, o ministro se explicou:

tenho a íntima convicção de que não obrei mal na ocasião em que aceitei e propus esses artigos. A opinião do país não era então favorável ao tráfico e ela se tinha tornado ainda menos favorável em consequência das muito graves insurreições de escravos que no ano de 1835 tinha havido no império e em todas as partes do mundo que mantêm a escravidão. Neste estado de opinião, era moralmente impossível que a Regência, poder fraco e que necessitava da benevolência de todas as nações, deixasse de ceder.¹¹⁴

Até a supressão efetiva do tráfico, em 1850, o Parlamento nunca mais vivenciaria tamanho número de proposições e discursos contra o comércio negreiro. Em verdade, a voga continuou até 1837, quando Ferreira França e Silva Manso propuseram novamente projetos antiescravistas, o primeiro para suspender o comércio regular com a África e o segundo para reformar o sistema de trabalho do Império. Fora das casas representativas, a luta continuou na forma de arrazoados acadêmicos. No ano de seu surgimento (1836), *Nitheroy*, a primeira revista romântica brasileira, veio a público com um categórico texto antiescravista, de autoria de Francisco de Sales Torres Homem. Em seguida, veio a luz a conhecida *Memória analítica acerca do comércio de escravos e da escravidão doméstica*, de Frederico Leopoldo César Burlamaqui.¹¹⁵ Sua publicação se deveu à atuação da Sociedade Defensora da Liberdade, gerida por Evaristo da Veiga,

¹¹³ Cf. Antônio Pereira Pinto. *Apontamentos para o direito internacional*, pp. 394-398.

¹¹⁴ Cf. AS, 24 de maio de 1844, pp. 559-560.

¹¹⁵ Frederico Leopoldo César Burlamaqui. *Memória analítica acerca do comércio de escravos e da escravidão doméstica*. Rio de Janeiro, 1837. In: Graça Salgado (org.). *Memórias sobre a escravidão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília: Fund. Petrônio Portela, 1988, pp. 101-122. Cf. tb. Francisco de Sales Torres Homem, “Considerações economicas sobre a escravatura”. *Nitheroy: Revista Brasiliense. Sciencias, Lettras e Artes*, 1836, pp. 35-82.

que patrocinara concurso para a publicação de textos contra o cativo. Embora não tenham sido encontradas falas de Evaristo da Veiga na Câmara, era voz corrente no meio parlamentar que ele fazia cruzada antiescravista dentro e fora dos espaços governamentais. Em debates posteriores sobre a década de 1830, o deputado *Saturnino* de Souza e Oliveira Coutinho narrou que “Evaristo não só na Casa como na imprensa e na sua Sociedade Defensora levantou a sua voz para estigmatizar esse tráfico; e, mesmo não contente com as estipulações existentes, declarou que estava pronto a apoiar novas estipulações que produzissem o efeito de acabar mais prontamente com o tráfico.”¹¹⁶ No início da Regência, uma tendência antiescravista dos Parlamentares, especialmente sensível às insurreições de cativos, atuou de maneira expressiva contra interesses da porção da classe senhorial desejosa de reabrir o tráfico sob a forma de contrabando.

Por volta de 1838, o cenário já tinha se alterado sensivelmente. No ano inaugural da legislatura que aprovaria o programa conservador de reforma judiciária, surgia novo padrão de conduta política e de discursos em relação ao tráfico. Reduzindo dramaticamente os espaços de opinião pública empregados para a condenação do contrabando e, no limite, do cativo, o Regresso acabou por alterar também o modo de administrar crises provocadas por revoltas escravas. Em parte por causa dos regressistas, a reação do escravo teve menor peso sobre os rumos da política brasileira, sobre a estrutura do Estado-nação. Exemplar é o episódio da insurreição quilombola de Vassouras, em 1838, onde a concentração de africanos (em torno de 70%) excedia à das demais áreas de revolta. Após a repressão da fuga e a recuperação de centenas de escravos, ninguém referiu o caso, bem no Senado como na Câmara, nem o aproveitou para encaminhar projetos de lei contra a presença de africanos no país, contra a prática crescente do contrabando ou mesmo contra o cativo. Na imprensa, apenas trocaram farpas os proprietários, que inculpavam uns aos outros por má administração da escravaria ou por planos de insuflar escravos de terceiros. Tudo indica que o campeão dos conservadores, Vasconcelos, até tirou partido da insurreição quilombola: “A província inteira estremeceu [...] se a tentativa do Pati ficou malograda, outras poderão

¹¹⁶ ACD, 15 de maio de 1843, pp. 130-131; cf. tb. Alain El Youssef. *O problema da escravidão em periódicos*, pp. 22-29.

ter mais terríveis resultados”.¹¹⁷ Como se sabe, Vasconcelos e seus correligionários usavam à farta o perigo das revoltas (e as havia de sobra no Império: Farroupilha, Sabinada, Balaiada, Cabanagem) para justificar a centralização judiciária que tentavam promover no Parlamento.

Nem sempre a historiografia articula satisfatoriamente insurreições escravas com política nacional; às vezes sem fazer crítica de fonte, outras sem levar em conta interesses escravistas, conclui prematuramente que os escravos perpetraram o fim do tráfico negreiro e da escravidão no Brasil. Não há a menor dúvida de que os cativos contribuíram para o debate sobre a escravidão no país, tendo peso decisivo para o término do cativeiro no contexto do movimento abolicionista das décadas de 1870 e 1880. Pode-se apenas perguntar se toda ação escrava ganhou o mesmo sentido ao longo do período imperial. Em *Histórias de quilombolas*, por exemplo, livro merecedor dos maiores elogios, Flávio Gomes vasculhou extensa documentação oficial (correspondências de presidentes de província, relatórios de ministros, despacho de capitães da Guarda Nacional, ofícios de juízes etc.) em busca de referências a insurreições, quilombos, planos de revolta e outros atos de escravos. Para argumentar que os cativos puseram o Império em polvorosa, Gomes interpreta toda e qualquer alusão à ação escrava como sintoma inequívoco de “pânico”, “medo”, “terror”, “histeria coletiva”, “epidemia pânica” e outros termos correlatos em torno dos quais tece a narrativa histórica.¹¹⁸

Ao proceder assim, o autor talvez tenha deixado de inferir quais menções indicam efetivamente a existência de um pavor social antiescravista e quais revelam preocupação do Estado com a manutenção da ordem pública. Com base nas notícias sobre articulações contestatórias de escravos examinadas por Flávio Gomes e outros historiadores, poder-se-ia classificá-las em três tipos: i) aquelas que não tiveram desdobramentos no debate sobre a escravidão; ii) aquelas que tomaram a forma de julgamentos antiafricanistas e de declarações contrárias ao tráfico ou ao cativeiro; iii) aquelas que serviram à organização repressiva do Estado em favor da manutenção do tráfico, da presença africana e do cativeiro. Essa classificação, que não pode ser feita senão por meio da análise do contexto enunciativo e do exame das tendências conjunturais da política e da economia em nível nacional e mundial, permite aproximar

¹¹⁷ Cf. *O Sete de Abril*, 30/11/1838, apud Flávio dos S. Gomes. *História de quilombolas*, p. 270.

¹¹⁸ Cf. Flávio dos S. Gomes. *História de quilombolas*, pp. 179-321; essa questão será retomada no capítulo 3.

revoltas escravas, pensamento social e política de Estado ou, noutros termos, eventos, conjuntura e estrutura (sociopolítica e econômica). Revoltas escravas são, sem dúvida, fenômenos sociais de indisputável importância; mas isso não as credencia imediatamente como episódios com impacto dissolvente na dinâmica do Império.

Pode-se dizer que, em meados da década de 1830, a ação dos malês se transformou em evento político antiescravista – e isso na forma de notícias de jornal, de um concurso público, de projetos de lei e de um tratado internacional. Para os atores coevos, o contexto internacional talvez o favorecesse, pois, afinal de contas, o fim da escravidão no império inglês também ocorrera em parte sob o impacto direto da revolta jamaicana de 1831. Embora o peso relativo do sistema escravista para o conjunto da economia imperial britânica, a existência do movimento abolicionista e a hegemonia financeira mundial de Londres constituíssem uma estrutura histórica totalmente distinta daquela em que se inseria o Brasil, muitos parlamentares nacionais viam na Grã-Bretanha um governo dignamente exemplar, cujas pautas contra a escravidão podiam ser adotadas no país de forma cautelosa. A discussão política sobre o contrabando negreiro despertada no início da Regência mostra bem que o problema não tinha sido resolvido com os debates de 1827, que se ocuparam menos do comércio de escravos que da constituição dos poderes de Estado. Essa é uma das razões por que não é possível falar de uma *política da escravidão* para a primeira década do regime representativo no Brasil (1826-1835).

Mas, se as ações escravas no país podem ser ligadas ao mundo da economia e da política, talvez devessem sê-lo de modo pontuado, indireto e em mão-dupla. É que conjuntura aberta pela emancipação inglesa e pelos efeitos parlamentares dos malês acabou por suscitar também iniciativas pró-escravistas que estreitaram o campo discursivo adversário e pavimentaram, nas entranhas do poder público, o caminho para a expansão acelerada da escravidão negra. Percebe-se então, pela primeira vez, estreita articulação de grupos sociais e políticos em torno da reabertura do tráfico sob a forma de contrabando em nível sistêmico. Compreender essa virada é o objeto do próximo capítulo.

II. regresso e a política do contrabando negreiro

No segundo quartel do século XIX, a Europa e a América foram inundadas por um renovado vagalhão liberal. Após a Revolução de Julho de 1830, na França, o desenvolvimento dos regimes políticos parecia não caber mais na concepção de um Estado centralizado, então ameaçado por tendências liberais e democráticas reformuladas após a coroação da legitimidade dinástica de 1815. Gradualmente, dirigentes nacionais deixavam de se perguntar “como devemos deter as mudanças”, tal como se acreditou até o início do século, e procuravam estabelecer “com que velocidade e medida elas deveriam ter lugar”. Foi nesse contexto que um sistema político bipolar constituído de uma ala chamada conservadora e de outra liberal se precipitou na forma de partidos pela Europa e pela América. Da França, o *parti du mouvement* e o *parti de la résistance* logo cruzaram o Reno rebatizados de *Bewegungspartei* e *Stillstandspartei*, conceitos que, em torno de 1835, evoluíram para os clássicos *Liberalen* e *Conservativen*. Na Inglaterra, *Tories* se autodenominaram “Conservative Party” pela primeira vez na história, enquanto *Whigs* passaram a ser vistos como “Radicals”. Assim, liberais e conservadores se tornaram categorias que cavavam trincheiras e exigiam a tomada de posição dos atores em jogo. Os primeiros se definiam como vindicadores da soberania popular e acusavam os segundos de servilismo inclinado ao cadafalso feudal. Os segundos, que não se creditavam absolutistas, entreviam nos liberais a anarquia e se diziam promotores de reformas moderadas, guardiões de valores fundamentais (propriedade, religião, Constituição etc.) e defensores da liberdade adquirida. A diferença entre uns e outros era menos de natureza que de intensidade.¹

No Brasil, uma bipolarização semelhante veio a delinear-se na esteira do Ato Adicional (1834), a primeira e única reforma constitucional do Império. No segundo lustro da década, os grupos parlamentares, até então nitidamente fluidos, se rearticularam conforme a recepção da proposta conservadora para revisar o Ato Adicional e o Código do Processo Criminal e incrementar a ascendência do governo central sobre o ramo judiciário, em detrimento das províncias. O conjunto proponente da revisão passou a autodeclarar-se Partido do Regresso (note-se a correspondência terminológica com “résistance” e “Stillstand”), cujo núcleo ideológico (a liderança) também foi apodado de Partido da Ordem e de partido saquarema. Os adversários, já chamados de liberais, apenas guardaram o nome para ser, na década seguinte, rotulados

¹ Conferir Rudolf Vierhaus, “Konservativ, Konservatismus”. In: R. Koselleck R.; W. Conze; O. Brunner (orgs.). *Geschichtliche Grundbegriffe: Historischer Lexicon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*. Stuttgart: Klett-Cota, 1982, Band 3, pp. 531-565. Cf. tb. o verbete “Liberalismus”. In: *Geschichtliche Grundbegriffe*, pp. 741-785.

de “luzias”.² Acontece que o início da consolidação partidária no Brasil, por precária que fosse em comparação com padrões hodiernos, coincidiu com as primeiras defesas públicas do tráfico e da escravidão desde os escritos dos anos vinte. Pode-se, pois, perguntar se a justaposição cronológica sugere alguma relação entre contrabando e política parlamentar. Se a suspeita se provar correta, cumpre indagar se é possível ligar o comércio ilegal de homens à formação dos partidos imperiais, bem como tecer alguma relação entre enunciação parlamentar, reformas políticas e articulação social de grandes contrabandistas brasileiros do século XIX, nomeadamente os fazendeiros e negociantes do eixo Rio de Janeiro-Vale do Paraíba-Minas Gerais.

É recorrente na historiografia a opinião de que não houve defesas da escravidão nem do tráfico negreiro no Brasil do século XIX. Caio Prado Jr. escreveu expressamente que se guardou ao assunto “uma hipócrita reserva” e “ninguém se levant[ou] para defender o tráfico proibido e criticar a lei [de 1831] em vigor”. Afirmarões desse tipo se devem à conjunção de um equívoco metodológico e de um assunto pouco estudado. Partindo do suposto de que a veiculação ideológica de idéias escravistas sob a forma de propaganda no sul dos Estados Unidos forneceu o modelo normativo de uma política da escravidão, estudiosos interpretam o Brasil e o império espanhol como casos negativos ou desviantes que apenas reafirmam a excepcionalidade norte-americana. Dessa forma, a inexistência da defesa da escravidão nesses lugares se torna espécie de pressuposto historiográfico. Paralelamente, concede-se ênfase superlativa às idéias antiescravistas de José Bonifácio, que é visto como síntese metonímica de convicções supostamente partilhadas pelos letrados do Império.³ Este e

² Qualquer especialista no Império do Brasil sabe que fidelidade partidária, problemática hoje em dia, não existia no século XIX; a leitura dos debates parlamentares permite, contudo, identificar a posição relativamente constante dos líderes dos grupos políticos. Para a segunda metade dos anos trinta, os do Regresso são, entre outros, Bernardo Pereira de Vasconcelos (MG), Honório Hermeto Carneiro Leão (MG), Paulino Soares de Souza (RJ), Joaquim José Rodrigues Torres (RJ), José Clemente Pereira (RJ), Pedro de Araújo Lima (PE), Sebastião do Rego Barros (PE) e Francisco Gonçalves Martins (BA). Liberais e adversários do Regresso, em que pesem divergências internas, podem ser identificados com Diogo Antonio Feijó (SP), Nicolau Vergueiro (SP), Francisco de Paula Souza (SP), Evaristo da Veiga (MG), Antônio Paulino Limpo de Abreu (MG), Manoel Alves Branco (BA), Francisco Gê Acaiaba de Montezuma (BA) e Henriques de Rezende (PE). Embora opostos aos liberais em muitos aspectos, os irmãos Martin Francisco Ribeiro de Andrada e Antonio Carlos Ribeiro de Andrada (ambos por São Paulo), acabaram por associar-se ao grupo no final da década de 1830. Essa lista, incompleta, tem caráter apenas ilustrativo; como muitos desses nomes serão retomados, não é preciso colocá-los em itálico por ora.

³ Cf. Caio Prado Jr. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945, p. 157; Emília Viotti da Costa. *Da Monarquia à república: momentos decisivos*. 1ª ed., 1977. São Paulo: Unesp, 1999, pp. 282-283; Leslie Bethell. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. (1ª ed., 1970; trad. port.). Rio de Janeiro: Expressão e Cultura/Edusp, 1976; Beatriz Mamigonian. *To be a liberated African in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century*. Tese de Doutorado. Waterloo, Ontario, Canada, 2002, pp. 53-55 e 70.

os próximos capítulos, todavia, têm por objetivo mostrar que o cativeiro no Brasil também precisou de uma política para dar-lhe segurança e ambiente institucional favorável a sua expansão. Para tanto, cumpre recobrar a existência de um ativo plano que identificou a nação brasileira com a instituição por longos e injustos anos.

De fato, o tráfico negreiro dificilmente poderia reaparecer na forma de contrabando intenso sem a anuência articulada de autoridades e estadistas imperiais. Em um apanhado coevo muito revelador, *Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho*, ministro da Justiça em 1833, fizera ver ao juiz de paz de Vassouras, um dos redutos responsáveis pela reabertura do comércio, que a violação da lei de 1831 era prática suicida em que os senhores não contariam com a mão amiga do governo: “Além de cometerem um crime com tal comércio, eles [os proprietários] promovem e cavam um abismo no futuro para si mesmos e suas famílias, porque os africanos, quando *ladinos* e conhecedores de que são livres, não desistirão da luta para escapar desse cativeiro que é condenado por lei.” Daí extraiu a conclusão lógica de que nem “a lei nem o governo, em tais casos, garantirão aos senhores sua propriedade”.⁴ No mesmo ano, o Executivo consultou a Câmara sobre possível reforma no julgamento de negreiros, para diminuir as chances de absolvição, sob pena de se repassar a atividade jurisdicional aos ingleses.⁵

Como vimos, no lustro de 1831 a 1834/5, marcado por uma lei nacional severa, por ações escravas repercutivas, por artigos e projetos antiescravistas e por um Executivo no mínimo hesitante, que ameaçava libertar escravos e prender fazendeiros, obstáculos institucionais consideráveis limitavam a transformação do contrabando negreiro em atividade comercial volumosa, estável e garantida. Noutras palavras, o tráfico negreiro não tinha como “destino manifesto” seu ressurgimento volumoso na forma de contrabando. Tanto é assim, que o número de africanos introduzidos entre 1831 e 1834 equivaleu a 6% do total de importação para os vinte anos da ilegalidade. Contudo, um novo tempo já começava a despontar.

Uma nova política para uma nova conjuntura

No começo dos anos trinta, alguns eventos no cenário internacional tiveram desdobramentos diretos nas disputas em torno do comércio negreiro para o Brasil, provocando radical alteração no sentido da lei de 1831. No Atlântico norte, os Estados

⁴ Cf. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho ao Juiz de Paz da Vila de Vassouras, 05.12.1833 apud B. Mamigonian. *To be a liberated African*, p. 71; trecho do ofício é reproduzido também por Brasil Gerson. *A escravidão no Império*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975, p. 50.

⁵ Cf. ACD, 10 de maio de 1833, pp. 116-120.

Unidos, convencidos do livre comércio e da necessidade de baratear o consumo de estimulantes para seus operários, suprimiram impostos sobre a entrada de café em 1832. Dois anos depois, a federação americana se envolveu em uma “guerra tarifária” com a Espanha, sobretaxando todas as importações de Cuba, celeiro de café e açúcar. Inesperadamente, o grão brasileiro se beneficiou sobremaneira de um rico mercado consumidor. Enquanto a exportação cubana caiu de 23 mil para 15 mil toneladas métricas entre 1832 e 1835, a brasileira saltou de 43 mil para 60 mil no mesmo lapso de tempo. A súbita expansão da demanda deve ter requalificado a perspectiva de lucros futuros dos agentes econômicos da praça carioca e, dessa forma, estimulado a busca por africanos contrabandeados – assim como, dez anos depois, os livre-cambistas britânicos animariam traficantes em Salvador com a extinção das pesadas tarifas diferenciais sobre o “slave grown sugar”.⁶ Além disso, as últimas mudas de café plantadas no fim do tráfico legal estavam florescendo por volta de 1834; como a colheita exigia mais trabalhadores que o plantio, é de suspeitar que os próprios ciclos agrários tenham provocado certa carência de braços no Vale do Paraíba.⁷

Cumprir evocar outro fator, agora diretamente ligado à geopolítica da escravidão. A emancipação dos escravos no Caribe inglês, votada no Parlamento britânico em 1833, representou um ponto de virada na história da escravidão mundial, influenciando profundamente na leitura que outras potências escravistas – Estados Unidos, Brasil e Espanha/Cuba – faziam da conjuntura política internacional. Após a passagem do *Emancipation Act*, estadistas da federação americana temeram que a Inglaterra formasse um cordão negro em torno do sul dos Estados Unidos. Em resposta, formularam uma política externa agressivamente expansiva, que redundou na Independência e incorporação do Texas (1834 e 1848) e na reformulação de projetos de anexação de Cuba.⁸ Mais imediata ainda foi a reação do império espanhol. Em 1834, a Coroa renovou o regime das “faculdades onímodas”, que virtualmente cifrava nas mãos do

⁶ Cf. dados da exportação mundial de café em W. G. Clarence-Smith & Steven Topik. *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin American, 1500-1989*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, pp. 428 e 432; as vicissitudes entre livre-cambismo e tráfico negreiro na década de 1840 foram analisadas por Howard Temperley. *British antislavery: 1833-1870*. London: Longman, 1972, pp. 160 *passim*.

⁷ Vide Dale Tomich & Rafael Marquese, “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX”. In: Keila Grinberg & Ricardo Salles. *O Império do Brasil (1808-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. II (no prelo).

⁸ Cf. David Brion Davis. *Inhuman Bondage: the Rise and Fall of Slavery in the New World*. Oxford: Oxford University Press, 2006, pp. 280-284; Robert L. Paquette. *Sugar is Made with Blood: The Conspiracy of La Escalera and the Conflict between Empires over Slavery in Cuba*. Middletown, Connecticut: Wesleyan University Press, 1988, pp. 183-205.

capital general o governo administrativo, o poder militar e o controle social da ilha. Entre as medidas que o chefe político da ocasião, Miguel Tacón, tomou para defender o sistema escravista, sobrelevam a proibição de desembarque de emissários abolicionistas em Cuba, o envio de oficial da marinha à Jamaica para mapear atividades contra o cativeiro (a Espanha também nomearia, em 1836, um cônsul na ilha britânica instruído para os mesmos fins), prisão sumária de marinheiros negros estrangeiros e a expulsão do letrado José Antonio Saco, autor de um artigo contra a instituição.⁹

Geográfica e economicamente distante do Caribe, o Brasil sofreu impacto menor, mas não por isso insignificante. Se o capítulo anterior indicou implicações negativas do experimento britânico sobre a percepção política do cativeiro no Brasil, também é possível mapear efeitos no sentido contrário. São reveladores, nesse particular, os ofícios que o representante brasileiro em Londres, Eustáquio Adolfo de Melo Matos, enviou ao Império a partir de julho de 1833. Melo Matos percebeu com muita agudeza que os dois grupos sociais em lados opostos até o momento na Inglaterra – fazendeiros caribenhos e abolicionistas – uniriam esforços não apenas para atacar o tráfico negreiro, senão também para derrubar o cativeiro em outros países como o Brasil. Em sua opinião, os produtos nacionais ocupariam o vácuo no mercado europeu a resultar da abolição nas colônias inglesas, despertando a fúria dos plantadores locais: “além das maquinações dos chamados promotores da liberdade dos negros”, diagnosticou ele, “teremos contra nós a dos próprios colonos ingleses, os quais é de esperar que trabalhem para privar-nos das vantagens que podemos colher das suas desgraças.”¹⁰

As palavras de Melo Matos não podiam ser mais proféticas. Quando em 1838 quase 800 mil escravos das possessões britânicas saltaram para a liberdade, as colônias caribenhas sofreram acentuada queda produtiva. A Jamaica, que vertera 9 mil toneladas métricas de café em 1833 (último ano da escravidão *tout court*), alcançou apenas 4,5 mil em 1839, primeiro ano de liberdade incondicional dos ex-cativos. O açúcar das Guianas Britânicas e da Jamaica, que em meados de 1830 girava em torno de 100 mil toneladas métricas, mais ou menos o montante cubano, despencou para 60 mil em menos de dez anos. No mercado mundial de livre concorrência, tais vácuos seriam impiedosamente

⁹ Cf. David Murray. *Odious commerce: Britain, Spain and the Abolition of the Cuban Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980, pp. 114-129.

¹⁰ Ofício ostensivo da legação brasileira em Londres, de Eustáquio Adolfo de Melo Matos para Bento da Silva Lisboa (ministro dos negócios estrangeiros), 05/07/1833, Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), código 216/1/14.

ocupados por potências negreiras, abastecidas, por sua vez, pelo incremento do contrabando transatlântico. Isso não escapou aos políticos imperiais.¹¹

O ponto mais importante na correspondência de Melo Matos, entretanto, toca no problema da segurança social. Em dezembro de 1833, o representante opinou que o governo devia “empregar a maior vigilância a fim de que não se introduzam no Brasil as mesmas doutrinas [antiescravistas ou abolicionistas] que hoje tornam talvez indispensável a ruína da maior parte dos proprietários das colônias inglesas.” Comentando um artigo do *Morning Herald*, publicado em 26 de setembro daquele ano, sobre um encontro da Sociedade Missionária, o agente consular advertia, agora em termos mais expressivos, que abolicionistas e plantadores, movidos “seja por fanatismo seja por interesse”, tentariam a todo custo “destruir o sistema da escravidão que ainda existe no Brasil e que não pode deixar de arruinar as ditas colônias [inglesas] depois da emancipação dos seus escravos”. Melo Matos chegou à conclusão de que o Brasil devia aprovar “desde já alguma medida legislativa capaz de coibir os propagadores de idéias de liberdade entre os negros”, pois, pelas leis existentes, seria “pouca toda a vigilância e todo o rigor” para “obstar a que ninguém se arrisque a excitar direta ou diretamente descontentamento e a revolta dos negros em nenhum ponto desse império.”¹² Em 1835, outro agente brasileiro radicado em Londres aventou uma conspiração em nível internacional contra potências escravistas, concertada a partir da Inglaterra: “sabemos por notícias recentes do sul dos Estados Unidos que ali apareceram muitos indivíduos mandados por várias sociedades de filantropia e emancipação deste país que, com o fim de promoverem a liberdade dos escravos, iam excitando a levantes”. Infelizmente,

¹¹ Cf. dados sobre café e açúcar, respectivamente, em W. G. Clarence-Smith & Steven Topik. *The Global Coffee Economy*, p. 428; J. H. Galloway. *The sugar cane industry. An historical geography from its origins to 1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 151. Como se sabe, a abolição do cativo no Império inglês (decretada em 1833 e iniciada em 1834) previu uma fase de aprendizado de 5 e 7 anos para escravos urbanos e rurais, respectivamente. A transição, porém, foi bruscamente suprimida em 1839. A respeito dos receios, entre estadistas ingleses, da queda de produtividade caribenha, cf. D. B. Davis. *Slavery and Human Progress*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1984, p. 215. A maior parte dos políticos brasileiros extraiu cálculos céticos da experiência abolicionista inglesa, na década de 1840. Já em 1837, Cunha Matos traduziu o prospecto da Companhia e do Açúcar da Índia Oriental, que ofertava ações da empresa a capitalistas e a investidores, e o comentou em relatório à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Na tradução, lê-se que a produtividade jamaicana caiu por causa da abolição; segundo o relatório de Matos, a montagem de companhia açucareira no Oriente demonstrava que se “pretende a aniquilação dos gêneros chamados coloniais em toda a América”. Cf. *O Auxiliador da Indústria Nacional*. “Relatório apresentado ao conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional a respeito do Prospecto do Estabelecimento da Companhia inglesa de Agricultura e do Açúcar da Índia Oriental pelo sócio e secretário J. R. da Cunha Matos”, Rio de Janeiro, Ano 5, n. 4, 1837, pp. 102-111.

¹² Ofício ostensivo, Eustáquio Adolfo de Melo Matos para Bento da Silva Lisboa, 04/12/1833, AHI, código 216/1/14.

completava, era “bastante provável que iguais emissários sejam daqui mandados para o Império” com fins semelhantes.¹³

Esse contexto de expansão do mercado mundial, de iminente colapso das *West Indies* e de receios de revoltas emuladas por abolicionistas estimulava e ameaçava, ao mesmo tempo, a escravidão brasileira. Se realmente quisesse acobertar o contrabando à revelia da maior potência mundial da época, a Grã-Bretanha, o Império precisava criar um quadro institucional estável em âmbito doméstico. Porém, o início da Regência foi pesadamente perturbado por sedições militares, revoltas de caramurus e uma série de discussões públicas radicais, nas quais se chegou a propor até extensão de votos às mulheres e realização da reforma agrária. Muitas vezes, as tensões pareciam ameaçar a estrutura da sociedade escravista, como demonstrara a tomada de Ouro Preto pelos partidários de D. Pedro (1833), do que sobreveio a revolta de Carrancas, sem contar uma série de jornais que exploravam o problema das relações raciais. Entre a Abdicação (1831) e as reformas constitucionais (1834), vieram à luz gazetas com títulos alusivos à cor de pele, como *O Filho da Terra*, *O Mulato*, *O Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Meia Cara*, *O Crioulinho* e *O Crioulo*. Embora historiadores tenham recentemente visto ali iniciativas organizadas de pardos e libertos, é bem plausível que essas folhas fossem dirigidas por liberais exaltados ou caramurus opostos ao governo regencial, então sob controle dos liberais moderados. Seus redatores delatavam práticas discriminatórias na nomeação para postos civis e militares ou espalhavam boatos de que negros e pardos seriam esbulhados dos direitos de cidadania. “Não sabemos o motivo por que os brancos moderados nos não declarado guerra”, dizia *O Mulato*. “Nas eleições”, observava, “não há um representante das nossas cores; dos empregos públicos e de todas as partes nos excluíram”.¹⁴

Não é, portanto, exagerado dizer que estadistas brasileiros tenham se preocupado com o deslocamento das lutas regenciais para as relações entre brancos e pardos ou livres e escravos – lembre-se que o projeto de lei de 1833 sobre o controle social dos

¹³ Ofício reservado, M. Lisboa para Manoel Alves Branco, 2/09/1835, AHI, código 217/03/03. O texto foi transcrito em Flávio Gomes. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 261.

¹⁴ Apud Jeanne Berrance de Castro, *O povo em armas: Guarda Nacional, 1831-1850*. Tese de doutoramento. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1968, p. 187. A tese foi publicada sob o título *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. 1 ed., 1977. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979, pp. 187-188. Ver opiniões divergentes sobre a “imprensa mulata” em Hebe Maria Mattos. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000; e Thomas Flory, “Race and Social Control in Independent Brazil”. *Journal of Latin American Studies*, v. 9, n. 2 (Nov., 1977), pp. 199-224.

cativos foi apresentado com outro que previa vigilância sobre a liberdade de imprensa e proibição expressa de menções a D. Pedro I. Talvez essa seja uma das razões por que, enquanto nosso primeiro Imperador foi vivo e as disputas por poder não cessavam, os estadistas não ousaram contestar a lei de 1831. Pelo contrário, preferiram vincular o grande inimigo político ao contrabando para, com isso, revestir de legalidade o regime regencial, como o fez Vasconcelos na sua gazeta *O Sete d'Abril*, em dezembro de 1833: “Já desde o tempo de D. Pedro I os traficantes de escravos afirmavam que os portugueses, apesar do tratado com a Grã-Bretanha, podiam transportar escravos para o Brasil [...], porque contavam com a proteção do Defensor Perpétuo do *chumbismo*: mudaram-se porém os tempos, e isto deve de uma vez acabar.”¹⁵ Aqui, D. Pedro I é inimigo da lei; os moderados, seus fiéis executores. Num contexto em que a monarquia buscava legitimidade após a Abdicação, parecia que o contrabando negreiro ainda não proporcionava capital político.

Em fins de 1834, contudo, o quadro interno ao Brasil prometia estabilizar-se. Os revoltosos terços militares tinham sido desmobilizados em favor da Guarda Nacional, o Ato Adicional fora aprovado, D. Pedro I falecera subitamente e a imprensa negra, que em parte o apoiava, desmobilizou-se. Nessas condições domésticas começou a surgir a primeira resposta brasileira à nova conjuntura mundial do abolicionismo, do desmantelamento da escravidão nas *West Indies* e da ampliação do mercado mundial. A estratégia consistia, basicamente, em alavancar as *plantations* do Vale do Paraíba por meio da reabertura do contrabando e, ao mesmo tempo, minimizar os riscos de desordem social. Os dois objetivos pareciam simultaneamente obteníveis na crítica da lei de 7 de novembro de 1831, que minava a legalidade da escravidão contrabandeada, incriminava os proprietários e consentia delações de quaisquer cidadãos. Nos quadros da expansão econômica e do abolicionismo, uma reação era necessária, e ela não tardou a aparecer. Justamente em 1834, vereadores de Bananal (Vale do Paraíba, em São Paulo), área de expansão da fronteira do café, enviaram uma representação curiosa à Assembléia Geral, sugerindo não a execução nem o arrocho da lei, mas sua pura e simples derrogação. O ímpeto dos cafeicultores foi tamanho, que o representante britânico anexou estupefato cópia do texto a seus ofícios para Londres.¹⁶ A sociedade

¹⁵ Cf. *O Sete de Abril*, 31.12.1833. Agradeço a Alain Youssef a gentileza de ter me colocado à disposição alguns textos de *O Sete de Abril*.

¹⁶ A representação de Bananal foi citada por Leslie Bethell. *A abolição do tráfico de escravos*, p. 87.

civil, entretanto, não puxaria o cordão sozinha. Logo atrás veio o pessoal do primeiro escalão.

Naquele mesmo ano, o Império do Brasil realizava as primeiras eleições para o cargo máximo do Poder Executivo – o de Regente. Com a aprovação do Ato Adicional, uma máquina pública entrara em operação, instituindo-se uma assembléia legislativa em cada província e regulando-se as eleições para a Regência, naquela que foi a primeira experiência de escolha do chefe do Executivo na história brasileira. Dois grupos se dividiram então na disputa: o do padre Feijó (SP) e Evaristo da Veiga (MG) e, do lado oposto, o de Honório Hermeto *Carneiro Leão* (MG) e Holanda Cavalcanti (PE). Durante a corrida, percebe-se pela primeira vez que um dos contendores resolveu usar como estratégia eleitoral a crítica da lei de 7 de novembro de 1831 por meio da imprensa. Ironicamente, o escuso recurso coube a Feijó, aliado de um dos mais fervorosos agitadores contra o comércio negreiro, Evaristo da Veiga. Seus artigos de jornal mostraram que a estratégia era impecável e valiosa. Repetidos no país, devem ter lhe granjeado muitos votos, garantindo sua vitória. Quando, em 1835, Feijó assumiu a Regência, estava dada a lição.

Numa espécie de regalo de natal aos plantadores, em 25 de dezembro de 1834, o padre-candidato publicara nas páginas de *O Justiceiro* o artigo “Do tráfico dos pretos africanos”.¹⁷ Na introdução, escreveu que a contradição entre hábitos particulares e valores universais era observada em toda a história humana, como o ilustravam costumes bárbaros entre romanos, franceses, ingleses e americanos, povos mais adiantados em civilização. Em seguida, Feijó tratou particularmente da escravidão, qualificando-a de “injusta por todos os princípios”. Em avanço notável, asseverou também que as “conseqüências” do cativo eram invariavelmente “tristíssimas” em “toda a parte” e em “todos os tempos”. A crítica antiescravista parece atingir aí seu ponto máximo, visto que o termo “conseqüências” denota condenação do cativo não apenas em abstrato, como também na prática do dia a dia. Feijó citou, por exemplo, os males da escravidão na educação dos brasileiros, indiferentes aos violentos maus-tratos

¹⁷ Todas as citações serão extraídas da reprodução do artigo em Diogo Antônio Feijó. *Diogo Antônio Feijó*. Org. e intro. de Jorge Caldeira. São Paulo: Editora 34, 1999, pp. 151-154. O futuro Regente ainda imprimiu outros artigos sobre o tráfico negreiro e sobre a escravidão. Em um defendeu a idéia de que o cativo promovia a segurança pública no Brasil (por fazer ver ao homem livre pobre que ele ao menos não era escravo e, portanto, não tinha motivos para se sublevar); em outro, após ser censurado, procurou refutar acusações de que defendera a escravidão no país. Por ora, basta a análise de “Do tráfico dos pretos africanos.”

senhoriais por vê-los desde a mais tenra idade. O passo seguinte, entretanto, marca o ponto de virada do texto:

demais, [os brasileiros] julgam os escravos indispensáveis à vida. No Brasil a lavoura está na sua infância: uma foice, uma enxada e um machado é todo o instrumento do lavrador [...] se a terra tem necessidade de alguma cultura, o escravo, obrigado a trabalhos excessivos, [...] em breve tempo perde a vida e empobrece ao senhor: eis o que é mui freqüente entre nós. Ora, neste estado de atraso da nossa agricultura [...] acabar de um jato com o tráfico de pretos africanos é querer um impossível. Ao princípio, pareceu que ao menos a moral ganharia, embora o interesse perdesse; mas, pelo contrário, tudo piorou.

A oração que se abre por “No Brasil a lavoura...” é elucidativa. Inesperada e inadvertidamente, Feijó abandonou o discurso indireto (“os brasileiros julgam que...”) e veio a fazer uso do discurso indireto livre, fundindo na opinião dos senhores suas próprias convicções. Com a atenção virada para os que “julgam os escravos indispensáveis à vida”, passou, ele próprio, a propugnar pela necessidade do cativo e do tráfico naquele momento histórico brasileiro. Era apenas um costume particular em contradição com um valor universal, binômio constante dos anais da história humana. Para o futuro Regente, escolas normais de agricultura e engajamento de colonos deveriam preceder quaisquer iniciativas contra a escravidão.

À luz do discurso oficial do Império, dois argumentos são dignos de nota. Ao invés de reforçar a liberdade dos africanos contrabandeados, como previra a lei de 1831 e tinham enfatizado políticos imperiais, Feijó defendeu abertamente sua manutenção no cativo. No futuro, quando viável a abolição, os primeiros alforriados deviam ser, no lugar dos africanos, os escravos nascidos no Brasil, “educados segundo nossos usos” e, em alguns casos, “já mestiçados com a raça européia ou brasileira”. A contrapelo da proibição nacional, o padre descriminou a ação de adquirir escravos contrabandeados, ao assentar no interesse e na necessidade o impulso que lançava os homens na compra de africanos à revelia do Estado. Na frase seguinte, os dois tópicos (escravização dos africanos livres e descriminalização dos proprietários) aparecem com nitidez e resultam no pedido de revogação da lei de 1831: “Centenas de escravos [note-se que ele não diz “homens livres”, como na *Declaração* de 1832] enchem todos os dias as fazendas dos nossos lavradores, e, crescendo o mal, como cresce, inevitável é que a lei caia e que as autoridades cedam.”

Na última parte, Feijó recobrou os argumentos: a lei de 1831 precisava ser revogada; o embarço do tráfico negreiro assistia apenas aos vasos de guerra ingleses; o governo imperial devia cuidar das escolas normais de agricultura e de colonos. Na prática, o candidato à Regência argumentou, sem dizê-lo expressamente, que a guerra

contra o comércio negreiro voltasse ao *status* do tratado de 1826. Em perspectiva atlântica, o Brasil devia seguir o exemplo da Espanha, que, a despeito dos acordos antitráfico de 1817 e de 1835 com a Inglaterra, não havia emitido uma lei alterando as propriedades dos *hacendados*. Dessa forma, o artigo “Do tráfico dos pretos africanos” pode ser entendido como a primeira resposta de um político célebre à iminente recidiva do tráfico negreiro, numa conjuntura assinalada pela ampliação do mercado global, pelo colapso das *West Indies*, pelo abolicionismo britânico e, finalmente, pela nova fase da política brasileira aberta com o Ato Adicional. De fato, suas idéias beneficiavam o incremento do tráfico negreiro sem pôr em grande risco a segurança pública do Império. É, pois, uma inversão completa da lei de 1831, do que o próprio Feijó escrevera em 1832, das advertências de Aureliano Coutinho em 1833 e de tantos relatórios ministeriais.¹⁸

Feijó sabia perfeitamente que escrevia a contracorrente – tanto é assim, que, sendo acusado de defender a escravidão, teve de moderar seu discurso em artigo posterior. Por isso é que o artigo de natal é sinuoso. Quase até a metade, o padre refletiu sobre a dualidade “costumes bárbaros-princípios universais” e reputou a escravidão um mal em abstrato e na prática, de forma que poderia conquistar a simpatia de eleitores contrários ao comércio de africanos. Porém, num golpe rápido, deu meia-volta e opinou que o governo acompanhasse os hábitos do povo. A inversão se manifesta até na sintaxe: homem de Estado, ele atrelou furtivamente suas idéias às dos fazendeiros por meio do discurso indireto livre. Com efeito, diante da maior potência do mundo, a Grã-Bretanha, políticos brasileiros pró-escravistas apelarão, até 1850, para a forma oblíqua do discurso indireto livre. Com isso, confundem governo com povo, defendem o indefensável e livram-se a si mesmos. Cometem, é verdade, um crime contra o Estado e um erro de conduta moral, mas conhecem bem a sintaxe que empregam.

Ao contrário das expectativas, porém, o Feijó eleito não desempenhou política decisivamente pró-contrabando. No campo diplomático, um de seus ministros dos Negócios Estrangeiros, Alves Branco (pela Bahia), assinou os Artigos Adicionais (1835) à convenção de 1826, para facilitar a captura de navios suspeitos de atividades

¹⁸ Mamigonian apresenta outra hipótese de leitura, entendendo que os artigos de Feijó expressam uma política antiescravista complementar às opiniões de Aureliano Coutinho, em “O direito de ser africano livre: os escravos e as interpretações da lei de 1831”. In: Silvia Hunold Lara & Joseli. M. N. Mendonça. *Direitos e justiça no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006, pp. 135-136.

negreiras, enquanto ele mesmo enviou o marquês de Barbacena a Londres a fim de oferecer maior perseguição ao comércio clandestino em troca da renegociação do tratado comercial – como se vê, reencenava-se o mesmo dilema enfrentando pela coroa bragantina na década de 1810. Ademais, em menos de três anos, seus gabinetes emitiram oito decisões de governo a fim de aplacar o contrabando. Uma das mais importantes se deveu a Francisco Gê Acaiaba de *Montezuma* (também pela Bahia), na Secretaria da Justiça, que enrijeceu severamente as regulamentações da lei de 1831. Até então, qualquer navio suspeito de mercar em africanos devia ser detido pela polícia e inspecionado pelo juiz de paz, cujo parecer sentenciava sua liberação ou aprisionamento. Como a justiça não togada tendia a acobertar pessoas influentes, Montezuma determinou que, durante as inspeções, os juízes de paz fossem acompanhados de dois peritos da marinha, do guarda-mor da alfândega e do promotor público. A medida surtiu efeito, pois, de maio a julho de 1837, nove navios negreiros acabaram apreendidos pela polícia do Rio de Janeiro – em comparação, apenas cinco haviam sido presos entre maio de 1834 e maio de 1835. Como o demonstram esses exemplos, os ministérios de Feijó, nascidos de amplas coalizões, abrigaram estadistas notoriamente dispostos a perseguir traficantes.¹⁹

A principal gestação de articulações pró-escravistas deve ser procurada entre os políticos que saíram derrotados das eleições para Regente em 1834-1835. Bernardo Pereira de Vasconcelos e Carneiro Leão (marquês de Paraná, em 1854), chefes políticos de Minas Gerais, aliaram-se a Joaquim José *Rodrigues Torres* (visconde de Itaboraí, em 1854) e *Paulino José Soares* de Souza (visconde do Uruguai, em 1854) – o primeiro, um líder notório no Rio de Janeiro; o segundo, prestes a sê-lo na mesma província. Unidos, criaram o Regresso (Partido da Ordem ou saquarema), núcleo histórico do

¹⁹ Consta do capítulo anterior o teor dos Artigos Adicionais, que foram publicados em Antônio Pereira Pinto. *Apontamentos para o direito internacional ou collecção completa dos tratados celebrados pelo Brazil com diferentes nações estrangeiras, acompanhada e uma notícia histórica e documentada sobre as Convenções mais importantes*. Rio de Janeiro: F. L. Pinto & Cia. Livreiros Editores, 1864, vol. I, pp. 394-398; as instruções de Feijó a Barbacena são claras: “Perante o governo britânico, empregará V. Exa. todos os meios ao seu alcance: primeiro para que se possa mais efetivamente reprimir no mar o tráfico de africanos; segundo, para que seja revogado o art. 19 do tratado de 17 de agosto de 1827, ficando livre aos poderes políticos do Brasil [...] a fixação dos direitos de importação”. Cf. Alfredo Ellis Júnior. *Feijó e a primeira metade do século XIX*. São Paulo: Cia. Editora Nacional; Brasília, INL: 1980, p. 227. Sobre as decisões de governo, vide trabalho de Dea Ribeiro Fenelon, “Levantamento e sistematização da legislação relativa aos escravos no Brasil”, inserido em Silvia H. Lara, “Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa”. In: José Andrés-Gallego (coord.). *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamerica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2000 (CD-ROM), pp. 587 passim; as medidas de Montezuma foram discutidas na Câmara dos Deputados, cf. ACD, 30 de maio de 1838, pp. 248 passim; e o número de apreensões está em Roquinaldo Amaral Ferreira. *Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, 1996, pp. 154-155.

futuro Partido Conservador do Brasil. Suas principais pautas políticas consistiam em dois eixos: por um lado, a interpretação do recém-aprovado Ato Adicional (1834) e a reforma do Código de Processo Criminal (1832); por outro, a defesa incondicional do contrabando e a garantia da propriedade escrava ilegal. Em longa e incessante luta no Parlamento de 1836 a 1841, Vasconcelos e seu *entourage* obtiveram compor significativa maioria parlamentar que aprovou reformas profundas no judiciário do Império. É possível que a remodelação do judiciário tenha se prendido à defesa do contrabando.

Grande parte da reforma judiciária girou em torno dos juízes de paz. Previstos na Constituição e regulamentados por lei em 1827, eles tinham por objetivo original conciliar partes litigantes antes da abertura do processo, para desonerar os tribunais de julgamentos inexpressivos. Sem formação jurídica necessária nem remuneração, os juízes de paz eram localmente eleitos, exerciam o cargo por um ano, atuavam em nível paroquial e cumulavam diversas funções, desde as pré-processuais (faziam o corpo de delito e conduziam pequenos interrogatórios), passando pelas eleitorais (qualificavam cidadãos em não-votantes, votantes e eleitores) até as policiais (cuidavam da ordem social e só admitiam ajuda de milícias do governo se as julgassem necessárias). Em 1832, o Código do Processo ampliou seu mandato para quatro anos e dispôs que ainda procedessem ao libelo de acusação, ato que hoje inaugura a fase processual e assiste ao promotor de justiça. Por fim, o Código cedeu poder quase absoluto ao júri de denúncia, também escolhido localmente e facultado para formalizar ou barrar a abertura do processo. Em síntese, naqueles anos, o judiciário não-togado ganhou relevância inédita como nunca mais tornaria a acontecer na história brasileira.²⁰

Sobressaltados com a eclosão de sucessivas revoltas regionais – Farroupilha, Balaiada, Cabanagem, Sabinada –, políticos imperiais estudaram maneiras de robustecer o braço burocrático do governo nas localidades, sobretudo naquelas sob domínio rebelde. Essa parecia a única maneira de impedir que os revoltosos, muitas vezes notáveis locais, fossem absolvidos pelo júri popular em processos manipulados por juízes de paz. Paulatinamente, a magistratura não-togada também se tornou objeto de reforma por ter estimulado lutas cruentas entre clãs familiares pela ocupação de cargos locais que proviam os recursos públicos estratégicos das freguesias. O primeiro encaminhamento do problema se deu à maneira liberal, de modo descentralizado: entre

²⁰ Ver Thomas Flory. *Judge and Jury in Imperial Brazil, 1808-1871: Social Control and Political Stability in the New State*. Texas: University of Texas Press, 1981, pp. 28-84.

1835 e 1837, assembleias provinciais procuraram infirmar o onipotente juiz de paz com a transferência de algumas de suas atribuições à figura do prefeito, também por elas instituída – isso em São Paulo, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Ceará, Paraíba do Norte e Maranhão.²¹

A solução vitoriosa, contudo, saiu das fileiras conservadoras, em dois passos. Primeiro, a interpretação do Ato Adicional (1838-1840) podou a faculdade provincial de criar cargos judiciários abaixo da Relação e de indicar ocupação de postos policiais – era o fim de uma magistratura nomeada à maneira dos Estados Unidos. Em seguida, a reforma do Código Criminal e do Código de Processo Criminal (1839-1841) estabeleceu que: i) as funções pré-processuais e processuais do juiz de paz passariam para as mãos da nova figura do delegado; ii) esse comissário fardado também comporia, junto ao pároco e ao juiz de paz, a mesa eleitoral que qualificava cidadãos em não-votantes, votantes e eleitores; iii) todos os cargos policiais e judiciários do Império (juízes de direito, de município, delegados, promotores etc.), à exceção do enfraquecido juiz de paz, passariam para a dependência do Ministro da Justiça.²² Recentemente, Miriam Dolhnikoff assinalou com acuidade que as reformas conservadoras, por excelência judiciárias, não resultaram em opressão do liberalismo nem em brutal centralização econômica ou política do Império, como estrilou freqüentemente a historiografia. Esse arranjo instaurou o Estado como árbitro de conflitos interpessoais mediante uma justiça supostamente desvinculada das partes litigantes.²³

Embora políticos de ambas as facções sentissem premência em reformar o judiciário, isso não significou que todos o desejassem da mesma forma. A opção conservadora se diferenciou sensivelmente da liberal por não permitir que bancadas provinciais ditassem o rumo das mudanças nem indicassem ocupantes de cargos locais. Acontece que a enorme concentração virtual do judiciário e da polícia nas mãos de

²¹ Como indicou Miriam Dolhnikoff, os liberais moderados tinham procurado criar o prefeito por meio de medida geral (Ato Adicional), cuja regulação seria provincial. Com a derrubada do artigo durante as discussões do Ato, algumas assembleias usaram de suas novas competências para instituir, elas mesmas, a figura do prefeito. Cf. M. Dolhnikoff. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005, pp. 118-125.

²² Cf. Thomas Flory. *Judge and Jury in Imperial Brazil*, pp. 129-199; José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 1ª ed., respectivamente, 1980 e 1988. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 145-168; Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 1ª ed. 1986. São Paulo: Hucitec, 2004, pp. 142-204.

²³ Cf. Miriam Dolhnikoff. *O pacto imperial*, pp. 125-154 e Thomas Flory. *Judge and Jury in Imperial Brazil*, pp. 159 *passim*; sobre o Estado como intermediador de conflitos particulares, cf. tb. Mônica Dantas. “Para além de ‘centros’ e ‘periferias’: autoridades locais, poder judiciário e arranjos políticos no Império do Brasil (o caso de uma comarca da província da Bahia)”, texto apresentado no seminário *Brasil: de um império a outro (1750-1850)*. Universidade de São Paulo, FFLCH-USP, set. de 2005. No endereço www.estadonacional.usp.br, há cópia disponível do texto.

apenas uma pessoa (o ministro da Justiça) poderia perfeitamente implicar combate sem quartel não apenas a revoltas provinciais, mas também ao contrabando. Nesse ponto, talvez seja possível articular a evolução do quadro institucional brasileiro à dinâmica do contrabando: quer no discurso quer na prática, os regressistas deram toda prova aos fazendeiros e a seus representantes de que não lutariam jamais pelo fim do fluxo de africanos. É digno de nota que a pressão contra a lei de 1831 tenha adquirido força expressiva a partir de 1836, exatamente quando os regressistas propuseram a interpretação do Ato Adicional e, fora do Parlamento, disputaram as eleições para a legislatura que aprovaria toda a centralização judiciária – a estratégia se tornava ainda mais eficaz após o levante dos malês e o seqüente desencadeamento de discursos e projetos antiescravistas. Durante as reformas judiciárias, continuaram a propaganda pró-contrabando e pró-escravista, enquanto os fazendeiros e negociantes, confiando nos líderes políticos, alçaram o número de africanos traficados espetacularmente na segunda metade da década. Depois de 1841, mesmo quando não ocupavam ministérios, os saquaremas procurariam reduzir o espaço para o exercício de uma política antitráfico.²⁴

É exatamente esse processo, tão unido à origem do futuro Partido Conservador do Brasil, que pode ser chamado de *política do contrabando negreiro*. Ao contrário de Feijó e seus aliados – que se dividiram a respeito do tráfico e não abandonaram o campo discursivo filantrópico de 1831 –, os líderes do Regresso sustentaram em bloco a reabertura do contrabando nos mais diversos meios de atuação: nos jornais, no Parlamento, nas decisões do Executivo, na elaboração de projetos de leis, na publicação de opúsculos, no patrocínio de livros e, finalmente, no envio de representações municipais e provinciais. Até o momento não foi encontrada atuação de envergadura semelhante entre os liberais – pelo contrário, indícios parlamentares sugerem sua falta de união a esse respeito. Como política não é camisa-de-força, é claro que houve liberais defensores do tráfico e conservadores (sobretudo de províncias menos envolvidas no comércio) que o censuravam, mas as exceções não invalidam a generalização. Ao fim e ao cabo, os líderes do Regresso é que transformaram definitivamente um problema jurídico ou econômico em uma política parlamentar fundada na oposição às vozes antiescravistas, na justificativa pública do tráfico e na garantia da posse ilegal dos fazendeiros, como estratégia de amealhar apoio entre grupos economicamente importantes do Império durante momentos cruciais de reforma

²⁴ Cf. cap. 3 *infra*.

do Estado brasileiro. Ironicamente, essa articulação não deixou de fornecer aporte à montagem da justiça no Brasil – um dos fenômenos definidores do Estado nacional moderno. É necessário acompanhar a formação dessa política passo a passo.

Reabertura do contrabando

Em 24 de julho 1835, enquanto a Câmara ponderava um projeto vindo do Senado para aplacar o comércio clandestino de almas, Vasconcelos propôs brusca e simplesmente a revogação da lei de 1831, inaugurando a campanha em favor do contrabando no Parlamento brasileiro.²⁵ A proposta, porém, foi rejeitada, e a fala que a introduziu nem foi coligida pelos jornais que publicavam debates parlamentares – provavelmente porque os discursos na esfera pública ainda fossem majoritariamente antitráfico. Vasconcelos a parafraseou então nas páginas de sua gazeta, *O Sete de Abril*:

Este sr. deputado disse que a escravidão dos africanos não era tão odiosa como a representavam alguns outros srs.; que ela era acomodada aos nossos costumes, conveniente aos nossos interesses e incontestavelmente proveitosa aos mesmos africanos, que melhoravam de condição; e confirmou quanto disse com a opinião dos filósofos antigos, e com os exemplos de todas as nações civilizadas e não civilizadas, concluindo que a abolição deste tráfico não era objeto de lei, mas que se devia deixar ao tempo e ao progresso do país: quando o tráfico não conviesse mais aos interesses públicos e particulares, seriam estes os seus mais pronunciados inimigos.²⁶

Desde o *Discurso* (1826) e a *Sustentação dos votos* (1827), a que se poderia aditar a representação do Conselho Geral de Minas Gerais (1829), não circulara na esfera pública opinião tão francamente pró-escravista. Ao afirmar que o cativo quadrava bem aos “nossos costumes” e convinha aos “nossos interesses”, Vasconcelos o esquivou de críticas avançadas no campo da moral e da economia política, a que recorrera até mesmo Feijó. Também merece atenção o adjetivo “proveitosa”, que qualifica a consequência da escravidão brasileira sobre o africano; “proveito” remete a ganho, lucro, provento e, nesse sentido, complementa a oração “africanos que melhoravam de condição”. A defesa do tráfico transatlântico no Império do Brasil passou a propagar, afora as benesses espirituais de bárbaros cristianizados, argumentos seculares sobre vantagens materiais e sociais que os africanos gozariam em uma monarquia representativa. Por fim, vale ressaltar que o deputado atrelou o tráfico

²⁵ ACD, 24 de julho, 1835, p. 109.

²⁶ Cf. *O Sete d'Abril*, 01/08/1835, apud Alain El Youssef. *O problema da escravidão em periódicos brasileiros da década de 1830*: Jornal do Comércio, Diário da Bahia, O Justiceiro, O Sete d' Abril e O Catão. FAPESP. Relatório de Iniciação Científica. São Paulo: DH/FFLCH/USP, 2006, p. 43.

primeiro “aos interesses públicos” e depois aos “particulares”, dando a ver que ele seria mais vital àqueles que a estes – retomava, assim, o teor argumentativo do Conselho Geral de Minas Gerais, onde participara da confecção da petição pró-tráfico de 1829. Sem apelar para o discurso indireto livre, como fizera Feijó, Vasconcelos não hesitou em classificar o Estado brasileiro como o grande beneficiário do contrabando humano.

A campanha pró-contrabando adquiriu expressão articulada em 1836, quando a interpretação do Ato Adicional foi introduzida no Parlamento e entraram em curso as eleições para a legislatura seguinte. Em 15 de abril, discutiu-se na recém-instituída Assembléia Provincial do Rio de Janeiro projeto revogatório da lei de 7 de novembro de 1831, o qual Vasconcelos inscreveu imediatamente em *O Sete de Abril*.²⁷ Em 6 de maio, a Câmara Municipal de Valença (RJ) enviou a tradicional felicitação aos parlamentares pelo início da sessão legislativa, que ocorria regularmente naquele mesmo mês. De permeio, contudo, aditou uma nota assegurando que a “nossa felicidade” nascia “da ordem e estabilidade das leis” – note-se que a generalidade do enunciado faz o vocábulo “nossa” encampar o bem-estar de todos os indivíduos do município e, no limite, do país, haja vista a validade universal da jurisdição parlamentar. O comentário seguinte deixava um pouco mais claro quais eram as pessoas representadas no pronome possessivo e o que as ameaçava. Eis o argumento:

A Câmara Municipal da Vila de Valença, reconhecendo com os habitantes do seu Município que baldadas são todas as medidas que se têm tomado para a execução da lei de 7 de novembro de 1831, uma vez que ela se opõe ao interesse dos povos, persuade-se que a subsistência da lei referida, nenhuns bens trazendo, por não ser possível executar-se, serve entretanto para desmoralizar o Povo.²⁸

A escolha da expressão “interesse dos povos” tinha por função adequar o argumento pró-contrabando ao decoro dos deputados, os representantes nacionais por excelência de toda a sociedade civil. Restava somente definir quais eram os cidadãos a quem se devia legislar, e isso não tardou a acontecer. Em 25 de junho, enquanto se debatia o orçamento imperial do ano seguinte, Vasconcelos tornou a formalizar o pedido de invalidação da lei, invertendo dois lugares-comuns do início da década: a então criminalização dos proprietários, prevista em 1831, deu lugar a uma generosa

²⁷ Cf. Alain El Youssef. *O problema da escravidão em periódicos brasileiros*, p. 50.

²⁸ Confira “Representação da Câmara Municipal da Vila de Valença”, de 06 de maio de 1836, Seção de Documentos Históricos do Centro de Documentação e Informação (CEDI) do Arquivo da Câmara dos Deputados, Brasília. Por causa de recentes furtos documentais, a instituição pede aos pesquisadores que não mencionem a localização precisa do documento. O contrabando (de papéis velhos) e a falta de investimento em mecanismos que o coíbem limitam o exercício acadêmico de indicar claramente aos leitores o acesso à documentação. Paralelos insuspeitos entre o Brasil contemporâneo e o do século XIX.

anistia; e a imoralidade social se deslocou dos infratores para os legalistas. Agora, os “especuladores sem consciência” não eram mais os traficantes de escravos nem os fazendeiros criminosos, senão aqueles que delatavam plantéis contrabandeados para lucrar os prêmios estipulados por lei. Isso dá bem a ver quem é o povo e quem é o criminoso insinuado nas petições. Vale a pena citar Vasconcelos diretamente:

há de mostrar que esta lei de 1831, isto é, os seus seis primeiros artigos só servem para opressão dos cidadãos e interesse de alguns especuladores sem consciência; que tem observado fatos que não podem continuar a praticar-se sem grave prejuízo da moral e do interesse público e particular; que um dos artigos cuja revogação propõe autoriza a qualquer pessoa para prender a todo africano, sem mandado especial da autoridade, do que tem resultado graves inconvenientes e muitos vexames a imensas pessoas; todavia não quer arriscar a sorte de um projeto tão importante e por isso não deseja que ele seja submetido à deliberação da casa para se votar, se é ou não matéria de deliberação; requer em que seja remetido à comissão de constituição. Lê-se o seguinte projeto do ilustre deputado: ‘A assembléia legislativa decreta: Artigo único. São revogados os primeiros seis artigos da lei de 7 de Novembro de 1831, que declarou livres os africanos importados no Brasil.’²⁹

A estratégia procedimental de enviar o projeto a uma comissão servia, simultaneamente, para evitar uma eventual derrota em votação prematura e para dar tempo à ação concertada dos agentes políticos e econômicos interessados no contrabando. Um arguto representante pernambucano ainda alertou seus pares do ardil, isto é, que a mera presença do projeto atuaria como promessa de revogação da lei, abrindo caminho para a especulação. Infelizmente, sua prevenção se revelou correta, e, em um mês, o texto de Vasconcelos começou a repercutir no eixo Rio-Vale-Minas. Confiando na promessa do deputado, em 6 de julho a Câmara Municipal de Valença reiterou o pedido que fizera, elevando francamente o tom na nova formulação. Os subscritores, entre os quais o regressista visconde de Baependi, avisaram aos deputados-gerais que a “mais respeitável e interessante porção da população do Império”, movida por necessidade, estava implicada na infração da lei nacional e não tinha segurança de suas posses escravas. Concluíram que a proibição do tráfico propagava a imoralidade e, com extrema ousadia, ameaçaram oferecer resistência armada para impedir a alienação de seus bens: “a execução [da lei] concitaria os povos a uma rebelião e formal desobediência, porque essa maioria respeitável de vossos concidadãos de qualquer das formas procurará com todas as suas forças conservar intactas suas fortunas, adquiridas com tantas fadigas e suores.” Somente a derrogação da lei, apuseram os valencianos, evitaria a “perda de muitas famílias” e “imensidades de desgraças em todo o Império”. Como afirmou Youssef, esse texto deixa entrever a crescente força do Vale do Paraíba,

²⁹ ACD, 25 de junho de 1836, p. 224.

cujos cafeicultores afrontaram o poder central sem temer reação punitiva. Também se pode dizer que sela o hiato entre cafeicultura e Estado expresso na advertência que Aureliano Coutinho escreveu ao juiz de paz de Vassouras em 1833. Mais uma vez, Vasconcelos não duvidou publicar o texto nas páginas de seu jornal.³⁰

Numa sessão extraordinária de 26 de julho, a Câmara Municipal de Barbacena (MG) engrossou o caldo peticionário com argumentos reveladores. Os signatários admitiram que havia tempos tinham “presentido os males que deviam derivar-se das disposições daquela lei”, mostrando-se refratários ao termo do tráfico à maneira da representação do Conselho Geral de Minas Gerais de 1829. Confessaram, contudo, ter “sufocado os brados da razão, esperando com impaciência um ensejo favorável para expender na vossa presença seus sentimentos”, em alusão à tendência antiescravista prevalecente até 1835 na esfera pública. A oportunidade somente chegou quando outros corpos municipais escreveram ao Parlamento e “mesmo no vosso augusto recinto um digno representante da nação [menção a Vasconcelos] indicou a revogação da lei de que se trata”. Como nos demais discursos, eles censuraram o diploma de 1831 por ameaçar “a propriedade dos cidadãos e os capitais investidos na aquisição de cativos”, bem como por levar o Império à beira de “uma conflagração geral”. Ainda por cima, a justificadíssima e inevitável infração da lei consolidava o hábito de tolerar violações das normas do Estado. Numa conclusão que entrava no mérito do *status* dos africanos, os munícipes de Barbacena vindicaram positivamente a manutenção no cativeiro das pessoas ilegalmente seqüestradas e traficadas:

A Câmara se lisonjeia de possuir sentimentos filantrópicos e não é insensível à sorte dos entes humanos que têm a desventura de ser cativos; mas está certa de que estes entes são, quiçá, mais miseráveis quando, livres, se entregam à crápula e à inércia; porque delas passam à mendicância e desta à rapina, e da rapina a serem devorados dos vermes e a acabarem a existência na miséria e desamparo.³¹

Ainda em julho, Vasconcelos sintetizou explicitamente, em *O Sete de Abril*, a agenda completa dos regressistas (ou, pelo menos, de sua liderança parlamentar): a reforma judiciária e a reabertura do tráfico negreiro sob a forma de contrabando. Na introdução, afirmou que a Inglaterra, assoberbando o mundo como a *célula mater* da liberdade e da administração contemporâneas, instilara no Brasil o desejo de abrigar a

³⁰ O texto de Valença apareceu em *O Sete de Abril*, 13.07.1836. Cf. Alain El Youssef. *O problema da escravidão em periódicos brasileiros*, p. 52. Ele está mencionado em ACD, 11 de julho de 1836, p. 61.

³¹ Vide “Representação da Câmara Municipal de Barbacena”, de 26 de julho de 1836, Acervo Arquivo do Senado Federal (AASF), Brasília, número do documento 2626-A (também se pede ao pesquisador evitar a localização do documento). A alusão a Vasconcelos fica se torna inegável quando os peticionários expressam simpatia com a “sustentação que o sábio deputado de Minas Gerais fez à sua indicação”.

todo transe instituições semelhantes, sem respeito às particularidades de costumes, de hábitos e de necessidades locais. Após ecoar as opiniões de Cunha Matos sobre os tratados de 1810, que teriam solapado lojas e negociantes nacionais, o deputado passou, então, à revisão crítica do judiciário:

Dos ingleses é a instituição do júri, e de tal modo a ela nos lançamos e de tal modo a prodigalizamos, que, em vez de colhermos o fruto que essa nação poderosa tem colhido, desmoralizamos a instituição e conseguimos fazer levantar de toda a parte um grito uníssono contra ela. Dos ingleses é a bela instituição dos juízes de paz: e o que tem ela produzido entre nós? Que longa enfiada de males, que ladainha de queixas, que soma de arbitrariedades, que montão de erros, de ignorâncias, de fraudes e de vexações!³²

Em seguida, o publicista censurou o fato de que o governo brasileiro, já tolhido no tratado antitráfico de 1826, tivesse dado um passo mais radical por conta própria, com a edição da lei complementar: “Faz-se uma lei dez vezes mais dura, mais fatal mesmo que o famoso tratado”, reclamou, “lei que passou na efervescência das paixões, no delírio da Revolução, na exaltação dos partidos, na deslocação de todas as coisas e no devaneio de todas as idéias”. Em seguida, repisou as arbitrariedades cruéis dela resultantes: o ladrão, longe de ser o traficante ou o fazendeiro que infringiam prescrições do Estado, era o delator de contrabandos autorizado pela lei, “que anima a delação” e “dá ao roubo a cor da virtude, ao crime o gesto da legalidade”.³³

Na primeira semana de agosto, a Câmara Municipal da Vila de S. Sebastião de Barra Mansa (RJ), ou simplesmente Barra Mansa, também peticionou ao Parlamento imperial. A postulação pode ser subdividida em três partes: i) a pujança econômica do café amparava o progresso do Império do Brasil; ii) o trabalho africano parecia o único meio para a consolidação definitiva da montagem do complexo cafeeiro no Vale; iii) a execução da lei de 7 de novembro levaria os produtores à “revolução geral”. Com uma redação que excelia às demais em prosápia, os representados lembraram a “enorme renda que anualmente apresenta o gênero café, essa árvore abençoada,” para a construção do “edifício social no nosso Império”, em alusão tácita à queda relativa da importância do açúcar e do algodão. Sem o auxílio do contrabando, continuaram eles, a abertura das fazendas fluminenses nas décadas anteriores ao fim do comércio (anos dez e vinte) redundava em esforço falhado: “o agricultor não podia por certo ver a sua lavoura perecer à mingua de forças, quando empregara tanto trabalho, suor e fadigas para fazê-la prosperar”. Nas palavras algo poéticas dos redatores, o trabalho africano era

³² Cf. *O Sete de Abril*, 27.07.1836. Agradeço a Alain Youssef a indicação desse número.

³³ Cf. *O Sete de Abril*, 27.07.1836.

fornecido pelos contrabandistas, e “era preciso, Augustos e Digníssimos Srs., era preciso que os nossos fazendeiros fossem anjos para que o não aproveitassem avidamente.” Finalmente, arremataram a argumentação em tom de desafio:

E para que, Augustos e Digníssimos Srs. Representantes da Nação, para que conservar em vigor esta lei? Para vê-la pisar aos pés todos os dias? Antes derrogá-la.

Para executá-la? Impossível. Ai daquele juiz de paz, ai daquela autoridade que quisesse neste Município, ou em qualquer outro dos vizinhos, pôr cobro ao contrabando!!!

A vingança o seguiria logo de perto, e eles por certo não querem arriscar suas vidas contra tantos, e fazem bem.³⁴

Em junho de 1837, Vasconcelos pediu à Comissão de Justiça Civil o parecer sobre seu projeto derogatório dos artigos que davam liberdade aos africanos contrabandeados. É digno de nota que o parlamentar tenha feito apenas um requerimento informal, dizendo que “nem o mandar[ia] por escrito”, com a improvável justificativa de que não sabia “quem são os membros da comissão; se o soubesse, tinha-se já dirigido a cada um deles em particular; e é por isso que pede a S. Ex. o Sr. presidente haja de convidar a ilustre Comissão para apresentar o seu parecer”. O jogo de cena é realmente extraordinário. Com toda probabilidade, Vasconcelos sabia quem integrava a Comissão de Justiça Civil, à qual ele mesmo recomendara o envio de seu projeto, que chamava carinhosamente de “meu mimoso”.³⁵ A estratégia consistia, antes de mais, em fazer o pedido espalhar-se pelo Vale.

Mais uma vez, a classe senhorial provou acompanhar com vivo interesse os debates parlamentares. Em julho de 1837, um mês depois da fala de Vasconcelos, chegou à Câmara dos Deputados o terceiro protesto contra a lei de 1831 da Câmara Municipal de Valença – infelizmente, a representação não foi encontrada nos arquivos históricos de Brasília.³⁶ Provavelmente no mesmo espaço de tempo, representantes de dois outros municípios líderes na produção cafeeira, Vassouras e Paraíba do Sul, se articularam para requerer aos deputados no Rio de Janeiro a revogação ou a alteração da mesma lei.³⁷ Em dezembro, a aliança costurada entre Vasconcelos e as câmaras

³⁴ Ver Representação da Câmara Municipal da Vila de S. Sebastião de Barra Mansa, de 2 de agosto de 1836, AASF, Brasília, n. do documento 3772.

³⁵ Cf. ACD, 17 de junho de 1837, p. 272. Em menos de duas semanas, a Comissão emitiu o esperado juízo, recomendando que o projeto seguisse “os termos do Regimento como lei ordinária.” Vide “Parecer da Comissão de Justiça Civil de 28 de junho de 1837”, CEDI, Arquivo da Câmara dos Deputados, Brasília.

³⁶ Ela está mencionada na seção de “Expedientes” da ACD, 12 de julho de 1837, p. 89.

³⁷ No início da seção de 1838, as Comissões de Justiça Civil e Criminal emitiram parecer sobre três representações municipais contrárias à lei de 1831, de Valença, de Vassouras e de Paraíba do Sul. Como a valenciana é de meados de 1837, pode-se supor que as demais também o sejam. Infelizmente, não se pode ser conclusivo, porque os textos não estavam anexos ao parecer. Cf. parecer em ACD, 28 de maio de 1838, pp. 220-221.

municipais do Vale do Paraíba chegou à Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, que formalizou um pedido anulatório da lei de 1831. No preâmbulo, os redatores fundaram a enunciação do pedido nas “representações de diversas Câmaras Municipais da mesma Província” e no “direito” ou “obrigação que lhe impõe o artigo nono do Ato Adicional” – o item remetia ao artigo 84 da Constituição, que, embora interditasse às províncias decidir sobre execução de leis gerais, exigia que elas dirigissem “a esse respeito representações motivadas à Assembléia Geral”.³⁸

Preparado numa comissão encabeçada por José Clemente Pereira, outro pontífice do Regresso, o texto fluminense deu à defesa do contrabando foros de ciência jurídica, articulando o caso concreto brasileiro a princípios gerais do Direito e vice-versa. Clivando os critérios de análise em fonte e efeitos da lei, os redatores sugeriram que os resultados imprevistos da execução legal (insurreições escravos e falência generalizada dos fazendeiros) ressaltavam os supostos sentimentos humanitários dos legisladores de 1831. “Esta geral inobservância da lei de sete de Novembro”, continuavam, “nada tem de extraordinário nem é exemplo único na história da Legislação”. A exceção à norma, postulavam, se erigia em regra de comportamento quando os interesses e os hábitos dos povos eram contrariados em essência:

nada há tão ordinário na ordem natural das coisas humanas como a tendência para adquirir braços escravos, apesar de todos os riscos, pois que a lei de procurar meios de obter uma cômoda e mais segura subsistência, acha-se inquestionavelmente gravada pela natureza no coração do homem: e, dadas as ponderadas circunstâncias, também nada há tão natural como o desalento, a tibieza e a omissão em todos aqueles a quem incumbe executar uma lei como a de 7 de Novembro de 1831, contra a qual se tem pronunciado tão abertamente a opinião dominante do país.

A decrescente gradação conceitual de *lei da natureza* (“obter uma cômoda e mais segura subsistência”) a *hábitos particulares* (no Brasil, traficar em africanos é o meio de levar uma existência satisfatória) permitiu aos autores qualificar o contrabando de hábito particular consistente com o Direito Natural. Daí a isenção penal aos traficantes, aos fazendeiros e às autoridades públicas. Tratava-se, é claro, de uma forma juridicamente persuasiva de remir um crime do juízo moral, pois os infratores nele implicados, obedecendo a leis superiores, atuavam privados da liberdade de escolha. Estavam, portanto, para além do bem e do mal.

O trecho também denota um claro projeto para a expansão futura do contrabando. A classificação do crime como ação costumeira derivada de um princípio

³⁸ Cf. “Representação da Assembléia Legislativa da Província do Rio de Janeiro”, de 7 de dezembro de 1837, AASF, Brasília, n. doc. 3026.

do direito natural insinuava a continuidade da prática por tempo indeterminado, como o explicita o trecho em que os peticionários se perguntavam: “se é fato doloroso – e mais, que não pode dissimular-se – que são tantos os infratores da lei de sete de novembro, que é absolutamente impossível a sua punição, e muito mais havendo toda a razão para expressar que o seu número de dia em dia cresça e se aumente, como poderá consentir-se na continuação da mesma lei, sem cometer-se o grave erro político de querer e até de promover a desmoralização do país com todas as suas conseqüências necessárias?” Nesse caso, a menção à desobediência da lei não é mera constatação verbal de um evento passado, senão construção simbólica de um programa para o futuro. Mais uma vez, a petição foi afixada nas páginas de *O Sete de Abril*.³⁹

Havia, no entanto, estadistas que, articulando a súbita execução da lei à hipótese da conflagração geral, planejavam anistia para o passado e repressão para o futuro. Esse parece ter sido o caso de importantes aliados a Feijó, nomeadamente Montezuma e Barbacena. O primeiro, já o vimos, ministro da Justiça em 1837, adotou regulamentações complementares que repassavam atribuições do juiz de paz a magistrados diplomados, como os promotores, na investigação de navios supostamente negreiros. A medida causou espécie em Vasconcelos, que interpelou o então ministro com virulência: “Nem me parece muito coerente em querer [...] tolher a vinda de africanos [...]. E qual será o resultado para a nossa indústria? Embora os ingleses executem esse tratado que nos impuseram por violência, abusando de sua prepotência, mas coadjuvamos nós os ingleses em suas especulações, douradas com o nome de humanidade, não é razoável nem se coaduna com os ressentimentos do coração brasileiro, produzidos por tantas violências.”⁴⁰ Como se percebe, os termos da discussão giram em torno não tanto da remissão do passado quanto de um plano para o porvir.

Enquanto Feijó permitia o arrocho, um de seus correligionários apresentou extra-oficialmente, em meados de 1837, um projeto no mínimo ardiloso. Autor da determinação de 1831, o próprio marquês de Barbacena propôs, então, um texto substitutivo da medida que criara, cujo primeiro artigo, no lugar da libertação imediata dos africanos contrabandeados, previa apenas a interdição de seu comércio (“É proibida a importação de escravos e de pretos livres no território do Brasil”). Livrar o fruto do roubo de conflitos jurídicos era a anistia geral reclamada pelos proprietários, como de

³⁹ Cf. *O Sete d'Abril*, 23.12.1837, examinado por Alain El Youssef. *O problema da escravidão em periódicos brasileiros da década de 1830*, pp. 58-59.

⁴⁰ Cf. ACD, 18 de agosto de 1837, p. 330.

resto o reconheceria o próprio senador em discurso introdutório: “[os fazendeiros não são] brasileiros turbulentos ou revolucionários, que com as armas na mão quiseram derrubar o governo e a Constituição, aos quais, algumas vezes se tem concedido anistia; são proprietários tranquilos, chefes de famílias respeitáveis, homens cheios de indústria e virtude que promovem a fortuna particular e pública com o seu trabalho, os quais por dobrados títulos merecem completo esquecimento sobre a infração que cometeram”. Por outro lado, Barbacena tratou de qualificar o contrabando de mal a ser terminantemente extirpado, propondo, para tanto, outro artigo para o aprisionamento sumário de embarcações mediante quaisquer indícios materiais de traficância, como escotilhas gradeadas, tonéis de água ou de farinha maiores que os necessários para a tripulação etc. Seus parágrafos parecem transcrição literal dos criticados Artigos Adicionais que Alves Branco assinara com o embaixador britânico em 1835. Pode-se dizer, portanto, que o projeto buscava um termo de compromisso, cedendo à pressão dos proprietários, sem transformar seus desejos em programa de governo.⁴¹

No Senado, o texto suscitou oposição de Lúcio Soares *Teixeira de Gouvêa*, de Almeida e Albuquerque, do marquês de Paranaguá (Francisco Vilela Barbosa), de Luiz José de *Oliveira* Mendes, de José Inácio *Borges* e de *João Evangelista* de Faria Lobato. Como, infelizmente, os anais do Senado são fragmentários para o ano de 1837, restou apenas o resumo da apreciação de Teixeira de Gouvêa, que encabeçou a oposição:

discorrendo largamente contra o projeto por mais de uma hora, concluiu que pode-se reduzir a dois pontos o que se contém no projeto; o primeiro, assegurar a escravidão dos escravos importados até ao presente; o segundo, prevenir a continuação da importação de Africanos; quanto ao primeiro, o projeto empenhora a sorte dos escravos, quanto ao segundo era ilusório o fim dele, pois que em lugar de prevenir ia proteger a inconstitucionalidade imoral e [a] injusta importação de escravos no Brasil; e, por consequência, votava contra o projeto.⁴²

Em que pese a dissidência, o texto de Barbacena foi aprovado e passou para a Câmara dos Deputados, onde se nota um silêncio curioso dos deputados ligados ao Regresso – nem mesmo Vasconcelos foi à tribuna para discuti-lo. Quem participou das alterações acaloradamente foram o pernambucano e ex-revolucionário Henriques de Rezende, o também pernambucano Holanda Cavalcanti (originário de família regressista, mas divergente na Corte), o baiano Antônio Pereira *Rebouças* e o paulista Martim Francisco de Andrada. A objeções ao projeto variaram: o primeiro lastimou a

⁴¹ Cf. AS, 30 de junho de 1837, pp. 175-176; ver também Jaime Rodrigues. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000, pp. 110-111.

⁴² AS, 7 de julho de 1837, p. 204.

falta de liberdade do africano contrabandeado e propôs no lugar do projeto os Artigos Adicionais de 1835; Holanda Cavalcanti advertiu que o texto contrariava a convenção anglo-brasileira de 1826; Rebouças propôs a reabertura do tráfico sob escorchedora tributação para inibir o interesse negreiro; Martim Francisco de Andrada selou temporariamente a discussão despachando o texto para a comissão de diplomacia, que devia decidir se ele transgredia ou não compromissos internacionais. Seus membros do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais anuíram ao trâmite regular do projeto, sob fortes protestos de Manoel *Maria do Amaral*, da Bahia, que estampou um voto vencido no *Jornal do Comércio*.⁴³

O projeto de Barbacena significa que o contrabando não contribuiu para a formação de alianças e identidades partidárias? A ser assim, então não seria possível relacionar enunciação parlamentar, ação partidária e articulação social. Talvez esse problema possa ser resolvido definindo-se o que os regressistas pensavam, afinal, sobre o texto de Barbacena. O único membro do grupo a tomar parte em sua apreciação foi *Sebastião do Rego Barros* (por Pernambuco), que ofereceu como substitutivo o projeto de Vasconcelos, cujo artigo único abolia a liberdade aos africanos sem estipular medidas severas para a apreensão de negreiros. Ao contrário da orientação de Montezuma e de Barbacena – que, juntos, davam a impressão de anistiar o passado, mas de coartar o contrabando futuro –, as falas de Vasconcelos, assim como as representações dos municípios e da província do Rio de Janeiro, pediam declaradamente a reabertura definitiva do contrabando – e isso em todos os níveis, desde a operação de particulares até o apoio do governo. Vasconcelos mesmo voltou a reafirmá-lo dias após o engavetamento do projeto de Barbacena, quando prometeu tratar o problema do tráfico “pelo lado da economia política”, além de demonstrar que “a maior parte dos direitos sociais procedem da força e violência”.⁴⁴ Da crítica à lei, os líderes regressistas passaram à defesa do contrabando.

Para confirmá-lo, um breve exame comparado da atuação do Executivo também fornece alguns indícios. Como se sabe, Feijó renunciou o cargo de Regente em setembro de 1837; e, em 19 daquele mês, o sucessor Pedro de *Araújo Lima* (marquês de

⁴³ Cf. ACD, 2 de setembro de 1837, pp. 453-454. Rebouças condenava o tráfico negreiro, mas admitia a vinda de africanos livres para o Brasil – daí o deputado requestar a liberação total da entrada de africanos no país e, ao mesmo tempo, tributar severamente o transporte daqueles que chegassem como escravos. Cf. Keila Grinberg. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 170-172; a respeito do voto de Manoel Maria do Amaral, na edição do *Jornal do Comércio* de 03.11.1837, ver Alain El Youssef. *O problema da escravidão em periódicos brasileiros*, pp. 57-58.

⁴⁴ ACD, 11 de setembro de 1837, p. 516.

Olinda em 1854) extraiu das fileiras oposicionistas um gabinete que oficializou o início do “tempo saquarema”, isto é, período de ascendência política do Partido do Regresso sobre seus adversários liberais. Montado em 19 de setembro e conhecido como “ministério das capacidades”, o primeiro e mais célebre gabinete regressista contou com Vasconcelos (Justiça e Império), Rodrigues Torres (Marinha), Antônio Peregrino *Maciel Monteiro* (Estrangeiros), Sebastião do Rego (Guerra) e Calmon (Fazenda). Sem tomar parte direta, mas como “contraforte exterior” entre os deputados, na bela expressão de Nabuco, figurava Carneiro Leão (por Minas Gerais; marquês de Paraná em 1854), ao lado do futuramente célebre Paulino Soares (pelo Rio de Janeiro; visconde do Uruguai em 1854).⁴⁵

Tão-logo virou ministro, Vasconcelos anulou as então recentes regulamentações de Montezuma, cujo objetivo era aperfeiçoar a lei de 1831 – de fato, elas haviam permitido que diversos navios suspeitos de mercadejar em africanos fossem apreendidos no porto do Rio de Janeiro. Com esse ato derogatório, a averiguação dos barcos tornou a cair para a magistratura não-togada – ironicamente, o campeão do Regresso, inimigo maior dos juizes de paz, favorecia o judiciário não centralizado em benefício do contrabando negreiro. Violentemente interpelado pela oposição três vezes na Câmara, Vasconcelos disse apenas que as “providências do Sr. Montezuma eram facilmente iludidas, porque não entravam os navios nos portos – eram conduzidos os gêneros de que careciam os navios para fora da barra; e continuava o tráfico da mesma forma, com a diferença de haver mais alguma despesa e de dar ocasião a mais alguns tráficos ilícitos.”⁴⁶ Note-se que, elevado a uma posição central no governo, Vasconcelos baixou o tom encomiástico do contrabando, passando a estimulá-lo apenas por medidas administrativas. A mudança de atitude não admira, pois um ministro pregador da violação de uma norma do Estado podia ser enquadrado na lei de responsabilidade.

Os regressistas também interferiram na mobilização das forças navais, indispensáveis para a execução da lei nacional e do tratado anglo-brasileiro. Desde a

⁴⁵ Cf. Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema*, pp. 142-204; a mais recente síntese historiográfica sobre a formação do Partido Conservador, que discorda em importantes pontos de I. R. de Mattos, é Jeffrey Needell. *The Party of Order: The Conservatives, the State and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford, California: Stanford University Press, 2006; cf. tb. o seminal trabalho de Joaquim Nabuco. *Um estadista do Império: Nabuco de Araújo*. Rio de Janeiro: Garnier, 1897, vol. I, pp. 38-43.

⁴⁶ Vide reclamações de Montezuma em ACD, 30 de maio de 1838, p. 248; 3 de julho de 1838, p. 26; 4 de julho de 1838, p. 32-33. A resposta de Vasconcelos veio em 3 de julho de 1838, p. 33; o aprisionamento de 30 embarcações está citado em Robert Conrad. *Tumbeiros: o tráfico de escravos*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 106-107.

Regência de Feijó, os ministros da Marinha tinham sido invariavelmente oficiais do Exército ou homens de alta patente da Armada; entretanto, os conservadores nomearam para a pasta o fazendeiro, matemático e político Rodrigues Torres, um dos mais populares na província fluminense. A oposição liberal insistiu imediatamente em saber se o novo ministro fizera circular as instruções necessárias para autorizar navios imperiais na caça de negreiros. A resposta que recebeu saiu cheia de curvas, mas tinha endereço certo: “duas são, na minha opinião, as espécies de serviço que hoje se devem exigir da força naval entre nós”, ensinou ele. “A primeira, concorrer para a pacificação das províncias que existem em convulsão; proteger e assegurar a ordem pública naquelas em que se tem por ora mantido. A segunda espécie de serviço é proteger o comércio e evitar o contrabando, de que se têm queixado nesta casa alguns ilustres deputados [*da oposição*]. Ora, a primeira espécie de serviço é, hoje, a mais importante.” Com a declaração de que era ancilar a função policial e repressiva das forças navais, o gabinete sacudia a bandeira verde para o seguimento do contrabando sem o risco de ser acusado de improbidade política.⁴⁷

A administração central do Império expedia circulares aos presidentes de Província para orientá-los na vigilância do litoral contra o comércio negreiro. Na Câmara dos Deputados, Manuel Vieira *Tosta* (pela Bahia, barão de Muritiba em 1855), lamentou a completa falta de seriedade do ministério a respeito de matéria tão grave: “se algum representante da nação denuncia da tribuna que um presidente protege abertamente o tráfico de africanos, que ele planta a imoralidade nas províncias”, acusou Tosta, “S. Ex. ou o gabinete respondem que nada sabem, que necessitam de tempo para deliberarem.” Ora, os presidentes de província eram nomeados pelo ministério em exercício e, muitas vezes, cumpriam uma agenda em conformidade com os desígnios dos superiores, suposto cedessem também às demandas locais. Embora somente pesquisa específica de correspondências entre ministros e presidentes de província possa confirmar a acusação de Tosta, é muito provável que os conservadores não cobrassem

⁴⁷ Cf. ACD, 7 de julho de 1840, pp. 106-107; cf. questionamentos de Montezuma em ACD, 22 de junho de 1840, p. 839; 22 de julho de 1840, p. 842, 23 de julho de 1840, p. 384; cf. lista de ministros da marinha em Barão do Javari. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. 1ª ed. 1889. Rio de Janeiro: Min. da Justiça e Negócios Interiores/Arquivo Nacional, pp. 33-75. Leslie Bethell e Luiz Felipe de Alencastro imputam a falta de cruzeiros imperiais à eclosão da Farroupilha, em 1835. O argumento desconsidera o papel ativo do Estado brasileiro na fraca vigilância da costa. De resto, como explicar a ausência de cruzeiro nacional após 1845, último ano da rebelião no Rio Grande do Sul? Cf. L. Bethell. *A abolição do tráfico de escravos*, p. 84; e L. F. de Alencastro. *Le commerce des vivants: traite d'esclaves et "pax lusitana" dans l'Atlantique sud*. Tese de doutorado. Paris: Universidade de Paris X, 1985-6, v. 2, p. 485.

dos presidentes diligências antiescravistas. Mais abaixo, veremos uma possível contraprova em um ministério liberal.⁴⁸

A orientação regressista também transparece nos relatórios dos ministérios, nos quais Robert Conrad anotou uma grande diferença em comparação com a documentação do governo de Feijó. De setembro de 1837 em diante, quase não se mencionava mais o crime do contrabando, em favor de uma política silenciadora de discursos antiescravistas, como o ilustra uma intervenção exemplar de Carneiro Leão em 1839. Depois de ouvir, na Câmara dos Deputados, Martim Francisco reclamar que “sumidades” do Império acobertavam traficantes negreiros, o futuro marquês de Paraná chegou a elogiar a perseguição aos abolicionistas nos EUA, sugerindo adoção de conduta semelhante no Brasil: “Crescendo em 1835 e 1836 naquele país a sanha dos abolicionistas”, disse ele, “os estados onde há escravos se lhe opuseram, e o povo dos estados onde não há escravidão entendeu, julgando ameaçados os interesses dos estados em que havia escravos, não dever ser mero espectador, mas dever tomar a iniciativa para punir os abolicionistas. Sabe-se das insurreições de New York, Filadélfia e outros estados onde não havia escravos.”⁴⁹ O teor do paralelo é cristalino: se até nos Estados Unidos, onde conviviam unidades federativas escravistas e livres, houve união em torno do tema, por que não a haveria no Império do Brasil, onde a instituição era universalmente admitida?

Fora do Parlamento, no universo editorial, o Regresso também procurou vincular-se à defesa do contrabando. Em 1837, o partido publicou a *Memória sobre a abolição do comércio da escravidão*, um texto inédito da década de 1810 que Domingos Alves Branco Moniz Barreto escrevera em defesa do transplante de africanos como meio de desenvolvimento econômico. Embora o discurso fosse uma resposta à diplomacia britânica na ocasião do Congresso de Viena, sua edição pode ser vista como reação a textos expressamente antiescravistas publicados na forma de extensos arrazoados, como a *Memória analítica acerca do comércio de escravos e da escravidão doméstica* (1837), de Frederico Leopoldo César Burlamaqui, e as “Considerações Economicas sobre a Escravidão” (1836), de Francisco de Sales Torres Homem. Em 1839 foi lançado o *Manual do agricultor brasileiro*, de Carlos Augusto Taunay, obra técnica sobre gestão de propriedades agrícolas que apresentava trechos favoráveis à

⁴⁸ Cf. ACD, 17 de julho de 1839, p. 327.

⁴⁹ ACD, 17 de julho de 1839, pp. 336-337; as insinuações de Martim Francisco de Andrada foram feitas na mesma sessão, cf. ACD, 17 de julho de 1839, pp. 332-333.

escravidão e à continuação do tráfico negreiro. Ao percebê-lo, Vasconcelos não perdeu a oportunidade de sugerir a reimpressão da obra e sua distribuição por todo o Brasil sob auspícios expressos do ministério conservador. Enquanto isso, numa edição de *O Sete de Abril*, o líder regressista censurava o deputado da oposição “sr. Limpo de Abreu” [Antônio Paulino *Limpo de Abreu*], que por não desejar “a revogação da lei de 7 de novembro de 1831”, no “seu negro delírio chegou a ameaçar o governo atual com a Inglaterra”. Depois, aditava cinicamente: “Ora, o governo inglês declara mui categoricamente que não só não estranha, mas até louva a revogação da dita lei como verdadeira produção de um grande homem de Estado”. A assertiva suscitou pronta resposta dos agentes consulares britânicos.⁵⁰

Uma produção editorial regressista que talvez mereça comentário um pouco mais extenso é a *Memoria sobre commercio dos escravos, em que se pretende mostrar que este trafico é, para eles, antes um bem do que um mal* (1838), publicada anonimamente pela Tipografia Imperial e Constitucional de Júlio Villeneuve. A folha de rosto indicava apenas que o autor era “natural de Campos dos Goytacazes”. Como, acredita-se, no Brasil independente ninguém levantou a voz para defender a escravidão nem o tráfico negreiro, estudiosos e historiadores atribuíram o panfleto ao Bispo de Olinda, Joaquim José da Cunha de Azeredo Coutinho (1742-1821), conhecidamente escritor de libelos contra o abolicionismo e de encômios ao tráfico negreiro. A *Memória*, entretanto, foi construída com argumentos escravistas pós-constitucionais, bem semelhantes aos de Cunha Matos e de Vasconcelos. Nenhuma correspondência guarda com o pensamento absolutista do Bispo de Olinda, que morreu antes da Independência brasileira.⁵¹

⁵⁰ Cf., respectivamente, Domingos Alves Branco Moniz Barreto. *Memória sobre a abolição do comércio da escravatura*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de F. P. Brito, 1837; Frederico Leopoldo César Burlamaqui. *Memória analítica acerca do comércio de escravos e da escravidão doméstica*. Rio de Janeiro, 1837. In: Graça Salgado (org.). *Memórias sobre a escravidão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília: Fund. Petrônio Portela, 1988, pp. 101-122; Francisco de Sales Torres Homem, “Considerações economicas sobre a escravatura”. In: *Nitheroy: Revista Brasiliense. Sciencias, Lettras e Artes*, 1836, pp. 35-82; Carlos Augusto Taunay. *Manual do agricultor brasileiro*. Org. de Rafael Bivar de Marquese. São Paulo: Cia. das Letras, 2001; e *O Sete de Abril*, 16.01.1838 e 03.02.1838, apud Alain El Youssef, *O problema da escravidão em periódicos brasileiros da década de 1830*, pp. 59 *passim*.

⁵¹ Cf. [José Carneiro da Silva], *Memoria sobre o commercio dos escravos, em que se pretende mostrar que este trafico é, para eles, antes um bem do que um mal*. Escrita por ***, natural dos Campos dos Goytacazes. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional e J.Villeneuve e Comp., 1838. O problema da atribuição da memória está discutido em Rafael Marquese e Tâmis Parron, “Azeredo Coutinho, Visconde de Araruama e a *Memória sobre o comércio de escravos* de 1838”. *Revista de História*. Universidade de São Paulo, n. 152, (1º- 2005), 99-126, que traz reprodução integral de seu texto. Este e os próximos três parágrafos sintetizam a análise proposta no artigo.

O provável autor da *Memória sobre o comércio dos escravos* foi José Carneiro da Silva (1788-1864, visconde de Araruama em 1847). Sua tradicional família, inicialmente engajada na criação de gado, fundou o primeiro engenho de açúcar em 1798, em Quissamã, distrito de Macaé, na esteira da crise da produção açucareira mundial provocada pela Revolução de São Domingos. Após a vinda da família real, Carneiro da Silva se aproximou do círculo dos Bragança, empenhou-se na abertura de novos caminhos comerciais pelo *hinterland* fluminense, tornou-se tenente-coronel e, em 1819, lançou a *Memória topographica e historica sobre os Campos dos Goitacazes*. Em breve, lutaria pela Independência e, anos mais tarde, atuaria na Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, onde hasteou a bandeira do Regresso. Como se sabe, o norte da província do Rio de Janeiro se tornaria uma das regiões-chave do partido.⁵²

Carneiro da Silva estruturou a *Memoria sobre o commercio dos escravos* em três partes. Numa espécie de introdução, enumerou benefícios espirituais e temporais da escravidão brasileira sobre o africano, a seguir desqualificou ações e idéias antiescravistas e, por fim, caracterizou o cativo como fator de sustentação e de progresso do Império. Merece atenção especial a seção dedicada à justificativa do tráfico negreiro, toda ela concebida no binômio civilização e barbárie. As nações do continente africano são descritas em estado de guerras contínuas e de brigas fratricidas, um ambiente eterno de horrores porque “as nações africanas nunca deixarão de guerrearem-se”. No Brasil, em contraste, os senhores davam aos escravos conforto material muito superior ao do continente negro e vinham “depois a mandar-lhes ensinar a doutrina cristã” para “fazê-los de pagãos e idólatras católicos romanos”. Maiores ainda eram as vantagens sociais que os filhos da guerra africana gozariam no Império:

Eu tenho visto escravos que só têm desta condição o nome. Oficiais peritos, eles não só trabalham para seus senhores, como para si, e chegam por meios lícitos a ajuntar o dinheiro necessário para sua liberdade, que algumas vezes chega a alto preço.

Tenho visto escravos senhores de escravos, com plantações, criações de gado vacum e cavalos, e finalmente com um pecúlio vasto e rendoso. Tenho visto muitos escravos libertarem-se, tornarem-se grandes proprietários, serem soldados, chegarem a oficiais de patente, e servirem outros empregos públicos que são tão úteis ao Estado.⁵³

Ao contrário da justificativa religiosa, os argumentos laicos alijavam o cativo, conceitualmente, da relação senhor-escravo, para reinseri-lo como indivíduo autônomo

⁵² Interessa notar que a atribuição do panfleto a João Carneiro da Silva foi feita no próprio século XIX, apenas dois anos depois da morte do visconde, sendo posteriormente esquecida pelos estudiosos. Cf. R. Marquese e T. Parron, “Azeredo Coutinho, Visconde de Araruama”, pp. 115-119.

⁵³ Cf. *Memória sobre o comércio dos escravos*, p.7.

nos círculos sociais e institucionais mais amplos do Império brasileiro – daí a afirmação de que haveria escravos “que só têm desta condição o nome”. Carneiro da Silva refere a especialização do trabalho entre os cativos (“oficiais peritos”), de forma que os mais capazes prestam serviços a outras pessoas além do senhor (“trabalham...para si”), embolsam algum dinheiro e compram a alforria. Por trás de seu raciocínio, subentende-se que o abrandamento da escravidão se devia à possibilidade de renascimento social dos cativos por meio da liberdade de trabalho, numa escala que, desde os escravos-propriedade, passava pelos escravos proprietários para chegar aos escravos libertos. Graças à Constituição, os felizardos egressos do cativeiro e seus descendentes podiam contribuir para a civilização do Brasil das mais variadas formas, como empregados livres, soldados, oficiais da Guarda Nacional e até fazendeiros. Contribuíam, enfim, “aumentando a população e o esplendor da nação que os têm naturalizado!”⁵⁴ O autor adota, com toda evidência, os pressupostos do *paternalismo liberal*, referido no primeiro capítulo.

Representações hostis à lei de 1831 da virada para a década de 1840 também esclarecem a articulação de composições partidárias com a reabertura do tráfico na forma de contrabando. Em 1839 e 1840, o Parlamento recebeu mais três representações municipais – de Mangaratiba, de Areias e da Vila do Presídio – e quatro da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais. O alinhamento ao Regresso se manifesta no fato de esses textos pedirem apenas a revogação da lei de 1831, ao invés de apelar para o projeto de Barbacena, em trâmite na Câmara dos Deputados. Como diziam os munícipes de Mangaratiba, “se representais a Nação, Senhores, atendei que, sendo a maioria desta repugnante à existência dessa lei, que só é lei por estar escrita, deveis também representar suas idéias nesta parte”. E aditavam: “concorrei quanto ser possais para a revogação da mesma lei, com o que muito merecereis do Brasil, nossa pátria”. Já a Assembléia de Minas Gerais mostrou-se articulada ao Regresso fazendo o pedido pró-tráfico ser acompanhado de outro para “que se não espa[çasse] por mais tempo a interpretação do ato adicional”. Como os mesmos homens assinavam as duas representações, é crível supor a adesão integral à agenda conservadora da Assembléia de Minas Gerais, a maior região brasileira importadora de escravos africanos, ao lado do

⁵⁴ Cf. *Memória sobre o comércio dos escravos*, pp. 7-8.

Rio de Janeiro. Essa leitura é corroborada pelo conteúdo de dois dos textos mineiros pró-tráfico – infelizmente, os outros não foram localizados.⁵⁵

A primeira dissertação, datada em 11 de março de 1839 e remetida a Vasconcelos, citou na introdução o “triste espetáculo” de “ferir-se a lei com manifesto escândalo da moral pública e das autoridades”, uma vez que as violações da norma de 1831 serviam de escola preparatória para maiores desobediências às prescrições do Estado. Outro tipo de efeito foi relacionado ao problema da insegurança jurídica da propriedade escrava irregularmente adquirida, “hoje vacilante e ameaçada de completa ruína” por conta das disposições da lei. Contudo, os signatários logo passaram da censura do diploma e de seus efeitos à defesa da montagem do contrabando. Por motivos que “influem para necessitarmos ainda por longo tempo do trabalho dos escravos”, considerados “indispensáveis à conservação e progresso de sua [da província] agricultura e mineração”, os autores não hesitaram deplorar expressamente a “proibição do tráfico de escravos”. Na dissertação do ano seguinte, os políticos de Minas Gerais classificaram de “crescente” a “necessidade de braços Africanos”, indutora dos “cidadãos a um tráfico” que só era “criminoso porque uma lei o proib[ia]”. Na peroração, explicitaram o propósito do texto:

esta Assembléia vem de novo mui respeitosamente pedir-vos que vos digneis modificar a lei de 7 de Novembro de 1831 de uma forma que segure as fortunas dos cidadãos e não sirva mais de estorvo ao desenvolvimento da grandeza, de que é capaz a rica Província de Minas Gerais.⁵⁶

Embora o projeto de Barbacena tramitasse no Parlamento, os deputados provinciais de Minas o ignoraram fundados no desejo de não apenas anistiar ações pretéritas, senão também de assegurar o contrabando futuro, a cujo sucesso obstava o artigo que expandia as provas materiais de envolvimento no comércio. Ora, “modificar” a lei de 1831 era exatamente a doutrina de Vasconcelos, que pedira apenas a revogação de seus primeiros artigos.

Da Bahia também proveio outra representação reveladora. Os redatores lembraram que, em vista da baixa razão de mulheres por homens entre os cativos, resultante na reprodução vegetativa insatisfatória da escravaria, os proprietários baianos se lançaram à prática do crime, a despeito do tratado de 1826 e dos horrores de uma lei

⁵⁵ Ver, respectivamente, “Representação da Câmara Municipal da Vila de N. S. da Guia de Mangaratiba”, de 10 de abril de 1839, CEDI, Arquivo da Câmara dos Deputados, Brasília ; e ACD, 13 de abril de 1840, p. 2. Os textos de Areias e da Vila do Presídio estão mencionados em ACD, 29 de maio de 1840, p. 504.

⁵⁶ Vide “Representação da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais de 11 de março de 1839”; “Representação da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais de 22 de fevereiro de 1840”. CEDI, Arquivo da Câmara dos Deputados, Brasília.

que “considera livres os africanos ainda depois de postos em terra”. Como eles achavam que o “receio da total ruína” ainda “mais foment[asse] a continuação do contrabando”, pediram que os deputados aceitassem o “projeto apresentado pelo ilustre senador marquês de Barbacena” para que fosse “revogada a lei acima mencionada *na parte que reputa livres aos Africanos importados logo que em terra sejam postos*” (grifos adicionais). Ora, essa revogação restringida à parte da norma que “reputa livres aos africanos” sugeria que os outros artigos do diploma de 1831 podiam ser mantidos, isto é, o projeto de Barbacena não devia substituí-los. Concretamente, o discurso endossa o projeto de Vasconcelos e os pedidos do eixo Rio-Vale-Minas.⁵⁷

Note-se, no entanto, uma diferença fundamental entre a representação da Bahia e as do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Enquanto os textos das duas últimas foram redigidos, discutidos, aprovados e despachados nos espaços institucionais das Assembléias Provinciais, a dissertação baiana correu apenas entre particulares e chegou por meio da imprensa ao Rio de Janeiro, onde foi publicada nas páginas do *Jornal do Comércio*. Cerca de duzentas e trinta pessoas – número realmente elevado para o Brasil da primeira metade do século XIX – a subscreveram, entre elas o visconde do Rio Vermelho, o barão de S. Francisco, o barão de Maragogipe, o barão do Rio das Contas, além de donos de engenho, negociantes, empregados públicos, capitães da Guarda Nacional etc., na provável estratégia de sugerir a universalidade social da demanda. Em vista da atuação dos parlamentares baianos (Alves Branco, Montezuma, Ferreira França, Maria do Amaral) e da repercussão dos malês, a natureza dessa representação reforça a hipótese de que a província estava politicamente dividida a respeito do contrabando negreiro. Em seus espaços institucionais, a agenda do Regresso não repercutira com a mesma eficácia que em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.⁵⁸

⁵⁷ Cf. “Representação de moradores da província da Bahia solicitando a derrogação da lei de 7 de novembro de 1831”, CEDI, Arquivo da Câmara dos Deputados, Brasília. O texto baiano foi publicado no *Jornal do Comércio* e suscitou polêmica na Câmara dos Deputados, cf. 16 de agosto de 1839, pp. 642, 659, 660 e 695. Depois, foi parar nas mãos da *Foreign Anti-Slavery Society* e saiu na *The Second Annual Report of the British and Foreign Anti-Slavery Society*. Londres: 1841, p. 113, cf. Robert Conrad. *Tumbeiros*, p. 23.

⁵⁸ Sobre as querelas políticas na Bahia em torno do tráfico, ver Dale Torston Graden. *From Slavery to Freedom in Brazil: Bahia, 1835-1900*. Albuquerque, New Mexico: University of New Mexico Press, 2006, 17-49.

O “programa da oposição”

Em que pese a poderosa pressão contra a lei de 1831, a Câmara dos Deputados não apreciou integralmente nem o projeto de Vasconcelos nem o de Barbacena. Visto que o grupo do Regresso acendera ao Executivo em setembro de 1837, o ato de “segurar” a revogação não passou despercebido aos deputados da oposição e aos então aliados do ex-regente Feijó. “O partido que subiu ao poder em 19 de setembro”, acusou Montezuma, “prometeu que essa lei havia de ser revogada”, no que parecia ter capacidade para fazê-lo, pois todos sabiam de sua “maioria compacta, decidida” que “constava de 70 votos para cima”. Contudo, nada fora feito, donde o ex-ministro se indagava em tom desafiador: “por que motivo não passou a revogação da lei de 7 de novembro?” Na ocasião, os regressistas se furtaram ao esclarecimento, mas a pergunta, que é relevante, merece a atenção do pesquisador. Afinal, a anulação da lei despertaria viva oposição da Inglaterra, já expressa em ameaças do agente consular britânico radicado no Rio de Janeiro e na então recente edição do *bill Palmerston* (1839), equivalente ao *bill Aberdeen* (1845), contra o Brasil. Além de ser extemporâneo, um entrevero diplomático na perturbada conjuntura da Regência tornava o ministério sujeito à lei de responsabilidade por colocar em risco a “honra”, a “soberania” e a “independência” do país. Em um momento de instabilidade aguda, quando os grupos políticos lançavam mão de todos os meios para chegar ao poder por ainda não terem encontrado mecanismo institucional de convivência, as chances de emprego da lei de responsabilidade não eram desprezíveis.⁵⁹

Tanto é assim, que uma série de deputados opostos aos conservadores do eixo Rio-Vale-Minas (*Antônio Carlos* Ribeiro de Andrada Machado e Silva, Montezuma, Henriques de Rezende etc.) começou a rogar insistentemente a apreciação do projeto de Barbacena, em 1840, um ano após o *bill Palmerston* – a maioria deles, que repelia publicamente o contrabando, desejava pôr à prova o gabinete regressista para desmontar o que chamava de máquina eletiva. “É preciso acabar de decidir esta lei”, disse Antônio Carlos, “é como a espada de Dâmocles que está pendurada sobre a cabeça de todos os srs. deputados, é propriamente uma máquina eletiva: acabemos com isto.” Nas palavras de Montezuma: “Antes de 19 de Setembro, toda a Câmara se recordará de que se fazia da lei de 7 de novembro e deste projeto que veio do senado uma alavanca política para,

⁵⁹ Sobre as disputas acirradas no final da Regência, ver José Murilo de Carvalho. *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007, pp. 36 *passim*; a respeito das pressões britânicas, ver Leslie Bethell. *A abolição do tráfico de escravos*, pp. 89-90; cf. fala de Montezuma em ACD, 23 de junho de 1840, pp. 854-855.

por este meio, se tirar da urna eleitoral aqueles que se havia declarado contra a lei do senado.” Graças ao “contraforte exterior” Carneiro Leão, apoiado pela “maioria compacta”, a pauta não entrou na ordem do dia. Contudo, após o Golpe da Maioridade, em agosto de 1840, e a ascensão dos liberais ao Executivo, o tabuleiro da lei de 1831 também se inverteu. Os regressistas Joaquim José *Pacheco* (por São Paulo, posteriormente liberal) e Joaquim Manuel *Carneiro da Cunha* (pela Paraíba do Norte) passaram a exigir a discussão do projeto de Barbacena em regime de urgência, com a vantagem de que, amparados pela maioria e por Carneiro Leão, obtiveram aprovação do pedido em 21 de agosto. Como já era setembro, às vésperas do fim da legislatura, não havia mais *quorum*, e sua discussão pendeu para o ano que vem. Ele só não foi apreciado porque os conservadores retornaram ao poder em março de 1841 (dois meses antes do início dos trabalhos parlamentares, em maio) e o engavetaram novamente.⁶⁰

Na frase de um deputado, todos sabiam que a queda da lei de 1831 trazia “mais dificuldades para o governo”, donde o empurra-empurra verificado em 1840.⁶¹ Mas a semelhança à primeira vista pode ser ilusória. Os argumentos usados por Pacheco e Carneiro da Cunha eram explicitamente pró-tráfico, antifilantropicos e anglofóbicos. O segundo deputado pretendia “combater denodadamente esses sentimentalistas que, para a feitura das leis, atendem mais ao seu coração do que às necessidades do serviço público” e que agem inspirados na fraseologia insincera da Grã-Bretanha: “A sua filantropia é tirar o ópio de suas colônias, introduzi-lo na China e envenenar seus habitantes”, explicou, “a sua filantropia é apresarem um navio e espoliá-lo, não encontrando nele indícios alguns de se empregar no tráfico.” No mais, a lei antitráfico produzia insegurança jurídica da propriedade escrava, estimulando um cidadão a denunciar seu semelhante por causa de “escravos” que “se não o são de direito, o são de fato”. De novo, usava-se a premissa invertida: não era a sociedade que corrompia a lei, e sim a lei que corrompia a sociedade; lei que só se explicava pelos excessos inúteis do início da Regência: “Tudo isto nasceu da inoportunidade com que depois de uma revolução apareceu semelhante lei.” A tônica revisionista do discurso se afinava perfeitamente com as propostas reformistas do Regresso e com as idéias do líder do partido.⁶²

⁶⁰ ACD, 23 de maio de 1840, pp. 437-446; ACD, 23 de junho de 1840, p. 855; ACD, 3 de julho de 1840, p. 56; ACD, 21 de agosto de 1840, pp. 670-672; ACD, 1 de setembro de 1840, p. 813.

⁶¹ ACD, 6 de agosto de 1840, pp. 672-673.

⁶² ACD, 21 de agosto de 1840, pp. 670-671.

Com efeito, os termos de Carneiro da Cunha são quase uma glosa de afirmações que Vasconcelos proferira pouco antes no Senado: “é geralmente admitido no foro que todo africano boçal é livre: entra qualquer pessoa ou oficial de justiça na casa de um cidadão e diz-lhe: ‘Esses vossos escravos são africanos livres. Vão logo para o depósito’”. Dessa forma, a prerrogativa da liberdade, prevista na lei, entrava em choque com o “princípio de posse”, fundado “na presunção de que aquele que possui a coisa, em caso de dúvida, deve ser considerado dono dela”. Entre a presunção da liberdade e a presunção da posse, o Estado brasileiro, no curso da centralização judiciária do Regresso, deveria optar pela última e consagrar, em linguagem moderna, a segurança jurídica.⁶³

A mesma articulação não se verifica entre os líderes liberais. Quando a *Aurora Fluminense* voltou a circular em 1838, para orientar a bancada parlamentar contrária ao Regresso, imprimiu logo no primeiro número o artigo seminal “O programa da oposição”. Após a enumeração das desvantagens materiais e dos vícios morais ligados à escravidão, o redator deu os termos com que a bancada deveria comportar-se quanto à política do contrabando levada a efeito pelo Regresso:

A oposição não deve, e não pode, sem comprometer a justiça, a dignidade, e os materiais interesses do Brasil, sancionar as idéias que o Sr. Ministro da Justiça representa [Vasconcelos]. Ela faz votos pela estabilidade dos governos, mas rejeita a condição que implicitamente encerra-se na defesa do atual Ministério.⁶⁴

Essa orientação se refletia também na prática governativa. Quando ascendeu ao poder em agosto de 1840, o ministério da Maioridade despachou aos presidentes de Província ofícios requisitórios da perseguição inesitante do contrabando – em complemento às decisões de governo dos gabinetes de Feijó e em clara oposição às medidas dos gabinetes do Regresso. Quem o afirmou foi um deputado liberal, nomeado presidente de província em S. Pedro (Rio Grande do Sul): “recebi um ofício do meu ilustre amigo o Sr. Limpo de Abreu [já acusado por Vasconcelos de ser adversário do contrabando], quando ministro, em que ele, da maneira a mais forte e terminante, me falava contra a importação da escravatura”. No que respeitava ao contrabando, contudo, o deputado afirmou distanciar-se do propalado “Programa da oposição”, bem como do gabinete: “Eu estava muito satisfeito com a administração passada [o gabinete da Maioridade] e tinha razão de o estar [por suspender as reformas regressistas do

⁶³ Cf. AS, 28 de maio de 1839, pp. 279-280.

⁶⁴ *Aurora Fluminense*, 01.06.1838, apud Alain El Youssef. *O problema da escravidão nos periódicos brasileiros*, pp. 59-60.

judiciário]; os homens que estavam no poder eram meus amigos e aliados políticos; mas havia um objeto em que não estávamos de acordo, que era a respeito da escravatura”. Em tom confidencioso, disse que “não partilhava a esse respeito os princípios do governo [...]; porque eu entendia que o Brasil sem escravatura é nada.”⁶⁵

O autor da fala é Francisco *Álvares Machado* de Vasconcelos (por São Paulo), cujo comportamento parece uma exceção que confirma a regra. Médico-cirurgião e fazendeiro, Álvares Machado é mais conhecido hoje em dia por ter se disposto a difundir a ciência no Brasil. Nos anos vinte, hospedou o barão Georg Heinrich von Langsdorff em Porto Feliz, aconselhou-o a explorar as águas que ligavam a vila a Cuiabá e forneceu todo aporte pessoal e material necessário à famosa expedição, à qual se uniria o francês Hercules Florence no papel de pintor naturalista. Mais tarde, daria a mão de sua filha a esse expedicionário desenhista e, quiçá, o inventor da fotografia mundial.⁶⁶ Mas, na época, a popularidade de Machado, que atuou na Câmara dos Deputados desde a legislatura de 1834-1837, devia-se provavelmente a seus discursos em prol da escravidão e do tráfico negreiro. Na província de São Paulo, suas falas devem ter sido um dos fatores que o impulsionaram na carreira política: antepenúltimo na legislatura de 1838-1839 (275 votos), galgou dez posições na seguinte (284 votos) e chegou ao segundo lugar na de 1842-1843 (544 votos), à frente de medalhões como Vergueiro, Paula Sousa, Martim Francisco, Antônio Carlos e Pimenta Bueno. Em 1842, lutou na rebelião de São Paulo, ao lado de Vergueiro e Feijó.⁶⁷

Em seção de 1838 da Assembléia Provincial de São Paulo, Álvares Machado pretendeu redigir uma petição para revogar a lei de 1831, à maneira das Câmaras Municipais do Vale do Paraíba e das Assembléias do Rio de Janeiro (que já peticionara duas vezes; Minas Gerais o faria pela primeira vez somente em 1839). Contudo, a versão final do texto, embora perfilasse os efeitos nocivos da norma, acabava por dizer que a Assembléia preferia “não emitir sua opinião acerca das providências que são de mister”, isto é, se mais valia sua revogação ou seu aperfeiçoamento. Como os registros

⁶⁵ Cf. ACD, 22 de setembro de 1841, p. 284. No século XIX, o termo escravatura podia referir-se tanto à escravidão como ao comércio de escravos, um caso de sinédoque extremamente comum na língua. Alguns historiadores julgam, equivocadamente, que os atores históricos trocavam um fenômeno por outro por inépcia.

⁶⁶ Cf. Boris Kasoy. *1833: a descoberta isolada da fotografia no Brasil*. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

⁶⁷ Não existe biografia inteiramente dedicada a Álvares Machado. Sobre sua vida, há apenas dados esparsos em Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, v. II, p. 407; Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema*, pp. 175; Marco Antunes de Lima. “A cidade e a província de São Paulo às vésperas da Revolução Liberal de 1842”. In: *Klepsidra: Revista Virtual de História*, <http://www.klepsidra.net/klepsidra15/rev1842-2.htm>.

dos primeiros anos da Assembléia de São Paulo não colhiam as discussões na plenária, os motivos desse tom reconciliador restariam obscuros, não fosse a intervenção no Parlamento, dois anos mais tarde, do deputado conservador Pacheco. A Assembléia de São Paulo não fechara acordo em torno da questão, pois alguns estadistas “muito energicamente se tinham pronunciado contra a revogação da lei de 7 de Novembro de 1831”. Caso Álvares Machado insistisse em revogar a lei de 1831, “mover-se-ia uma discussão muito renhida, que ocuparia o tempo que cumpria empregar na conclusão da lei do orçamento provincial.” Diante desses obstáculos, o médico acabou por convir “na mudança feita na sua redação e votou por ela tal qual passou”. Em 1840, Machado voltaria a insistir no assunto, apresentando um texto com o apoio dos regressistas Pacheco e Carneiro de Campos. Mais uma vez, no entanto, modulou o pedido em termos conciliatórios que evitavam tocar na revogação da lei.⁶⁸

Era por causa da divisão no seio dos líderes de São Paulo que Álvares Machado precisava fazer *mea culpa* antes de proferir discursos pró-escravistas no Parlamento, prevenindo que suas palavras não eram “expressão de nenhum dos lados da casa”, senão que seguiam apenas “um pensamento seu, pensamento antigo, que [era] a necessidade de satisfazer a sua consciência”.⁶⁹ O conflito com os correligionários pode ser perfeitamente apanhado numa breve discussão em que Álvares Machado expressou solidariedade com os regressistas por causa do contrabando:

Eu tive o prazer de ver a entrada da nova administração [do Regresso], como? Porque um dos pontos principais acerca dos quais se fazia guerra à administração passada [gabinete da Maioridade] era a perseguição dos contrabandistas de africanos [...] Mas a administração tem medo da Inglaterra [por isso, não revogava a lei de 1831]; eu não a taxo de cobardia; a Inglaterra mete medo; nós podemos fazer muita fanfarronada, mas quando chegar a hora do perigo...

Um Sr. Deputado: - Haverá muita bordoada.

O Sr. Álvares Machado: - É o mais provável.

O Sr. Nunes Machado: - Aqueles que prometem pegar na espingarda talvez se escondam...

O Sr. Ottoni: - Talvez andem por cima dos telhados.

O Sr. Álvares Machado: - Mas, enfim, alguma coisa é preciso que a administração faça em benefício da agricultura.⁷⁰

⁶⁸ Cf. “Representação da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo”, 6 de março de 1838. In: *Anais da Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo*, 6 de março de 1838, pp. 39-41. As falas de Pacheco estão em ACD, 6 de agosto de 1840, p. 531. Cf. tb. “Representação da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo”, 16 de março de 1840. In: *Anais da Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo*, 13 de fevereiro de 1840, p. 5. Os manuscritos destas redações se encontram no AASF, Brasília, e na Seção de Documentos Históricos do CEDI do Arquivo da Câmara dos Deputados, Brasília. A segunda também consta do Arquivo Histórico da Assembléia Legislativa Estadual de São Paulo, localização: 40.5.1.

⁶⁹ ACD, 15 de maio de 1839, p. 81.

⁷⁰ ACD, 22 de setembro de 1841, p. 284.

As discordâncias em torno do contrabando levaram Álvares Machado a proferir uma dos mais contundentes discursos pró-escravistas proferidos no Parlamento brasileiro na primeira metade do século XIX. Vale a pena citá-lo demoradamente:

entende o meu ilustre colega que é anti-cristão ir-se resgatar os africanos de mãos bárbaras e cruéis e trazê-los para um país cristão, educá-los e ensinar-lhes a religião. Diz o meu ilustre colega que é contra o evangelho; mas eu desafio o meu ilustre colega que me apresente um só lugar do Novo Testamento em que claramente se fale contra a escravidão. (*Risadas*) Será bastante que venhamos aqui dizer que essa lei é contrária ao cristianismo, depois que tantos papas em tantos e tão diversos tempos têm aprovado este comércio? Os pontífices de Roma não entenderiam a religião cristã melhor do que nós? Toda a cristandade entenderia a religião cristã de uma maneira diversa da do nobre deputado? Que nova revelação apareceu para mudar de idéia a este respeito? O povo de Deus, o povo de Israel não teve escravatura? O fundador da nossa religião, Jesus Cristo, não disse que não vinha destruir a lei, mas sim reformá-la? Disse ele que a escravatura não era permitida aos cristãos? Não existe a epístola de S. Paulo mandando apadrinhar uma escrava que tinha fugido? (*Risadas*.)

Disse aquele apóstolo que não era permitido ter escravos? Quando escrevia a Tito ou Filemon? Não é mais senão dizer que no século XIX ainda se fala em escravos, tendo-se passado 19 séculos em que foi tolerada a escravidão? [...] Eu, Sr. presidente, se quisesse dizer mais, se quisesse ir folhear as escrituras, poderia fazer ver ao honrado membro que na maldição que o patriarca Noé fulminou contra seu filho Cam, disse: – Maldito seja Cam, seja escravo de Sem e Jafet e sirva a Sem nas suas tendas agora e para sempre. – Ora, sendo os africanos descendentes de Cam, e sendo nós necessariamente descendentes de Sem e de Jafet, está provado que pelo lado religioso o nosso direito é incontestável. (*Risadas*.) Mas não é a isto que apelamos, é ao direito de filantropia e benefício que fazemos aos africanos, tomando-os das mãos bárbaras e cruéis de seus senhores e trazendo-os a um país civilizado; e, pelo lado religioso, abrindo-lhes as portas do céu, batizando-os e fazendo-os cristãos.⁷¹

Embora favorável ao contrabando e politicamente beneficiado por ele, Álvares Machado repudiava na Câmara dos Deputados o uso eleitoral do assunto, em alusão à identificação exitosa do Regresso com os produtores do eixo Rio-Vale-Minas: “é para desejar que seja quanto antes decidida esta questão, para que se não vá dizer aos eleitores: votai em fuão, que é a favor do comércio de escravatura (*apoiados*): para que os pretendentes não andem de vila em vila pedindo votos e fazendo este comércio.”⁷² Segundo o deputado, discípulos da “escola romântico-sentimental” já haviam escrito para sua província que não se devia elegê-lo “porque voto a favor do comércio da escravatura, comércio de carne humana que vai converter homens em coisas, que voto a favor do comércio dos meias-caras [traficantes].”⁷³ Realmente, enquanto os líderes do Regresso auferiam apoio sólido por meio do contrabando, os líderes da oposição ou não tocavam no assunto ou o criticavam abertamente, à exceção de Álvares Machado. Numa palavra, dividiam-se.

⁷¹ ACD, 21 de agosto de 1840, pp. 672-673.

⁷² ACD, 22 de maio de 1840, p. 413.

⁷³ ACD, 6 de agosto de 1840, p. 530.

As nervuras do contrabando

Admitido que o Regresso fixou em ponto maduro uma política do contrabando negreiro nas esferas do governo central e do Parlamento, restar verificar qual é a geografia de sua agenda e quem eram os atores locais que aceitaram transformar uma questão policial (a perpetração de um crime) em assunto social e político. Até 1840, a Câmara dos Deputados e o Senado receberam, talvez no mínimo, vinte e três representações pró-tráfico, provenientes de Barbacena (duas vezes), Vila do Presídio, Paraíba do Sul, Valença (três vezes), Vassouras, Barra Mansa, Resende, Mangaratiba, Areias, Bananal, província do Rio de Janeiro (três vezes), província de Minas Gerais (quatro vezes), província de São Paulo (duas vezes) e Recôncavo baiano – isso tudo sem contar a *Memória* de Carneiro da Silva (do norte fluminense). O número é alto e quase rivaliza com as trinta e poucas representações enviadas à Corte na ocasião dos debates da lei do ventre livre (1871), quando houve nítida mobilização popular e partidária para influenciar o processo legislativo da emancipação escrava.⁷⁴

Esse rol peticionário revela a incrível centralidade do eixo Rio-Vale-Minas na dinâmica do contrabando. Com efeito, 78% das representações procedem da província fluminense ou da mineira, e esse índice sobe a 87% se aí forem incluídos os textos de Areias e de Bananal, vilas que, conquanto fossem de São Paulo, pertenciam econômica e geograficamente ao Vale do Paraíba, escoando sua produção pelo Caminho Novo da Piedade até o golfo de Angra dos Reis. Os dados disponíveis a respeito do tráfico negreiro, compilados sistematicamente desde a década de 1960, demonstram que a região do centro-sul (Rio-Vale-Minas) absorveu 574.000 dos 738.000 cativos aportados em todo o Brasil entre 1831 e 1850, cifra que, em números relativos, perfaz exatamente 78% do montante, num caso bem raro em que a matemática da política coincide com a matemática do crime.⁷⁵ À luz desses dados, supor que o contrabando fosse um fenômeno de envergadura nacional é o primeiro passo para descompreender não apenas

⁷⁴ É possível haver pequena variação no cômputo geral, pois há registro de uma suposta quarta petição de Valença em um parecer de 1838, que não permite ser conclusivo se se trata da terceira. A representação da vila de Resende, não localizada nos *Anais*, foi registrada por um agente consular britânico no final da década de 1830 (Robert Conrad. *Tumbeiros*, p. 110). Needell afirmou em *The Party of Order* que os saquaremas motivaram, em 1871, o envio de mais ou menos 18 petições num gesto “sem precedentes na história da Câmara”. A afirmação talvez esteja equivocada em dois pontos. Há mais de trinta representações total ou parcialmente opostas à emancipação gradual, e a articulação entre partido e sociedade na década de 1870 reproduziu o que ocorrera na fundação do Regresso, núcleo histórico do Partido Conservador, encerrando um ciclo de proteção, fidelidade e conivência de quase quarenta anos. Cf. Jeffrey Needell. *The Party of Order*, pp. 289 *passim*. As representações de 1871 se encontram no AASF, Brasília.

⁷⁵ Conferir banco de dados coordenado por David Eltis e Martin Halbert em www.slavevoyages.org.

seu significado social, mas também seu impacto sobre articulações políticas. Ao contrário, ele foi fruto de interesses regionais que se sobrepuseram às demais regiões brasileiras, submetidas assim a enormes custos diplomáticos de uma ação antijurídica (para dizer o mínimo) sem fruir seus supostos benefícios.⁷⁶

Quais eram, afinal, os fatores subjacentes a esse notável afluxo de escravos para o litoral abaixo do Rio de Janeiro? Como já se disse, o centro-sul do Brasil vinha experimentando pujante integração mercantil por meio do comércio de abastecimento entre a Corte e *plantations* fluminenses, de um lado, e as vilas da comarca do Rio das Mortes, de outro. Nas palavras de Saint-Hilaire, admirado do vaivém de mercadorias na década de 1820, “a estrada que conduz de Rio de Janeiro a Minas não é menos freqüentada que a de Paris a Tolosa”. Por conta dessa vivacidade, a demanda por africanos novos nesse mercado interno resultava imensa, donde a participação de Minas Gerais ser comparável à do Rio de Janeiro para o lapso 1809-1830. É certo que grande parte da prosperidade mineira, fundada na importação maciça de africanos novos, se devesse ao mercado de abastecimento – politicamente, isso se manifestou nas duas vilas impetrantes, Barbacena e Presídio de Rio Preto, integradas à zona de *plantation* fluminense pelas *Estradas da Polícia e do Comércio*.⁷⁷ Porém, não se pode desprezar o concurso da montagem gradual da cafeicultura na recém-criada comarca oriental de Paraíba (fronteira ao Rio de Janeiro), com início nos anos vinte e acentuado arranque nas décadas seguintes. Somados, esses dois setores convergiram politicamente nas quatro representações da província enviadas em 1839 e 1840.⁷⁸

O peso relativo da agricultura de abastecimento também se torna menor em face da decolagem extraordinária das *plantations* cafeicultoras no Vale do Paraíba. Basta notar que as vilas peticionárias tinham datas de fundação muito recentes – Valença (1823), Mangaratiba (1831), Bananal (1832), Barra Mansa (1832), Paraíba do Sul (1833) e Vassouras (1833). Encravadas na fronteira agrícola do café, elas usaram o *status* administrativo então adquirido para pressionar politicamente o Parlamento pela

⁷⁶ Ilmar Mattos já havia enunciado a ascensão política da região cafeicultura sobre as demais, extraindo daí diferenças partidárias e ideológicas, embora fossem todas escravistas. Ver I. R. de Mattos. *O tempo saquarema*, pp. 69-91.

⁷⁷ Acerca da integração econômica de Minas Gerais e das estradas, ver o trabalho sempre atual de Alcir Lenharo. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo : Símbolo, 1979, pp. 28-31 e 80-81. A frase de Saint-Hilaire está em Alberto Ribeiro Lamego. *Setores da Evolução Fluminense: o homem e a serra*. Ed. fac-similar. Rio de Janeiro: IBGE, 2007, p. 130.

⁷⁸ Sobre Minas Gerais e a importação de africanos, rever nota 07 do capítulo anterior. A respeito da produção de café na Zona da Mata mineira, Mônica Ribeiro de Oliveira. *Cafeicultura mineira: formação e consolidação, 1809-1870*. In: *Anais do IX seminário de Economia Mineira*. Diamantina, Cedeplar, 2000. O texto está disponível em www.cedeplar.ufmg.br

reabertura definitiva do contrabando e, assim, consolidar a montagem do complexo produtivo encetado nos anos vinte. A levar em conta o estudo de caso de Vassouras, foi nas grandes unidades rurais que se fez sentir o impacto do contrabando sobre a estrutura social da posse de escravos – os plantéis com mais de 50 cativos, montando a 34% da mão-de-obra da região em 1835, passaram a compreender 74% do total em 1850. Se o comércio legal era regido, parcialmente, pelo padrão de demanda de pequenos proprietários, o contrabando parece ter sido, sobretudo, negócio de abastados fazendeiros produtores de café. Daí o deslanche da agro-exportação no Vale. Responsável por 18% da produção mundial de café na década de 1820, o Brasil alcançou 52% do mercado internacional em 1850, quando mais de 90% de seus grãos eram escoados pelo Rio de Janeiro, cuja província, sozinha, perfazia 79% da safra nacional.⁷⁹

O avanço incomum da cafeicultura não foi apenas agente transformador da economia e da paisagem – provocando destruição em massa da Floresta Atlântica – senão também elemento essencial para a formação de um grupo social novo, os grandes proprietários do Vale, que teve impacto direto na força e na configuração do Partido do Regresso. Ao lado do norte fluminense, as vilas peticionárias de Areias, Resende, Barra Mansa, Vassouras, Valença, Paraíba do Sul e Presídio eram reconhecidamente redutos eleitorais da agremiação, como o abonam alguns indícios. Em 1841, por exemplo, a última delas enviou abaixo-assinado com cerca de 250 nomes (a maioria ou grande parte de seus cidadãos ativos) repudiando as eleições feitas sob o controle liberal, no ano anterior. Em 1842, Honório Hermeto Carneiro Leão inscreveu tanto a vila do Presídio como as demais em matérias publicadas no *Jornal do Comércio*, por terem servido de base às manobras militares do governo regressista contra a rebelião liberal do mesmo ano.⁸⁰ Esse apoio se torna inequivocadamente comprovado nos próprios

⁷⁹ Cf. efeito do contrabando sobre a composição das escravarias e dados da produção fluminense em Ricardo Salles. *E o vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 157-158; note-se que a distribuição social da posse de escravos em Bananal, outro município cafeicultor, era semelhante à de Vassouras: entre 1830 e 1859, os proprietários com escravarias de 50 pessoas ou mais detinham 73,6% dos cativos, enquanto 95% de todos os escravos da região estavam empregados na produção do café. Cf. Breno Aparecido Servidone Moreno. *Café e escravidão no Caminho Novo da Piedade: a estrutura da posse de escravos em Bananal, 1830-1888*. Relatório de Iniciação Científica. Depto. De História, FFLCH, USP. São Paulo, 2008. Os dados do café estão em Affonso de E. Taunay. *Pequena história do café no Brasil (1727-1937)*. Rio de Janeiro: Depto. Nacional do Café, 1945, pp. 77-105.

⁸⁰ A representação da Vila do Presídio se encontra no CEDI, do Arquivo da Câmara dos Deputados, Brasília; a lista dos fazendeiros e das vilas apoiadoras do Regresso em 1842 foi gentilmente cedida por Bruno Fabris Estefanes, que a analisa em *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão e o processo de consolidação do Estado brasileiro (1842-1856)*. FAPESP/Relatório de Mestrado.

signatários de Valença (os textos de Vassouras, Presídio e Paraíba do Sul não foram encontrados até o momento). Dali constam Anastácio Leite Ribeiro, Manoel do Vale Amado, Camilo José Pereira do Faro, João Pinheiro de Souza e Braz Carneiro Nogueira da Costa Gama (visconde de Baependi). Era uma falange saquarema.

Natural de São João del-Rei e fundador da *Fazenda S. José* na freguesia de Sto. Antonio do Rio Bonito (então em Valença; hoje, em Conservatória), Anastácio era irmão de Floriano, Francisco e Antonio Ribeiro Leite, que haviam despontado dentre os maiores abastecedores de escravos para o circuito Rio-Minas entre 1809 e 1830. Outro irmão de Anastácio, Custódio Ferreira Leite (barão de Aiuruoca, agente repressor na revolta de 1842), acumulando capital nos canais mercantis do mercado interno, comprou extensíssimos tratos de terra em Resende (reduto regressista) e fundou Barra Mansa. A filha de Anastácio se casaria com Francisco José Teixeira Leite, o futuro barão de Vassouras, renomado saquarema.⁸¹ De Manoel do Vale Amado, proprietário em Minas Gerais e no Vale do Paraíba, sabe-se que sua filha se casou com o irmão do marquês de Baependi (Manuel Jacinto Nogueira da Gama). Por sua vez, João Pinheiro de Souza contraiu matrimônio com a filha de Inácio de Souza Werneck, do que veio à luz Peregrino José da América Pinheiro (futuro visconde de Ipiabas), atuante contra os insurrectos de 1842; Pinheiro e Souza era também tio de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck (barão de Pati do Alferes), que, em nome de fazendeiros do Vale, depositara votos de confiança em Paulino Soares. Já o visconde de Baependi nascera da união de Manuel Jacinto Nogueira da Gama e Francisca Mônica, filha do todo-poderoso Brás Carneiro Leão (um dos maiores negociantes envolvidos no tráfico transatlântico no início do XIX). Finalmente, Camilo José Pereira do Faro herdara a *Fazenda do Pocinho*, entre Vassouras e Piraí, de seu pai, Joaquim José Pereira do Faro, negociante de grosso trato no início do XIX, contratador, sócio de companhia de seguros de negreiros e proprietário em S. João Marcos, Resende e Valença.⁸²

⁸¹ A irmandade dos Leite Ribeiro está mencionada em Affonso de E. Taunay. *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Depto. Nacional do Café, 1939, vol. II, tomo III, pp. 252-253; confira genealogia completa no site www.baraodeaiuruoca.hpgvip.ig.com.br/familia-leite-portugal.doc. Sobre o papel dos Leite Ribeiro no tráfico interno de escravos, vide Fábio W. A. Pinheiro, “Os condutores de almas africanas: concentração e famílias no tráfico de escravos para Minas Gerais, c. 1809-1830”, apresentado no VIII Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina, Cedeplar (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional), UFMG, 2008, disponível em http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/diamantina_2008_2.php.

⁸² Acerca de Baependi, vide Taunay. *História do Café no Brasil*, vol. V, t. III, pp. 178-181; sobre a *Fazenda do Pocinho*, ver Noêmia L. B. Fernandes e Cláudia Baima Mesquita (e equipe: Daniel Soares Brás, Ícaro Cardoso Cerqueira e Adriano Novaes). “Fazenda do Pocinho”. In: *Inventário das fazendas do Vale do Paraíba fluminense*, disponível no endereço

Totalmente distinta devia ser a orientação dos requerentes de Barbacena, haja vista o município ter se tornado o primeiro e mais resistente baluarte liberal na revolta de 1842. Contudo, também aí havia ligações poderosas com o Regresso. Os peticionários se chamavam José Gomes Pereira Alvim, João Gualberto Teixeira de Carvalho, Antonio Marques de Sampaio, Marcelino José Ferreira Armond, Silvestre Pacheco de Castro, Joaquim Rodrigues de Araújo Oliveira e Feliciano Coelho Duarte. De todos, Marcelino sobressaía como o principal traficante de escravos no trecho Rio-Minas entre 1809 e 1830, ao lado dos Ribeiro Leite (mencionados acima) e dos Monteiro de Barros (outra família regressista, repressora em 1842, com propriedades em Barra Mansa e Pirai). A fiar do que narra o contemporâneo José Antonio Marinho acerca da rebelião de 1842, apenas um dos sete arrolados – Feliciano Coelho Duarte – permaneceu fiel ao Regresso quando os demais pegaram em armas para resistir ao governo. Essa oposição, no entanto, pode ser matizada com duas observações. João Gualberto Teixeira de Carvalho financiou entre março de 1837 e dezembro de 1839 o jornal *O Parahybuna*, que trocava informações com *O Sete de Abril* e trazia na epígrafe uma frase de Vasconcelos – de resto, suas edições publicaram poemas satíricos contra Limpo de Abreu, inimigo figadal do líder regressista. Ademais, embora os signatários se alinhassem aos liberais em 1842, eles não hesitaram em chamar Vasconcelos de “sábio deputado” na petição pró-tráfico – sendo liberais (quantos o eram antes de 1842 é difícil determinar), por que é que não recorreram a um político liberal para pugnar pela reabertura do contrabando? A resposta é simples: como foi dito acima, os liberais não haviam definido uma agenda para o contrabando. Em contrapartida, a coesão política dos regressistas em torno do assunto permitira à Assembléia Provincial de Minas (onde Barbacena estava representada) o envio simultâneo de petições pró-tráfico e pró-reforma conservadora do judiciário.⁸³

www.institutocidadeviva.org.br/inventários/sistema/wp-content/uploads/2008/06/13_pocinho.pdf; sobre Joaquim José Pereira do Faro, vide Riva Gorenstein, “Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830).” In: Lenira Menezes Martinho & Riva Gorenstein. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Depto. Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993, pp. 151 e 160; João Pinheiro de Souza está mencionado em Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema*, pp. 58 e 79, n. 127.

⁸³ A respeito de João Gualberto Teixeira de Carvalho e sua adesão ao Regresso, vide Edna Maria Resende e Patrícia Ferreira Moreno, “Ecos do liberalismo: um estudo das idéias liberais através da imprensa (1837-1842)”, apresentado no Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes da IFES de MG, 2001, Ouro Preto, disponível em www.ichs.ufop.br/conifes/anais/mpc/mpc0702.htm; sobre as atividades negreiras de Armond, cf. Fábio W. A. Pinheiro, “Os condutores de almas africanas”, pp. 12, 16 *passim*.

Em todo o caso, com a representação de Barbacena se observa que, embora os líderes do Regresso tenham dado os termos do tratamento político do contrabando, isso não queria dizer que a prática social do crime (tanto dos negociantes como dos fazendeiros) fosse restrita aos asseclas do partido. Supô-lo implicaria uma confusão obliteradora das diferenças entre esfera social e esfera política, cada qual dotada de certa dose de autonomia. Desse modo, a prática socialmente disseminada do comércio ilegal não deve elidir um raciocínio a esta altura inescapável: o contrabando renasceu vigorosamente sob a demanda do Vale do Paraíba e de Minas Gerais, seguidos pela região de Campos dos Goytacazes, pelo interior de São Paulo e pelas províncias nordestinas (primeiro Bahia, depois Pernambuco); o grupo social ascendente dos proprietários do Vale e da Zona da Mata mineira adquiriu nítida preeminência econômica e política ao longo da década de 1830, momento de consolidação das fazendas abertas dez anos antes; esses novos proprietários articularam-se preferencialmente aos líderes do Regresso. Anos mais tarde, em 1858, o saquarema Paulino Soares, já visconde do Uruguai, identificaria aberta, pública e orgulhosamente o período do contrabando desenfreado com a supremacia de seu partido, que os próprios atores coevos delimitavam entre 1837 e 1850: “Em que época, Sr. Presidente, se fundaram esse grandes estabelecimentos de lavoura”, perguntou ele retoricamente, “formados ou reforçados com braços adquiridos desde 1837 até 1851, [isto é, por contrabando] que nestes últimos anos e ainda hoje fazem avultar os produtos de exportação com que pagamos a importação?”⁸⁴ A frase de Paulino pressupõe um jogo metonímico: o Império era o Vale; o Vale, o contrabando; e o contrabando, o Regresso.

Em estudo clássico, Alcir Lenharo afirmou que a base social do Regresso consistia nos “mesmos elementos alinhados ao governo imperial de D. Pedro I”, isto é, a alta burocracia e o comércio transatlântico. Essa convicção derivava da historiografia então disponível ao autor, segundo a qual os tropeiros vinculados ao abastecimento não possuíam capital suficiente para a montagem de grandes unidades produtoras de café e

⁸⁴ AS, 28 de maio de 1858, pp. 209-213; J. M. Pereira da Silva fez afirmação semelhante em seu relatório como Presidente de Província em 1857, conforme Waldick Pereira. *Cana, café e laranja*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1977, p.78. Desde a publicação de *Ação, Reação, Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil* (1855), de Justiniano José da Rocha, tornara-se lugar-comum associar os anos 1837-1850 ao Partido Conservador. Cf. Justiniano José da Rocha. *Ação, Reação, Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil*. In: Raimundo Magalhães Jr. (org.). *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Brasil: Cia. Editora Nacional, 1956, pp. 163-218. Confira discurso de Rocha no Parlamento que possivelmente serviu de base para a confecção do panfleto em ACD, 19 de maio de 1855, pp. 34 *passim*; deputados conservadores fiéis aos saquaremas assimilaram rapidamente a análise de Rocha, como Francisco de Paula Negreiros de *Sayão Lobato*, ACD, 02 de julho de 1855, pp. 9-15; e Raimundo *Ferreira de Araújo Lima*, ACD, 30 de maio de 1855, pp. 191-195.

para a importação maciça de africanos novos. No entanto, pesquisas posteriores têm indicado que a integração econômica no eixo Rio-Minas, mais que um processo de articulação de duas regiões, constituiu um processo de vultosa acumulação mercantil.⁸⁵ Assim, se a base social do Vale e da Zona da Mata mineira (isto é, do Regresso) compunha-se de descendentes dos burocratas e dos “negociantes de grossa aventura” do Primeiro Reinado (Brás Carneiro Leão, Pereira do Faro, Baependi), não é menos correto dizer que ela provinha também dos tropeiros (os Leite Ribeiro, os Monteiro de Barros, os Teixeira Leite etc.). Como escreveu nos anos vinte certo primo mineiro a Francisco José Teixeira Leite, de São João del-Rei e então radicado na Serra Acima, “está entrando muita gente plantando café, nas derrubadas grandes que houve este ano. Vieram muitos de nossas bandas e soube que o primo Antonio, apesar da idade, também está querendo conhecer vida nova”.⁸⁶ A locução “muitos de nossa banda” se refere à aluvião mineira que se espalhava sobre o Vale. De fato, quem remodelou o tráfico negreiro na forma de contrabando não foram exatamente os grandes traficantes estudados por Florentino e por Fragoso, mas, sobretudo, os *nouveaux riches* então investidos na qualidade de respeitáveis proprietários rurais. Reaberto em novas bases políticas, o contrabando também radicou em novas bases sociais. Se foi uma herança, também foi uma reinvenção.

Outros indícios sugerem que a demanda foi o fator isolado mais importante para o ressurgimento do contrabando no Brasil, e não mero efeito de uma oferta incontrolável bem consolidada. De fato, com o fim do trato legal, a reativação do contrabando dependeu de novos recursos humanos, meios de financiamento, bases geográficas e estratégias de navegação. Segundo o historiador Roquinaldo Ferreira, dos maiores contrabandistas atuantes após 1831, registrados pela polícia do Rio de Janeiro na década de 1850, apenas um (José Bernardino de Sá) consta da lista dos 292 traficantes do período anterior (1811-1830). O contraste dá bem a ver que, pelo menos no Rio de Janeiro, estava em jogo uma nova comunidade mercantil ou, na frase do informante secreto Joaquim de Paula Guedes Alcoforado, novos “aventureiros” que

⁸⁵ Vide Alcir Lenharo. *As tropas da moderação*, p. 70-71 e 129-130. Apesar dessa ressalva, deve-se reconhecer que Lenharo entreviu no contrabando proteção sistemática do Regresso, embora não o tenha sustentado empiricamente; sobre o mercado interno, cf. tb. João Luís Fragoso e Roberto Guedes Ferreira, “Tráfico de Escravos, Mercado e Fianças Dois Bancos de Dados (despachos de escravos, passaportes e licenças)”, LIPHS (Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social), UFRJ, 2001; e João Luís Fragoso. *Homens de grossa aventura*, pp. 127-249.

⁸⁶ Apud Affonso de E. Taunay. *História do café no Brasil*, vol. IV, t. II, pp. 355-356.

tentavam “fortunas quando não tinham capital”.⁸⁷ Em regra, para diminuir os riscos altos típicos das operações ilegais, essa comunidade atuava conforme dois padrões básicos, um dos quais é mencionado pelo delator e bem conhecido dos historiadores.

Casas comerciais estrangeiras (sobretudo, inglesas) podiam fornecer a negociantes radicados no Rio de Janeiro ou em Salvador artigos europeus ou norte-americanos empregáveis no tráfico, tais como têxteis, utensílios de ferro e pólvora, tudo a créditos generosamente dilatados. Após a aquisição dessas mercadorias, os negociantes atuavam como intermediadores, reunindo, à maneira de *joint ventures*, um grupo de pequenos investidores dispostos a comprá-las a juros mais elevados e a prazos mais estreitos, bem como a pagar o frete para despachá-las à África e para trazer de lá escravos novos. Após as vendas dos africanos aos fazendeiros, os dividendos eram proporcionalmente distribuídos entre os diversos co-participantes. A segunda possibilidade consistia em bolsões de investimento cujos credores iniciais eram os próprios fazendeiros, que forneciam bens nacionais permutáveis na África como aguardente, tabaco, açúcar e farinha de mandioca, envolvendo-se, assim, não apenas com a demanda no Brasil, senão também com os canais de acumulação mercantil que uniam os dois lados do Atlântico. Para fugir às patrulhas marinhas, os pontos de venda na África se concentraram na Baía de Benim ou se deslocaram para Ambriz, Loango e Cabinda (ao norte de Loanda) e para a costa moçambicana, enquanto o contrabando se tornava cada vez mais internacionalizado. Afora as linhas de crédito em casas européias e norte-americanas, a compra de barcos na Inglaterra ou nos Estados Unidos e o uso indiscriminado de bandeiras e documentos de países insuspeitos se tornaram procedimentos imprescindíveis. Nesse particular, os Estados Unidos tomaram a dianteira, chegando, provavelmente, a fornecer 50% das embarcações empregadas no transplante de africanos em 1850.⁸⁸

Entretanto, o contrabando também acusa heranças do trato legal. Equivalente ao comércio a longa distância do período anterior, a atividade criminosa era altamente

⁸⁷ Apud Roquinaldo Amaral Ferreira. *Dos sertões ao Atlântico*, p. 172.

⁸⁸ Ver Roquinaldo Amaral Ferreira. *Dos sertões ao Atlântico*, pp. 166-194; a respeito dos créditos estrangeiros e da formação de *joint ventures*, David Eltis. *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. Oxford: Oxford University Press, 1987, pp. 145-163; sobre a crescente participação de norte-americanos como credores de capital, construtores de barcos e fornecedores de documentos e bandeiras, Gerald Horne. *The Deepest South: The United States, Brazil, and the African Slave Trade*. New York University Press: New York, 2007; e Robert Conrad. *Tumbeiros: o tráfico de escravos*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 139-170; o envolvimento francês foi examinado por Lawrence Jennings, “French Policy towards Trading with Africans and Brazilians Slave Merchants, 1840-1853”. *The Journal of African History*, v. 17, n. 14 (1976), pp. 515-518; cf. tb. Luís Henrique Tavares Dias. *Comércio proibido de escravos*. São Paulo: Editora Ática/CNPq, 1988.

concentrada e em grande parte dirigida do Brasil: as quatro maiores firmas empresárias cariocas (Manuel Pinto da Fonseca, José Bernardino de Sá, Antônio Francisco Guimarães Pinheiro e Amaral & Bastos) responderam por 60 % das consignações entre 1838 e 1844 e por 67% nos anos seguintes. De 38 grandes traficantes registrados em 1850, a centralidade de portugueses e brasileiros era notória (19 e 12, respectivamente), seguidos de longe por gente de nacionalidade norte-americana, inglesa, francesa, espanhola e italiana. Assim, o sucesso da empresa dependia, fundamentalmente, da articulação costurada por meio de casas comerciais situadas no Brasil. Elas é que mantinham contato com agentes na região Congo-Angola, na Baía de Benim ou na costa moçambicana e com os fazendeiros no Império (financiadores de viagens e/ou compradores de escravos); da mesma forma, cabia a elas descontar e emitir letras de câmbio circulantes nas rotas Europa-Brasil-África-Brasil-Europa, Estados Unidos-Brasil-África-Brasil, Brasil-África-Brasil e outras possíveis.⁸⁹ Sem o concurso dessas casas comerciais, investidores porventura residentes na Europa ou nos Estados Unidos enfrentavam obstáculos quase insuperáveis para fechar as transações no litoral brasileiro. Pode-se dizer, pois, que as relações sociais e políticas que estabilizavam a base da demanda no Brasil foram fundamentais na composição das redes mercantis mais amplas que fechavam o circuito internacional do contrabando.

Regência, Regresso, hegemonia e escravidão

O período que se seguiu à Abdicação de Pedro I foi, na definição de Joaquim Nabuco, um ensaio republicano em plena monarquia.⁹⁰ A partir de 1831, os quadros políticos e jurídicos do Império se transformaram profundamente, dando lugar a uma nova concepção de Estado nacional. Logo após a Abdicação, tentou-se garantir o equilíbrio entre Executivo e Legislativo – problema que, já o vimos, inflamara o Parlamento nas discussões sobre o tráfico – com a troca do veto absoluto pelo suspensivo, com o impedimento de dissolução da câmara e com a interdição de novos acordos internacionais sem aval parlamentar. Em 1834, os antigos Conselhos de Província, que não eram representativos nem dispunham de autonomia para legislar,

⁸⁹ Vide Roquinaldo Amaral Ferreira. *Dos sertões ao Atlântico*, pp. 160-165.

⁹⁰ Joaquim Nabuco. *Um estadista do Império*: vol. I, pp. 18 e 42. A metáfora foi livremente citada por Oliveira Lima em *O Império brasileiro* (cf. *O movimento da Independência. O Império brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos, s.d., p. 379); a imagem inspirou também o famoso ensaio de Paulo Pereira de Castro. “A experiência ‘republicana’, 1831-1840”. In: Sérgio Buarque de Holanda (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico: dispersão e unidade*, t. II, v. 2. São Paulo: Difel, 1985, pp. 9-67.

foram substituídos por Assembléias Legislativas Provinciais, que passaram a gerir parcialmente recursos locais, a criar postos judiciários abaixo da Relação (espécie de Tribunal de 2ª instância) e a instituir cargos policiais em nível municipal. Por fim, uma radical reorganização do judiciário cedeu poderes extraordinários a magistrados não-togados. Tal como sugeriu Miriam Dolhnikoff, instaurou-se no país uma monarquia de tipo federal que duraria até 1889.⁹¹

A relação desse liberalismo com escravidão tem ocupado, em parte, a reflexão historiográfica. Miriam Dolhnikoff afirmou que a alta burocracia ilustrada dos anos vinte – Hipólito José da Costa, José Bonifácio, Antonio Carlos de Andrada, Montezuma etc. – reservava a um governo centralizado a missão de modernizar o Império brasileiro, o que não seria possível senão mediante reformas profundas, entre elas o fim da escravidão. Em contrapartida, grupos provinciais atrelados à produção movida por cativos e atuantes na descentralização do Estado após a Abdicação queriam evitar “quaisquer reformas nos fundamentos da sociedade escravista”.⁹² Assim, os liberais moderados e sua concepção de Estado poderiam ser ligados sem sombra de dúvida à proteção da sociedade escravista. Mais especificamente, Luiz Felipe de Alencastro argumentou que a própria descentralização judiciária assentou a justiça na esfera de influência social dos negreiros, de modo que processos de navios presos pela marinha imperial fossem sistematicamente arquivados pelo júri de denúncia. Para o autor, até mesmo a lei de 7 de novembro de 1831 foi um dos motivos que fez o trato ascender “a suas mais altas médias históricas”.⁹³ Embora ele não o explicita, sua argumentação dá a entender que a lei trouxe o julgamento de presas para a alçada de tribunais brasileiros; e que, complementarmente, esses tribunais foram entregues nas mãos dos negreiros. Logo, toda a década de 1830 foi, por extensão, pró-escravista.

Há, no entanto, historiadores que sugerem exatamente o contrário. Leslie Bethell e Beatriz Mamigonian escreveram que a Regência desejou fulminar o tráfico negreiro e, apenas por ser governo fraco, acedeu a poderosos grupos econômicos do Império. Apenas à medida que se consolidou, continua a hipótese, o Estado brasileiro pôs termo ao infame comércio.⁹⁴ Na mesma perspectiva, José Murilo de Carvalho afirmou em *A construção da ordem* que a “solução monárquica, a manutenção da unidade da ex-

⁹¹ Cf. Miriam Dolhnikoff. *O pacto imperial*, pp. 11-22.

⁹² Miriam Dolhnikoff. *O pacto imperial*, pp. 27 e 35.

⁹³ Luís Felipe de Alencastro. *Le commerce des vivants*, v. 2, pp. 471 e 484.

⁹⁴ Cf. Leslie Bethell. *A abolição do tráfico de escravos*, p. 84; Beatriz Mamigonian. *To be a liberated African*, p. 70.

colônia e a construção de um governo civil estável” formavam o núcleo da homogeneidade ideológica de todos os estadistas brasileiros. No afã de refutar interpretações marxistas, que reputavam o Estado lócus dos latifundiários, e de salientar a autonomia dos magistrados em face de interesses agro-exportadores, Carvalho negou à escravidão papel fundamental na estabilidade do sistema imperial, ignorou sua defesa na formação do Partido Conservador e chegou a afirmar que importantes chefes saquaremas desejavam reformas sociais à revelia da economia escravista.⁹⁵ Apenas em *Teatro de sombras*, quando analisou a elite política imperial em movimento diante de questões vitais do Estado, Murilo voltou a considerar a escravidão pilar do Império, concluindo que a lei do Ventre Livre (1871) contribuiu para a “perda de legitimidade do regime imperial”.⁹⁶ Finalmente, Paula Beiguelman, embora entendesse as divergências entre regressistas e liberais como resultado mais da disputa por poder que de questões doutrinárias, diz que apenas com o Regresso “a escravidão pass[ou] a ser valorizada positivamente no plano político”.⁹⁷

De fato, a escravidão foi assunto central não apenas no crepúsculo do Império, mas também na sua alvorada, durante a formação do futuro Partido Conservador. O primeiro passo para entendê-lo consiste na qualificação em duas fases da dinâmica do tráfico negreiro ilegal. Na primeira, entre 1831 e 1834, entraram no Brasil cerca de 40 mil escravos – o equivalente a 6% do total contrabandeado de 1831 a 1850. A virada começou a armar-se em 1835, quando, só naquele ano, aportaram ilegalmente no Império cerca de 35 mil. No lustro seguinte, a escalada é assustadora: de 1836 a 1839, foram transplantados 270 mil africanos. Em comparação com a quadra 1831-1834, o lapso 1836-1839 representa aumento espetacular da intensidade do tráfico em 540%. O volume multitudinário se manteria na década, perfazendo até 1850 o escandaloso total de quase 740 mil pessoas sacrificadas à revelia de doutrinas filantrópicas, de tratados internacionais e de leis ou medidas nacionais.⁹⁸ Ainda na legislatura 1834-1837, medidas que buscavam coibir o tráfico clandestino co-existiram em três esferas – na diplomacia, no Executivo e no Legislativo. Depois, vozes antiescravistas foram paulatinamente afastadas; acordos com a Inglaterra, peremptoriamente recusados; e relatórios ministeriais, simplesmente silenciados. Dessa forma, pode-se falar na *fase do*

⁹⁵ Cf. José M. de Carvalho. *A construção da ordem. Teatro de sombras*, respectivamente pp. 42, 132, 133, 204, 222;

⁹⁶ J. M. de Carvalho. *A construção da ordem. Teatro de sombras*, p. 233.

⁹⁷ Ver Paula Beiguelman. *Formação política do Brasil*. 1ª ed., 1967. São Paulo: Pioneira, 1976, pp. 54-59 (do capítulo “Sistemática e dinâmica da organização política imperial”).

⁹⁸ Cf. dados em www.slavevoyages.org.

contrabando residual (1831-1834/5), quando atividades do comércio não contaram com apoio explícito ou coeso de parlamentares e o discurso a respeito do tráfico o repelia fortemente na esfera pública; e a *fase do contrabando sistêmico* (1835/6-1850), quando o tráfico atingiu níveis de inédita intensidade e repousou em estadistas e parlamentares engajados na sua preservação.

Ignorar as distinções entre as duas fases é menosprezar as contingências históricas no mercado internacional, crer que o Estado brasileiro não abrigou pontos de vista diferentes a respeito da supressão do contrabando e esquecer que a cúpula regressista tinha um coerente plano político de revisão do início do período regencial. Contudo, a primeira dessas fases tem sido menoscabada na historiografia por causa da segunda e, por isso, entendida teleologicamente como encenação pirotécnica e cínica do Estado ou simples período de recuo do mercado. Deixando de lado o declínio do contrabando no início dos anos trinta, Robert Conrad escreveu que o resultado dos acordos contra o tráfico “não foi uma redução ou limitação do tráfico de escravos, mas sim um súbito surto no seu volume”.⁹⁹ Para se furtar ao fato de que o número de importações ilegais de africanos despencou após 1831, Luiz Felipe de Alencastro dispôs as “mais altas médias históricas” do contrabando de dez em dez anos, embutindo-se a cifra realmente elevada do fim dos anos 1830 no resultado geral da década, o que camufla os dados inexpressivos até 1834. A resposta mais freqüente, contudo, tem sido a da oferta excessiva de africanos: entre 1826 e 1830, teriam entrado cerca de 250 mil cativos no país, saturando-se o mercado negreiro. Esse argumento tem certa força explicativa, mas se enfraquece em face da plena expansão territorial da cafeicultura, cuja demanda por mão-de-obra era radicalmente intensa, como de fato o foi até o início do século XX.¹⁰⁰

Um instrumento interpretativo que permite unir a centralidade do criminoso comércio no eixo Rio-Vale-Minas, sua reabertura sob a forma de contrabando em nível sistêmico a despeito de outras províncias não interessadas nele e a ascensão do Regresso é o conceito de hegemonia, proposto na obra de Gramsci. Como lembra Giuseppe Cospito, o pensador italiano empregava termos comuns (como hegemonia) atribuindo-lhes significados diferentes ao longo da obra, às vezes próximos do uso cotidiano,

⁹⁹ Cf. Robert Conrad. *Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1850-1888*. 1ª.ed., 1972. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 31.

¹⁰⁰ Cf. arranjo de dez em dez anos dos dados do contrabando em Luiz Felipe de Alencastro. *Le commerce des vivants*, pp. 471-2; vide tese da saturação em Leslie Bethell. *A abolição do tráfico de escravos*, p. 80; J. M. de Carvalho. *A construção da ordem. Teatro de sombras*, p. 294; e L. F. de Alencastro, *op. cit.*, p. 484.

outras da tradição filosófica ocidental, para não mencionar os casos em que se afastavam de ambos. Daí a observação de Guido Liguori de que os textos de Gramsci deverão ser sempre submetidos a novas interpretações, pois seu caráter de obra aberta os torna semanticamente inexauríveis. Em linha semelhante, E. P. Thompson argumentou que conceitos como hegemonia só adquirem contornos definidos em contato com determinado problema que eles ajudem a explicar. São, portanto, antes um ponto de partida que de chegada; devem ser usados mais como expectativas que como regras. Por causa dessa elasticidade é que historiadores anglo-saxões como Stephen Gill e Robert Cox o têm aplicado também ao sistema econômico-político internacionalizado da era global, embora Gramsci jamais tivesse deixado à parte o papel do Estado-nação.¹⁰¹

Para o estudo do Brasil imperial, o mais consagrado uso do conceito foi proposto por Ilmar Rohloff de Mattos, em *O tempo saquarema*. O historiador enunciou ali que os conservadores (isto é, o Regresso e o Partido Conservador, no futuro) dirigiram incontestavelmente o Estado brasileiro de 1837 até o decênio de 1860, entendendo por “dirigir” não exatamente o controle do Executivo, senão o consenso por eles instilado em torno da ordem (contra a liberdade), do poder da Coroa (em desfavor do Parlamento), do princípio monárquico (em prejuízo do democrático) e da defesa da escravidão. O quadro analítico de Mattos apresenta traços que os leitores de Gramsci partilham consensualmente. Entre eles, está a afirmação de que a hegemonia se constrói tanto por consenso e divulgação de valores, bem como por meio do que Gramsci chama de Estado expandido, em que a sociedade civil constitui elemento essencial para a conformação e execução dos monopólios estatais. Mattos também parece ter acertado ao convalidar o conceito de hegemonia para grupos sociais (isto é, frações de classe), e não somente para classes inteiras, como já o sugerira Gramsci, no que, por sinal, foi seguido por Valentino Gerratana e, posteriormente, por Robert Cox. Mas, em que pesem todas

¹⁰¹ Giuseppe Cospito, “Egemonia”. In: F. Frosino & G. Liguori (orgs.). *Le parole di Gramsci: per un lessico dei Quaderni del carcere*. Roma: Carocci, 2004, pp. 74-92; Guido Liguori. *Roteiros para Gramsci*. 1ª ed. em italiano, 2006. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, p. 222; E. P. Thompson. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, pp. 56-57; vide tb. Robert Cox, “Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método”. In: Stephen Gill (org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, pp. 101-123; e uma aplicação do conceito de hegemonia às relações internacionais do século XV ao XX em Giovanni Arrighi. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: Unesp, 1996, sobretudo pp. 27-85; Gramsci também fala em hegemonia como fruto da atuação de um grupo ou fração de classe desejoso de assumir o controle no interior do agrupamento dirigente. Ver “Cadernos miscelâneos” (Caderno VII, parágrafo 24). In: Antonio Gramsci. *Cadernos do cárcere*. Org. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, vol. I, pp. 238-240.

essas asserções positivas, talvez seja possível aceitar a explicação de Mattos apenas parcialmente, e isso em termos tanto cronológicos como conceituais.¹⁰²

A discussão sobre a periodização ficará reservada para o capítulo quarto deste trabalho. Conceitualmente, por ora, pode-se questionar se o princípio monárquico apontado pelo historiador realmente diferenciava regressistas de liberais; afinal, o princípio democrático parece menos um programa liberal que uma atribuição ideológica posterior, lançada capciosamente em 1855 pelo saquarema Justiniano José da Rocha. Feitos os reparos, talvez seja adequado falar em hegemonia saquarema restringido-se às duas pautas centrais do grupo, a centralização do judiciário (metaforizado nas palavras “ordem” e “poder da Coroa”) e a reabertura do contrabando em nível sistêmico, a qual acabou por sobrepor-se a uma cópia de projetos que contemplavam desde o fim do comércio até a emancipação gradual da escravidão. Gramsci escreveu que a hegemonia é obtida mediante a “orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social”, isto é, um “consenso que nasce historicamente do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção”. Além disso, o exercício da hegemonia depende da presença de políticos nos “aparelho de coerção estatal”.¹⁰³ Ora, se o tráfico na forma de contrabando era interesse de um grupo social restrito (uma fração da classe senhorial); se sua realização trazia enormes custos morais e políticos aos não-envolvidos; se, a despeito disso, ele foi defendido como pauta universalmente benéfica para o Brasil e assim foi aceito; e se, para existir, recebeu a proteção inequívoca dos regressistas, que o acobertaram com sua presença no Estado (e não necessariamente no Executivo); então parece correto dizer que o contrabando é um poderoso índice da hegemonia que um grupo social prestigioso (*grosso modo*, os fazendeiros fluminenses e do Vale expandido) e um grupo político (o Regresso) exerceram sobre os congêneres até 1850. Como alegaram os postulantes de Valença, o contrabando era a “nossa felicidade”. Isto é, a felicidade deles, arditamente elevada a sinônimo de felicidade nacional.

¹⁰² Vide Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema*, pp. 142-204.

¹⁰³ Ver Antonio Gramsci, “Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais” (Caderno XII, parágrafo 01). In: *Cadernos do cárcere*, vol. 2, pp. 20-22.

A Regência, iniciada com a incriminação de traficantes e de senhores de escravos ilegais, terminou com a condenação moral dos que os delatassem a serviço da lei – como ironizou o regressista Carneiro da Cunha, tais denunciante permaneciam injustamente impunes: “bem sabemos do adágio antigo que ladrão [denunciante] que furta a ladrão [fazendeiro] tem 100 anos de perdão”.¹⁰⁴ A Regência começou também com a advertência de que novos plantéis africanos constituiriam propriedade ilegal, portanto, perigosa e precária; terminou com fazendeiros e políticos pedindo ao Estado que, então, a tornasse legal, pacífica e absoluta. Tais inversões mostram que a mera existência de um lugar-comum (africano contrabandeado = perigo social) pode remeter tanto à rejeição do cativo (petições baianas após os malês) como a interesses escravistas (petições do Vale); daí a necessária atenção ao emprego particular de idéias gerais, à ocorrência específica dos lugares-comuns. Coletar *topoi* como “receios” e “medos” de escravos ou de africanos livres e ligá-los ao enfraquecimento da escravidão é, definitivamente, um esforço heurístico incompleto.¹⁰⁵

A política imperial também é mais complexa que a mera oposição conservador-liberal, uma vez que é também constituída de articulações *ad hoc*, alianças regionais e cruas disputas de poder. Por outro lado, ela é igualmente mais complexa que a pura lógica das bancadas provinciais, que precisam de prepostos no centro do sistema, de onde emanam nomeações para cargos em nível local. No Parlamento, membros de bancada provincial aceitavam às vezes propostas do partido a que pertenciam; não raro, porém, as refutavam em público. Nesse ambiente, a proteção do contrabando estreitou os laços de algumas bancadas regionais (Rio de Janeiro e Minas Gerais, mas também a Bahia) com o Partido do Regresso, radicado no centro diretor do Estado-nação, a despeito do destino de outras províncias. José Murilo de Carvalho já afirmou que a centralização da justiça só passou no Parlamento porque foi amparada pelo espírito de corporativismo dos magistrados. É preciso completar a hipótese: tampouco haveria reforma, se os saquaremas não afixassem à sociedade que a nova justiça daquele Estado jamais atentaria contra sua propriedade ilícita, fruto de pirataria, nascida do roubo mesmo. No Rio de Janeiro, a aliança do Regresso com setores sociais foi tão manifesta, que mesmo as conhecidas “eleições do cacete”, sob controle ferrenho do ministério liberal da Maioridade, resultaram na escolha de seis saquaremas, contra

¹⁰⁴ ACD, 21 de agosto de 1840, pp. 670-671.

¹⁰⁵ A respeito da análise de lugares-comuns, cf. Quentin Skinner; James Tully (eds). *Meaning and Context. Quentin Skinner and his Critics*. Cambridge: Polity Press, 1988, pp. 29-67.

apenas quatro oponentes.¹⁰⁶ Após a queda do gabinete, Martim Francisco escreveu a Rebouças em tom sardônico: “venceu o partido português e africanista: Deus queira que seja para a felicidade do Brasil”. A segunda oração é incerta. A primeira não podia ser mais precisa.¹⁰⁷

Articulações pró-escravistas não tiveram efeito apenas na política. Como constatou o liberal pernambucano Henriques de Rezende em 1837, “no norte, na sua província, era raríssima esta importação; mas, desde que apareceu a indicação para derrogar a lei de 1831, houve quem fizesse espalhar que a lei estava abolida, e a importação de africanos já não causava admiração.”¹⁰⁸ A análise do deputado procede: quando políticos brasileiros sustentaram particulares obsedados pela derrogação da lei de 1831, ninguém teve receio de comprar por escravos homens livres por lei, na esperança de que, cedo ou tarde, as escravarias pirateadas se tornassem legais. Maquinações pró-escravistas deixaram a “ilegalidade em suspensão” e abriram enorme campo para a especulação de traficantes e de fazendeiros – acaso os africanos requeressem seus direitos, os proprietários seriam assegurados pelo Estado imperial, os homens livres, escravizados *de facto*, seriam re-escravizados *de iure*. Com efeito, se a lei de 1831 não foi mera iniciativa “para inglês ver”, as tentativas de sua revogação foram feitas para os brasileiros ver – ver e aproveitar.

¹⁰⁶ Cf. Thomas Flory, *Judge and Jury in Imperial Brazil*, pp. 169-170.

¹⁰⁷ Carta de Martim Francisco Ribeiro de Andrada e Silva, 06.04.1841. Seção de manuscritos, Biblioteca Nacional, doc. I-3, 24, 39, apud Keila Grinberg, *O fiador dos brasileiros*, pp. 175 e 190.

¹⁰⁸ ACD, 2 de setembro de 1837, p. 453.

III. um brasil todo africano:
hegemonia saquarema e contrabando
negreiro no segundo reinado

O Império do Brasil iniciou a década de 1840 por um golpe de Estado e quase a terminou em uma guerra internacional. À primeira vista, a declaração em 1840 da maioria de D. Pedro II (1840-1889), não guarda relação com a violenta incursão de cruzadores da *Royal Navy* em águas territoriais brasileiras, dez anos depois. Entretanto, os dois eventos podem ser vistos como reações diretas à agenda política que o partido do Regresso ensaiava executar fielmente desde, pelo menos, 1836. A centralização da polícia e do judiciário, bem como a reabertura em nível sistêmico do tráfico negreiro transatlântico, eram pautas profundamente ambiciosas que redefiniam o mapa institucional do Brasil e o quadro comercial do Atlântico Sul.

Aliados pela ascensão saquarema, os liberais procederam ao “Golpe da Maioridade” para interromper a conclusão do programa conservador no judiciário – a reforma do Código Criminal e do Código de Processo Criminal. Entre eles se nota o número, embora pequeno não desprezível, daqueles que repudiaram o contrabando transatlântico, tanto por seus efeitos políticos em favor dos saquaremas, quanto pelo impacto social na composição demográfica do país. Parece acertado dizer que, se a supressão do comércio negreiro contribuiu, periféricamente, para a abdicação de D. Pedro I, a defesa de sua reabertura constituiu um dos fatores que suscitaram a coroação, em 1840, de seu filho primogênito como D. Pedro II. Em *A Galeria dos brasileiros ilustres* (1859,1861), os biógrafos dos liberais Alves Branco e Candido Baptista de Oliveira mencionaram expressamente a existência de um “partido negreiro”, o núcleo do futuro partido conservador, que os acossou por terem se oposto ao contrabando. A mesma percepção já corria na própria época. Em edição de 1843, o jornal liberal *O Paiz: Liberdade ou Morte!* denunciava que “não era possível sustentar-se por mais tempo o patriótico gabinete de julho [da Maioridade], porque este gabinete perseguia o tráfico de carne humana”. Como lastimara Martim Francisco de Andrada na já mencionada carta de 1841, a vitória regressista foi a vitória do “partido português e africanista”.¹

A Grã-Bretanha, por sua vez, não assistiu impassível à intensificação planejada do comércio clandestino. Os dois xerifes do *Foreign Office* – o *whig* Palmerston (1835-

¹ Cf., respectivamente, Sisson. *A galeria dos brasileiros ilustres (os contemporâneos)*. São Paulo: Martins Editora, 1948, vol. I, pp. 83-88, 119-121; *O Paiz: Liberdade ou Morte!*, 23.02.1843, apud Roquinaldo Amaral Ferreira. *Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, 1996, p. 156; carta de Martim Francisco Ribeiro de Andrada e Silva, de 06.04.1841. Seção de manuscritos, Biblioteca nacional, doc. I-3, 24, 39, apud Keila Grinberg. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 175 e 190.

1841, 1846-1851) e o *tory* Aberdeen (1841-1846) – fizeram de tudo para obstar à revogação da lei de 1831 e dirimir o contrabando por meios diplomáticos ou belicosos. Nos anos quarenta, o problema ganhou um complicador: o acordo comercial anglo-brasileiro (1826) tinha previsão para acabar em 1842 (efetivamente, a Inglaterra o prorrogou para 1844), enquanto o tratado antitráfico entre os dois países (também de 1826) devia expirar em 1845. A metade da década foi, assim, um período de profunda revisão da capacidade brasileira de calibrar suas arrecadações: de um lado, era o fim da convenção que congelara as tarifas de importação; de outro, vinha a termo o tratado que tivera efeitos em cascata – fim do tráfico, perigo de suposta estagnação da produção agrícola e subsequente diminuição das receitas geradas pela exportação. Durante as renegociações, invariavelmente tensas, estadistas brasileiros procuraram agir, no plano da prática e da ideologia, em benefício da escravidão e do transplante de mais africanos para o país.

Lutando ao mesmo tempo em duas frentes, os saquaremas enfrentaram censuras antiescravistas de políticos liberais e crescentes agressões britânicas sob ordens do *Foreign Office*. Menos coeso, o adversário interno aquiesceu publicamente à defesa do contrabando, mas a Inglaterra não deu quartel até o *ultimatum* de 1850. Nesse complexo jogo de forças, a historiografia introduziu nos últimos anos uma variável importante – a luta de escravos contra seus senhores, sobretudo o caso da “Conspiração de 1848”, no Vale do Paraíba. A seguir, esses tópicos serão revisitados à luz de três episódios fundamentais do início do Segundo Reinado: o projeto de lei de terras (1842-1850), o *bill Aberdeen* (1845) e o fim do secular comércio negreiro transatlântico (1848-1850). Alguns documentos até agora desconsiderados pela historiografia podem lançar nova luz sobre cada um desses pontos. Antes, porém, é preciso descrever a conjuntura de franca escalada pró-escravista da década de 1840.

Hegemonia saquarema: é proibido criticar

Em 1839, pouco após o Parlamento britânico suprimir a fase de aprendizado no Caribe, duas agremiações inglesas foram criadas para erradicar o tráfico negreiro no Atlântico: a *Society for the Extinction of the Slave Trade and for the Civilization of Africa*, fundada por Thomas Fowell Buxton, e a *British and Foreign Antislavery Society*, de Joseph Sturge. O método de uma consistia na introdução do cristianismo e do comércio lícito no continente negro; o da outra, no banimento do cativo na América. Em poucos meses, os abolicionistas reuniram esforços na organização da

World Antislavery Convention, em Londres, onde apareceram militantes de outras nações, nomeadamente França e Estados Unidos.² A internacionalização do movimento impactou diretamente a orientação diplomática da Grã-Bretanha, que negociou uma série de tratados com nações americanas extinguindo o comércio negreiro em 1839: Chile (19 de janeiro), Venezuela (1º de março), Uruguai (13 de junho), Argentina (24 de maio) e Haiti (23 de dezembro). Ainda aceitaram obrigações semelhantes o México e o Texas, respectivamente em 24 de fevereiro e 16 de novembro de 1841. No mesmo ano, a França, a Áustria, a Prússia e a Rússia assinaram, sob a batuta inglesa, a “convenção das cinco nações”, que qualificou o tráfico transatlântico como pirataria.³

A reorientação do *Foreign Office* teve desdobramentos significativos para o universo lusófono. Sem o consentimento de Portugal, o Parlamento britânico aprovou o *bill Palmerston* (1839), que submeteu todos os navios suspeitos portugueses ou sem nacionalidade a tribunais do Almirantado britânico; sem o consentimento do Brasil, a secretaria das relações estrangeiras reinterpreto o convênio de 1826, autorizando o aprisionamento de barcos brasileiros apenas equipados para o tráfico e seu julgamento nas comissões mistas do Rio de Janeiro ou de Serra Leoa – assim, a Inglaterra *forçou* a vigência dos Artigos Adicionais de 1835 ou do artigo quarto do projeto de Barbacena, que deputados imperiais tinham se esmerado em recusar.⁴

Os efeitos foram imediatos: entre 1831 e 1838, patrulheiros britânicos capturaram só um tumbeiro com o pavilhão imperial na costa da África, ao passo que, do final de 1839 ao final de 1840, detiveram 14 embarcações. Até 1842, armadores traficantes perderiam mais de 150 navios nos dois lados do Atlântico, de forma que o número de cativos trazidos para o Brasil despencou de 55 mil, em 1839, para 25 mil três anos depois. Ao lado das canhoneiras, pressões diplomáticas também redobram a carga nos anos quarenta. Quando o início do Segundo Reinado implicou a invalidação automática da lei da Regência (14 de julho de 1831), que proibia novas convenções

² Cf. Howard Temperley. *British Antislavery, 1833-1870*. London: Longman, 1972, pp. 168-193; Seymour Drescher. *The Mighty Experiment: Free Labor versus Slavery in British Emancipation*. New York: Oxford University Press, 2002, pp. 144-157.

³ Cf. tratados antitráfico em Antonio Pereira Pinto. *Apontamentos para o direito internacional ou collecção completa dos tratados celebrados pelo Brazil com diferentes nações estrangeiras, acompanhada de uma notícia histórica e documentada sobre as Convenções mais importantes*. Rio de Janeiro: F. L. Pinto & Cia. Livreiros Editores, 1864, pp. 441-442; sobre o internacionalismo abolicionista britânico após 1839, cf. Howard Temperley. *British antislavery*, pp. 184-220.

⁴ Para o caso português, cf. João Pedro Marques. *Os sons do silêncio: o Portugal do Oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Imprensa de Ciências Sociais, 1999, 192-265; sobre a reinterpretação do tratado de 1826, Leslie Bethell. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. 1ª ed., 1970; trad. port. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura/Edusp, 1976, 166-190. Bethell afirmou que a reinterpretação do tratado partiu dos prepostos britânicos no Brasil e apenas foi aprovado por Aberdeen, em 1845, cf. p. 176.

internacionais sem o *placet* parlamentar, o embaixador britânico no Brasil, William G. Ouseley, propôs imediatamente ao governo a ratificação dos Artigos Adicionais de 1835. Nos anos seguintes, o problema do contrabando se agravou com a renovação do tratado comercial. Sob *lobby* das Índias Ocidentais, lord Aberdeen seguiu o conselho do presidente da Câmara de Comércio inglesa: “Se tivermos de fazer uma concessão em favor do açúcar e do café brasileiro”, disse lord Ripon, “deverá ser em troca de uma regulamentação realmente eficiente, da parte deles, [pelo fim] do tráfico de escravos e até mesmo da escravidão”. Em fins de 1842, aportou ao Brasil Henry Ellis, irmão de lord Ripon, para falar de taxas preferenciais aos gêneros brasileiros em troca da emancipação escrava no país.⁵

Assim como é preciso pôr o contrabando negreiro em perspectiva histórica, também é necessário reconhecer a nova fase da pressão diplomática e militar britânica sobre o tráfico e, no limite, até mesmo sobre o sistema escravista americano. A ação britânica, porém, despertou reações no Brasil. Ao longo dos anos quarenta, a tolerância a censuras do cativo ou do tráfico transatlântico sofreu considerável redução, expressa umas vezes em discursos parlamentares, outras na imprensa, ora em publicação de livros, ora na seleção de altos funcionários públicos, como juízes e ministros. Leslie Bethell escreveu que brasileiros de todas as tendências reconheceram então a necessidade do trabalho escravo, mas talvez não “estivessem prontos a desafiar o mundo esclarecido defendendo abertamente o sistema escravista”.⁶ Na nova conjuntura do sistema escravista atlântico, porém, a defesa do cativo em bases positivas também apareceu na opinião pública brasileira.

A escalada da tensão foi tão notável, que permeou até relações diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos. Em 1843, a segunda *World Anti-Slavery Convention* preconizou que a próxima tarefa do governo britânico consistia em apoiar a independência do Texas e abater suas dívidas como meio de garantir a emancipação escrava. Por ter conquistado as simpatias de lord Aberdeen, ministro dos negócios estrangeiros da Inglaterra, a questão deu margem a que o Secretário de Estado dos EUA, John C. Calhoun, natural da Carolina do Sul, escrevesse uma série de cartas diplomáticas contra aquele abolicionismo internacionalista. Em relação ao Brasil, Calhoun enviou a seu embaixador no Rio de Janeiro longa missiva em busca da

⁵ Ver lei da regência em A. P. Pinto. *Apontamentos para o direito internacional*, pp. 352 *passim*, 453-454; sobre número de africanos, cf. www.slavevoyages.org; a citação de Lord Ripon se encontra em Leslie Bethell. *A abolição do tráfico de escravos*, p. 220.

⁶ Cf. Leslie Bethell. *A abolição do tráfico de escravos*, p. 224.

solidariedade entre os dois países, a ser cimentada em torno da escravidão. “Nossa política é *não interferir em questões internas* de outras nações e não permitir também que outras nações o façam conosco”, escreveu Calhoun. “*É do mais profundo interesse para o Brasil adotar essa mesma fórmula política*, especialmente quanto às importantes relações entre as raças européias e africanas, situação existente no Brasil bem como na porção meridional de nossa União. [...] A política da Grã-Bretanha é, reconhecidamente, *destruir estas relações nos dois países e no mundo inteiro*. Se ela for consumada, não só destruirá a paz e a prosperidade, como ainda resultará na *transferência da produção de café, arroz, algodão, tabaco e açúcar dos Estados Unidos e do Brasil* para as possessões inglesas [...] Destruir a escravidão, em qualquer das duas nações, *facilitaria* a destruição (da mesma instituição) na outra”.⁷

A carta de Calhoun fornece um bom ponto de partida. Se o alentado abolicionismo britânico dos anos quarenta chegou a irmanar uma república protestante e uma monarquia católica em torno do cativo, que não dizer de seus efeitos na dinâmica da política imperial brasileira? José Murilo de Carvalho afirmou que liberais passaram a acobertar atividades negreiras por receio de submissão à pressão externa, “habilmente explorado por traficantes”. Na realidade, esse receio foi também explorado por estadistas em diferentes áreas do Atlântico. Por ora, cumpre acompanhar o fenômeno no Brasil.⁸

Após o apoio do Regresso ao contrabando e a guinada abolicionista no Império britânico, o espaço nos jornais brasileiros se modificou sensivelmente. Lopes Gama, ministro dos estrangeiros no início de 1840, nomeado após desinteligências entre Vasconcelos e Araújo Lima, não pertencia ao grupo saquarema e criticava abertamente a reabertura do contrabando. Na Câmara, lamentou que os periódicos “como que se têm obrigado a não supor nunca que os interessados [no contrabando] têm falta de direito”. Acrescentou que “todos receiam defender a causa contrária [ao tráfico], e é opinião geral que esta é uma necessidade pública; o jornal que quer fazer a sua fortuna não admite artigos contrários a esta opinião.” Por fim, desfiou uma acusação que revela bem a alteração nos elementos da esfera pública necessários para a reabertura exitosa do

⁷ “Instructions to U. S. Ministers”, series IV, J. C. Calhoun a Henry Wise, 20 de maio de 1844 apud Antonia F. P. de Almeida Wright. *Desafio americano à preponderância britânica no Brasil, 1808-1850*. 1ª ed., 1972. São Paulo: Cia. Editora Nacional/Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978, pp. 239-241; sobre o impacto da questão do Texas na redação das cartas de Calhoun, cf. S. Drescher. *The Mighty Experiment*, pp. 170 *passim*.

⁸ Cf. José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 1ª ed., respectivamente, 1980 e 1988. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 296.

contrabando negreiro: “Um escrito se quis imprimir nesta Corte estabelecendo a opinião pública sobre o tráfico de africanos, e consta-me que dois jornais não o quiseram inserir nas suas colunas.”⁹

Uma semana depois da Maioridade, deputados do Regresso intimidaram explicitamente ministros liberais no problema do tráfico negreiro. Em *Memórias do meu tempo* (1896), o ex-deputado conservador e ex-conselheiro da Coroa João Manuel Pereira da Silva repertoriou as diversas interpelações que Antonio Carlos de Andrada, partícipe do golpe da Maioridade e então ministro do Império, sofreu na Câmara em 30 de julho de 1840. Ao todo, as questões se cifravam em saber qual a posição do gabinete sobre a reforma do código do processo criminal, sobre a interpretação do Ato Adicional, sobre a condução da guerra contra os Farroupilhas e até sobre a revogação de uma lei de 1831 que cominava penas a desordeiros e anarquistas. Só que o nobre e experiente estadista, preocupado que estava na década de 1890 em expurgar a memória de seu credo político, padeceu o pio esquecimento de citar as indagações dos partidistas do Regresso sobre a conduta do Executivo na revogação de uma outra lei de 1831, a de 7 de novembro: “eu me recordo que o nobre ministro”, disparou contra Antonio Carlos de Andrada um deputado por São Paulo então alinhado ao Regresso, “como deputado da assembléia provincial de S. Paulo e mesmo na assembléia geral, pronunciou-se contra a revogação dessa lei; e como eu julgo que tal revogação é urgentíssima”, completou ele, “rogo ao nobre ministro que francamente diga se persiste na sua opinião e se nesta conformidade pensa o gabinete, a fim de que à vista dos esclarecimentos eu saiba como hei de dirigir o meu voto”. Na pasta dos estrangeiros, Aureliano também passou pela mesma sabatina, e tanto ele como Antonio Carlos foram obrigados a dizer que não se pronunciariam porque o gabinete não tinha pensamento uniforme sobre o diploma de 7 de novembro de 1831.¹⁰

Ainda naquela sessão, foram proferidas tímidas falas antifilantrópicas que apontavam contradições na ideologia imperial britânica, sem contar outras seis representações das Assembléias Provinciais de Minas Gerais e de São Paulo e das câmaras municipais da Vila do Presídio e de Areias bombardeando a proibição nacional do tráfico. No ano seguinte, Carneiro da Cunha, o “caçanje”, apresentaria projeto

⁹ ACD, 30 de abril de 1840, p. 193.

¹⁰ Cf. ACD, 29 de julho de 1840, pp. 398-400; ACD, 31 de julho de 1840, p. 436. Cf. tb. J. M. Pereira da Silva. *Memórias do meu tempo*. Rio de Janeiro: Garnier, 1896, 2 vols., v. I, pp. 21 *passim*.

sucinto para revogar a lei de 1831.¹¹ Dissolvida a Casa temporária em 1842, o deputado saquarema J. M. Pereira da Silva aproveitou o tempo vago para traduzir do francês a *Historia criminal do governo inglez, desde as primeiras matanças dos irlandezes até o envenenamento dos Chinas*, a que acrescentou 200 páginas de cunho próprio sobre a *história de muitos fatos modernos tanto no Brasil como em Portugal*.¹² Embora ignorada pela historiografia, a obra informou a fundo parlamentares da legislatura de 1843, unanimemente conservadora. De resto, sua edição ilustra bem como a escravidão e o tráfico condicionavam a recepção de discursos europeus em geral, sobretudo daqueles contrários à ascensão do Império Britânico.

Logo à entrada do primeiro volume, vê-se uma gravura desdobrável intitulada “A questão do ópio”, com um inglês barbado e arrogante, à frente de um exército com armas em riste, obrigando o Imperador celestial a consumir a droga, encaixotada ao lado de um cadáver chinês. As centenas de páginas seguintes traziam notícias que enfraqueciam a principal arma retórica da diplomacia abolicionista britânica: a filantropia. No segundo volume, J. M. Pereira da Silva historiou uma seqüência de abusos ingleses em Portugal desde o século XVII e, na parte que toca ao Brasil, anexou resumo dos debates de 12, 13 e 18 de abril na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, onde deputados também referiram recentes agressões da marinha inglesa a navios negreiros. Após longa devassa dos excessos ingleses, J. M. Pereira da Silva mencionou a injusta intervenção estrangeira sobre o tráfico de escravos e sobre os negócios internos do país:

entendo que, por ora, o Brasil precisa de escravos; que, por ora, a nossa agricultura, sem eles, não poderá vingar, antes diminuirá consideravelmente se lhe faltarem. A necessidade do país fala mais alto do que as considerações de humanidade e filantropia [...] É essa razão que me move e me tem movido a desejar e pretender a revogação da fatal lei de 7 de novembro de 1831, que não é conforme os atos e as necessidades do povo brasileiro e contra cuja revogação tenta protestar tão ilegalmente o governo inglês, por isso que tal revogação fere os interesses de suas colônias e fará aumentar nossa agricultura.¹³

¹¹ Cf. ACD, 11 de abril de 1840, p. 18; ACD, 13 de abril de 1840, p. 2; ACD, 4 de maio de 1840, p. 206; ACD, 22 de maio de 1840, p. 410; ACD, 29 de maio de 1840, p. 504; ACD, 21 de agosto de 1840, pp. 670-671; ACD, 2 de outubro de 1841; p. 384.

¹² Elias Regnault. *Historia criminal do governo inglez, desde as primeiras matanças na Irlanda até o envenenamento dos Chinas, traduzida do francês, aumentada e anotada com a história de muitos fatos modernos tanto no Brasil como em Portugal*. Trad. de Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 2 vols., 1842.

¹³ Cf. Elias Regnault. *Historia criminal do governo inglez*, vol. 2, pp. 503-504. Esse pedido público de revogação da lei de 1831 fecha o ciclo aberto em 1834, na Regência, quando a câmara de Bananal (SP) mandou uma representação com o mesmo teor. Desde 1841, o Império vinha buscando outra saída diplomática para a crise em torno do tráfico, como será demonstrado nas páginas subseqüentes.

A Câmara voltou a se reunir em 1843 alfabetizada na cartilha da *Historia Criminal*. Indignados com a prorrogação do tratado comercial para 1844 e furiosos com a missão Ellis, que propusera ao Brasil o fim da escravidão em troca de tarifas comerciais favoráveis, os deputados de 1843 adotaram um discurso profundamente anglóphobo e antifilantropico. Carneiro da Cunha se perguntou: “como se pode conceber que a Inglaterra exigisse um tratado onde [...] queria logo a imediata emancipação da escravatura?”¹⁴ Na sequência, reproduziu o livro traduzido por Pereira da Silva: “Fala-se em princípios de humanidade do governo inglês; entretanto, ele deixa morrer de fome aos seus próprios súditos [...] os ingleses armaram-se contra os chinas, venceram homens que estavam enervados por uma longa paz”. Um deputado por Minas Gerais não foi menos disciplinado: “com os habitantes do império celestial – oh. Aí então a coisa é muito calva! O Imperador entendeu que devia libertar seus súditos de congestões cerebrais produzidas pelo ópio vendido pelos ingleses e proibiu esta venda; que fez o governo inglês? Atira-lhe o ópio com peças de artilharia.” Em seguida, veio seu quase-delírio:

Como é a filantropia que os dirige [aos ingleses], o governo brasileiro, que também deve de ser filantropo, poderia lembrar ser razoável que o governo inglês fizesse a sua filantropia extensiva aos chinas e afegãos, e mesmo aos irlandeses, que, sendo pela maior parte católicos, estão gemendo debaixo de tributos em favor da igreja protestante. Poderia ser isto uma cláusula do tratado: que os católicos irlandeses não fossem obrigados a contribuir para o culto protestante, porque nós até como católicos devemos punir pela nossa igreja e livrar os fiéis irlandeses de pagar aquela multa. É, pois, grande o campo para que a diplomacia brasileira brilhe. Se os afegãos, a China e os irlandeses ficassem todos livres, em consequência da proteção do Brasil, se com eles se praticasse em consequência desta proteção o princípio de filantropia universal, quanto não seria grande a glória do Brasil?¹⁵

Em 1844, contrariado com a ascensão de um gabinete liberal, Carneiro da Cunha chegou ao extremo de declarar que recusaria não apenas seus votos a Aureliano ou a Alves Branco, como também “pão e água, porque eles são muito ingleses”. J. M. Pereira da Silva assacou ao ministério acusação ainda mais farpada: “Acho no Sr. Aureliano qualidades apreciáveis e muito com ele simpatizo; como homem político, porém, às vezes não gosto dele, às vezes julgo-o censurável; e, sobre suas opiniões relativamente aos negócios do Brasil com a Grã-Bretanha, não as partilho: o Sr. Aureliano me parece

¹⁴ Confira, respectivamente, ACD, 22 de maio de 1843, p. 312; ACD, 6 de fevereiro de 1842, pp. 542-543; ACD, 19 de maio de 1843, p. 270. Cf. tb. ACD, 8 de fevereiro de 1842, pp. 590-592; ACD, 9 de fevereiro de 1843, p. 614; ACD, 9 de maio de 1843, p.81; ACD, 11 de maio de 1843, pp. 113 e 124; ACD, 19 de maio de 1843, pp. 264-265.

¹⁵ ACD, 19 de maio de 1843, p. 270.

muito partidista dos ingleses, muito inimigo do tráfico”. Acusações semelhantes apareceriam no Senado.¹⁶

Efetivamente, a Câmara vitalícia também ambientou a escalada de ânimos ao longo da década de 1840. Duas falas de Carneiro Leão, flagradas quase “ao vivo”, no calor da hora das discussões parlamentares, ilustram bem o fenômeno. Vasconcelos tinha afirmado na Casa que o Brasil deveria ser colonizado por negros, o que enervou Costa Ferreira, senador liberal, tirando-lhe a exclamação: “Se um escravo dissesse ao nobre senador: – Exmo. Sr. Conselheiro, o diabo na minha terra pinta-se com cores brancas, eu quero agarrar em V. Ex., levá-lo para a África e fazê-lo meu escravo...”. O paralelo atrevido bastou para que Carneiro Leão se levantasse em protesto contra o senador:

reprov[o] altamente que seja permitido no Senado falar contra uma das instituições sociais do Brasil. Um dos elementos da existência da sociedade brasileira é a escravatura; este elemento não poderá ser destruído sem destruição e dano da mesma sociedade. Não se deve tolerar que, sem ter em vista propor nenhuma lei para a abolição da escravidão, venha um senador ou deputado, condenando seu próprio fato, porque todos conservam escravos, falar contra uma instituição da sociedade brasileira, que tem de o ser por muitos séculos, porque se deve esperar que esta sociedade seja governada por brasileiros, cujos interesses permanentes e reais têm de exigir por muitos séculos a conservação da escravidão; porque um país tão vasto, tão abundante de terras e tão falto de braços não poderá prosperar de modo algum sem o trabalho forçado. Semelhantes declamações são inúteis; não podem servir para fim algum, nem mesmo uma seita de abolicionistas se poderia comprazer com elas.¹⁷

Em 1847, Carneiro Leão protagonizou outra cena da intolerância escravista. Jurisconsulto renomado e co-fundador do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), Caetano Alberto Soares remeteu ao Senado a *Memória que tem por fim melhorar a sorte dos escravos entre nós*, cujo subtítulo trazia a afirmação de que era a “escravidão um mal de sua natureza transitório”. Conforme o protocolo parlamentar, o Presidente da sessão informou: “Distribua-se a Memória... É recebida com agrado.” O futuro marquês de Paraná não se agüentou na cadeira:

¹⁶ Cf., respectivamente, ACD, 10 de maio de 1844, pp. 58-59; ACD, 22 de maio de 1844, p. 264; cf. tb. AS, 10 de maio de 1844, pp. 137-138; AS, 15 de maio de 1844, p. 281; AS, 18 de maio de 1844, p. 362; AS, 2 de julho de 1845, pp. 204-205.

¹⁷ Cf. AS, 3 de julho de 1845, pp. 212 e 217. A inversão imaginária de Costa Ferreira se funda no princípio de que não se deve fazer aos outros o que não se deseja a si mesmo, que Montesquieu ajudou a divulgar com *O espírito das leis*. (1ªed., em francês, 1748). São Paulo: Martins Fontes Editora, 2005, livro XV, cap. IX, p. 260. Na *Memória analítica acerca do comércio de escravos* (1837), o conselheiro Frederico L. C. Burlamaque pode ter sido o primeiro a sugerir, no Brasil, o tráfico de escravos às avessas, com negros pilhando brasileiros para os fazer trabalhar na África. Cf. *Memória analítica acerca do comércio de escravos e da escravidão doméstica*. Rio de Janeiro, 1837. In: Graça Salgado (org.). *Memórias sobre a escravidão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília: Fund. Petrônio Portela, 1988, pp. 101-122.

Carneiro Leão (*vivamente*): – Com agrado, não senhor; oponho-me a que a memória seja recebida por esta forma, porque, para isso, cumpria que o Senado a examinasse primeiro e soubesse se ela é boa. O negócio é sério; receba-se muito embora, e distribuía-se a Memória; mas não agradeçamos uma coisa que ainda não sabemos se merece o nosso agradecimento. [... o Senado] não tem que receber com agrado proposições que ainda não conhece e que podem ser anárquicas.¹⁸

Nessa fala, a evocação do conceito “anarquia” no sentido de escalada de conflitos para além dos limites institucionais ligou sub-repticiamente ao antiescravismo aspectos das rebeliões regenciais. Como se sabe, o conceito qualificava todas as revoltas das décadas de 1830 e de 1840 que afrontaram a autoridade imperial estabelecida; e foi sobre ele – ou melhor, sobre seu anverso – que o grupo político de Carneiro Leão, o Partido da Ordem, construiu sua própria imagem. Aludindo justamente a essa palavra, o senador não deixava de reforçar a identidade de seu partido como grande defensor da estabilidade social no Brasil. Regresso, ordem, tráfico, escravidão. O resto era o caos.

Ainda no Câmara vitalícia, Vasconcelos não aceitou que Antônio Carlos, recém-admitido no plenário, levantasse o tom contra o cativo. O Andrada dissera que a escravidão era um mal político para a nação brasileira, um fato irreligioso para o cristão e uma perversidade moral para qualquer homem. Vasconcelos, ainda convalescente de uma crise de saúde que o deixara afastado por meses, o rebateu com a afirmação de que o cativo talvez fosse até mesmo algo natural, visto que existiu em todos os tempos e em todos os povos do mundo. No trecho, a escravidão aparece lado a lado com a noção de progresso e de aperfeiçoamento da humanidade:

O nobre senador asseverou que o cativo era condenado pelo cristianismo, que como cristão não o podia adotar. Eu, senhores, também sou escrupuloso, mormente depois das graves moléstias de que nestes últimos tempos tenho sido atacado; nestas circunstâncias, o homem a cada passo espera o termo da vida, está receoso sobre o futuro e procura consultar os meios que o podem felicitar na vida eterna. Eis um dos motivos pelos quais procurei examinar as Sagradas Escrituras; quis ver se encontrava nelas a condenação da escravidão; mas vi o contrário; perdoe-me o nobre senador asseverar-lhe que vi nelas mais consagrada a escravidão do que condenada. Vi que não há povo nenhum do mundo que se não tenha desenvolvido pelo favor dos braços escravos. É uma miséria da humanidade, mas quando a humanidade em todos os tempos adota a mesma idéia, parece que ela é inspirada pela mesma natureza. Os homens veneráveis da Grécia tinham escravos, o mesmo Sócrates os possuía; em Roma, os mais distintos cidadãos contavam numerosos escravos. Não vejo, pois, que a escravidão seja condenada nem pelas Escrituras nem

¹⁸ Cf. AS, 02 de maio de 1847, pp. 33-34. O advérbio “vivamente” foi um eufemismo que encontrou o taquígrafo para qualificar o arroubo de Carneiro Leão. A respeito das opiniões emancipacionistas de Alberto Soares, cf. Eduardo Spiller Pena. *Pajens da casa imperial: jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, cap. 2, pp. 148-194; cf. tb. André Luiz Alípio de Andrade. *Variações sobre um tema: a sociedade auxiliadora da Indústria Nacional e o debate sobre o fim do tráfico de escravos (1845-1850)*. Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp, 2002, pp. 89-96.

pela história do gênero humano; vejo inteiramente o contrário, e por isso me tenho inclinado a crer que a cessação do tráfico foi a maior calamidade que podia vir ao Brasil.¹⁹

Após 1839, as suscetibilidades pró-escravistas afloraram tanto, que sobrou até para o universo artístico. Quando foi encenada no Rio de Janeiro a peça *A família e a festa na roça*, de Martins Pena, os espectadores se defrontaram no palco com um fazendeiro caracterizado segundo as regras da comédia. Era um paspalho risível. O retrato malcriado despertou a ira de um crítico do *Jornal do Comércio*, então sob influência conservadora, que espinafrou o comediógrafo em nome da invenção literária do fazendeiro em estilo elevado: “[o senhor] precisa ser bem compreendido e bem estudado, a fim de ser propriamente interpretado no palco. Apenas um Walter Scott estaria apto a apresentar todas as gradações quase imperceptíveis de seu caráter, que procura unir as tradições do passado às modificações do presente, que é uma combinação de abertura e de engenho, orgulho e nobreza, afabilidade e certo grau de dureza, inseparável companheira do homem cujo aceno de mão governa centenas de escravos”.²⁰

O acirramento das tensões também provocou nomeação e demissão de importantes cargos públicos do Império. Depois de assistirem às operações navais britânicas na Costa da África, entre 1839 e 1842, os saquaremas nomearam o juiz José Hermenegildo Frederico Niterói e o árbitro Joaquim Tomás do Amaral para trabalharem na comissão mista de Serra Leoa. Foi a primeira vez que o Império despachou vogais brasileiros para a Costa da África, visto que, até 1839, apenas um navio imperial tinha tido o azar de cair nas garras dos cruzadores britânicos. No outro lado do Atlântico, José Niterói mal esperou para declarar aos oficiais britânicos que nunca fora instruído a aceitar a atual interpretação do tratado referendada pelo *Foreign Office* (permitindo apreensão de vasos apenas equipados para o contrabando) e confessou que, se um dia o fosse, denunciaria o ministro responsável pessoalmente à Câmara dos Deputados brasileira.²¹

¹⁹ Cf. AS, 2 de julho de 1845, pp. 208-210. Infelizmente, a citação de Vasconcelos está incompleta, visto que o taquígrafo a sintetizou com um “depois de várias afirmações a esse respeito...”. No dia seguinte, o senador voltaria à carga: “Sócrates, Platão, todos os sábios da Grécia, os americanos do Norte não tinham e não têm escravos?”, perguntou-se ele. Cf. AS, 3 de julho de 1845, p. 212.

²⁰ Cf. *Jornal do Comércio*, 5 de setembro de 1840, apud Thomas Flory. *Judge and Jury in Imperial Brazil, 1808-1871. Social Control and Political Stability in the New State*. Texas: University of Texas Press, 1981, pp. 152-153.

²¹ Cf. Leslie Bethell. *A abolição do tráfico de escravos*, pp. 189-191.

No lado brasileiro do Atlântico, é possível assistir à queda de pelo menos dois ministros por causa, em parte, do tráfico negreiro. Depois que Henry Ellis desembarcou no Brasil com a ambiciosa agenda antiescravista, nem a Câmara nem os saquaremas suportaram a presença de Aureliano Coutinho, aparentemente desfavorável ao tráfico, na pasta dos negócios estrangeiros. Em *Memórias de meu tempo*, J. M. Pereira da Silva atribuiu a queda de Aureliano, em janeiro de 1843, à oposição que despertou na Câmara a prorrogação do tratado comercial de 1826. De fato, foi por essa causa que alguns deputados – encabeçados por Barreto Pedroso, membro da comissão encarregada de redigir o voto de graças – prestaram apoio ao ministério, reservando as censuras apenas a Aureliano. Mais tarde, contudo, Paulino Soares sugeriu aos deputados que o contrabando negreiro constituía a outra discórdia entre o gabinete e o ministro dos estrangeiros, que desejava ratificar os Artigos Adicionais de 1835: “Este fato passou-se nos primeiros meses do ministério de Março em minha casa”, relatou Paulino, “onde então se faziam as conferências. Os outros ministros opuseram-se com várias razões: o Sr. Aureliano não insistiu e conformou-se.” É verdade que o relato de Paulino, bem como outros semelhantes de seus correligionários, proferidos em 1844, podem representar apenas um golpe assestado contra o recém-nomeado gabinete liberal, rotulando-o estrategicamente de contrário ao tráfico. Seja como for, vê-se bem o manejo que os saquaremas faziam da escravidão para seu fortalecimento político.²²

Assim que Aureliano pediu demissão, todo o ministério se retirou, dando lugar a outro gabinete igualmente saquarema, mas com o linha-dura Carneiro Leão na pasta dos Estrangeiros. O novo ministro ironizou, em nota a Ellis, a filantropia do governo britânico, que se gabava pela emancipação de apenas “algumas centenas de milhares de escravos, numas poucas coloniazinhas”. Sobre a emancipação dos escravos, Leão disse que somente mecanismos constitucionais do regime representativo poderiam decidir o destino do cativo em um Estado-nação: “a abolição da escravatura no Brasil é uma questão do futuro e não do presente [...] determinar a época e a maneira pela qual no futuro essa questão poderá ser resolvida é coisa para o governo interno do país e da competência especial da nação representada pela Assembléia Geral”. Difícil saber se Carneiro Leão admirava o pensamento de John Calhoun ou se Calhoun conhecia as

²² A pressão da Câmara sobre Aureliano é historiada em ACD, 14 de maio de 1844, pp. 104-107; ACD, 15 de maio de 1844, 129-131; ACD, 21 de maio de 1844, p. 234; ACD, 22 de maio de 1844, p. 263. As citações de Paulino estão em ACD, 22 de maio de 1844, pp. 260-261. Cf. tb. ACD, 10 de janeiro de 1843, pp. 121-137; ACD, 18 de janeiro de 1843, pp. 374-386.

convicções de Carneiro Leão – o fato é que a escravidão e o liberalismo aproximaram estadistas muito distantes.²³

O autor das *Memórias do meu tempo* ainda relatou outra demissão no mínimo invulgar em 1847. Quando lord Howden tentou entabular negociações pelo fim do tráfico, o ministro dos Estrangeiros, Saturnino de Sousa e Oliveira, irmão de Aureliano, o recebeu de bom-grado, enquanto o ministro do Império, Alves Branco, sob bombardeio contínuo por causa dos Artigos Adicionais de 1835, opôs-se a qualquer prosseguimento sem a revogação do *bill Aberdeen* (1845). Rachado o ministério, a decisão salomônica recaiu sobre D. Pedro II, que demitiu Saturnino. O episódio macula a biografia de Alves Branco, escrita para *A galeria dos homens ilustres*. Seu autor lamentou que a personagem e Feijó tivessem sido perseguidos pelo “partido negreiro” na década de trinta. Só não lhe ocorreu que o egrégio político um dia foi a caça; no outro, o caçador.²⁴ A evolução de Alves Branco é, na verdade, um daqueles casos que permitem apreender a hegemonia dos grandes proprietários do centro-sul, cuja articulação, associada a líderes políticos do Regresso, diminuía os espaços de atuação de estadistas eventualmente adversários.

Ao longo da década de 1840, a política do contrabando negreiro condicionou o que poderia ser dito ou silenciado nos espaços públicos brasileiros, aceito ou negado no centro de decisão do Estado nacional e até mesmo criado ou omitido nos discursos artísticos. Entretanto, seria equivocado acreditar que os estadistas imperiais estiveram a reboque durante os anos quarenta, apenas à espera de um golpe aplicado contra o cativeiro para desviá-lo em seguida, pois, em cada um dos momentos cruciais da década (1842-1844; 1845; 1848-1850), eles agiram em nome de interesses escravistas. No triênio crucial de 1842 a 1844, os saquaremas prepararam uma saída bem particular para o impasse negreiro e comercial com a Inglaterra: no lugar da campanha pela revogação da lei de 1831 (afinal, já anulada na prática), conceberam o projeto de terras devolutas, formulado em 1842 e aprovado somente em 1850. Chegou a hora de ver a defesa da escravidão na prática legislativa.

²³ Honório para Ellis, 15 de março de 1843, apud L. Bethell. *A abolição do tráfico de escravos*, p. 226. Sobre Aureliano, cf. J. M. Pereira da Silva. *Memórias de meu tempo*, pp. 103-107.

²⁴ Cf. J. M. Pereira da Silva. *Memórias de meu tempo*, v. I, pp. 158-159; sobre a perseguição do “partido negreiro”, cf. Sisson. *A galeria dos homens ilustres*, vol. I, p. 120. Sob crítica cerrada dos saquaremas, Alves Branco se desculparia pelos Artigos Adicionais de 1835, cf. AS, 24 de maio de 1844, pp. 559-560. O próprio Saturnino de Souza e Oliveira confessou na Câmara dos Deputados sua inclinação à redação de novo acordo antitráfico, cf. ACD, 17 de julho de 1847, p. 176.

Lei de terras: a África no Brasil

Redigido em grande parte por Vasconcelos, o projeto de terras devolutas tratava de duas questões centrais para o Império: o acesso a terrenos rurais e o abastecimento de mão-de-obra. Inspirado em um sistema de colonização do Império Britânico concebido por Edward Gibbon Wakefield, atrelava a incorporação de novas áreas rurais à circulação mercantil, para que o Estado arrecadasse fundos com que trouxesse imigrantes. Seus artigos previam que terras devolutas não poderiam ser adquiridas senão pela compra; aquelas já em posse de fazendeiros sofreriam taxaço, fossem ou não cultivadas; a receita das taxas e vendas seria empregada na importação de colonos livres; os imigrantes não poderiam efetuar compra, aforamento, arrendamento nem aquisição de terras antes de três anos de residência no Império.²⁵ A historiografia tem frisado duas dimensões dessa medida. Parte dos historiadores examinou as causas da lei, apontando a necessidade de controlar as posses desenfreadas, que geravam contínuos conflitos no interior do país, e o imperativo de substituir o tráfico negreiro por um sistema imigratório de homens livres.²⁶ Outros pesquisadores estudaram seus efeitos na segunda metade do século XIX, como o tenso processo de demarcação de terras devolutas, a incorporação de novos lotes agrários por particulares, a valorização de fazendas com a instituição do mercado fundiário, a extensão do crédito hipotecário para fazendeiros (à vista da valorização de suas propriedades) etc.²⁷

Todos esses tópicos parecem corretos e significativos. Entretanto, ainda subjaz às duas linhas de análise o pressuposto de que a lei de terras, ligada à esfera administrativa do Império, foi confeccionada para conduzir o Brasil do universo antiquado e escravista para o mundo moderno e assalariado. Por isso, dois significados que o projeto pode ter conservado na década de 1840 receberam pouca ou nenhuma atenção. O primeiro deles é diplomático. Se é verdade que o Brasil não possuía sistema regular de apropriação de terrenos fundiários desde 1822, pelo que as primeiras décadas

²⁵ ACD, 10 de junho de 1843, pp. 592-594. Em 1843, Rodrigues Torres apresentou o projeto à Câmara dos Deputados, onde foi aprovado em 19 de setembro.

²⁶ Cf. Márcia Maria Menendes Motta. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998; José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem. Teatro de sombras*, pp. 329-354; Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 1ª ed. 1986. São Paulo: Hucitec, 2004, pp. 251-252; Ruy Cirne Lima. *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. 1ª ed. 1954. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1990.

²⁷ Cf. José de Souza Martins. *O cativo da terra*. 1ª ed. 1986. São Paulo: Hucitec, 1996; e, em perspectiva diferente, Lígia Osório Silva. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

do Império foram chamadas de “a fase áurea do posseiro”²⁸, merece reparo que, no plano diplomático, a intensificação do cruzeiro belicoso a partir de 1839 indicava os altos custos políticos da reabertura do contrabando em nível sistêmico. Nesse sentido, a concepção da futura lei de terras parece ter sido uma resposta diplomática pró-escravista à segunda fase do abolicionismo britânico.

De fato, no segundo semestre de 1841, pouco antes de Vasconcelos discutir o projeto nos recessos do Conselho de Estado, um artigo de jornal anonimamente publicado na Corte veio a abrir-lhe o terreno na esfera pública. Na introdução, o autor (que assina como J. A. L. G.) recorreu a textos de Voltaire e de Grotius para vindicar a escravidão e o tráfico negreiro. O excerto do filósofo francês citava um súdito inglês que comparara o estado do escravo ao do soldado, admitindo que o primeiro “tem a vantagem sobre o guerreiro de não arriscar a vida e de a passar docemente nos braços da mulher e dos filhos”. Em seguida, o articulista disse que “Grotius, L. 2, cap. 5, aprova a escravidão dos negros e acha a condição deles melhor que a da maior parte dos jornaleiros [trabalhadores assalariados] da Europa, os quais, muitas vezes, não têm mais que um pão negro e grosseiro para seu sustento e de sua família, quicá numerosa.”. Finalmente, empregou o argumento contrastante da civilização do Império com a barbaridade africana: “À vista, pois, do exposto, acrescentarei em dizer que é mais filantrópico empregar-se os negros na condição de escravos do que deixar que eles se matem quando são prisioneiros de seus inimigos, o que acontece quando eles não têm esperanças de poder vender os aprisionados.”²⁹

O passo mais importante do artigo, que revela suas intenções, aduzia uma precisa análise do quadro político mundial. O autor lembrou que a Grã-Bretanha destinava homens e capitais para erradicar a escravização dos africanos e, com isso, entendia dirimir a concorrência comercial do Brasil às Índias Orientais, onde “os trabalhadores, que a mor parte são índios [isto é, indianos], trabalham com afinco, para receberem quatro vinténs ou um tostão por dia” em troca do fabrico do açúcar e do cultivo do café. O autor reconheceu, então, que os ingleses, “senhores dos mares”, dificilmente poderiam ser vencidos se continuassem a empregar os meios violentos adotados desde 1839. Para sustentá-lo, advertiu que nem mesmo Napoleão conseguira vencer a Inglaterra – “Napoleão caiu! e o gabinete inglês venceu!!!”. Na conclusão,

²⁸ Cf. Paulo Garcia. *Terras devolutas*. Belo Horizonte: Ed. da Livraria Oscar Nicolai, 1958, p. 30.

²⁹ Cf. J. A. L. G., “Reflexões sobre a escravatura”. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, “Elemento servil: recorte de jornais brasileiros e franceses sobre a escravidão”, II – 32, 10, 4, n. 13.

propôs que, “como não queremos que nos deem por terra, cobertos de lama e de miséria, procuremos um meio termo que concilie o filantrópico gabinete inglês e os nossos interesses”.³⁰ Esse meio se traduzia em aportar africanos livres ao país por meio de companhias particulares. Essa demanda, contudo, não se reduziu ao Rio de Janeiro. Pouco tempo depois, o presidente da província de Minas Gerais exortou a Assembléia Legislativa Provincial a requerer do governo geral “alguma companhia que se proponha a trazer-lhe africanos livres, para serem empregados debaixo da tutela por um certo número de anos na construção de estradas e exploração de minas”.³¹ Como ocorreu no problema do contrabando, a base social dos conservadores, no eixo Rio-Vale-Minas, logo encontrou acolhida em seus representantes máximos, nomeadamente Bernardo Pereira de Vasconcelos, que lhe deu resposta com a elaboração do projeto da lei de terras (discutida no Conselho de Estado em 1842 e apresentada no Parlamento em 1843).

Realmente, a concepção desse texto visava não apenas ao fomento da imigração européia, como o fazem crer discursos parlamentares proferidos depois da extinção do tráfico transatlântico (1850) ou mesmo experiências imigrantistas como as de Vergueiro, mas também ao transporte de africanos a título de colonos livres para o Brasil. Um mês antes de Rodrigues Torres introduzir o texto na Câmara dos Deputados, Vasconcelos articulou longos discursos no Senado em favor do trabalho africano, voltando a frisar nos anos seguintes que o negro preferia ao branco na imigração para o Império. Foi ali que o senador soltou a estrondosa frase, tão repetida na imprensa e no *métier* político por anos a fio, de que a África civilizava a América. “Os africanos têm contribuído para o aumento ou têm feito a riqueza da América”, exclamou ele, “a riqueza é sinônimo de civilização no século em que vivemos; logo, a África tem civilizado a América”.³² Oliveira Lima, Otávio Tarquínio de Souza, José Murilo de Carvalho, Ilmar Rohloff de Mattos e Luiz Felipe de Alencastro já referiram a máxima “a África civiliza o Brasil” como uma das defesas mais contundentes do tráfico negreiro feitas no Brasil independente. Isso parece correto, mas é apenas metade de seu significado. O exame integral das falas de Vasconcelos, publicadas entre 1843 e 1848, mostra que o senador estava elogiando não apenas o tráfico negreiro, senão o trabalho

³⁰ Cf. “Reflexões sobre a escravatura”.

³¹ *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1843 pelo presidente da provincia, Francisco José de Souza Soares d'Andrea*. Ouro Preto: Typ. do Correio de Minas, 1843, p. 62. Embora não o cite diretamente, Emília Viotti da Costa já mencionou esse documento em *Da senzala à colônia*. 1ª ed., 1962. São Paulo: Ed. Unesp, 1998, p. 212.

³² AS, 27 de abril de 1843, p. 393.

do africano livre, a ser trazido para o Brasil graças aos fundos da lei de terras. Enfim, trata-se da mesma natureza discursiva das “Reflexões sobre a escravidão”.³³

Para Vasconcelos, a utilização do trabalho forçado era a única maneira de montar um empreendimento capitalista, rentável e civilizador em áreas de fronteira aberta e rarefação demográfica. A diferença entre o desempenho capitalista e a prática economicamente primitiva residia menos no *regime* que na *organização* do trabalho. Um anglo-saxão branco e livre, por mais empreendedor que fosse em Manchester, onde havia concentração do trabalho, desmandava-se na lassidão em áreas desocupadas. Ali, a coação era o único remédio que libertava o homem da miséria, como o sugere nos trechos seguintes de um discurso coalhado de ironia:

Um primo do atual primeiro ministro da Inglaterra, Robert Peel, grande capitalista, obteve uma extensão imensa de terra na parte da colônia da Nova Holanda chamada Swanriver; transportou para ali a sua imensa fortuna em trabalhadores, em gado, em sementes e instrumentos, para estabelecer um principado. Atestam os que têm visto esta colônia e que têm escrito a sua história que, apenas ele chegou ao lugar do seu destino em 1829, imediatamente foi desamparado pelos trabalhadores que tinha contratado; o seu gado morreu todo, as máquinas ficaram nas praias e ali apodreceram, e em poucos dias o grande capitalista inglês não teve quem lhe desse um copo com água, quem lhe fizesse a cama! [...]

O nobre senador [Holanda Cavalcanti] já viajou à Europa, viu esses países clássicos e bem sabe quanto neles está concentrada a população. Um mal do trabalho individual é a dispersão que obriga o homem a cuidar de si só, que o inabilita para combinar o trabalho. Ora, no Brasil, existe esta mesma dispersão, mas não se sente pelo favor do braço escravo; porque o braço escravo permite a combinação do trabalho; mas, diminuídos estes braços, principia-se logo a sentir os perniciosos efeitos da dispersão; e, como não se pode duvidar que um homem isolado, sem comunicações, sem troca de gêneros, sem nenhum recurso, seja um ente desgraçado, segue-se que, acabando-se os braços escravos, sentiremos os males da dispersão dos habitantes do Brasil; e eis a razão por que eu julgo tão útil, tão necessário ao país, o emprego de braços escravos.³⁴

A declaração contrasta bem o pensamento de Vasconcelos, nos anos quarenta, com suas falas de 1827, quando o ainda jovem deputado reproduziu Adam Smith para sugerir que o segredo do desenvolvimento material das sociedades repousava na motivação subjetiva do trabalhador livre, recompensado com o salário. Nos anos quarenta, o estadista trocou Smith por Wakefield, que, entrevendo na escravidão um mal, ainda a preferia à liberdade nas zonas de fronteira.³⁵ Daí dizer que todos (isto é, Wakefield) os

³³ Ilmar Mattos afirmou que o projeto de terras devolutas foi retomado apenas em setembro de 1848, mas o Senado o discutiu, no quinquênio liberal (1844-1848), em sessões extremamente importantes para a compreensão do pensamento saquarema sobre trabalho escravo, tráfico negreiro e importação de africanos livres. Cf. I. R. de Mattos. *O tempo saquarema*, p. 252, n. 104. José M. de Carvalho também não examinou sessões entre 1843 e 1848, cf. J. M. de Carvalho. *A construção da ordem. Teatro de sombras*, pp. 329-354.

³⁴ AS, 27 de abril de 1843, pp. 404-406.

³⁵ Durante os debates sobre o tráfico, o jovem Vasconcelos tinha dito: “Demais, o homem livre produz mais que o escravo, segundo os cálculos dos economistas; os escravos, senhores, não têm o estímulo da

que tinham estudado a “economia política aplicada às terras novas, vastas e desertas” entendiam que “a maior parte do engrandecimento da riqueza da América é ou foi devida ao trabalho africano. Foram os africanos que, trabalhando estas terras férteis, fizeram a sua riqueza; e como, em economia política, a riqueza é sinônimo de civilização, eu disse que a África civilizara a América”.³⁶

Acontece que a conjuntura política internacional e nacional não permitia a Vasconcelos declarar-se publicamente pela continuação indiferenciada do contrabando negreiro. Desde 1839, o Brasil sofria a intensificação bélica do cruzeiro inglês e, nos anos seguintes, teria pela frente a profunda revisão dos tratados comercial e antitráfico, com prazos previstos para expirar, respectivamente, em 1844 e 1845. Sua posição ministerial ainda o impedia de se colocar contra as disposições do Estado: “Eu não advogo hoje o tráfico de africanos”, exclamou, “porque não sou advogado contra as leis que regem o país, e existe lei que proíbe esse tráfico”. Afiançou mesmo que “não entrou nesse ano [1843] um só escravo no Brasil”. O problema era que, fatalmente, a diminuição dos escravos levaria os brasileiros à barbaridade, “à imitação desses homens que renunciam todas as relações sociais, que raras vezes se encontram com o seu semelhante, que não vai aos templos, que se fazem justiça a si”. E concluiu: “Não estamos, pois, ameaçados de barbarizar-nos?”³⁷

A questão era difícil. O abastecimento de novos escravos não parecia compor alternativa viável e definitiva para o futuro, enquanto o trabalho livre pleno era incompatível com o desenvolvimento econômico do Brasil. A resposta ao problema se encontra no outro aspecto da lei de terras que tem passado despercebido nos estudos históricos. Para Vasconcelos, fatores culturais poderiam exercer o papel da coação

recompensa, nem segurança em seu estado, e o temor do castigo não pode suprir a estas faltas”. ACD, 3 de julho de 1827, p. 28. Sobre as reflexões de Wakefield acerca das benesses do trabalho forçado, cf. Seymour Drescher. *The Mighty Experiment*, pp. 56-58.

³⁶ AS, 27 de abril de 1843, p. 393.

³⁷ Cf. AS, 25 de abril de 1843, pp. 349 e 351. Afirmarções sobre a deficiente reprodução vegetativa de braços africanos no Brasil não eram novas. Em 1839, Carlos Augusto Taunay advertiu que a “América devora os pretos: se a contínua importação os não recrutasse, em breve a raça desapareceria entre nós”. Cf. Carlos A. Taunay. *Manual do agricultor brasileiro*. 1ª ed., 1839; org. de Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, pp. 79. Nos anos quarenta, estatísticas sobre mortalidade escrava circularam no Atlântico. Os *Parliamentary Papers* relacionados ao tráfico negreiro de 1843 estabeleceram que a mortalidade africana não era menor que 8% no primeiro ano, girando por volta de 6% no segundo. Em *Do clima e Enfermidade no Brasil* (Paris, 1844), José Francisco Sigaud fixou a mortalidade escrava no Brasil em torno de 10% ao ano. Cf. Robert Conrad. *Tumbeiros: o tráfico de escravos*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 24. Com efeito, a novidade da fala de Vasconcelos estava em ligar publicamente o *topos* da não reprodução vegetativa à inevitável barbarização do Brasil. O senador repetiu inúmeras vezes que os africanos eram a fonte de civilização do Império, cf. AS, 25 de abril de 1843, pp. 346, 355, 356; AS, 27 de abril de 1843, pp. 384, 393, 405, 406; AS, 2 de julho de 1845, pp. 205 e 210; AS, 9 de agosto de 1845, pp. 428-430.

necessária ao trabalho onde era insuficiente o estímulo subjetivo do salário e inaplicável a violência física do senhor. Assim, os habitantes brancos do Velho Mundo não eram os mais apropriados para migrar com os fundos da lei de terras, pois:

O europeu tem uma mania que não é possível tirar-lhe, que é a de ser possuidor de terras; tem visto que as pessoas mais consideradas no seu país são grandes proprietários, transportado a novas terras quer imediatamente tornar-se tal. Além de que, vendo que o país é tão fértil, que em um mês pode adquirir com que viver um ano, não se resolve a prestar serviços a outro: se pode governar, para que há de ser governado? Como as terras não têm valor nenhum, facilmente obtém quem lhe franqueie uma porção para cultivar.³⁸

Com a exposição, o senador dava a entender por que as terras deveriam ser vedadas aos imigrantes nos primeiros três anos de sua chegada, mas também por que o africano, limitado em seu repertório cultural, desapegado da ganância de amealhar bens, era o melhor tipo humano para se submeter ao trabalho não-escravo no Brasil. Além do argumento cultural (o europeu é educado para ser proprietário) e econômico (no Brasil, as terras são facilmente adquiríveis), o senador elencou razões climáticas como óbices à imigração europeia para o Brasil. O governo deveria cuidar do fim do tráfico:

vendendo as terras devolutas e procedendo com o seu produto à importação de braços livres. [...] sempre me inclinei muito pelos africanos, entendo que são os braços mais úteis que o Brasil deve ter.[...] A atual administração [dos liberais] detesta os braços africanos, o liberalismo entende que se não deve mais servir de tais braços; bem, eu não entro nos arcanos do liberalismo: mas o que tenho como certo é que muitas províncias ficam reduzidas à misérias dentro de pouco tempo se o governo não abrir os olhos, se não deixar de ser tão liberal, e liberal exclusivista. Como há de haver cultura do Pará? Virão braços livres? De que parte do mundo? O europeu pode trabalhar no sol dos trópicos, no sol do Pará? [...] donde virão os braços para cultivar as terras no Pará, Maranhão e em outras províncias que estão em idênticas circunstâncias? [...] Eu quisera que o Sr. ministro do Império me dissesse se não haveria algum meio de importar africanos, não como escravos. Julgo que sem o auxílio dos braços africanos, muitas dessas províncias cujos representantes hoje julgam que é... não sei o quê... desumanidade, não me recordo bem das expressões, introduzir no Brasil braços pretos, que muitas dessas províncias hão de ficar abandonadas.³⁹

Tais afirmações, já interpretadas como defesa expressa do tráfico negreiro, são, de fato, elogios mais amplos dos efeitos do trabalho africano no Brasil, garantido pelo comércio transatlântico até então e, dali para frente, a ser transplantado por um sistema

³⁸ AS, 7 de julho de 1845, p. 253. Vasconcelos reiterou a asserção em várias ocasiões. Cf. AS, 27 de abril de 1843, pp. 404-406; AS, 24 de julho de 1846, p. 344; AS, 30 de agosto de 1847, pp. 440-443, 460-461; 27 de abril de 1847, pp. 377 *passim*; AS, 9 de agosto de 1848, pp. 428-429.

³⁹ AS, 21 de agosto de 1848, pp. 396-397; cf. afirmativa semelhante em AS, 27 de agosto de 1847, pp. 442-443. Em agosto de 1845, Vasconcelos atribuiu novamente a convicção a todo o núcleo conservador: “Os Saquaremas, fundados na experiência dos outros povos, também entendiam que os homens dos países frios da Europa eram pouco próprios para suportar o sol dos trópicos, queriam população mais própria. Enfim, tinham adotado muitas providências.”. Cf. AS, 9 de agosto de 1845, p. 428-429.

de colonização.⁴⁰ A elas se contrapuseram líderes imigrantistas da ala liberal, que planejavam construir o futuro do Brasil substituindo lentamente negros por brancos e escravos por trabalhadores livres. O então ministro do Império, José Pedro *Dias de Carvalho*, foi um dos que contestaram Vasconcelos no ato: “Eu devo dizer ao nobre senador que a vantagem mais importante que reconheço nesta lei [de terras] é a de facilitar os meios de poder-se introduzir no país a colonização branca, arredando inteiramente dele a colonização de africanos.”⁴¹ O pensamento de Vasconcelos, por sua vez, sinalizava a posição de seus correligionários, como o insinuou Carneiro Leão em outra discussão sobre a lei de terras no Senado: sem a escravidão de africanos transportados pelo tráfico negreiro, o Brasil não teria nem mesmo adquirido maturidade suficiente para se emancipar como Estado-nação. Para Leão:

Os defeitos da colonização brasileira foram extraordinários; e se, apesar disto, foi-nos possível prosperar, foi porque em nosso auxílio tivemos o trabalho forçado dos escravos: se isso não fora, a colonização no Brasil teria inteiramente definhado; e, em 22, não estaríamos em ponto de constituir-nos nação independente.⁴²

A disparidade entre as duas posições é clara em outro debate sobre a lei de terras, travado em 1848, cuja síntese pode ser ilustrada com este trecho irônico de uma fala de Vasconcelos:

eu julgo que não podemos fixar o preço logo às terras sem que primeiro assentemos no lugar onde iremos buscar colonos, sem que o corpo legislativo delibere se os colonos devem ser europeus, portugueses, franceses, alemães (já ocorreu a idéia de suecos; de prussianos que se tem lembrado muita gente, que julga que no sol dos trópicos hão de fazer proezas), antes de decidir-se se o colono deve vir da Europa ou de outra parte do mundo, de africanos Deus nos livres!...

Vergueiro: - Apoiado.

Vasconcelos: - Talvez quem me apóia deva tudo quanto tem a braços africanos! Mas, venha o colono de outra parte do mundo; não exista a África para o Brasil; risque-se essa parte do mundo conhecida [...]. Para o Rio Grande do Sul, para parte da província de S. Paulo poderão vir europeus; mas, para as outras províncias do Brasil, é necessário ir procurar colonos em igual latitude, em igual clima, aliás não hão de trabalhar...⁴³

⁴⁰ Lúcia Osório Silva toma o trecho por simples encômio do tráfico negreiro, cf. L. O. Silva. *Terras devolutas e latifúndio*, p. 108. Vale notar que, em 1842, antes de o projeto de terras devolutas ser enviado ao Parlamento, Carneiro Leão e Vasconcelos fizeram saber ao embaixador inglês que nenhum tratado antitráfico seria concluído sem a autorização expressa da Grã-Bretanha para o livre escoamento de colonos africanos para o Brasil. Cf. Leslie Bethell. *A abolição do tráfico de escravos*, p. 226, n. 1.

⁴¹ Cf. AS, 21 de agosto de 1848, pp. 398-399.

⁴² Cf. AS, 10 de janeiro de 1845, p. 35.

⁴³ Cf. AS, 6 de setembro de 1848, pp. 69-70.

De fato, senadores liberais imigrantistas, que se opuseram ao programa conservador, desejavam, por um lado, imigração subsidiada por companhias particulares, no lugar do completo financiamento do Estado; repeliam, por outro, a vinda de africanos como colonos livres ao invés de colonos brancos. Autor de lei que regulou em 1830 relações empregatícias entre fazendeiros e imigrantes europeus, excluindo-se africanos, expressamente proibidos de contratar serviço, Vergueiro manteve coerência de pensamento nos anos quarenta e desqualificou o patrocínio da imigração de negros ou orientais para o país: “não se devem importar colonos senão da raça branca: a mistura de raças é muito nociva. O que convém são colonos europeus”.⁴⁴ Nas discussões de 1843, Lopes Gama, Costa Ferreira e Holanda Cavalcanti rebateram o aforismo “a África civiliza o Brasil”. Os reparos do terceiro foram hilariantes:

O nobre senador, no fogo do seu entusiasmo, apresentou uma idéia que me pareceu algum tanto poética. Os escravos, disse ele, fizeram a riqueza do Brasil; a riqueza é sinônimo de civilização, logo os escravos têm civilizado o Brasil. O pensamento, na verdade, é lindo, é próprio para um poema; mas não para quando estamos discutindo os negócios públicos com toda a seriedade. Então, o civilizador da Inglaterra é o carvão! O que seria da Inglaterra se não fosse o carvão?

[...] Disse o nobre senador que os países novos, vastos e férteis não prosperam sem braços escravos e em abono desta proposição citou o exemplo das colônias inglesas [...] Nas colônias, os braços escravos são, pois, muito úteis e, se têm algum inconveniente, não o sente a metrópole. Mas eu não considero o Brasil nesse estado. O Brasil é uma nação independente, que não deve contemplar unicamente os seus interesses materiais; e não sei se convém muito transportar para o país elementos de riqueza, sim, mas também elementos de desunião e de desmoralização.⁴⁵

Essas observações não podiam ser mais precisas, pois era justamente o modelo de povoamento colonial, sobretudo o inglês, que os saquaremas tinham em mente quando projetaram a lei de terras para o Brasil. Vasconcelos chegou a afirmar que a “Inglaterra

⁴⁴ AS, 27 de agosto de 1845, pp. 518-519. Sobre a lei de 21 de setembro de 1830, cf. João Pandiá Calógeras *A política exterior do Império: o Primeiro Reinado*. Separata do Tomo Especial, parte 2 da Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro (contribuição para a biographia de D. Pedro II). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, pp. 521-522; e Joseli Maria Nunes Mendonça, “Liberdade em tempos de escravidão”. In: Cláudia Maria das Graças Chaves e Marco Antonio Silveira (orgs.). *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007, pp. 89-104.

⁴⁵ Cf. AS, 27 de abril de 1843, pp. 391-410; as citações se encontram nas pp. 396-397. Ex-colega de Vasconcelos na faculdade de Coimbra, Costa Ferreira não foi menos ácido: “já se sustentou aqui que o Brasil devia muito à África, que a África tinha civilizado o Brasil e, na ocasião em que isto se disse, eu tive medo que esse nobre senador lembrasse a nomeação de uma comissão desta Casa para ir agradecer aos Régulos da África os benefícios que nos têm feito com a sua civilização.” Cf. AS, 6 de maio de 1843, p. 25. O senador Vergueiro, embora reconhecesse a utilidade superior do trabalho escravo em serviços rudes, quando comparado com o trabalho livre, também se colocou contra os encômios de Vasconcelos, cf. AS, 06 de maio de 1843, pp. 9-10. Ao passo que as afirmações de Costa Ferreira condizem com sua crítica constante do tráfico negreiro e da escravidão, as declarações de Cavalcanti devem ser lidas com cautela, como se proferidas unicamente com o intuito de invalidar as propostas dos adversários políticos, em solidariedade ao núcleo liberal. Em 1850, Cavalcanti defenderia expressamente legalização do tráfico transatlântico.

se esmerou em substituir os braços africanos nas Antilhas e em Demerara”, mas, uma vez constatado o fracasso da experiência, “o que praticaram os ingleses? Trataram de importar africanos para os trabalhos destas terras”.⁴⁶ Essa fala, que descortina os modelos que o Brasil poderia seguir no momento de confecção da lei de terras, devia ecoar convicções correntes na base eleitoral saquarema. É uma notável coincidência que, justamente em 1843, o presidente da província de Minas inscreveu em seu relatório a necessidade de pedir ao governo geral providências para financiar a vinda de colonos livres da África conforme “a nação inglesa”, que “tem adotado o método de ir comprar colonos à costa da África, que logo ficam livres e os vão levar para lhes cultivar suas colônias”.⁴⁷

Nesse sentido, a lei de terras pode ser vista como fenômeno particular, na política brasileira, de transformações amplas que ocorreram em todo o Atlântico. Nos anos quarenta do século XIX, governos europeus conceberam planos para substituir o tráfico negreiro por migrações forçadas e trocar a escravidão por formas de exploração involuntária de trabalho não-escravo. Com a escassez de trabalho causada pela emancipação no império britânico, mais 20.000 trabalhadores orientais já haviam sido desembarcados nas *West Indies* por volta de 1839. Conquanto o movimento abolicionista rotulasse o fenômeno de tráfico negreiro reinventado, ainda assim pequenas ondas migratórias da África e da Índia fluíram nos anos quarenta para o Caribe e, sobretudo, para as Ilhas Maurício, que aquilidou quase duzentos mil *coolies* entre 1838 e 1861. Paralelamente, o número de africanos aprisionados pela *Royal Navy* que desembarcaram nos estabelecimentos britânicos deu um salto razoável a partir de 1841: mais de 30 mil foram escoados para a Jamaica, a Guiana Inglesa e Trinidad até 1867. Na mesma época, a França desenvolveu o sistema de *engagés à temps* em Senegal, e a Espanha pressionou a Inglaterra pela permissão de transporte de chineses para Cuba.⁴⁸

⁴⁶ AS, 21 de agosto de 1848, pp. 396-397. Proferida no fim da década, a fala censura um suposto abandono da imigração africana nas Antilhas: “Entretanto, a cultura, a indústria que havia naquele país [Demerara] desapareceu logo que essa mania, mania antiafricana, se apoderou do governo inglês”.

⁴⁷ Cf. a já mencionada *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes*, de Francisco José de Souza Soares d’Andrea, p. 62.

⁴⁸ Sobre alternativas ao cativo, fundadas menos na aplicação do trabalho livre que em formas involuntárias de trabalho não-escravo, cf. Beatriz G. Mamigonian. *To be a liberated African in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century*. Tese de Doutorado. Waterloo, Ontario, Canada, 2002, cap. 3, pp. 80-133. Cf. tb. Johnson U. J. Asiegbu. *Slavery and the Politics of Liberation, 1787-1861: A Study of Liberated African Emigration and British Antislavery Policy*. New York: African Corp., 1969, pp. 48-60; Seymour Drescher. *The Mighty Experiment*, pp. 155, 156, 173 e 187.

Em face do novo padrão de conduta do abolicionismo internacionalista imposto a partir de 1839, o projeto da lei de terras foi, originalmente, uma tentativa particular e bem articulada de institucionalizar o transplante de mão-de-obra barata para o Brasil, incluídos aí africanos, que se supunham cultural e biologicamente acondicionados para a exploração do trabalho em áreas tropicais de fronteira aberta. Nesse sentido, a substituição do tráfico negreiro não implicaria a instituição do trabalho livre no Brasil à maneira do que havia na Europa, como o fazem crer discursos posteriores emitidos em outro contexto, após a supressão efetiva do contrabando de africanos, em 1850. O governo imperial só não levou seu intento adiante porque todos os pedidos que fez à Grã-Bretanha nos anos quarenta para proceder ao transporte legal de africanos foram sistematicamente rejeitados. Fracassada a estratégia diplomática de garantir o afluxo de africanos por meios alternativos, o contrabando negreiro veio a chocar-se, finalmente, com a publicação do *bill Aberdeen* (1845), donde voltariam a circular, novamente, defesas expressas da simples continuidade do tráfico ilegal.⁴⁹

Prestação de contas com o *bill*

O ano de 1844 é dos mais famosos na história do Brasil. Por razões ainda pouco esclarecidas, o governo imperial desafiou a Grã-Bretanha e reafirmou sua soberania de maneira audaciosa. Pela primeira vez desde a Independência, exerceu uma política aduaneira autônoma (com a “Tarifa Alves Branco”), enterrando vivas as pretensões britânicas de novo acordo comercial, e, em seguida, apenas notificou à poderosa nação o fim do tratado antitráfico. A medida unilateral sobre as alfândegas e o aviso quase cínico sobre o fim da convenção antitráfico ricochetearam instantaneamente. Em agosto de 1845, o Parlamento em Londres aprovou o *bill Aberdeen*, que deu ao comércio clandestino caráter de pirataria, à Royal Navy autorização para abordar navios brasileiros e aos tribunais do Almirantado Britânico permissão para julgá-los. Luiz Felipe de Alencastro afirmou que o Império calculou mal as desavenças na Inglaterra sobre o futuro da patrulha marinha na África e acreditou na recepção passiva do anúncio curto e grosso do fim do tratado antitráfico. Afora essa hipótese, outra também pode ser formulada. Não é improvável que os liberais, desiludidos com o impasse diplomático

⁴⁹ Cf. menção rápida dos pedidos brasileiros à Inglaterra para transportar africanos como colonos livres em Leslie Bethell. *A abolição do tráfico de escravos*, p. 254.

que se arrastava há três anos, tenham simplesmente optado pela soberania aduaneira em prejuízo do futuro do contrabando.⁵⁰

O *bill* teve dois efeitos imediatos, um no Brasil, outro no cenário internacional. Assim como a convenção de 1826, ele partiu de um centro de decisão externo à Assembléia Geral brasileira, de forma que mais uma vez questões procedimentais se sobrepuseram ao mérito e acabaram por aglutinar políticos imperiais em protesto uníssono. Subitamente, pouco importou se o objeto do *bill* (o tráfico negreiro) parecia justo ou desumano – se cada parlamentar o repelia ou o desejava em sua opinião individual –, em face do choque constitucional inescapável provocado pelo procedimento extraordinário. Ironicamente, o *bill* completou o programa escravista saquarema, ao pôr qualquer homem público contrário ao tráfico negreiro em posição francamente insustentável.⁵¹ Ao mesmo tempo, o ato inglês isolou o Império do Brasil no cenário das nações modernas como Estado pirata, bárbaro e pilhador. A “lei argelina”, assim Aberdeen chamava seu trunfo diplomático, contou com irrestrito apoio da França e de Portugal no curso aos negreiros sob o pavilhão imperial. Em Angola, 40% dos navios que passaram pelo porto de Luanda entre 1845 e 1860 eram vasos de guerra, dos quais apenas a metade era britânica – um quarto pertencia a Portugal, 15% à França e o resto aos Estados Unidos. Logo após o *bill*, a Grã-Bretanha mobilizava 3.000 homens em Angola, ao passo que a nação gaulesa detinha 2.500 marinheiros. Em 1846 e 1847, navios franceses saíram oitenta e sete vezes de Luanda, enquanto ingleses não mais que sessenta e cinco.⁵²

⁵⁰ Cf. L. F. de Alencastro. *Le commerce des vivants*, pp. 496-498. Logo após a elevação das tarifas de 1844, Vasconcelos acusou Alves Branco de pôr em risco riquezas nacionais: “Não vê ele [Alves Branco] que essa celebrada pauta que elevou cegamente os direitos a mais da metade do que anteriormente se pagava há de influir muito nas relações comerciais, que grandes fortunas hão de ser abaladas?” Estaria ele se referindo a retaliações britânicas no campo comercial ou no campo negreiro? Cf. AS, 2 de julho de 1845, p. 205. Na Câmara dos Deputados, Urbano Sabino Pessoa de Melo (por Pernambuco) afirmou que a questão se dividia entre alfândega e comércio negreiro. O único meio de prevenir o *bill* teria sido “fazer quanto antes a vontade da Inglaterra. A Grã-Bretanha queria um tratado de comércio com o Brasil, se se tivesse feito esse tratado, tinha-se evitado o Bill”, cf. ACD, 26 de maio de 1846, p. 201.

⁵¹ De Paulino Sousa a Limpo de Abreu, todos os representantes se puseram em protesto ao *bill*. Cf. ACD, 20 de maio de 1846, p. 138-40, 153-154, 170-172; ACD, 25 de maio de 1846, pp. 184-186; ACD, 28 de maio de 1846, pp. 229-232. Um deputado resumiu a situação com termo insólita: “Eu terminarei o meu discurso com este apólogo: - existe nas raías do nosso território um galo e um leopardo: o galo costuma cantar, e o leopardo costuma tragar; quando estivermos adormecidos, o leopardo nos tragará”, cf. ACD, 30 de maio de 1846, p. 163; o único deputado a aplaudir o abolicionismo inglês foi Nicolau Rodrigues dos Santos *França Leite* (pela Paraíba do Norte), cf. ACD, 27 de maio de 1846, pp. 218-219.

⁵² Cf. Oliveira Lima. *O movimento da Independência. O Império brasileiro*, p. 469; a respeito da repressão em Luanda, cf. Roquinaldo Amaral Ferreira. “Brasil e Angola no tráfico ilegal de escravos, 1830-1860”. In: Selma Pantoja & José Flávio Sombra Saraiva. *Angola e Brasil: nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, pp. 150-160.

Essas operações repercutiram imediatamente na Câmara dos Deputados. João José de Oliveira Junqueira, eleito pela Bahia, exclamou: “o país dos cavalheiros, o país da glória, o país dos Bayard, Montmorency, Lafayette,” estava aceitando “aprisionar os nossos navios!!” Outro deputado adicionou à França a vinda de novo inimigo: “A França seguiu o mesmo caminho [que a Inglaterra], entrou a praticar conosco os mesmos insultos e danos. E depois Portugal!... Até Portugal!... está aprisionando os nossos navios”.⁵³ A ex-metrópole se recusava, agora, a receber cônsules brasileiros em domínios africanos, enquanto admitia em Luanda um vice-cônsul britânico. A indignação dos parlamentares encontrava ecos na sociedade. Justamente um ano depois, o Barão Forth Rouen viria em uma igreja de Salvador um ex-voto em que Jesus Cristo estendia as mãos onipotentes para acolher um negreiro do Brasil, acossado que estava por dois cruzeiros, um inglês e outro francês.⁵⁴

O isolamento do civilizado Império brasileiro como salteador de africanos se realizou no próprio fluxo do comércio negreiro. A rota cubana sofreu acentuado declínio depois de 1844, provavelmente por causa dos eventos relacionados à conspiração de *La Escalera*, reprimida naquele ano. A média anual de entrada de africanos, que girava em 10.000 na década de quarenta, despencou para 1.500 entre 1845 e 1848 – de forma que um famoso traficante radicado na ilha, Francisco Ruviroza y Urzellas, fez vela para o Rio de Janeiro, onde logo despontaria como o quarto maior contrabadista. Enquanto isso, os engenhos baianos dobraram sua capacidade absorvedora de mão-de-obra: de 4000 cativos anuais de 1841-1844, passaram a importar 9.000 de 1846 até 1850. Esse desempenho da rota para a Bahia teve reflexo imediato na produção açucareira do Recôncavo, que se protraiu de 3.904.436 réis em açúcar, na primeira metade da década, para 6. 468. 038 réis, na segunda.⁵⁵

Alencastro apontou corretamente o fim das “Corn Laws” como um dos fatores que impulsionaram a escalada baiana – como se sabe, essas leis estabeleciam diferenças tarifárias entre “slave-grown sugar” e “free-grown sugar”: o açúcar colonial inglês pagava vinte e quatro shillings por quintal, o “livre” de Java, Indochina e Manila, 34 e o “escravo” de Brasil e Cuba, 63; em 1845, a diferença se extremou para,

⁵³ ACD, 28 de maio de 1847, pp. 178 e 187. Cf. tb. ACD, 29 de maio de 1847, p. 201; ACD, 15 de julho de 1847, pp. 145-146.

⁵⁴ Cf. Alberto da Costa e Silva. *Francisco Félix de Souza: mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Eduerj, 2004, p. 145.

⁵⁵ Cf. www.slavevoyages.org; a trajetória de Ruviroza está em Roquinaldo Amaral Ferreira. *Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, 1996, p. 122.

respectivamente, 14, 23 e 63 shellings por quintal. Porém, em 1846, o gabinete liberal britânico de lord Russel fez passar o “Sugar Act”, que igualou as aduanas sobre o “free-grown” e o “slave-grown sugar”. Como observou o historiador, o ultraliberalismo e a filantropia experimentaram um profundo cisma no Parlamento britânico com a decisão do “Sugar Act”. Outro fator que Alencastro e Bethell alinharam para a revivescência do tráfico na Bahia e no Império se reporta ao deslocamento de cruzadores britânicos do quadrante sul para o Rio da Prata, nicho de graves conflitos militares com Rosas.⁵⁶

Novamente, o comprometimento de altos políticos do Império brasileiro com o tráfico ilegal de escravos foi deixado de lado na narrativa historiográfica. Em 1844, o ministério liberal de Alves Branco pediu verba orçamentária para montar quatro cruzeiros na costa brasileira contra o desembarque de africanos.⁵⁷ Postura muito diferente seria adotada após o *bill*. Em 1848, o ex-ministro da marinha de 1844 a 1847, Holanda Cavalcanti, admitiu não ter impedido a entrada de nenhum navio negreiro depois de 1845. “De fato, eu pela minha parte digo que não persegui esse tráfico nas últimas administrações”, e explicou-se: “Confesso-o e não tenho vergonha disso. E sabeis a razão? Eu disse-a a quem me perguntava por isso, disse-o, Sr. presidente, depois que apareceu um ato do parlamento inglês, querendo que os brasileiros fossem seus súditos, e eu não me reconheço por súdito da Grã-Bretanha.”⁵⁸ Holanda só fez a confissão depois de ter abandonado a pasta da Marinha, pois sabia que, violando obrigações do Estado enquanto ministro, poderia ser processado pela lei de responsabilidade.

A união de liberais e de saquaremas em torno do tráfico pode ser bem ilustrada em dois documentos centrais publicados em 1845, logo após a chegada da notícia do ato inglês ao Brasil: o “Protesto do Governo Imperial contra o *bill Aberdeen*”, de Limpo de Abreu (1798-1883, visconde de Abaeté em 1854), e o livro *Inglaterra e Brasil – Tráfego de escravos*, lançado anonimamente com a rubrica “Por um deputado”. Decerto, regras de gênero e lugares sociais do discurso influíram sobre a seleção e a organização dos argumentos de cada um desses textos; afinal, o primeiro foi redigido como declaração oficial do Império e assinado por um ministro, enquanto o outro saiu

⁵⁶ Acerca das alíquotas sobre o açúcar e das taxas diferenciais, cf. Leslie Bethell. *A abolição do tráfico de escravos*, pp. 222-231; e Seymour Drescher. *The Mighty Experiment*, pp. 158-178; sobre a produção açucareira no Recôncavo, cf. *Coleção dos mapas estatísticos do comércio e navegação do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1853, apud L. F. de Alencastro. *Le commerce des vivants*, p. 490. O problema do deslocamento da esquadra britânica se encontra em L. Bethell. *A abolição do tráfico de escravos*, pp.273 e 308 e em L. F. de Alencastro. *Le commerce des vivants*, p. 547, n. 93.

⁵⁷ O pedido foi duramente criticado por Vasconcelos, cf. AS, 2 de agosto de 1845, pp. 392 e 394.

⁵⁸ AS, 24 de maio de 1848, pp. 173-175.

anonimamente por uma tipografia particular. Apesar disso, é possível entrever que, mesmo no momento de solidariedade entre os núcleos dos partidos imperiais, ambos trataram o tráfico sob perspectivas diferentes.

Apenas arrematado, o “Protesto” foi remetido a diferentes embaixadas brasileiras na tentativa desesperada de criar um consenso internacional súbito em favor da causa imperial. Estados Unidos, Portugal, Espanha, França e Inglaterra estão entre os países que o receberam, sendo que o representante brasileiro em Madri conseguiu até mesmo enxertá-lo nas páginas do principal periódico do país, a *Gaceta de Madrid*. Na década de 1850, parlamentares brasileiros o elogiaram como grande peça diplomática, reproduzida na conceituada obra de direito internacional do americano Henry Wheaton.⁵⁹ Em geral, seus argumentos foram organizados para provar ao mundo civilizado que a Inglaterra não poderia, unilateralmente, entender como pirataria o tráfico de africanos feito por brasileiros. Limpo de Abreu abordou essa tese por duas vias. Na primeira, restringiu-se à letra da própria convenção de 1826: o artigo primeiro, escreveu ele, reservava tão-somente ao governo brasileiro a faculdade legislativa de enquadrar o tráfico ao tipo penal da pirataria. Aquele artigo deveria, pois, ser entendido como ficção de direito – o longo funcionamento das comissões mistas, onde embarcações suspeitas não eram julgadas conforme penas de pirataria, o comprovava irrefutavelmente.

Por outro lado, Abreu alegou que tanto à letra do tratado quanto *ipso facto* não podia o comércio clandestino ser considerado pirataria pelo direito das gentes. O ministro aduziu então quatro tipos de argumento: o analógico – “o tráfico não ameaça”, registrou, “o comércio marítimo de todos os povos como a pirataria”; o histórico – “não há muitos anos, ainda a mesma Inglaterra não se reputava infamada em negociar em escravos africanos”; o de autoridade – “Rússia, França, Espanha, Portugal, Estados Unidos da América do Norte, Brasil e outras potências ainda não aboliram a escravidão”; o exemplar – até o momento, o tráfico só tinha sido considerado pirataria por acordos bilaterais, prova irrefutável de não o ser pelo direito das gentes. No arremate, Limpo de Abreu reiterou os sentimentos de justiça e de filantropia do Império,

⁵⁹ O protesto foi publicado nas edições de 7 e 8 de fevereiro de 1846 da *Gaceta*. Cf. Ofício ostensivo de José Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque para Ernesto Ferreira França, 08 de fevereiro de 1845, Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), código 220/01/05. Posteriormente, seria copiosamente elogiado na Câmara dos deputados como grande resposta do governo brasileiro. Cf. p. ex. ACD, 13 e 17 de julho de 1855, pp. 161 e 194-5.

lançando proposta para novo acordo anglo-brasileiro em substituição ao *bill*, “abusivo, injusto e atentatório”.⁶⁰

Em dezembro de 1845, saiu anonimamente pela Tipografia do Brasil a obra *Inglaterra e Brasil – Tráfego de Escravos*, que reuniu uma vintena de artigos publicados no jornal *O Brasil* com o título “O bill de lord Aberdeen”. Embora seja o documento brasileiro mais extenso e completo sobre o principal mal-estar diplomático brasileiro do século XIX, a obra só foi citada uma vez pela historiografia especializada. Em *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*, Leslie Bethell a mencionou rapidamente em nota de rodapé e atribuiu sua autoria a *Justiniano* José da Rocha, advogado, político saquarema, jornalista e dono da tipografia por onde foi impressa. É provável que o historiador, por sugestão da casa tipográfica, tenha consultado o verbete “Justiniano José da Rocha” do *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, no qual Sacramento Blake arrolou o livro entre outros do escritor regressista. Acontece que, por descuido ou indecisão, o grande bibliógrafo também o inscreveu em outro verbete de seu *Diccionario* como composição de J. M. Pereira da Silva, nosso conhecido tradutor e co-autor da anglófoba *Historia criminal do governo inglez*.⁶¹

A dúvida só pode ser dirimida com a consulta do monumental *Diccionario Bibliographico Portuguez*, de Innocencio Francisco Silva, cujo conteúdo, sem embargo do título, compreende também escritores brasileiros. No décimo volume da obra, de 1883, os organizadores adicionaram à produção de J. M. Pereira da Silva duas publicações anônimas, *O Imperialismo e a Reforma* (Rio de Janeiro, 1865) e *Inglaterra e Brasil*, esclarecendo que esta última “não foi nunca incluída na relação dos trabalhos do Sr. Pereira da Silva e, por isso, ainda alguém duvida de que lhe pertença; no entretanto, afirmaram-me que era dele. O ilustre autor, se ler estas linhas, que haja por bem elucidar tal ponto”. No volume seguinte de seu interminável *Diccionario*, Innocencio Silva realmente publicou protesto de J. M. Pereira da Silva contra um das atribuições, mas a de *O Imperialismo e a Reforma*. Ora, o silêncio do brasileiro sobre a

⁶⁰ Cf. José Paulino Limpo de Abreu, “Protesto do Governo Imperial contra o *Bill* Aberdeen (22 de outubro de 1845)”. In: Antônio Pereira Pinto. *Apontamentos para o direito internacional*, pp. 426-445; o documento também foi reproduzido em Paulo Bonavides & Roberto Amaral. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002, v. IX, pp. 139-148.

⁶¹ Cf. Leslie Bethell. *A abolição do tráfico de escravos*, p. 257, n. 2; Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. V, 1889, pp. 269-271 (verbetes de Justiniano José da Rocha) e v. III, 1895, pp. 479-482 (verbetes de J. M. Pereira da Silva).

autoria de *Inglaterra e Brasil* confirma, com grande possibilidade de acerto, a paternidade da obra.⁶²

A biografia de João Manoel Pereira da Silva (1817-1898) se confunde intrinsecamente com a formação do núcleo saquarema. Filho de influente comerciante português que se alojou nos arredores do Rio de Janeiro após a transferência da Família Real (1808), J. M. Pereira da Silva estudou direito em Paris e voltou para o Brasil (1838) justamente no momento de consolidação do Regresso, quando atuou como advogado na Corte. Bacharel ligado ao grande comércio, foi imediatamente absorvido pelo círculo saquarema e já em 1840 apareceu na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro. Três anos depois, elegeu-se para a Assembléia Geral e daí em diante não parou de galgar postos importantes na hierarquia política imperial, chegando a se tornar senador e conselheiro de Estado – de 1838 a 1889, atestou Sacramento Blake, nunca pôs em dúvida sua fidelidade partidária. Além de político, Pereira da Silva se notabilizou como fecundo polígrafo do Segundo Reinado, compondo biografias (*Plutarco Brasileiro*, 1847), romances (*Manuel de Moraes*, 1866, *Aspazia*, c. 1870), estudos históricos (*História da fundação do Império do Brasil*, em 7 vols., 1864-1868) e memoriais políticos (*Memórias de meu tempo*, 1896, já em plena República). Sócio do IHGB, do Instituto Histórico de França, da Arcádia de Roma e de outras instituições, o letrado ainda ajudou a instituir o Romantismo no Brasil, participando do famoso grupo da revista *Nitheroy* (1836), em Paris, onde privou com Gonçalves de Magalhães, Porto Alegre, Torres Homem e Cândido de Azeredo Coutinho.⁶³

Estampados nas folhas avulsas do jornal, os artigos de J. M. Pereira da Silva foram recompostos em livro para, conforme o prefácio, dar à disputa com a Inglaterra a “leitura meditada que merece”. O motivo alegado para sua concepção foi um texto do *Times*, cujo redator atrelou políticos imperiais brasileiros ao tráfico com mais ênfase que muitos estudiosos posteriores: “teremos ocasião de ver até que ponto este frenesi de desumanidade e de injustiça, estimulado por esse avareza brutal que procura os seus

⁶² Cf. Innocencio Francisco Silva. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 22 vols., v. X, 1883, pp. 302-304; cf. tb. v. XI, 1884, p. 298. No século XX, Tancredo Barros de Paiva também não teve dúvidas em atribuir o título apenas a J. M. Pereira da Silva. Cf. Tancredo Barros de Paiva. *Achegas a um diccionario de pseudonyms. Iniciais, abreviaturas e obras anonymas de auctores brasileiros e de estrangeiros, sobre o Brasil ou no mesmo impressas*. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia. Editores, 1929, p. 48.

⁶³ Cf. I. F. Silva. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, v. X, pp. 302-303; A. V. A. Sacramento Blake. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, v. III, pp. 479 *passim*; Antonio Candido. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. 2ª edição. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1962, 2 vols., v. II, pp. 11-13, 326-328, 382-383.

lucros nas fontes mais bárbaras, arrastará esses imprudentes e loucos políticos”, e continuou: “infames bandos de ladrões do mar [...]. O Rio de Janeiro é o ponto a que pertencem estes malvados”. O curioso é que a acusação deixou os saquaremas extremamente enervados, menos por tê-los relacionado com o tráfico negreiro que por ter enquadrado o comércio clandestino como prática bárbara de bucaneiros. Com efeito, todo o objetivo de *Inglaterra e Brasil* é, à maneira do libelo de Limpo de Abreu, provar que o tráfico não pode se igualar à pirataria. Daí a advertência de que o livro servisse “de comentário e desenvolvimento ao protesto que o governo imperial acaba de intimar à Inglaterra”. Acontece que as solidárias achegas não são idênticas. O repertório pró-escravista é bem mais patente na obra de J. M. Pereira da Silva.⁶⁴

Assim como no “Protesto”, o tráfico é discernido da pirataria por uma série de razões, desde preceitos abstratos do direito das gentes até a letra da convenção de 1826. Entre as justificativas, todavia, Pereira da Silva destacou a que se ligava à liberdade resultante do equilíbrio entre os três poderes de um Estado-nação moderno. O tópico é o mesmo que fora lançado na Assembléia em 1827:

Segundo os princípios em que se baseia o sistema representativo, conforme os princípios do nosso direito constitucional, a sua disposição [do artigo I da convenção] não importa outra coisa senão uma promessa, feita da parte do poder Executivo, de iniciar e promover ou recomendar à assembléia geral legislativa a confecção e promulgação de uma lei que considerasse e tratasse como piratas [...] súditos brasileiros que no comércio de escravos andassem absolvidos. Ao tempo da conclusão e celebração da convenção de 1826, já vivíamos sob a influência do sistema representativo, já tinha sido aceita e jurada a constituição que nos rege e ao poder executivo não cabia estatuir leis penais nem medidas desta natureza.⁶⁵

O letrado também partiu para o campo material e tentou provar que o tráfico negreiro não era, *ipso facto*, atividade pirática. Tal como Limpo de Abreu, lembrou que a escravidão era admitida na parte oriental do Império inglês, na Argélia e no Caribe francês, nas colônias de Portugal, dos Países Baixos e da Dinamarca, bem como no Brasil, na Venezuela, na Nova Granada e no Texas. Por fim, notou que nos Estados Unidos a instituição não apenas existia como crescia de ano a ano: “Em 1830, o número dos escravos era de 2. 009.043”, alegrou-se ele, “entretanto que em 1810 era de 1. 191. 364 e em 1790 apenas de 697.697”. Em seguida, Pereira da Silva radicalizou a

⁶⁴ Cf. [João Manoel Pereira da Silva]. *Inglaterra e Brasil – tráfico de escravos*. Por um Deputado. Rio de Janeiro: Typographia do Brasil, de J. J. da Rocha, 1845, pp. 3 e 4. O embaixador americano radicado no Rio de Janeiro, Henry A. Wise tampouco hesitou em atrelar os políticos do alto escalão ao sucesso do contrabando humano: “Os Ministros & Conselheiros de Estado & Senadores e Deputados nas Câmaras estão, sem dúvida, envolvidos neste tráfico tão ousado quanto horroroso...”. Carta a James Buchanan, Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1846. Apud Robert Conrad. *Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1850-1888*. 1ª.ed., 1972. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 32.

⁶⁵ [J. M. Pereira da Silva]. *Inglaterra e Brasil*, pp. 213-214.

argumentação, alegando que não apenas o cativo era permitido no mundo, mas também que:

O tráfico de escravos ainda atualmente é permitido por algumas potências: não mencionaremos o que se faz em grande cópia por quase todas as terras do Levante, pertencentes aos Estados barbarescos, unicamente trataremos do que vai pelos domínios das potências da Europa e da América. Principiaremos pela França.⁶⁶

O saquarema alinhou convenções, obras de viajantes e correspondências oficiais que demonstravam a existência consentida de comércio de escravos nas possessões africanas do Império francês e do Império português, em Constantinopla, na Hungria, em Bucareste, na Croácia, na Rússia etc. No meio da demonstração, sobressalta o desprezo dirigido contra os africanos:

se o próprio comércio de escravos é ainda permitido e tolerado em muitos lugares e possessões de diferentes nações civilizadas, se lá, pelo Levante, se faz com tanta força e vigor e de modo que não poupa os Cristãos ou o Mouro, nem o Abissínio ou o Núbio, nem a cor alva dos habitantes de Wade e Fazen, e menos a branca tez das formosas moças da Circássia e a beleza sem igual das donzelas da Geórgia, se homens e mulheres se vendem a todo o preço nos *Bazzares* de Constantinopla e nos mercados de Smyrna, Bengazi, Argel, Oran, Bona e outros, como querer a Inglaterra reputar uma ofensa feita às nações aquilo que, pelo seus feitos, elas admitem? [...]

[A Inglaterra] volveu-se somente em favor dos africanos, só em seu benefício dedicou sua caridade, aplicou todos os seus pensamentos, desvelos, cuidado, solicitude e esforços... Nem o mísero boêmio ou o húngaro, nem o cativo do russo nem o das moças da Geórgia e da Circássia ou da Abissínia nem o índio.... nem a sorte do branco ou do cristão e de outro algum escravo mereceu um olhar benéfico da Grã-Bretanha... só o africano.⁶⁷

J. M. Pereira da Silva reverberou também as teorias conspiratórias que pintavam o abolicionismo a serviço de projetos imperiais e de interesses coloniais. A conservação de cruzeiros na Costa da África teria surgido como necessidade inapelável, após as guerras napoleônicas, de manter em treinamento a avolumada marinha britânica, que, de resto, dominava as rotas marítimas do livre comércio. A razão para que o tráfico de escravos mundial fosse tolerado, à exceção dos fluxos para o Brasil, Cuba e Porto Rico, se fundava na preservação do cultivo agrícola em áreas periféricas do Império Britânico – “É, portanto, no entender da Inglaterra, somente infame, inumano e punível o tráfico de escravos feito a bem da cultura das terras dos países da América!!...”⁶⁸ Mais uma vez, a inédita experiência da emancipação escrava no Caribe inglês, vista como estrondoso fracasso social e econômico, forneceu munição para defensores das potências escravistas. Nas palavras do autor dos artigos, a Grã-Bretanha tinha visto que

⁶⁶ [J. M. Pereira da Silva]. *Inglaterra e Brasil*, pp. 223-224.

⁶⁷ [J. M. Pereira da Silva]. *Inglaterra e Brasil*, pp. 226, 257- 258.

⁶⁸ [J. M. Pereira da Silva]. *Inglaterra e Brasil*, pp. 230-231, 262-263.

os “escravos emancipados, entregues a uma preguiça sem conta, recusavam e fugiam do trabalho, os estabelecimentos agrícolas se iam em conseqüência arruinando, a emigração de homens brancos tomava grande pé, a o propriedade abaixou em extremo de seu valor”. Sorrateiro, o governo tomou então duas medidas: elevou as taxas de importação sobre produtos cultivados por escravos e, já livre do exemplo da “matança de brancos em S. Domingos”, tão manipulado em Viena (1815), promoveu “a importação para as suas colônias dos negros resgatados do cativo pelas comissões mistas em seus domínios”.⁶⁹

Por fim, J. M. Pereira da Silva fez um exercício comparativo para demonstrar que o tráfico de escravos efetuado por brasileiros não era tão perverso como o supostamente praticado por ingleses. Em primeiro lugar, somente aqueles conheciam o paradeiro dos homens negociados, disse o deputado saquarema, fundindo no pronome pessoal o partido conservador, os traficantes e a nação: “Nós [...] não levamos os escravos que compramos a mercado algum estranho”, enquanto os britânicos exerceram “o exclusivo fornecimento para os domínios da Espanha”. Segundo o arrazoado, não existia problema algum no comércio negreiro desde que cada nação o fizesse exclusivamente para si – essa é a convicção mais expressa de que o centro de reprodução de escravos (a África), como o quer Alencastro, deveria ser intimamente vinculada ao centro de produção escravista (o Brasil).⁷⁰

A migração dos “coolies” (indianos) para campos agrícolas ingleses é descrita exatamente à maneira de um relato de viajante sobre o tráfico negreiro, desde a pilhagem inicial no interior do continente, passando pelos barracões litorâneos e pela travessia oceânica até chegar à miséria nas unidades produtivas. O argumento é baseado em escritos do abolicionista Thomas Clarkson, em textos de missionários de Bérbice (Guiana Inglesa), em relatórios de governadores das colônias caribenhas e em outras obras que, procurando ajustar a administração imperial britânica, caíram nas mãos de disciplinados militantes da escravidão e do tráfico no Brasil. No final, o autor tratou também do trabalho forçado de condenados judiciais, os *convicted* (termo aportuguesado para “convictos”). Mais uma vez, o desprezo aos africanos dita o tom em favor do comércio negreiro:

Como se furtam as crianças, são os Coolies arrebatados de seus lares e dos braços de suas famílias, metidos em prisões nos depósitos e aí conservados até a ocasião da partida do navio [...] Embarcados à força, e às vezes por enganos e engodos, são calcados no porão do

⁶⁹ [J. M. Pereira da Silva]. *Inglaterra e Brasil*, pp. 71-72.

⁷⁰ [J. M. Pereira da Silva]. *Inglaterra e Brasil*, p. 7.

navio, fechando-se as escotilhas [...] Chegados aos Porto Luiz ou a outro qualquer de alguma colônia Britânica [...] não têm a liberdade de escolher nem a pessoa a quem têm de servir, nem o trabalho em que devem empregar-se, são dados a quem os quer, conforme as suas qualidades físicas [...] Privados de suas famílias, sob o rigor de uma severa disciplina, aplicados ao mais duro trabalho por mesquinhos ordenados, vivem vida igual a de escravos [...] Poucas mulheres Coolies os mercadores importam [...] A mortalidade desses Índios regula com a dos escravos [...] E qual é a sorte do convicto nas colônias inglesas do pacífico? Será diferente da do escravo? Por certo, não: em tudo igual, até quando fogem, são açoitados pela polícia!! [...] A única diferença que achamos é que os convictos são europeus e ingleses, e os nossos escravos são em geral africanos...Eis o ódio profundo e entranhável que à escravidão vota a humaníssima Grã-Bretanha.⁷¹

O exercício comparativo de J. M. Pereira da Silva pode ser arrematado com a alusão à vida dos libertos no Brasil, em comparação com a dos trabalhadores livres na Inglaterra. Em *Lettres sur l'Amérique*, Michel Chevalier afirmara que os escravos dos Estados Unidos eram menos sobrecarregados de trabalho, mais bem nutridos e tratados do que a maior parte dos camponeses na Europa. Tacitamente, o deputado brasileiro cotejou então a Constituição brasileira, inclusiva dos direitos políticos de libertos, com as constituições federais americanas, profundamente restritivas a esse respeito: “Se isso se dá nos Estados Unidos, apesar da proverbial opressão em que vivem os próprios pardos e pretos livres, como no Brasil [haveria] esse mal-tratamento, não existindo essa opressão?” Sobre os libertos emancipados pelas comissões mistas, diz: “A condição desses libertos no Brasil, até hoje igual à dos nossos criados brancos, é por certo melhor do que a do trabalhador dos estabelecimentos manufatureiros da Inglaterra e da maior parte dos camponeses da Europa. Se em geral os nossos escravos vivem vida melhor do que a dessa mísera gente [...] como não terem bom passadio esses libertos que, como tais, são tidos e tratados sob vigilância [de] nossas autoridades?”⁷² Em contrapartida, exclamou o letrado, “Que quadro triste este que nos oferece a Irlanda! Os escravos não sofrem tanto!”, e expressou seus votos de Tartufo, a imortal personagem hipócrita Molière: “A humanidade também exige um olhar de compaixão sobre a triste condição

⁷¹ [J. M. Pereira da Silva]. *Inglaterra e Brasil*, pp. 237-241.

⁷² [J. M. Pereira da Silva]. *Inglaterra e Brasil*, pp. 67-69. Esse argumento foi quase literalmente reproduzido pelo curador de africanos livres, Luiz de Assis Mascarenhas, quando este precisou responder às acusações britânicas de que o governo imperial não cuidava dos africanos que as comissões mistas tinham declarado livres: “Muitos trabalhadores na Europa iriam se considerar felizes se eles tivessem as mesmas oportunidades que têm os libertos africanos no Brasil”, disse ele, “não conheço nenhum africano liberto que mendigou por sustento nas ruas desta grande cidade [Rio de Janeiro]”, enquanto na Europa “pessoas miseráveis não encontram o alimento indispensável para a vida.” Cf. Luiz de Assis Mascarenhas para Paulino Limpo de Abreu, 18.11.1845, AN, IJ6 523, apud Beatriz Mamigonian. *To be a liberated African*, pp. 155-156.

das classes pobres da Inglaterra. Como aí se vive! Como aí se educam os filhos dos trabalhadores! Que miséria que lavra! Que imoralidade!”⁷³

Substancialmente distinto do “Protesto” de Limpo de Abreu, o livro *Inglaterra e Brasil* sugere a força do contrabando não apenas como fator “explorado por traficantes”, mas também como pauta de conduta cravada no coração do Estado. Dessa forma, explica por que o Império do Brasil, diferente de Portugal, que optou por invalidar o *bill Palmerston* com uma nova convenção, procurou superar o mal-estar provocado pelo ato de Aberdeen com a união das facções em torno do tráfico. Em 1848, o deputado liberal Moraes Sarmento tocou no ponto nevrálgico da questão: o “Sr. senador Vasconcelos está convencido de que o tráfico é conveniente [...]. O governo [liberal], guerreado pelos traficantes e pelo outro partido que se queria aproveitar dessa circunstância, vendo-se perdido, o que fez? [...] disse, eu vou mostrar que sou melhor do que os saquaremas foram para vós; até agora os saquaremas protegiam, desculpavam e dissimulavam o tráfico; nós agora vamos restabelecer o comércio de africanos!”⁷⁴ Realmente, tanto na trajetória de Limpo de Abreu como na de Alves Branco é possível perceber que os estadistas imperiais, malgrado suas ações anteriores e filiações partidárias, precisaram afinar-se paulatinamente com a política do contrabando negreiro que proprietários do centro-sul e alguns parlamentares haviam montado na segunda metade dos anos trinta. Trata-se de elementos que manifestam a hegemonia saquarema, tal como tem sido definida neste estudo.

Momentos decisivos

Nas negociações subseqüentes ao *bill* de 1845, parece que o ministro dos estrangeiros Limpo de Abreu recuperou as proposições saquaremas sobre as vantagens do trabalho negro no Brasil. Em instruções diplomáticas, sugeriu um acordo com a Grã-Bretanha regulando a imigração para o país de africanos como colonos livres. A idéia, já aduzida por gabinetes anteriores, foi mais uma vez recusada pelo representante inglês na Corte. Em fevereiro de 1847, o infatigável Limpo de Abreu propôs ao então chefe do *Foreign Office*, lord Palmerston, a minuta de um novo tratado. Desta vez, o ministro liberal reconhecia aparelhamentos suspeitos de navios como provas materiais de envolvimento no tráfico, exigindo, porém, três condições: i) as águas territoriais brasileiras seriam invioláveis; ii) as comissões mistas seriam dotadas de poderes para

⁷³ [J. M. Pereira da Silva]. *Inglaterra e Brasil*, pp. 253 e 251.

⁷⁴ ACD, 5 de setembro de 1848, p. 343.

conferir indenização; iii) o tratado expiraria na ocasião em que o governo brasileiro mantivesse “no litoral africano uma força naval completamente preparada e aparelhada para a repressão efetiva do tráfico negreiro”. Nesse último ponto, Limpo de Abreu seguiu parecer de Paula Souza emitido em uma sessão do Conselho de Estado de 1845 e claramente inspirado no tratado anglo-americano Webster-Ashburton (1842).⁷⁵

Com excesso de confiança, o governo imperial foi inflexível nos primeiros anos de negociações após o *bill*, que autorizava apenas a apreensão unilateral de embarcações brasileiras, mas não a automática incursão de cruzeiros em águas consideradas nacionais, confusão freqüente na própria historiografia. Não é por acaso que a primeira consequência belicosa da medida sofreram apenas as embarcações na Costa da África, onde a ausência de um Estado nacional deu livre curso aos patrulheiros britânicos, resultando em mais de quatrocentas apreensões entre 1845 e 1850. Isso levou um ministro do Império a confiar com prosápia que o “ouro inglês [interesses comerciais] sempre protegeria o Brasil do ferro inglês [cruzeiro agressivo]”. A despeito da bravata, a situação não era tão simples. A mais dura lição que os estadistas imperiais tiraram do episódio foi que, apesar das publicações e do protesto oficial contra o *bill Aberdeen*, a posição internacional do país se deteriorou rapidamente em isolamento diplomático entre 1845 e 1848. Como já foi dito, nenhuma nação apadrinhou expressamente a causa negreira do Brasil, sendo que Portugal e França se engajaram na perseguição de embarcações sob o pavilhão imperial. Para completar, o governo revolucionário de Paris decretou, em março de 1848, o fim súbito do cativeiro nas Índias Ocidentais francesas – e é de suspeitar que a existência da instituição nas terras de Luís XIV e Chateaubriand tinha fornecido aporte ideológico para o Brasil até aquele momento.⁷⁶

Eis o enigma historiográfico. Até 1848, não obstante o crescente isolamento internacional, o Império ainda não tinha sofrido agressões qualificadoras de um estado de beligerância, salvo o aprisionamento inglês de um barco em águas brasileiras no início daquele ano. Ainda assim, o gabinete liberal de 31 de maio de 1848, chefiado por Paula Souza, mandou apreender navios suspeitos e suspendeu instruções ao representante imperial em Londres que o orientavam a arrancar do *Foreign Office* aval

⁷⁵ Sobre as propostas de Limpo de Abreu, cf. Leslie Bethell. *A abolição do tráfico de escravos*, pp. 254-264. Limpo de Abreu procurou novos acordos com a Inglaterra seguindo a maioria dos votos do Conselho de Estado, que recomendou outras rodadas de negociação desde que fossem melhores que “as convenções que findaram aos 13 de março deste ano [1845]”. Cf. José Honório Rodrigues. (org.). *Atas do Conselho de Estado*. Brasília/Senado Federal, v. III, 1978, pp. 127-130.

⁷⁶ Sobre a abolição na França, cf. Robin Blackburn. *The Overthrow of Colonial Slavery, 1776-1848*. London, New York: Verso, 1988, pp. 473-515. A fala do ministro brasileiro foi citada em L. Bethell. *A abolição do tráfico de escravos*, p. 268.

para imigração de colonos africanos. Mais surpreendente, desengavetou o antigo projeto de lei de 1837, submeteu-o a uma seção do Conselho de Estado e o apresentou na Câmara dos deputados em setembro. Era uma orientação firme e completamente nova rumo à supressão do contrabando de africanos.⁷⁷ A historiografia tem levantado algumas hipóteses para decifrar as causas subjacentes à linha de conduta do governo. A mais tradicional é a que evoca os efeitos do *bill*, mas a que tem gerado mais fortuna crítica elegeu o papel da resistência escrava – às vezes entendida em sentido amplo, desde ações deliberadas de violência até doenças infecciosas – como protagonista na luta contra o tráfico negreiro. O levante dos malês (1835), a insurreição quilombola de Vassouras (1838), os rumores nos anos quarenta, os planos revoltosos no Vale do Paraíba (a chamada Conspiração de 1848), a eclosão de febre amarela (1849/1850) e uma crise em torno dos africanos livres (1849/1850) teriam sido fundamentais para que estadistas brasileiros ceifassem na raiz o abastecimento secular de mão-de-obra africana.⁷⁸

Jeffrey D. Needell criticou a maior parte dessas hipóteses. Sua contestação se cifra em demonstrar como é metodologicamente frágil a análise de fontes policiais e parlamentares que a maioria dos estudiosos da resistência escrava apresenta em seus trabalhos. No caso da febre amarela, falas posteriores da oposição parlamentar são tomadas como expressão comprobatória da vontade ministerial. Nos documentos de

⁷⁷ Cf. Requerimento de informações sobre apresamento de barcos por cruzeiros imperiais em ACD, 6 de junho de 1848, p. 181. Sobre colonos africanos, cf. Ofício reservado de José Marques Lisboa para Bernardo de Souza Franco, de 03 de novembro de 1848, AHI, 217/3/6. O antigo projeto n. 133 do Senado começou a ser discutido em 1 de setembro. Cf. ACD, 1 de setembro, pp. 324-331. O leitor deve lembrar que o projeto de 1837 pretendia ampliar o repertório das provas materiais de envolvimento no tráfico (com as cláusulas de equipamento), mas também tornar intocáveis os escravos contrabandeados porventura introduzidos no Império (com a revogação da lei de 7 de novembro de 1831).

⁷⁸ Entre os principais estudos das ações escravas na primeira metade do século XIX, cf. João José Reis. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês em 1835*. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Cia. das Letras, 2003; Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; e Mary C. Karasch. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. 1ª ed. em inglês, 1987. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. A respeito da Conspiração de 1848, cf. Robert Slenes. “‘Malungo, Ngoma vem’: África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP*, 12, 1991/1992, pp. 48-67; o artigo foi reproduzido em Nelson Aguilar (org.). *Mostra do Descobrimento: negro de corpo e alma; black in body and soul*. São Paulo: Associação Brasil 500 anos de Artes Visuais, 2000, pp. 212-220; cf. tb. R. Slenes, “A árvore de *Nsanda* Transplantada: cultos *kongo* de aflição e identidade escrava no sudeste brasileiro (século XIX)”. In: Douglas Cole Libby & Júnia Ferreira Furtado. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2007, pp. 273-314. Acerca dos africanos livres, ver B. Mamigonian. *To be a liberated African*, pp. 181-190. A propósito da febre amarela, vide Sidney Chalhoub. *Cidade febril*. 1ª ed, 1996. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, pp. 60-96; e Dale T. Graden, “An Act ‘Even of Public Security’: Slave Resistance, Social Tensions, and the End of the International Slave Trade to Brazil, 1835-1856”. *Hispanic American Historical Review*, vol. 76, n. 2 (May 1996), pp. 249-282; sobre o efeito cumulativo do receio dos cativos, cf. Jaime Rodrigues. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil, 1800-1850*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Cecult, 2000, pp. 31-62 e 97-119.

inquérito, alusões ao perigo de levantes são hipertrofiadas na narrativa historiográfica, que Needell contrasta com o exame sóbrio e calculado de correspondências administrativas dos estadistas responsáveis pela repressão dos motins e investigação dos rumores. Por fim, o historiador nota que a intensificação do contrabando coincidiu com o episódio dos malês e só se tornou mais aguda nos anos seguintes. Conclui advertindo a “óbvia falta de importância” da sedição baiana e, por extensão, das demais articulações de resistência escrava.⁷⁹

A avaliação metodológica de Needell em grande parte parece correta, mas também se ressent de pontos menos convincentes. Como não leu sistematicamente passagens dos anais parlamentares referentes à escravidão, Needell não percebeu a diferença qualitativa do choque dos malês na esfera pública, em comparação com o impacto minorado de outras ações escravas nos anos subsequentes. Se é verdade que a revolta não teve efeito em 1850, não se pode dizer o mesmo para a década de 1830. Como se viu nos capítulos 1 e 2, a discussão que ela fomentou levou a água ao moinho do Regresso, que entrou na defesa pública da reabertura do tráfico em oposição ao crescente número de projetos e textos antiescravistas publicados a partir de 1835. Afora isso, o pesquisador considerou de roldão todas as hipóteses da historiografia sobre a resistência escrava como inválidas, sem atentar que a Conspiração de 1848, bem examinada por Robert Slenes, difere por ter ocorrido ao pé da Corte no exato momento da formação do gabinete Paula Souza, cuja decisão de discutir o fim do tráfico Needell atribui em termos vagos ao *bill Aberdeen*.⁸⁰ É necessário, então, sintetizar a hipótese de Slenes, para aferir até que ponto ela é sustentável.

Poucos meses depois do jubileu francês, autoridades policiais de Vassouras (RJ) descobriram um plano de revolta espalhado em todo o Vale do Paraíba. Uma espécie de sociedade, organizada em grupos de cinquenta cativos e hierarquizada segundo símbolos kongo da África Central, projetava envenenar senhores e feitores para, uma vez mortos os brancos, coroar um líder africano. A hipótese de Slenes é que havia uma “identidade escrava” no sudeste brasileiro do século XIX, construída na matriz cultural kongo e articulada em torno de sociedades iniciáticas cujos ritos religiosos tornavam rapidamente em contestações políticas. Para o autor, tudo indica que a Conspiração de 1848 se inscreve nesse modelo de organização cultural. Independentemente da hipótese, o que interessa de perto, por ora, é a ligação que ele avança entre a ação escrava e as

⁷⁹ J. Needell. *The Party of Order*, pp. 138-155 e notas 73 e 78, pp. 376-379.

⁸⁰ J. Needell. *The Party of Order*, p. 140.

medidas antitráfico do governo imperial. Segundo Slenes, os eventos no Vale do Paraíba teriam não apenas “galvanizado”, mas mesmo “criado uma opinião” contra o comércio negreiro. Sem esse consenso induzido, todas as investidas beligerantes dos barcos ingleses não teriam passado de estouros no vácuo.⁸¹

Parece haver dois pontos na hipótese conclusiva de Slenes que podem ser comentados. O autor transcreve apenas uma fala parlamentar em que se menciona o complô escravo (de Eusébio de Queirós, proferida em 1852), para explicar todas as decisões do Estado brasileiro desde 1848 – e o faz por citação indireta, demonstrando não se ter ocupado da documentação parlamentar. Se o autor tivesse aplicado o mesmo rigor metodológico à reconstituição do contexto político da fala de 1852 que empregou na recomposição do contexto cultural dos escravos no Sudeste brasileiro, teria facilmente entrevisto as *arrière-pensées* no discurso de Eusébio. À parte isso, Slenes entende que os anos que correm de 1848 a 1850 compõem uma unidade de comportamento administrativo do Estado brasileiro, pois a Conspiração teria reavivado o projeto de 1837 e conduzido o governo a aprová-lo em 1850. De fato, a hipótese do consenso não é nova, tendo já aparecido no volume *O Brasil monárquico: reações e transações* (1967), da *História Geral da Civilização Brasileira*, organizada por Sérgio Buarque de Holanda, no qual se lê que depois de 1848 o governo não ousou “fazer a defesa do tráfico, pois ele era insustentável, além de ser constituído em grande parte por interesses financeiros estrangeiros, notadamente portugueses”. Posteriormente, também foi utilizada por Alencastro.⁸² Cumpre, assim, testar a hipótese da unidade compacta de 1848 a 1850. Em seguida, serão examinados os pressupostos discursivos da fala de Eusébio.

Dada a proximidade cronológica e espacial dos eventos no Vale do Paraíba, é provável que tenham figurado como fator de reflexão para os ministros liberais em 1848. De fato, quando Dias de Carvalho, na pasta do Império, alinhavou no Senado motivos de ordem econômica e de segurança social que o tinham levado a retomar o projeto de 1837, disse que “em grande parte, os nossos lavradores, ambicionando aumentar seus estabelecimentos, contraíram empenhos que, em vez de os elevar a uma posição vantajosa, os puseram em pior circunstância”. Em seguida, completou: “Demais, eu entendo que o Brasil não ganha com a introdução dessa espécie de

⁸¹ Cf. Robert Slenes. “‘Malungo, Ngoma vem’”; cf. tb. R. Slenes, “A árvore de *Nsanda* Transplantada”.

⁸² Cf. Sérgio Buarque de Holanda. *História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico: reações e transações*, t. II, v. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 43; L. F. de Alencastro, “La traite négrière et l’unité nationale brésilienne”, pp. 411-413.

população [africanos], entendo que o maior cuidado e empenho do governo deve ser introduzir colonos brancos, para assim arredar esta população heterogênea que [...] não deixa de inspirar alguns receios. Fatos tem havido no país que demonstram não serem esses receios muito infundados.” Essa é a única alusão parlamentar que, em 1848, dá crédito à Conspiração. Se reforça o elo da conjura com a recuperação do projeto em 1848, ponto já salientado por Bethell e parte da hipótese de Slenes, cumpre dizer que ela não é índice indisputável – a correspondência com o embaixador brasileiro em Londres revela que a preocupação máxima do gabinete é mostrar à Inglaterra a nulidade da eventual aplicação do *bill Aberdeen* contra o Brasil. E muito menos ainda permite a fala de Dias de Carvalho esclarecer a conduta do Estado brasileiro nos anos seguintes.⁸³

Como se sabe, o último artigo do projeto recuperado em 1848 previa a revogação da lei de 7 de novembro de 1831. Temendo os efeitos desse dispositivo, deputados contrários ao tráfico conseguiram barrar sua discussão. Isso como que representou um voto de desconfiança ao gabinete, que deixou o poder imediatamente, dando lugar aos saquaremas (Costa Carvalho na pasta do Império; Rodrigues Torres na Fazenda; Eusébio de Queirós na Justiça; Tosta na Marinha; Manuel Felizardo, na Guerra; e o visconde de Olinda nos Estrangeiros, onde foi substituído no final de 1849 por Paulino Soares).⁸⁴ A dois dias da ascensão desse ministério conservador, em 29 de setembro de 1848, Vasconcelos sugeriu que os saquaremas não estavam resolutos a adotar uma lei antitráfico e seguir a agenda do ministério liberal:

Este governo [o liberal] apresenta-se às câmaras e diz: - Nada de tráfico - : diz muito bem, as leis assim o tem estabelecido, bem ou mal, é direito do país – nada de tráfico. – Consome-se o tempo com a discussão de uma *lei que já nasceu há onze anos, que não devia entrar em debate*; consome-se o tempo com essa lei, fazem-se imensos escarcéus, *a imprensa oficial cobriu de impropérios a todos os que tinham repugnância a tal debate*, até proclamações apareceram; *eu fui um dos que nessas proclamações foram maltratados*; e depois de um debate muito comprido, de sessões secretas, entendeu-se que devia ficar adiado indefinidamente este projeto! Ora, em uma medida tão grave, resolver-se o adiamento é coisa incompreensível,

⁸³ Cf. AS, 21 de agosto de 1848, pp. 396-399. Cf. tb. ofício reservado para Souza Franco, então já ex-ministro dos estrangeiros, 03 de novembro de 1848, AHI, 217/3/6.

⁸⁴ Cf. Em 22 de setembro, o parlamento decretou sessão secreta para discutir a revogação da lei de 7 de novembro de 1831. Em 1º de setembro, Nunes Machado já fazia ver que não a aceitava nem assentia que a propriedade em escravos contrabandeados fosse legal: “Para o Brasil, considerando as coisas em relação ao externo, não há escravos. Se, pois, não há escravos no sentido que o Sr. ministro disse... o mal é tamanho que para tratar dos meios de remediá-lo, nem se pode ter a liberdade de pensamento, a liberdade de discussão: o pensamento do orador é outro, ele não sabe como se há exprimir que não ofenda as conveniências.” Confrontado com a declaração, o ministro cochichou “isso pode ser perigoso”. Cf. ACD, 01 de setembro de 1848, p. 327. Foram falas como essas que provocaram a convocação das sessões secretas. Em 26 de setembro, o Parlamento reabriu suas portas, mas a revogação da lei fora derrotada por 32 votos contra 29. Para os votos, cf. ofício do embaixador inglês citado por Paulino em ACD, 06/06/1851, p. 405 ou Leslie Bethell. *A abolição do tráfico de escravos*, p. 279.

senhores. Porém, o mais incompreensível é que ao mesmo tempo que se fecham as portas ao tráfico, se fecham também as portas à colonização. O que se pretende com este sistema?⁸⁵

Naquele mesmo ano, Vasconcelos ainda desacreditara os receios que o complot do Vale do Paraíba tinha espicaçado em Dias de Carvalho: “Eu devo começar por declarar... não sei como me explique, que não dou crédito nenhum às tais insurreições, por isso não receio a vinda dos braços africanos.”⁸⁶ Se a essas declarações acrescer-se que, em 1849, o visconde de Olinda despachou instruções para Londres insistindo na possibilidade de trazer africanos como colonos livres para o Brasil; e que, no início de 1850, mesmo após agressões do cruzado inglês, seu sucessor, Paulino Soares, ainda desejava sondar a postura da França sobre o tráfico negreiro para o Império; então se percebe que, definitivamente, o programa saquarema em 1849 não era negrófobo nem urgentemente antitráfico.⁸⁷

De fato, este ano foi marcado por turbulentas querelas na própria Inglaterra em torno da repressão atlântica. Afora relatórios e moções parlamentares que reputavam inútil a custosa patrulha atlântica, a gazeta conservadora *The Times* afirmou, em 28 de agosto de 1849, que Londres deveria considerar a possibilidade de tolerar o comércio negreiro e regulá-lo por meios legais. Em outubro, o artigo foi estampado nas páginas do *Jornal do Comércio* e certamente influenciou o processo de tomada de decisões dos estadistas brasileiros.⁸⁸ No meio da enorme crise diplomática de 1850, causada pela incursão de navios ingleses nos portos e nas enseadas brasileiras, o próprio Paulino Soares, então empenhado de corpo e alma em sustentar que o gabinete já subira ao poder decidido a agir, confessaria que a moção inglesa de 1849 ganhou muita atenção no Império. E ainda deixou escapar em tom de desculpa que seu grupo demorou a decidir-se: “O sr. visconde de Olinda também tinha preparado algum trabalho sobre este ponto [supressão do tráfico]; mas, ou porque as dificuldades da posição fossem graves

⁸⁵ Cf. AS, 27 de setembro de 1848, p. 384. Grifos meus.

⁸⁶ Cf. AS, 21 de agosto de 1848, pp. 396-397.

⁸⁷ Cf. Ofício reservado de José Marques Lisboa ao Visconde de Olinda, 04 de maio de 1849, AHI, 217/3/6; e ofício reservado de Joaquim Thomaz do Amaral a Paulino José Soares de Souza, 04 março de 1850, AHI, 217/3/6.

⁸⁸ Cf. Luiz F. de Alencastro. *Le commerce des vivants*, p. 510. O embaixador brasileiro em Londres chamava Thomas Miller Gibson, o livre-cambista que censurava o esquadrão antitráfico, de “prestante indivíduo”; e enviou artigos de jornal grifando as passagens que mencionavam a moção pelo fim do esquadrão. Após a derrota da moção, escreveu que o resultado “não anulará o efeito moral que a nosso favor produzirão as duras verdades que, em desagravo de nosso governo, em rosto a este governo [Inglaterra] lançaram Mr. Gibson e os amigos por quem foi então coadjuvado”. Para o representante brasileiro, a opinião de que a repressão era injusta com o Brasil e inútil para o fim do tráfico ganhava terreno precioso nos Comuns, nos Lords e na imprensa. Cf. os longos ofícios reservados de José Marques Lisboa ao visconde de Olinda, 5 de fevereiro e 4 de maio de 1849, AHI, 217/3/6.

ou porque julgasse conveniente esperar ocasião oportuna, [seus] contra-projetos *nunca foram apresentados*”. A respeito de seu próprio silêncio em 1849, tergiversou: “eu tive também de examinar e aprofundar outras questões gravíssimas que pendem”.⁸⁹

Mas o enorme obstáculo ao tráfico negreiro não se desfez. A esquadra inglesa estacionada no estuário do Prata, em operações contra o presidente argentino Manuel Rosas, se deslocou rumo ao Brasil depois do fim de sua missão para, já em meados de 1849, sujeitar cinco tumbeiros e bloquear parcialmente o porto de Santos. Foi somente após esses ataques à maneira de guerra não-declarada – e não como o quer Needell, para quem “[a]ntes de os ingleses dispararem um tiro, os saquaremas já estavam determinados a reprimir o tráfico” – que os conservadores procederam às primeiras apreensões de negreiros, no final de 1849. O historiador ainda pretende que as menções no relatório do ministro de justiça e os artigos publicados na gazeta ministerial *O Brazil* em prol da supressão, todos de janeiro de 1850, sejam indicadores indisputáveis da calculabilidade política dos saquaremas, àquela altura determinados a aprovar a lei antitráfico o mais rápido possível a fim de evitar uma conflagração armada. Ainda aqui, a questão não é tão cristalina.⁹⁰

Somente em um despacho de 12 de fevereiro de 1850, um mês após os mais belicosos ataques britânicos, é que Paulino mencionou ao agente brasileiro em Londres que o governo imperial se decidira a fazer passar uma nova lei no Parlamento – o ministro o instruiu a usar o argumento como meio de arrancar do *Foreign Office* a promessa de suspensão das hostilidades militares.⁹¹ Mas, novamente, o governo imperial resolveu esperar. Em 19 de março de 1850, o membro do Parlamento britânico William Hutt submeteu moção para desativar a esquadra britânica em operação na Costa da África e, embora tivesse recebido encorpado apoio na plenária, viu a derrota de sua proposta por 232 a 154 votos. Para o agente consular em Londres, essa “extinção importaria quase a revogação virtual do *bill* de lord Aberdeen: talvez induzisse mesmo o Parlamento a fazer legal sua revogação.” É de presumir que a gazeta ministerial *O*

⁸⁹ Cf. ACD, 15 de julho de 1850, pp. 197 *passim*. O discurso está reimpresso em visconde de Uruguai. *Visconde de Uruguai*. Org. e intro. de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Editora 34, 1999, pp. 537-572, especialmente pp. 546 e 569. Grifos meus.

⁹⁰ Cf. Jeffrey Needell. *The Party of Order*, pp. 152 e 155, n. 82, p. 379 ; para as apreensões inglesas em meados de 1849, cf. L. Bethell. *A abolição do tráfico de escravos*, p. 293.

⁹¹ Cf. Ofícios reservados de Joaquim Thomaz do Amaral a Paulino José Soares de Souza, 26 abril de 1850 e 30 de março de 1850, AHI, 217/3/6.

Brazil, publicando textos antitráfico em janeiro de 1850, tenha preferido aguardar em silêncio o desfecho da questão na Inglaterra, nos decisivos meses seguintes.⁹²

Realmente, só após a derrota da moção de Hutt é que o gabinete conservador deu à supressão do tráfico um tratamento *fast-track*, abrindo sem evasivas o processo parlamentar para a aprovação da lei de 4 de setembro de 1850, que pôs a pique de uma vez por todas o tráfico de escravos para o Brasil. No mesmo ofício sobre a derrota de Hutt, o agente consular em Londres alertara que a variável a influir na agenda do Império era não um futuro revés da política antitráfico no Parlamento inglês, que ele qualificou como “muito remoto”, e sim uma coligação entre Inglaterra, França e Estados Unidos contra o Brasil. O eixo antitráfico fora mencionado em tom de ameaça por John Russell, chefe do gabinete Whig. “É singular que lord John Russell incluísse nessa aliança a União Americana”, comentou o brasileiro, “no momento em que esta dá ao mundo civilizado o triste espetáculo de uma disputa que ameaça a estabilidade de suas instituições e que vem toda da própria questão da escravidão.” Mas lamentou: “Infelizmente, essa singularidade não exclui a possibilidade do fato”.⁹³

Não bastasse isso, em 20 de junho de 1850, o representante inglês repassou a Paulino que o *Foreign Office* havia aceitado as agressões militares em águas territoriais como precedentes lícitos para novas investidas – um ano depois, o ministro brasileiro ainda se recordava das fatídicas ordens de junho. Entre apreensões e trocas de tiro com o forte brasileiro de Paranaguá, os saquaremas convocaram finalmente uma reunião do Conselho de Estado para discutir as medidas a serem efetivamente tomadas (11 de julho). Redator do questionário submetido aos conselheiros, Paulino empregou uma linguagem muito clara a respeito do estado belicoso, de guerra virtual, que a Inglaterra declarava, “visitando, detendo e julgando as nossas embarcações, entrando em nossos portos, queimando nossos navios e destruindo toda a resistência que se lhe opuser. Os fatos o provam. A posição em que está o Brasil é muito perigosa.” Não por acaso, o questionário se abriu pela questão “Deve-se resistir?” – isto é, revidar militarmente –, ao passo que as perguntas seguintes se resumiram a saber: a) se era melhor negociar diretamente; b) ou então procurar intermediação de outra potência; c) se convinha

⁹² Cf. Ofício reservado de Joaquim Thomaz do Amaral a Paulino José Soares de Souza, 26 de abril de 1850, AHI, 217/3/6. Cf. tb. J. Needell. *The Party of Order*, n 82, p. 379 ; para a dramática vitória ministerial sobre a moção de Hutt, cf. L. Bethell. *A abolição do tráfico de escravos*, pp. 303-307.

⁹³ Ofício reservado de Joaquim Thomaz do Amaral a Paulino José Soares de Souza, 26 de abril de 1850, AHI, 217/3/6.

escrever um protesto oficial; d) se havia outros meios de retirar o Brasil daquela situação.⁹⁴

O visconde de Olinda reconheceu que o velho tratado de 1826 com a Inglaterra atacava os interesses brasileiros e deveria ser, em termos ideais, revogado. “Se isto não pudesse conseguir-se, devia resignar-se e cumprir o tratado fielmente; fora disto, só o recurso da guerra.” Porém, o Brasil era uma nação pequena, a quem a “Justiça é a única arma em que se pode firmar”. Esse parecer foi seguido por outros: suposto o caso fosse de guerra, declará-la não entrava em questão. Nos outros quesitos, alguns conselheiros convieram que uma potência estrangeira dificilmente faria a mediação, com a possível exceção dos Estados Unidos, cujo auxílio, entretanto, chegaria tarde demais; que um protesto oficial encontraria ouvidos moucos – vale lembrar a inutilidade do manifesto de 1845 em obstar ao isolamento internacional do Brasil; e que, finalmente, a única maneira de o governo contornar a situação era estancar de uma vez por todas o abastecimento de africanos. No dia seguinte, Eusébio de Queirós, já munido do parecer do Conselho de Estado, conferenciou com a Câmara dos Deputados em sessão secreta, estabelecendo o teor da futura lei antitráfico.⁹⁵

É possível perceber que a linha de conduta saquarema procurou evitar a deflagração de uma guerra com a Inglaterra, como o quer Needell – procedendo às apreensões de negreiros por vasos imperiais no final de 1849; publicando os artigos de fundo em *O Brazil*; referindo medidas supressivas no relatório do ministro da justiça; e, finalmente, tratando cara a cara com traficantes e fazendeiros do Vale do Paraíba, como parece tê-lo feito o gabinete já em janeiro de 1849.⁹⁶ Mas não é menos provável que tais medidas tenham tido por objetivo esvaziar temporariamente as razões para os bombardeios ingleses, haja vista que os saquaremas também arrastaram até o último segundo a abertura do processo legislativo para forjar a lei de 4 de setembro de 1850. Comportaram-se assim não apenas por convicções ideológicas ou expectativas políticas, senão também porque o final do tráfico atingia em cheio os interesses de grupos sociais com que o partido tinha selado alianças profundas. Realmente, nos momentos decisivos do contrabando negreiro, essa pressão ainda se fez sentir. Quem a encetou no âmbito

⁹⁴ Cf. J. H. Rodrigues (org.). *Atas do Conselho de Estado*. Brasília/Senado Federal, v. III, 1978, pp. 248; cf. tb. menção de Paulino às ordens de junho de 1850 em AS, 24 de junho de 1851, p. 317.

⁹⁵ Cf. José H. Rodrigues (org.). *Atas do Conselho de Estado*, pp. 247-267. Cf. tb. ACD, 12 de julho de 1850, p. 176.

⁹⁶ Cf. Luiz F. de. Alencastro. *Le commerce des vivants*, pp. 528-529 e n. 174a, p. 558.

parlamentar foi Holanda Cavalcanti, um senador liberal proveniente de uma família de conservadores.

Proprietário rural pernambucano, Antonio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque (1797-1863, visconde de Albuquerque em 1854) ascendeu na hierarquia imperial portuguesa pela via militar. Após servir em Macau e em Moçambique, retornou ao Brasil na década de vinte para sufocar a Confederação do Equador (1824). Embora filiado na Corte aos liberais, pertencia a uma família tradicionalmente conservadora em Pernambuco (seu irmão Pedro, por exemplo, era do partido oposto) e, aparentemente, apenas virou a casaca porque seus correligionários o preteriram como regente substituto de Feijó em favor de Araújo Lima. Apesar dos movimentos excêntricos na Corte, segundo a frase de Joaquim Nabuco, Cavalcanti nunca apagou seus vínculos originais. Liberal por ranço, conservador de coração, nas duas vezes em que teve voz ativa nos ministérios de meados dos anos quarenta, ou procurou apoio entre os saquaremas ou convidou um deles para ocupar uma pasta.⁹⁷

No Senado, Cavalcanti defendeu que o melhor meio de superar o impasse com os ingleses consistia na reabertura do próprio trato de africanos (por ele chamado “resgate de escravos”), que, desse modo, seria regulado pelo governo brasileiro até chegar a um fim em prazo indeterminado. Tratava-se de uma idéia que acompanhava de perto os debates na Inglaterra e, presumivelmente, adaptava o teor de propostas semelhantes publicadas no *The Times*, no livro *The Slave Trade Regulated* (R. Stokes, 1850) e no opúsculo *The Brazilian Slave Trade and its remedy, showing the futility of repressive force measures* (T. R. H. Thomson, 1850). O argumento de Holanda se fundou em três pontos centrais. O sentimento abolicionista se assemelhava às novas correntes do pensamento social europeu contrárias à propriedade privada, como o comunismo; os brasileiros tinham o direito de revogar uma lei nacional, como a de 7 de novembro de 1831; em nenhum país do mundo, o escravo africano encontrava perspectivas de ascensão social como no Império brasileiro.⁹⁸

De início, o senador reconheceu tanto entre os abolicionistas, que vilipendiavam o cativo, como entre os socialistas, que incriminavam as diferenças sociais, um “nobre sentimento” digno da religião cristã. Ao identificá-los na pureza dos propósitos,

⁹⁷ Cf. Joaquim Nabuco. *Um estadista do Império*, pp. 35-40, 76-79, 98.

⁹⁸ AS, 13 de maio de 1850, p. 14. As obras *The Slave Trade Regulated* e *The Brazilian Slave Trade* vêm arroladas na bibliografia em Leslie Bethell. *A abolição do tráfico de escravos*, p. 383. Convém notar que o subtítulo da segunda – *the blockade has only injured legitimate trade; remedy is regulated african emigration to Brazil and abolition of slavery* – prevê o transporte de africanos livres para o Brasil ao preço do fim da escravidão. Nesse ponto, a fala de Cavalcanti não poderia desavir em maior contraste.

contudo, Cavalcanti os uniu também na realização irrefletida de seus objetivos, cujo efeito seria o extermínio da ordem social: “E pensais, senhores, que os Ingleses no momento em que falam contra a escravidão não são irmãos gêmeos dos socialistas? Pois há de haver indivíduos que regurgitem em vícios e riquezas, ao passo que outros, que trabalham todo o dia e que mesmo têm instrução, não têm um talher no banquete da vida? Mas, porque é necessário dar-se também ao pobre um talher no banquete da vida, segue-se que se deve abolir a propriedade, o primeiro anel da cadeia social? É o caso da escravidão”.

Em complemento, argumentou que o direito do povo à resistência de leis impróprias pertencia a qualquer Estado liberal, onde as normas deviam corresponder à vontade da soberania popular, e não ao arbítrio do monarca absoluto. “O que é a lei, senhores? Não é a vontade da maioria do país? O que somos nós, o que deveríamos ser? Não somos os representantes da vontade do país? Pois, quando fizermos uma lei e o país a não receba, o país não está no seu pleno direito? [...] Senhores, nem que o nosso país tivesse um governo absoluto, nem que se usasse de todos os meios de força, isto não seria outra coisa senão conspirar contra a sua existência. [...] Enquanto os negros se venderem na Costa da África, enquanto houver interesse em trazer negros, poderá haver meio algum de coibir semelhante tráfico[?]”. Encerrando um ciclo aberto quinze anos antes, o senador referendou a teoria da resistência popular lançada pela câmara municipal de Valença em 1836, em caso de execução da lei de 1831.

Finalmente, Cavalcanti comparou a vida do africano na África com a vida do africano no Brasil, extraindo daí a convicção de que as perspectivas de ascensão social eram muito maiores no Império. Essa integração podia se dar no campo econômico – pela liberdade de comerciar e de vender produtos – ou ainda no campo social – pela aquisição da alforria. Mais importante ainda, a inserção de escravos africanos no tecido do Império também podia ser política, pois seus filhos nascidos na América eram reconhecidos como cidadãos pela Constituição de 1824, desde que libertados. Assim como os discursos de Cunha Matos (1827), a *Memória sobre o comércio de escravos* (Carneiro da Silva, 1838) e o livro *Inglaterra e Brasil – tráfico de escravos* (J. M. Pereira da Silva, 1845), Holanda Cavalcanti recuperou um dispositivo constitucional brasileiro – concessão da cidadania – para torná-lo princípio de defesa do infame comércio. E, em nenhum momento, utilizou a religião para defender seu ponto de vista, tornando totalmente laico, moderno e constitucional o repertório pró-escravista outrora

religioso e pio. Vale notar que a ênfase na experiência pessoal insinua um contraste persuasivo com as idéias abstratas, sedutoras e perigosas de abolicionistas e comunistas:

E devo acrescentar que o escravo no Brasil é mais feliz do que o escravo na África: não digo por teoria; passei anos na África, corri todas as possessões portuguesas, achei-me em circunstâncias de ter um perfeito conhecimento disto. Não me constou, enquanto estive na África, que um indivíduo forrasse um negro; e quereis ver quais os negros no Brasil que têm tido alforria? Ide ao mercado do peixe, das aves, das frutas e hortaliças e aí vereis que a maior parte dos que têm esses mercados são negros ainda talhados com as marcas de sua nação; eu lá vou todos os dias; levarei não só a qualquer nobre senador, mas a qualquer inglês que queira ir comigo e lhes direi que esses africanos que foram importados como escravos no Brasil são mais felizes que a maior parte dos seus concidadãos. Quereis ver mais como no Brasil se trata aos escravos? Ide a esses cartórios onde existem testamentos e vereis quanto a generosidade para com eles se pratica; ide às pias batismais e aí vereis quantos não são libertados; ide às nossas fazendas, às nossas plantações, aonde achareis libertos em recompensa aos bons serviços prestados aos seus senhores; e não é preciso ir à terceira geração: os próprios escravos vindos da África em grande número têm sido libertados, e se a Constituição não lhes dá o nome de brasileiros, dá a seus filhos quando livres. Qual foi a nação, em que parte do mundo, a raça cruzada tem as prerrogativas que tem no Brasil? E são os ingleses que nos vêm ensinar filantropia!⁹⁹

Além de Cavalcanti, o senador Paula Souza propôs projeto para eliminar quaisquer possibilidades de emancipação dos escravos ilegalmente introduzidos após a lei de 1831, enquanto Candido Batista de Oliveira, referindo a epidemia de febre amarela que se tinha abatido sobre o Brasil, rascunhou um projeto que também tratava do tráfico negreiro. Contrariamente a seus correligionários, Oliveira objetivava reforçar a lei de 1831 e reprimir o infame comércio o mais rápido possível.¹⁰⁰ Diante dos três textos apresentados, o Senado criou uma comissão especial – formada por Holanda Cavalcanti (eleito com 20 votos), Batista de Oliveira (19), Visconde de Abrantes (18), Paula Souza (18) e Limpo de Abreu (16) – para orientar o governo e a Casa quanto ao futuro do tráfico. Durante as reuniões, a comissão especial ainda recebeu uma memória de João Clemente Vieira Souto, onde se previa a reabertura oficial do tráfico negreiro para ser extinto no futuro com impostos pesados. A arrecadação fiscal seria invertida na imigração de colonos livres.¹⁰¹ A Comissão precisou de mais de um mês para emitir um curto parecer – levando um senador a exclamar: “E o que tem feito a comissão? Não foi criada há um mês? Está dormindo” justamente “agora, Sr. presidente, que nos achamos

⁹⁹ AS, 27 de maio de 1850, pp. 127-130.

¹⁰⁰ AS, 13 de maio de 1850, pp. 15-17.

¹⁰¹ AS, 8 de junho de 1850, p. 109. Trazendo o título “Meios de abolir a escravidão no Brasil”, a memória espantou alguns senadores. Paula Souza a recusou logo de início. Para ele, sua admissão poderia levar o povo a pensar que a comissão especial tinha vistas de extinguir o cativeiro: “e isto é de algum alcance sobre a tranqüilidade pública de uma nação onde, pelo menos, a terça parte da população é escrava”. Só foi tranqüilizado quando o 1º Secretário explicou que se tratava da reabertura do tráfico. Cf. ACD, 8 de junho de 1850, p. 110.

bloqueados, que o Rio de Janeiro fica bloqueado por causa do tráfico”. A demora se explica. Somente em 1º de julho, após o gabinete perceber a impossibilidade de cessação das agressões britânicas, ela deu o parecer. Basicamente, refreava a iniciativa de Cavalcanti e de Paula Souza para endossar “a idéia de meios que tendam a reprimir o tráfico, de acordo com a letra e espírito da lei de 7 de novembro de 1831”. Em concordância total com os saquaremas, concluía dizendo que se deveria esperar o governo aprovar o projeto de lei de 1837 sem a revogação do diploma de 1831.¹⁰²

Em tempo oportuno, Paulino reconheceu a superioridade teórica da proposta de Cavalcanti, isto é, que teria sido desejável regular o tráfico negreiro, para interrompê-lo no futuro. Mas a postura beligerante da Inglaterra enterrava qualquer possibilidade conciliatória: “Senhores, não é o melhor, ao menos para mim, não é o melhor aquilo que é o melhor abstratamente e em tese. É o melhor aquilo que é exequível”.¹⁰³ Em que consistia a inexecutabilidade da manutenção do tráfico? No discurso de mais de uma hora que Paulino Soares fez para convencer a Câmara da supressão do contrabando, em nenhum momento citou homogeneidade étnica nacional, dívida de proprietários ou perigo de revoltas escravas – argumentos que poderiam ser mobilizados, como de fato o foram por Dias de Carvalho em 1848. Suas palavras ecoam a advertência do agente brasileiro em Londres após a derrota da moção de Hutt, isto é, o isolamento internacional brasileiro:

perguntarei àqueles que sentem que a continuação do tráfico convém, se é possível que ele continue ao menos por muito tempo? Quando uma nação poderosa, como é a Grã-Bretanha, prossegue com incansável tenacidade pelo espaço de mais de 40 anos o empenho de acabar com o tráfico com uma perseverança nunca desmentida; quando ela se resolve a despendar 650 mil libras por ano somente para manter os seus cruzeiros para reprimir o tráfico; quando ela obtém a aquiescência de todas as nações marítimas européias e americanas; quando o tráfico está reduzido ao Brasil e a Cuba, poderemos nós resistir a essa torrente que nos impele, uma vez que estamos colocados neste mundo? Demais, senhores, se o tráfico não acabar por estes meios, há de acabar um dia.¹⁰⁴

De fato, o risco de guerra com a Inglaterra pareceu tão grande, que em junho de 1850 foram previstos no orçamento emendas adicionais para prevenir ataques militares, e Paulino instruiu o representante imperial em Washington a pedir apoio em caso de ocupação maciça das águas territoriais brasileiras.¹⁰⁵

¹⁰² AS, 1 de julho de 1850, pp. 45-53 ; cf. falas de Costa Ferreira, da oposição, em AS, 27 de junho de 1850, pp. 433 e 438.

¹⁰³ AS, 24 de maio de 1851, p. 319.

¹⁰⁴ ACD, 15 de julho de 1850, p. 208; cf. tb. Visconde de Uruguai. *Visconde de Uruguai*, p. 570. O trecho também é citado em Jeffrey Needell. *The Party of Order*, p. 153.

¹⁰⁵ Cf. Luiz F. de Alencastro. *Le commerce des vivants*, pp. 513-514 e 550, n. 122.

Em *The Party of Order*, Needell formulou duas questões centrais sobre o encerramento do tráfico para o Império. Por que justamente os conservadores o levaram a efeito? E o que os motivou a fazê-lo? A essas se pode acrescentar uma terceira, avançada por Alencastro: por que a Inglaterra descarregou o canhão no Brasil, e não em Cuba, o outro grande escoadouro de homens ilegalmente escravizados? Como boas perguntas não envelhecem, é sempre esclarecedor voltar a elas.

À primeira indagação, Needell observou que apenas os saquaremas desfrutavam de credibilidade suficiente entre os proprietários de escravos para convencê-los a adotar uma medida que os atingia diretamente. A origem dessa credibilidade repousava na postura inequívoca dos saquaremas em favor da “contenção da resistência violenta” dos escravos. De fato, Francisco *Gonçalves Martins* e Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, dois pró-homens do partido, se notabilizaram acachapando, respectivamente, os levantes dos malês (Bahia, 1835) e a insurreição quilombola (Vassouras, 1838), enquanto Eusébio de Queirós, por anos chefe de polícia no Rio de Janeiro, investigou e dissolveu rumores de conspirações nas décadas de 1830 e de 1840. Infelizmente, Needell considerou o tráfico negreiro na forma de contrabando como necessidade econômica natural e, portanto, sem influência na política brasileira, ignorando que o comércio legal de africanos, uma atividade economicamente orientada, difere radicalmente do contrabando negreiro, uma atividade politicamente protegida.¹⁰⁶ Nesse sentido, é preciso reconhecer que o capital político acumulado pelos saquaremas proveio, além da “contenção” social, sobretudo do papel fundamental que exerceram na reabertura do contrabando negreiro em nível sistêmico, anulando eventuais resistências no centro de operações do Estado brasileiro.

Ora, como se viu, a agenda saquarema consistia precisamente em oferecer a proteção política necessária ao contrabando, apresentando projetos de revogação da lei de 1831, estimulando o envio de representações municipais e provinciais, publicando livros e memórias favoráveis à escravidão, pressionando gabinetes e ministros liberais a fazer vistas grossas etc. Graças a esse procedimento, que se tem proposto chamar de

¹⁰⁶ Cf. J. Needell. *The Party of Order*, pp. 139, 149, 155. Poder-se-ia também acrescentar a repressão da Sabinada, levante dotado de conotações raciais, como outra razão para acúmulo do capital político acumulado por Gonçalves Martins. Cf. Keila Grinberg. *O fiador dos brasileiros*, pp. 145-155.

política do contrabando negreiro, o Vale do Paraíba despontou como o maior produtor mundial de café entre 1837 e 1850. Essa expansão pirática do Estado nacional teve efeito em diversas esferas: não só auxiliou possivelmente na realização do programa saquarema de centralização do judiciário, como também forneceu alívio financeiro para o combate das revoltas provinciais. Como foi dito no capítulo anterior, as vilas de Presídio, Paraíba do Sul, Valença, Vassouras, Resende, Barra Mansa e Bananal, todas elas politicamente organizadas pela reabertura do contrabando, forneceram a base territorial, bem como os recursos materiais e humanos, para que o governo montasse sua ação repressora contra os liberais insurrectos de 1842. Pode-se dizer, assim, que o capital político acumulado por meio do contrabando deu aos saquaremas ascendência enorme sobre os proprietários, que sabiam dever sua fortuna à atuação de seus líderes parlamentares.¹⁰⁷

A resposta de Needell à segunda pergunta – os motivos da repressão do tráfico – é mais certa. Os saquaremas se engalfinharam contra o trato negreiro “para evitar um bloqueio comercial fatal e uma guerra catastrófica com a Inglaterra e para ganhar livre curso no Rio da Prata”. Essa interpretação se reforça ainda mais em face do comportamento reticente do Estado brasileiro em 1849 e, por vezes, até mesmo em 1850, prorrogando até o limite o final do contrabando. Nessa equação, a Conspiração de 1848 pode, eventualmente, ter contribuído para a recuperação do projeto antitráfico naquele ano, mas seus efeitos se evaporaram nos anos seguintes, como o demonstram as falas parlamentares e os ofícios diplomáticos. Até mesmo o comportamento dos fazendeiros infirma a hipótese de Slenes. Retome-se a fala de Eusébio de Queirós proferida em 1852. Ela provaria o papel-chave da Conspiração de 1848 no processo de tomada de decisões do Estado brasileiro:

Alguns acontecimentos ou antes, sintomas de natureza gravíssima, que se foram revelando em Campos, no Espírito Santo e em alguns outros lugares como nos importantes municípios de Valença e Vassouras, produziram um terror que chamarei salutar, porque deu lugar a que se desenvolvesse e fizesse sentir a opinião contrária ao tráfico. Todas as pessoas que então se achavam no Rio de Janeiro e se tivessem ocupado desta matéria reconheceram que nesta época os mesmos fazendeiros que até ali apregoavam a necessidade do tráfico eram os primeiros a contestar que era chegado o momento de dever ser reprimido.¹⁰⁸

¹⁰⁷ J. M. Pereira da Silva também arrola as vilas que apoiaram o Regresso em 1842, acrescentando Magé, Iguaçu e Piraí. Vide *Memórias do meu tempo*, pp. 85 *passim*.

¹⁰⁸ Cf. ACD, 16 de julho de 1852, p. 249; Cf. tb. Robert Slenes. “A árvore de Nsanda transplantada”, p. 308.

Nesse trecho, Eusébio descreve um processo tipicamente legítimo em Estados representativos: a sociedade manifesta a opinião pública, e o partido que a representa realiza seus desejos no governo. É difícil, entretanto, recolher indícios da presumida conduta antitráfico dos fazendeiros do Vale perante o simples fato de que eles mesmos compraram mais de 45 mil africanos ilegais em 1849, quase trinta mil a mais que três anos antes. Como conciliar o “terror” a que aludiu Eusébio com a confiança no consumo de cativos em 1849? Como admitir a afirmação de Eusébio, se a única representação da sociedade civil recomendando o fim do tráfico, entre 1848 e 1850, procedeu, não do Vale do Paraíba nem do Espírito Santo, cenários da Conspiração, mas da distante província da Bahia?¹⁰⁹

De resto, a comparação do episódio brasileiro com outro em contexto semelhante pode ajudar na resolução do problema. Como é sabido, Cuba se alimentava do contrabando negreiro exatamente como o Brasil, na primeira metade do século XIX. Em 1843, a ilha foi conflagrada por uma série de pequenas revoltas nas regiões de *plantation* de Cárdenas e Matanzas e, em dezembro, descobriram-se planos de uma insurreição geral a ser proclamada por escravos e libertos, depois rotulados de *Conspiração de La Escalera*. Ao contrário do Brasil, a repressão na colônia espanhola, efetuada entre janeiro e março de 1844, resultou em um banho de sangue. Cerca de três mil pessoas foram inqueridas, entre as quais quase cem brancos, perto de mil sofreram condenação de um a dez anos em cárcere e setenta e oito foram formalmente executadas.¹¹⁰

Depois de uma das revoltas, na província de Matanzas, fazendeiros da região compuseram uma “Importante exposición de los hacendados de Matanzas ao Gobernador Capitán General, pidiendo la supresión de la trata”. Essa opinião também transpareceu quando o governo espanhol consultou, em 1844, diversos órgãos locais a respeito da aprovação de uma lei antitráfico. Dos sete órgãos sondados, três referiram

¹⁰⁹ Cf. www.slavevoyages.org. Cf. tb. “Representação da câmara municipal da cidade da Bahia contra o tráfico de africanos”, AS, 7 de agosto de 1850, p. 109. O texto se encontra na Centro de Documentação e Informação (CEDI). Coordenação de Arquivo. Mapoteca. Arquivo da Câmara dos Deputados, Brasília. Como vimos nos capítulos anteriores, a província baiana jamais utilizou os espaços institucionais da política (Câmaras Municipais e Assembléia Legislativa Provincial) para defender o tráfico; mas não hesitou em usá-los para criticá-lo.

¹¹⁰ Sobre a Conspiração, cf. Robert L. Paquette. *Sugar is made with blood: the conspiracy of La Escalera and the conflict between Empires over Slavery in Cuba*. Connecticut: Wesleyan University Press, 1988; vide tb. Gloria García, “Vertebrando la resistencia: la lucha de los negros contra el sistema esclavista, 1790-1845”. In: María Dolores Gonzáles-Ripoll, Consuelo Naranjo, Ada Ferrer, Gloria García & Josef Opatrný. *El rumor de Haití en Cuba: temor, raza y rebeldía, 1789-1844*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004, pp. 316-320.

explicitamente *La Escalera* e um a evocou indiretamente como razão para suspender o contrabando de africanos. Com a conspiração, a emissão de tais pareceres e a aprovação da lei antitráfico espanhola em 1845, o tráfico negreiro em Cuba despencou até 1848, enquanto foram ensaiados os primeiros trabalhos de chineses na lavoura. Ainda assim, recobrou aos poucos o volume original, e a horrorosa experiência de 1843/1844 caiu em um interessado esquecimento. Muito provavelmente, a ausência de um fator externo ao universo da *plantation* – como o movimento abolicionista ou um Estado beligerante – não permitiu que os receios surgidos após *La Escalera* se consubstanciassem em agenda política definitiva.¹¹¹

No Brasil, onde tampouco houve abolicionismo como movimento social até a década de 1870, o tratamento beligerante da Inglaterra compôs um fator diferencial e decisivo. Na década de 1850, lord Stanley escrevia ao chefe do *Foreign Office*, lord Malmesbury, que “aplicar em Cuba ordens semelhantes às aquelas emitidas por Palmerston e lembradas por nós referentes ao Brasil equivale quase à declaração de Guerra”, sobrevivendo como inevitável consequência a anexação da ilha pelos Estados Unidos:

a dificuldade consiste em como fazer isso sem excitar a cobiça ou encorajar a agressão dos EUA. Se você remover poucas embarcações que ocasionalmente tocarem em Havana [...] eles [os americanos] se sentirão encorajados em seus desígnios. Por outro lado, se você estabelecer um bloqueio ou algo parecido, excita nos Estados Unidos um grito de ‘interferência britânica’ e acredita-se no mesmo instante que você irá tomar Cuba.¹¹²

A diferente inserção de Cuba e de Espanha na geopolítica global, que determinou as opções beligerantes da Inglaterra na supressão definitiva do contrabando, não escapou aos estadistas e funcionários brasileiros. Em 1850, o representante imperial em Madri ensinou ao ministro dos estrangeiros, Paulino Soares, que a recente interrupção das relações diplomáticas entre a Espanha e a Inglaterra tinha sido superada graças, entre outros motivos, ao “interesse que tem Inglaterra em fazer causa comum com este país [Espanha], para afugentar os perigos que ameaçam a ilha de Cuba por parte dos Estados Unidos”. Ao longo dos anos cinquenta, senadores notaram claramente indignados que a Inglaterra não ousava “tornar extensivas à ilha de Cuba as disposições coercitivas do *bill Aberdeen*” sem “o assentimento do governo espanhol”. Sérgio de

¹¹¹ Julia Moreno García. “Actitudes de los nacionalistas cubanos ante la ley penal de abolición y represión del tráfico de esclavos (1845)”. In: Francisco de Solano & Augustín Guimerá. *Esclavitud y derechos humanos: la lucha por la libertad del negro en el siglo XIX*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990, pp. 407-413; cf. tb. R. L. Paquette. *Sugar is Made with Blood*, pp. 211 *passim*.

¹¹² Cf. David Murray. *Odious Commerce: Britain, Spain and the Abolition of the Cuban Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980, pp. 230, 231, 263, 264, 301, 307 e 315.

Macedo, deputado que servira como agente consular em Londres, fez ver aos deputados que o *bill Aberdeen* era uma “máquina de guerra” de que o Brasil tinha de se livrar. Fato era que ministros não “conseguiram do governo inglês que quebrasse essa máquina de guerra; mas, tendo conseguido por seus sábios e enérgicos esforços pôr efetivamente termo ao tráfico, ela se tem tornado uma lei morta.” Sem o apoio bélico dos Estados Unidos, o Império do Brasil se viu forçado a silenciar uma guerra não-declarada; e o único meio de fazê-lo foi atalhar o contrabando de escravos.¹¹³ À pergunta sobre as razões que fizeram a Inglaterra eleger Brasil como alvo dileto, Alencastro respondeu que “a política coercitiva britânica pressupôs a existência no Rio de Janeiro de um governo capaz de ceder às pressões exteriores” por ter transformado “o tráfico em um negócio de Estado”. Porém, a ligação umbilical entre Estado e contrabando também valia para o binômio Espanha/Cuba. O nó do problema radicava, de fato, nas distintas inserções geopolíticas dos dois sugadouros escravistas.

Em contrapartida, a dimensão da conspiração no Brasil é visivelmente menor que a da congênere cubana, de forma que, já no ano de 1849, o assunto das revoltas escravas desapareceu e, em 1850, não foi mencionado sequer uma vez pelo gabinete saquarema. Por que, então, Eusébio o avocou em 1852? Talvez um pequeno esforço de contextualização seja suficiente para esclarecê-lo. Desde o final do contrabando negreiro, em 1850, uma barulhenta oposição liberal se organizou para enlamear os possíveis méritos que do fim do tráfico poderiam escoar para os saquaremas. Medalhões do partido como Dias de Carvalho, Joaquim *Antão* Fernandes Leão e Manuel de *Melo Franco* (todos os três suplentes por Minas Gerais), bem como ex-conservadores como Bernardo de *Souza Franco* (pelo Pará) e Pacheco (por São Paulo), bombardearam constantemente o ministério, assacando-lhe a responsabilidade pela virtual guerra que a Inglaterra declarara ao Império. Para eles, tudo poderia ter sido evitado se os saquaremas tivessem se pronunciado contra o comércio negreiro logo após terem subido ao poder. O gabinete saquarema “consentia em excessos [da Inglaterra] que iam pondo em risco a vida e a propriedade de muitos brasileiros proprietários de escravos e agricultores”, disparou Souza Franco, entre os inúmeros ataques da oposição.¹¹⁴

¹¹³ Cf. Ofício ostensivo de José Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque a Paulino José Soares de Souza, 02 de abril de 1850 e 19 de junho de 1850, AHI, 222/1/6. Cf. AS, 14 de junho de 1854, p. 153; AS, 27 de maio de 1854, pp. 134-136; AS, 02 de junho de 1856, p. 30; 10 de julho de 1857, pp. 245-246. Cf. fala de Sérgio de Macedo em ACD, 19 de junho de 1857, p. 62.

¹¹⁴ Cf. ACD, 02 de junho de 1851, pp. 319-320 e 334-335; ACD, 03 de junho de 1851, pp. 343; ACD, 04 de junho de 1851, pp. 365-366; ACD, 05 de junho de 1851, p. 385; ACD, 07 de junho de 1851, p. 413; ACD, 28 de junho de 1851, pp. 648-650.

A contumácia dos liberais exigiu que os ministros subissem na tribuna para sustentar o ponto de vista contrário, isto é, que eles souberam evitar a guerra externa e proteger a propriedade dos fazendeiros. Em 30 de junho, um impaciente Eusébio de Queirós exigiu o fim imediato de tais discussões: “desejaria que todos os nobres deputados que conhecem o melindre de certas matérias não procurassem suscitar sobre elas debate”. Para ele, se “o ministro, ou por ignorância ou por irreflexão, defendesse mal a sua posição, quem ganharia com isto não era o país, não era a oposição, não era o governo; seria sim o estrangeiro.” Os embates se suspenderam por uns dias, mas logo a oposição voltou à carga, acusando o governo de não garantir a propriedade escrava contraída após 1831. Mais uma vez, Eusébio pediu o silêncio sobre a matéria: “não posso deixar de repetir que é muito contrário aos interesses do país que o nobre deputado, tratando de uma questão que diz respeito à dignidade e interesse do país vilipendiados pelo estrangeiro, entenda que é a ocasião mais própria para censurar a administração.” O deputado “devia esquecer-se de que pertence à oposição e somente lembrar-se de que é brasileiro. (*Apoiados*)”. O ministro, por fim, desabafou: “estou persuadido de que nada ganhamos com ela [a discussão]”.¹¹⁵

O pedido foi indeferido. Em 1852, a bancada liberal voltou alardear que a administração saquarema só agia “ao som do canhão britânico” e se recusava a efetuar prisões de célebres traficantes. O infatigável Souza Franco não perdoou a ligação pretérita do partido com os traficantes: “Depois das relações dos nobres ministros, da posição em que se achavam com a maior parte desses a quem foram obrigados a combater o tráfico, porventura não lhes deveria ter sido doloroso esse procedimento para com seus amigos, essas violências que alguns até julgariam desleais?” Na avalanche verbal, outro deputado baixou o nível das observações: “O Sr. Hudson [agente britânico] puxou o Sr. Paulino pelos cabelos e o foi levando para onde quis”.¹¹⁶ Foi apenas nesse contexto, de combate cerrado da oposição e após dois pedidos pelo fim das querelas, que Eusébio de Queirós voltou mais uma vez à tribuna, proferindo o célebre discurso de 16 de julho de 1852, no qual pela primeira vez tocou na Conspiração de 1848.

¹¹⁵ Cf. discursos da oposição em ACD, 26 de julho de 1851, pp. 319-320 e 328; ACD, 30 de julho de 1851, pp. 383-384; 09 de agosto de 1851, p. 525. Cf. respostas de Eusébio em ACD, 26 de julho de 1851, p. 323; ACD, 01 de agosto de 1851, pp. 409-410; ACD, 09 de agosto de 1851, pp. 527-528.

¹¹⁶ Cf. ACD, 02 de junho de 1852, p. 142; ACD, 03 de junho de 1852, p. 160; ACD, 04 de junho de 1852, p. 186; ACD, 07 de junho de 1852, p. 206; ACD, 12 de julho de 1852, pp. 177-178; 15 de julho de 1852, p. 225.

A fala de Eusébio foi toda construída para defender a única idéia de que a Inglaterra não teve mérito no fim do tráfico negreiro, que era uma questão inteiramente nacional. Para tanto, dividiu-a em três partes. Na primeira, expôs inexactidões nas mais variadas matérias dos ofícios de Hudson, o agente britânico instalado na Corte do Rio de Janeiro; em seguida, procurou provar que o gabinete saquarema se adiantou às agressões inglesas, decidido que estava a abafar o contrabando; por fim, explicou os motivos do governo. Embora crível em diversas passagens, o discurso de Eusébio contém evidentes *arrière-pensées*. O chefe saquarema disse que o gabinete ascendeu decidido a reprimir o tráfico e teria aprovado a lei de 4 de setembro de 1850 nos primeiros meses do ano, tergiversando apenas por causa das agressões militares, que o fizeram recluir a tomada de qualquer decisão. Igualmente, reputou a reabertura do contrabando, em meados da década de 1830, às puras necessidades da lavoura, elidindo por completo a contribuição ativa de seu próprio partido.¹¹⁷

Para sustentar a idéia de que o tráfico e seu fim eram questões nacionais, Eusébio “despolitizou” não apenas o momento de reabertura do contrabando, como também o seu fim. Para tanto, atribuiu à opinião pública – e apenas a ela – o porvir do infame comércio. A “opinião pública” o reabriu levada pela “necessidade” de expandir o número de trabalhadores na época da colheita. Assim também, a opinião pública decidiu encerrá-lo por conta das dívidas que os fazendeiros contraíam com o tráfico negreiro e do receio de revoltas escravas. Ora, são visíveis os dois princípios que, estruturando um discurso interessado de Eusébio, não deveriam ser tomados como índices comprobatórios e indisputáveis. O deputado não apenas *despolitizou* a dinâmica do tráfico negreiro, mas também *internalizou* todos os motivos ligados a seu fim, excluindo completamente o papel da Inglaterra. Um e outro princípios são, por sua vez, ancilares da idéia central, expressa na introdução de seu discurso: o tráfico de escravos era uma questão “*inteiramente nacional*” e, apenas dentro desses parâmetros, deveria ser entendido.

Essa interpretação se impôs como lugar-comum na década de 1850, graças à coerência discursiva dos saquaremas na Câmara, no Senado e em outras publicações.¹¹⁸

¹¹⁷ Cf. ACD, 16 de julho de 1852, pp. 247-248.

¹¹⁸ Cf. falas de Mauá em ACD, 16 de agosto de 1856, p. 194; de Itaboraí (Rodrigues Torres) em AS, 30 de maio de 1856, pp. 305-307; de Honório em AS, 29 de maio de 1856, pp. 270-275; e de Visconde de Abrantes em AS, 28 de maio de 1856, pp. 231-234. Para Abrantes, o contrabando reapareceu sob a necessidade de lavradores; não contou com o apoio do governo imperial, cuja repressão foi embargada pelas revoltas regenciais; em 1848, a opinião pública se virou contra o tráfico; o governo, operando nas regras do regime representativo e dotado da forte autoridade do Segundo Reinado, pôs termo ao

Segundo ela, nem o Estado nem os estadistas tiveram papel na reabertura do contrabando negreiro; apenas se tornou possível fechar o tráfico após a opinião pública assim o entender e demandar; e a Inglaterra somente desengonçou os desígnios diretos e sinceros de repressão por parte do governo imperial. É claro que nem todos na época se deixaram embulhar. No Senado, o próprio visconde de Albuquerque (Holanda Cavalcanti) tocou no grave problema que era “o tráfico ligado com as eleições”, perguntando: “Quem é que não presenciou, Sr. Presidente, os lamentáveis efeitos dessa provocação contra a lei, contra a vontade nacional?” Como ele e os saquaremas sabiam, o problema era menos o “comerciante” ou o “lavrador” que “a autoridade conivente e protetora. Aí é que está o grande segredo do tráfico.” E terminou reconhecendo o efeito da política no contrabando com alusão a Vasconcelos: “Nesta casa havia homens que diziam que a nossa felicidade toda tinha vindo da costa da África, e então o tratado não era cumprido”.¹¹⁹ Dois autores anônimos de perfis de políticos inimigos dos saquaremas também lembraram em *A galeria dos brasileiros ilustres* que seus biografados tinham sofrido perseguição da “opinião então dominante” e do “partido negreiro”.¹²⁰

Mas essas vozes gritavam no deserto. Mais tarde, foi a leitura saquarema – sobretudo o tópico referente à cisão entre Estado e contrabando – que se infiltrou nos memoriais do final do século XIX e, por fim, na historiografia do XX. O último trabalho que ainda a convalida é a ampla pesquisa resultante em *The Party of Order*. Entretanto, o exame cerrado dos anais parlamentares sugere uma outra interpretação. Definitivamente, o Estado brasileiro em geral e os saquaremas em particular tiveram participação ativa, direta e decisiva no mais volumoso contrabando ilegal de seres humanos de que se tem notícia na história ocidental. Para encerrar o capítulo, uma curiosa fala pode ilustrar a contumácia negreira do Estado brasileiro e a linha de conduta da Grã-Bretanha. Em 1827, durante os debates parlamentares sobre a convenção antitráfico anglo-brasileira, um deputado lançou um grito que se tornou em

contrabando. Em 1855, um deputado conservador resumiu toda a história do partido e os pontos principais de sua política. Em nenhum momento, tocou no assunto do tráfico negreiro. Cf. ACD, 02 de julho de 1855, pp. 9-15. Em 1853, outro correligionário elogiou profundamente Vasconcelos e, ao mesmo tempo, negou à Inglaterra qualquer papel na repressão (ACD, 06 de julho de 1853, p. 91). Em 1852, o conservador pró-tráfico Carneiro da Cunha asseverou cinicamente: “A nenhum dos partidos se pode culpar do passado; a nação não estava suficientemente esclarecida, a sua maioria julgava que não poderia passar sem os braços africanos; foi depois dos debates na imprensa e na tribuna que a opinião da maioria do povo brasileiro se manifestou e então também esteve o governo em melhores circunstâncias para tomar medidas a esse respeito”. Cf. ACD, 14 de julho de 1852, p. 213. As biografias dos estadistas conservadores em *Galeria dos homens ilustres* também silenciam completamente suas ligações com o tráfico negreiro. Cf. Sisson. *A galeria dos brasileiros ilustres*, vv. I e II.

¹¹⁹ Cf. AS, 04 de junho de 1856, p. 120.

¹²⁰ Cf. Sisson. *A galeria dos brasileiros ilustres*, v. I, pp. 86 e 120.

oráculo vinte e três anos depois: “não podia dizer o governo brasileiro aos ingleses – Vós embarçais os portos com vossas esquadras, mas eu não faço tal convenção – ? Eu queria ver a esquadra britânica pôr-se em movimento”.¹²¹ Meio quarto de século depois, esse desafio sibilino virou realidade – a Inglaterra sacou as armas, e o projeto de um Brasil africano se esfumou em sonho.

¹²¹ Cf. ACD, 3 de julho de 1827, p. 25.

IV. coroa e parlamento:
escravidão e poder político
na era pós-contrabando,
1851-1865

“I-Juca-Pirama”, o famoso poemeto épico do herói tupi que aceita a morte para salvar a honra de sua etnia, foi lançado por Gonçalves Dias em 1851. Nos anos seguintes, o cânone literário indianista se expandiu com *A Confederação dos Tamoios* (1856), de Gonçalves de Magalhães, com *O Guarani* (1857), de José de Alencar e com *Iracema* (1865), do mesmo autor. Aí estão as principais histórias de índios que forneciam narrativas de um passado idealmente partilhado por todos os súditos do Império. Num caso raro de coincidência cronológica entre arte e política, a maior parte dos anos entre 1851 e 1865 passou para a historiografia sob o signo da Conciliação, em que as províncias pareciam baixar o tom de revolta para processar suas demandas apenas nos canais consagrados do Estado nacional, ao passo que os ranços partidários davam lugar à aparente união de liberais e conservadores pelo progresso material do país. O cenário é de uma *pax augusta* nos trópicos, a que alguns historiadores já chamaram “apogeu” do Segundo Reinado.¹

Visto de perto, o panorama parece um pouco mais complexo. Como já o atestaram diversos historiadores, a supressão do contrabando negreiro para o Brasil, em 1850, representou o fim de uma era, cujos efeitos foram sentidos nos enclaves de *plantations*, na dinâmica da economia nacional e em outros lugares do espaço atlântico. Alguns indícios do impacto sobre as propriedades agrárias e o mercado nacional foram a estruturação do tráfico interprovincial de escravos, o aumento do preço dos cativos e a tendência inflacionária dos alimentos. No plano macro-econômico, a liberação instantânea de volumoso capital de extração negreira contribuiu para aplicação de títulos em instituições como o terceiro Banco do Brasil (1854), o Banco Comercial e Agrícola (1858), o Banco Rural e Hipotecário (1859) e diversas associações comerciais – isso para não falar em ferrovias e linhas de telégrafo. Finalmente, o ano de 1850 provocou o deslocamento de recursos humanos, de infra-estrutura e de capital, até ali aplicados no fluxo África-Brasil, para o contrabando negreiro nos Estados Unidos, onde ressurgiu em escala inédita no segundo lustro da década, tornando-se uma das questões-chave na Guerra Civil.²

¹ Ver periodização de Capistrano de Abreu, “Fases do Segundo Império”. In: *Ensaios e estudos*, 3ª série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1938, pp. 115-130; e de José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 1ª ed., respectivamente, 1980 e 1988. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 59; o autor cita Capistrano na p. 62, n. 16.

² A tradicional tese dos efeitos da supressão sobre infra-estrutura e liquidez está em Caio Prado Jr. *Evolução política do Brasil*. 1ª ed., 1933. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006, pp. 90-100, e *História econômica do Brasil*. 1ª ed., 1945. São Paulo: Ed. Brasiliense Ltda., 1949, pp. 178-181; cf. tb. Luiz Felipe de Alencastro, “Vida privada e ordem privada no Império”. In: (org.). *História da vida privada no Brasil. Império: a Corte e a modernidade nacional*. 1ª ed., 1997. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, v. II, pp. 37

Ainda há outro tipo de efeito menos lembrado. Os entrepostos africanos, sendo colônias portuguesas, não acarretavam custos de gestão para o Império do Brasil. Ali não se gastava com desembargador, juízes de direito, promotores, professores, chefes de polícia, deputados, senadores, presidente de província, bispo, cônegos, capitães, soldados, estradas, escolas, abastecimento etc. Era toda uma soma de recursos que muitas províncias brasileiras – como Goiás, Mato Grosso e Piauí – não chegavam nem a cobrir por causa de receitas insuficientes. Para alguns parlamentares, era mesmo absurdo que províncias inexpressivas quisessem “ter os mesmos direitos [de outras], quando se sabe que algumas delas, cujo rendimento não excede de 8 a 10 contos, servem somente de ônus à união.” Realmente, a África parecia o inverso de muitas partes do Brasil: dava divisas sem gerar gastos. Se, para fazendeiros, a Costa da África e o Brasil tinham funcionado por três séculos, respectivamente, como zona de reprodução de escravos e zona de produção escravista, para muitos estadistas imperiais, pode-se dizer sem receio, a Costa da África era uma província perfeita.³

Efetivamente, as conseqüências diretas e indiretas da supressão do contrabando brasileiro não podem ser desprezadas. A historiografia, contudo, ainda não as mapeou na dinâmica da política imperial e na sobrevivência política da própria escravidão, de maneira que parece importante formular perguntas como: i) em que medida o fim do contrabando negreiro alterou a composição das forças em jogo no Parlamento do Brasil? ii) ainda seria possível falar de um tipo de *política da escravidão*, da mesma forma que se delineara uma *política do contrabando negreiro*? iii) quais efeitos o ano de 1850 teve na percepção que os estadistas do Império guardavam do futuro da escravidão? As respostas permitem enquadrar o cativo no nível da macro-política brasileira e entrever até que ponto uma nação pretendia enlaçar seu destino numa instituição que entraria para a História como vergonha e mácula da humanidade. Antes, porém, é

passim; a respeito da emissão monetária, ver André Villela. *The Political Economy of Money and Banking in Imperial Brazil*. Tese de Doutorado. London School of Economics and Political Science. London, 1999, pp. 72-117. Note-se que boa parte do capital, na mão de mercadores globais, saiu do Brasil nos anos seguintes. Apenas para Portugal se dirigiram centenas de contrabandistas antes radicados no Império, levando uma soma de 12 milhões de libras, metade da dívida pública do Estado português. Cf. Roquinaldo Amaral Ferreira. *Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, 1996, pp. 170-171.

³ Cf. Luiz Felipe de Alencastro. “La traite négrière et l’unité nationale brésilienne”. *Revue Française d’Histoire d’Outre-Mer*, 244-245 (1979), pp. 395-419. Vide falas em torno da criação de novas províncias e de seu estipêndio em ACD, 04 de agosto de 1855, p. 125; ACD, 17 de agosto de 1855, pp. 225-226; ACD, 24 de maio de 1858, p. 93; AS, 04 de agosto de 1855, p. 218. Para cálculos de províncias superavitárias e deficitárias, ver Adalton Franciozo Diniz. *Centralização política e apropriação de riqueza: análise das finanças do Império brasileiro (1821-1889)*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2002, pp. 189-199.

preciso recompor brevemente a conjuntura econômica e política no Brasil e no Atlântico, para desenvolver adequadamente os pontos levantados.

Mercado mundial e economia brasileira: um gargalo temporário

Com a supressão do contrabando negreiro, a produção do principal artigo da pauta de exportações, o café, se expandiu apenas até 1855 – e isso graças às últimas mudas plantadas na época do comércio ilegal, em 1849 e 1850. Nos dez anos seguintes (1856-1865), pela primeira vez no século XIX, a produção brasileira patinou a olhos vistos, incapaz de superar a marca de 180.000 toneladas métricas. O fabrico total de açúcar, por sua vez, sob a pressão de competidores internacionais como Cuba e países europeus cultivadores da beterraba, veio até mesmo a declinar na Bahia e em Sergipe, mantendo-se estável Pernambuco. Essa inelasticidade temporária de oferta no Brasil se torna ainda mais notável quando inserida nos quadros do comércio internacional – como apontou Hobsbawm, a economia mundial, que chegara a duplicar entre 1840 e 1850, cresceu 260% de 1850 a 1870, compondo um cenário novo que influenciou nos preços dos artigos tropicais. De fato, com uma constante, embora modesta, ascensão média ao longo do século XIX (0,1% por ano), eles subiram vigorosamente na década de 1850. Em virtude disso, o valor agregado das exportações brasileiras em libras esterlinas, por exemplo, manteve crescimento absoluto estável, de 5 milhões nos anos quarenta para 10 milhões nos cinquenta (com correspondente aumento de produção) e de 10 para quase 15 milhões no decênio seguinte (sem respectiva expansão de oferta). Parlamentares e proprietários percebiam que o Império se beneficiava de uma conjuntura internacional extremamente favorável, pois sua arrecadação crescia em valor, embora fosse feita sobre a mesma base material. “E note-se que nestes últimos anos”, constatou o visconde de Itaboraí em 1864, “o crescimento da receita tem sido favorecido por uma circunstância excepcional, qual é, o preço elevado que têm obtido produtos brasileiros, isto é, o café, o algodão e o mesmo açúcar”.⁴

⁴ Vide AS, 06 de setembro de 1864, p. 174 e 10 de setembro de 1864, p. 122, apêndice; cf. tb. AS, 28 de maio de 1858, p. 213; AS, 23 de maio de 1860, p. 46; ver dados do café em, cf. G.W. Clarence-Smith & Steven Topik. *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, pp. 428-437; a respeito do açúcar, ver J. H. Galloway, “The Last Years of Slavery on the Sugar Plantations of Northeastern Brazil”. *Hispanic American Historical Review*, 51:4 (Nov., 1971), p. 603. Sobre os termos de comércio ao longo do século, vide Nathaniel Leff. *Underdevelopment and Development in Brazil: Economic Structure and Change*. London: George Allen & Unwin, 1982, vol. 1, pp. 78-96. Cf. tabela com dados de valores de exportação em ACD, 19 de julho de 1859, p. 178. Vide tb. Eric Hobsbawm. *A era do capital, 1848-1875*. 10ª ed., trad. brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, pp. 53-77.

Em uma precisa análise publicada no *Almanack Laemmert* de 1855 sob o título “Breves considerações sobre a posição actual da lavoura do café”, Luiz Peixoto de Lacerda Werneck avocou os problemas fundamentais da lavoura a serem enfrentados na era pós-contrabando. Fazendeiro próspero de Vassouras, proveniente de uma família havia duas gerações dedicada ao cultivo do café, Werneck deu o regresso da indústria açucareira por “fato entre nós patente e incontroverso”, em vista da competição internacional. Para que o mesmo não sucedesse ao café, planta que dava ao país “grande parte de sua prosperidade”, cabia ao Estado e aos particulares tomar decisões resolutivas de dois obstáculos estruturais, isto é, a inelasticidade da oferta de mão-de-obra e os altos custos do transporte terrestre. “Os portos da África”, disse em tom de lamento, “donde procedia essa colonização que prestou à lavoura serviços sem dúvida insubstituíveis, hoje nos estão irremissivelmente fechados”, ao passo que a colonização européia engajada só dera “amargo fruto de grandes decepções e completo descrédito”. O tráfico interprovincial de escravos configurava uma possível solução, mas se ressentia da oferta limitada e dos preços ascendentes dos cativos do norte. Era, pois, uma saída temporária.⁵

Afora isso, animados pela alta mundial das *commodities*, proprietários vinham contraindo o volume de trabalho e de terra destinado ao plantio do milho, cereal necessário para o alimento das tropas muars empregadas no transporte do café pelas encostas da Serra do Mar. Além de ameaçar a todos com uma crise de fome, a falta do produto no mercado interno o encarecia brutalmente, refletindo-se tanto no preço das mulas como em seus fretes. No estudo de Werneck, a solução simultânea para a escassez de mão-de-obra, o encarecimento do transporte e a iminente crise de alimentos consistia, numa clara estratégia de alavancagem, em tornar a “carta geográfica do nosso país traçada de vias de comunicação” (estradas carroçáveis e ferrovias) ao custo de pesado endividamento público. A medida teria efeito multiplicador. Dispensando a numerosa tropa de mulas, desafogaria a pressão de demanda sobre o milho, que, por sua vez, passaria a ser destinado à população a baixo preço. Paralelamente, a malha atrairia

⁵ Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, “Breves considerações sobre a posição actual da lavoura do café”. In: *Almanack Laemmert*, “Suplemento”. Rio de Janeiro: Laemmert, 1855, pp. 93-109. Sobre Luís Werneck e seu pai, Francisco Werneck, cf. Rafael de Bivar Marquese. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, pp. 281-288.

novos trabalhadores europeus, facilitando a imigração espontânea, única tida por viável.⁶

Nos anos subseqüentes à publicação das “Breves considerações”, o Império se viu realmente acometido por uma grave e duradoura crise de abastecimento. Conforme constatou Nathaniel Leff, o incremento constante do estoque monetário no Brasil a uma taxa anual de 5,2%, realizado a fim de criar liquidez para um Estado fiscalmente deficitário, exerceu pressão considerável sobre o preço dos gêneros destinados ao mercado doméstico. Daí se constata por que, ao contrário da tendência mundial no século XIX, os preços gerais no Brasil se revelaram inflacionários, sobretudo os dos gêneros alimentícios (carne seca, toicinho, farinha de mandioca, feijão, arroz, milho), que apresentaram aumento anual médio de 5,1%, em ciclos de arranque pronunciado nas quadras 1842-1848, 1853-1861 e 1866-1879. Leff acusou em seu modelo a política macro-econômica heterodoxa de emissão de moeda – realmente, o estoque monetário saltou de 46, 684: 317\$000 para 91, 216: 425\$000 entre 1853 e 1856, e, no curso da década, os preços do toicinho, do feijão, do arroz e da farinha de mandioca encimaram, respectivamente, 80%, 30%, 70% e 160%. Mas razões peculiares vinculadas ao fim do contrabando negreiro também explicam o ciclo inflacionário fora do comum.⁷

Como lembrou *Paulino* Soares de Souza, filho do visconde de Uruguai, em sua estréia parlamentar, após a supressão do contrabando “os nossos fazendeiros concentraram os escravos que possuíam” no cultivo do “artigo cujo preço favorável nos mercados estrangeiros não deixava com ele competir a plantação dos cereais vendidos nos mercados nacionais”. Na opinião dele, de alguns parlamentares e de fazendeiros como Luiz Werneck, a imigração e as vias de transporte eram os únicos meios sólidos de contornar o principal gargalo da produção brasileira – que, bem entendido, se devia não tanto ao fim do contrabando em si quanto ao fato de ele ter ocorrido na ausência da infra-estrutura necessária para diminuir os custos de transporte, aumentar a exploração dos escravos agrícolas e atrair imigrantes europeus. Nessas falas, nota-se velada queixa pela supressão da chegada de africanos, a que Paulino chamava em tom eufemístico “colonos escravos”.⁸

⁶ Cf. Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, “Breves considerações” pp. 93-109.

⁷ Ver Nathaniel Leff. *Underdevelopment and Development*, pp. 97-130; ver índices do estoque monetário e da inflação em Emília Viotti da Costa. *Da senzala à colônia*. 1ª ed., 1962. São Paulo: Ed. Unesp, 1998, pp. 180-181.

⁸ Ver falas de Paulino de Souza em ACD, 17 de junho de 1857, pp. 307-311; José da Costa *Machado e Souza* Ribeiro em ACD, 17 de agosto de 1857, p. 51; Francisco de Sales *Torres Homem* em ACD, 12 de junho de 1857, p. 234; e Souza Franco em ACD, 13 de junho de 1857, p. 234; parecer da comissão

Opinião bem diferente mantinham pessoas menos simpatizantes do cativo. Em 1860, Sebastião *Ferreira Soares* publicou uma obra que tratava, aparentemente, da carestia de alimentos no país. Seu verdadeiro propósito, contudo, consistia em “combater a idéia infundadamente propalada” por “nossos lavradores e até mesmo por alguns estadistas” de que “a prosperidade desapareceu com a cessação do tráfico da escravidão africana, único elemento que alguns consideram capaz de fazer o nosso engrandecimento industrial e comercial”. Para o autor, essas idéias visavam à reabertura do contrabando no futuro – receio verossímil, em vista de sua retomada no sul dos EUA desde meados da década e de sua continuação para Cuba. “Já houve quem pela imprensa”, acusou ele, “se abalançasse a sustentar a necessidade que tinha o Brasil de recomeçar o nefando e bárbaro comércio da escravidão africana!” Elogiando em chave antiescravista a coerção de 1850 e seus efeitos, Ferreira Soares atribuiu a alta dos preços, sobretudo, à prática do monopólio especulativo, feito por detentores do capital negro então ocioso.⁹ Como se vê, o cativo fornecia o enquadramento para problemas fundamentais da época, como disponibilidade de trabalho, agro-exportação e sistema sustentável de abastecimento doméstico. Mais do que isso, condicionava também a leitura brasileira do quadro político mundial.

Estados Unidos, Cuba e Brasil: um destino em comum

Afora desafios econômicos, eventos internacionais originários dos Estados Unidos e do império espanhol também interferiam na reflexão parlamentar sobre a escravidão. Sem dúvida nenhuma, na esteira da crise nas Antilhas inglesas sobrevinda com a abolição do cativo, decretada em 1833, a república norte-americana se tornou o indisputável centro econômico e político da escravidão atlântica no século XIX, erigindo-se em modelo e garantia dos espaços menos poderosos no contexto internacional, como o Império do Brasil e as colônias espanholas de Cuba e Porto Rico.

destinada a examinar a carestia de alimentos, composta por Carlos Brandão, Tito *Franco de Almeida*, Manoel Pinto de Sousa *Dantas*, Pedro de Alcântara *Cerqueira Leite*, Antonio Gonçalves *Barbosa da Cunha*, ACD, 11 de novembro de 1857, pp. 177-180. Em seu relatório como Presidente de Província, de 1857, J. M. Pereira da Silva também atribuiu a escassez ao preço favorável do café. Em 1858, Paulino voltou a vincular a inflação dos anos cinquenta ao fim do tráfico, ACD, 23 de junho de 1858, p. 257. Ver fala de Pereira da Silva em Waldick Pereira. *Cana, café e laranja*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1977, p. 79.

⁹ Ver Sebastião Ferreira Soares. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos generos alimentícios no Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional Villeneuve e Cia., 1860, pp. 5-15 (citação nas 5-6). Em diversas passagens, Ferreira Soares censurou os “sectários da importação da escravidão africana” e suas idéias, cf. pp. 33, 121, 335, 357. A respeito do monopólio, ver pp. 283-303.

Desde a crise de Missouri (1819-1821), o sul conseguira definir a legalidade inquestionável da escravidão nos novos estados do oeste a surgir abaixo do paralelo 36° 30' e imprimir sua força no cenário da política nacional para a conservação da instituição. Em decorrência disso, os grupos do segundo sistema partidário norte-americano, Whigs e Democratas, convieram no acordo tácito de controlar pressões antiescravistas nas instituições máximas do país, como o Congresso e a Suprema Corte. Mas a incorporação violenta do Texas em 1848, que custara dinheiro e vida a todos os cidadãos em favor da expansão do cinturão algodoeiro cultivado por cativos no sentido leste-oeste, fomentou de tal forma a polarização entre escravistas e abolicionistas, que muitos brasileiros entreviam, já em 1850, a implosão próxima da república em dois países.¹⁰

Sintomática da nova conjuntura foi a formação do Partido Republicano, cuja agenda previa o controle da expansão territorial da “instituição peculiar”, levando a termo o segundo sistema partidário, vigente havia três décadas. Diante do afluxo multitudinário de imigrantes europeus, reforçado pelas recentes descobertas de jazidas auríferas na Califórnia, porta-vozes da agremiação acreditavam que o trabalho livre das áreas superpovoadas só se redimia da degradação por uma “válvula de escape” em direção ao oeste, para onde seriam escoados os operários em detrimento da aparentemente irrefreável expansão do cativo. Os linchamentos e as violentas mobilizações em massa, incitados enquanto se ponderava se os territórios do meio-oeste de Kansas e Nebraska seriam estados escravistas ou livres, indicam bem a crescente incapacidade de os partidos políticos refrearem as disputas sobre escravidão. Para completar o quadro, a fuga sistemática de cativos para o norte acabou por colocar em choque o direito dos escravistas de recobrar a propriedade e o direito dos estados nortistas ao título de “solo livre” (isto é, de não aceitar jurisdição reguladora do estado servil em suas áreas). Ao lado do renascente contrabando negreiro, publicamente

¹⁰ A respeito das tensões nos Estados Unidos, ver John Ashworth. *Slavery, Capitalism, and Politics in the Antebellum South: Commerce and Compromise, 1820-1850 (vol. I)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, pp. 51-79 e 369-492; e David Brion Davis. *Inhuman Bondage: the Rise and Fall of Slavery in the New World*. Oxford: Oxford University Press, 2006, pp. 268-296. Cf. percepção de políticos brasileiros sobre a iminente separação dos Estados Unidos por causa do cativo no Ofício reservado de Joaquim Thomaz do Amaral a Paulino José Soares de Souza, 26 de abril de 1850, Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), 217/3/6; em fala do visconde de Olinda, AS, pp. 91-92, 7 de junho de 1852; e em discurso do conservador Joaquim Otávio *Nébias*, ACD, 23 de junho de 1857, p.86.

defendido no Texas, na Luisiana, na Geórgia e na Carolina do Sul, esses problemas levavam a instituição ao centro das grandes discussões nacionais.¹¹

Embora Cuba fosse uma colônia – o que, na frase de um deputado brasileiro, podia obliterar sua elevação ao status de modelo legislativo –, eventos vinculados a seu sistema escravista encontravam rápida recepção no Brasil. Sem dúvida, um dos que mais chamaram a atenção foi o *Reglamento de Esclavos*, outorgado pelo governador-geral Gerónimo Valdés, em 1842. O diploma fora redigido numa conjuntura especialmente conturbada pelo concurso de fatores locais, imperiais e internacionais, como a instalação definitiva do sistema representativo na Península e a expansão da esfera pública (desde 1835); o fim da escravidão nas Antilhas inglesas (completado em 1838); a ação agressiva do agente diplomático inglês David Turnbull, em 1841-1842, para a libertação dos africanos ilegalmente introduzidos na ilha após 1820 (início da vigência do tratado antitráfico anglo-espanhol); e, finalmente, revoltas servis e rumores de insurreição geral. Entre as disposições do *Reglamento*, duas erigiram em direito escravo o que as práticas costumeiras haviam consagrado como prerrogativa senhorial. O artigo 34 prescrevia ao senhor aceitação obrigatória da coartação (compra gradual da própria liberdade) mediante oferta de 50 pesos feita pelo cativo; e o artigo seguinte concedia ao que já iniciara a coartação o direito de mudar de senhor à revelia do proprietário. A positivação legal desses direitos levaria parlamentares e letrados antiescravistas no Brasil a citarem Cuba como exemplo humanitário digno de imitação.¹²

Em verdade, estadistas do Império acompanhavam todos esses episódios nos Estados Unidos e em Cuba para formar um quadro de referências adequado, no qual tomavam decisões atinentes à escravidão no Brasil. Para eles, a república e a colônia podiam servir, simultaneamente, de exemplo e de contra-exemplo para o processamento

¹¹ Ver Gerald Horne. *The Deepest South: The United States, Brazil, and the African Slave Trade*. New York: New York University Press, 2007, pp. 128-139.

¹² Note-se que o *Reglamento* era evocado em Cuba tanto por críticos da escravidão quanto por seus defensores, que o mencionavam como prova da legislação humanitária do império espanhol acerca dos escravos. No Brasil, antiescravistas o propunham como modelo de medida preparatória para a emancipação gradual dos cativos. A respeito do *Reglamento de Esclavos*, ver Alejandro de la Fuente, “Slaves and the Creation of Legal Rights in Cuba: *Coartación and Papel*”. *Hispanic American Historical Review*, 87: 4 (nov. 2007), 659-692; e Jean-Pierre Tardieu. “*Dominar o morir*”: *en torno al reglamento de esclavos de Cuba (1841-1866)*. Vervurt: Frankfurt; Madrid: Iberoamericana, 2003, pp. 123-200. Sobre o conturbado período dos anos quarenta, cf. Robert Paquette. *Sugar is Made with Blood: The Conspiracy of La Escalera and the Conflict between Empires over Slavery in Cuba*. Middletown, CT: Wesleyan University Press, 1988, pp. 131-266; David Murray, *Odious Commerce. Britain, Spain and the Abolition of the Cuban Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980, pp. 114-180; e Christopher Schmidt-Nowara. *Empire and Antislavery: Spain, Cuba, and Puerto Rico, 1833-1874*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1999.

satisfatório de querelas políticas, tensões sociais e problemas econômicos. Perguntavam-se, por exemplo, se a escravidão podia ser objeto de reflexão no seio da representação nacional; se os desentendimentos políticos a respeito da instituição afetavam as outras relações sociais; se era possível planejar a confluência do cativo e da imigração européia. Como não havia regulamentos escritos acerca desses pontos, foi o exercício diário da atividade parlamentar que forjou suas respectivas decisões. Para apreendê-lo, o primeiro passo, agora, é delinear a composição da política parlamentar brasileira na era pós-contrabando.

Conciliação: a Coroa em movimento

À primeira vista, a década de cinquenta foi politicamente tranqüila no Brasil. Por quase quinze anos (1849-1863), a Câmara dos Deputados não sofreu dissolução, e o Legislativo operou ininterruptamente. Sem revoltas armadas, as disputas parlamentares arrefeceram em favor da concórdia de liberais e de conservadores pelo progresso material do país. Subjacentes a essa harmonia, contudo, mudanças de fundo eram perceptíveis na alteração das composições partidárias, na alta rotatividade ministerial e na indicação apartidária para alguns cargos civis. Conforme notou Roderick Barman, no que foi seguido de perto por Jeffrey Needell e José Murilo de Carvalho, uma das fontes para a estabilidade das instituições (Parlamento) em favor do rodízio dos homens (ministérios e cargos) residia em um “novo sistema de governo” que D. Pedro II começou a implantar por meio do Poder Moderador – e que seria batizado de Conciliação.¹³

Segundo a Carta de 1824, as competências do Poder Moderador incluíam a seleção de senadores em lista tríplice dos mais bem votados de determinada província, a aprovação da legislação parlamentar, a suspensão de magistrados ímprobos, a concessão de anistia legal, a dissolução da Câmara e a convocação de ministérios. Em tese, sua função consistia em desbastar os excessos dos outros três poderes. Entre 1840 e 1853, D. Pedro II se limitara a verificar as relações entre o Legislativo e o Executivo, desfazendo Câmaras e convocando ministérios nos casos insuperáveis de fricção entre eles. Pode-se dizer que ele fazia uso apenas reativo do Poder Moderador, raramente

¹³ Cf. Roderick J. Barman. *Citizen Emperor: Pedro II and the Making of Brazil, 1825-91*. Stanford, California: Stanford University Press, 1999, pp. 159-192; Jeffrey Needell. *The Party of Order: The Conservatives, the State and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*, pp. 167-222. Stanford, California: Stanford University Press, 2006; e José Murilo de Carvalho. *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007, pp. 44-89.

intervindo na condução dos assuntos políticos. Entretanto, em 1853, as regras do jogo começaram a mudar.¹⁴

Assim que o gabinete saquarema deixou o poder, em setembro daquele ano, ascendeu um ministério presidido por um cacique do grupo, Carneiro Leão, recém-titulado visconde de Paraná. A maioria esmagadora da Câmara, eleita sob a égide saquarema, também se alinhava com o partido, e tudo parecia perfeitamente previsível. Todavia, o Imperador entregou ao chefe do ministério (agora chamado presidente do conselho) uma lista de propostas a serem realizadas na legislatura (1853-1856), ato que repetiria sistematicamente nos anos seguintes.¹⁵ Adjunto à lista veio um texto, sob a rubrica *Idéias gerais*, que fixava as relações entre o Chefe de Estado e o Ministério dali por diante. Seus fundamentos, *grosso modo*, prescreviam que decisões coletivas do gabinete não seriam decretadas senão na presença imperial; cargos públicos seriam distribuídos conforme o mérito, e não a aliança partidária, entre pessoas a ser confirmadas por D. Pedro II; os gabinetes deviam ser imparciais nas eleições para a Câmara dos Deputados; o Imperador entregaria uma lista de propostas componentes do programa de governo; o ministro que não estivesse em acordo com S. Majestade jamais podia acusá-lo, em público, de induzir eventuais reformas – no caso de desentendimento, bastava pedir demissão.¹⁶

Alguns desses tópicos – nomeações apartidárias para cargos públicos e sanção necessária de D. Pedro às decisões ministeriais – certamente desagradaram o grupo político então no comando do Executivo e da Câmara, os saquaremas. Afora isso, a primeira lista de propostas imperiais demandava a reforma da superlei de 1841 e a alteração das leis eleitorais, pautas que não recebiam apoio explícito dos chefes do partido (Eusébio de Queirós, Uruguai, Itaboraí, Justiniano – nem dos membros em ascensão, como Francisco de Paula Negreiros de *Sayão Lobato*). Assim, ao assumir o ministério, Paraná teve de travar franca luta com os antigos aliados em diversas matérias, conforme percebe facilmente o leitor dos *Anais* da década de 1850. Ainda no calor da hora, José de Alencar reconheceu que a Conciliação ensejou a adesão de muitos

¹⁴ Cf. *Constituição política do Império do Brasil*, Título 5º, Capítulo I, Artigos 98-101. In: Hilton Lobo Campanhole e Adriano Campanhole (orgs.). *Constituições do Brasil*. São Paulo: Ed. Atlas, 1998, p. 823.

¹⁵ Hélio Vianna registrou a existência de nove instruções imperiais datadas entre 1853 e 1864 em *D. Pedro I e D. Pedro II: acréscimos às suas biografias*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966, pp. 134-181; cf. tb. Roderick J. Barman. *Citizen Emperor*, p. 459.

¹⁶ Cf. Roderick J. Barman. *Citizen Emperor*, pp. 159-166; e José Murilo de Carvalho. *D. Pedro II*, pp. 54-61.

deputados às questões que a chefatura do partido repudiava, numa visível fratura da base conservadora. Anos mais tarde, Joaquim Nabuco reafirmou o juízo.¹⁷

De fato, o “novo sistema de governo” criou situações inesperadas. O marquês de Paraná, por exemplo, foi fortemente censurado pelo maior ideólogo conservador, Justiniano José da Rocha, no célebre panfleto *Ação, Reação, Transação* (1855). Desatentas as características da Conciliação, pode-se pensar equivocadamente, como o fez Maria Lúcia Paschoal Guimarães, na defecção de Rocha para os liberais; ou então o contrário, isto é, que seu opúsculo encomiou a Conciliação, como o pretende Ilmar Rohloff de Mattos. Com efeito, Rocha criticou a agenda de Paraná e, *por isso mesmo*, continuou conservador à maneira antiga (anterior a 1853). Mas ele não foi o único. Um grupo de conservadores notáveis (Paulino Soares, Eusébio de Queirós, Rodrigues Torres, visconde de Olinda, Sayão Lobato etc.) fazia oposição moderada a um ministério da mesma plaina. Embora todos fossem conservadores, uns o eram mais que os outros. Com acuidade, Needell escreveu que se pode “fazer uma distinção que não teria tido sentido antes: [o ministério de Paraná] era um gabinete conservador, mas não um saquarema”.¹⁸

Quais eram, afinal, os desígnios da Conciliação? O que possibilitou seu aparecimento? Como se sabe, as eleições brasileiras tendiam a perpetuar no Executivo o partido que as organizava, uma vez que, se não resultavam sempre em câmara unânimes, como se afirma com exagero, tampouco permitiam uma virada nos pleitos contra o gabinete. As três rodadas no poder desde a Maioridade (1841, 1844 e 1848), efetivadas mediante a dissolução das Câmaras, tinham provocado a cada giro o possível desgaste das instituições, como o indicavam as duas revoltas liberais eclodidas na esteira de dissoluções (1842 e 1848), muito embora tivessem outros vetores subjacentes. Assim, a Conciliação parecia uma forma de partilhar o poder entre os grupos políticos do Império enquanto não se efetuasse uma reforma eleitoral definitiva, idéia fixa de D.

¹⁷ Ver José de Alencar. *Marquês de Paraná: traços biográficos*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário, 1856. Material reproduzido em *Revista do IHGB*, vol. 236 (julho-set., 1957), 255-274; e Joaquim Nabuco. *Um estadista do Império: Nabuco de Araújo*. Rio de Janeiro: Garnier, 1897, vol. I, pp. 206 *passim* e 405.

¹⁸ Ver J. Needell. *The Party of Order*, pp. 174-175. Cf. tb. Justiniano José da Rocha. *Ação, Reação, Transação – duas palavras acerca da atualidade política do Brasil*. In: R. Magalhães Jr. (org.). *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Brasil: Cia. Editora Nacional, 1956, pp. 163-218. Sobre o opúsculo, vide Maria Lúcia Paschoal Guimarães, “*Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia*”. In: José Murilo de Carvalho (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 71-91; Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. 1ª ed. 1986. São Paulo: Hucitec, 2004, pp. 142-204; e Maria Lourdes Janotti. “A falsa dialética: Justiniano José da Rocha”. *Revista Brasileira de História*, 2: 3 (março, 1982), pp. 3-17.

Pedro II e esposada por diversos estadistas. José Murilo de Carvalho notou que, sendo relativamente falhadas as eleições representativas, “só poderia haver efetiva alternância partidária no poder pela intervenção do Poder Moderador”.¹⁹ Como foi dito acima, a Conciliação era uma forma de promover o rodízio dos políticos para manter a estabilidade da política.

Aparentemente, a segunda questão – o que possibilitou seu surgimento – não foi encarada pelos historiadores, e nesse ponto o tráfico negreiro pode ter desempenhado algum papel. Historiadores já notaram que a idéia de uma conciliação estava na boca dos parlamentares desde o final dos anos quarenta. No despontar da década seguinte, a palavra de ordem era evocá-la nos três episódios de envergadura nacional que compunham a “crise tripla”: a Rebelião Praieira, a guerra na Argentina contra Manuel Rosas e o fim do contrabando. Um deputado ministerial, por exemplo, elogiava “*o concurso de todos os espíritos* para a solução [...] das primeiras e imediatas necessidades do Brasil”, isto é, a supressão do contrabando e as hostilidades a Rosas. Para Maciel Monteiro, outro governista, o fim do tráfico aplanava o diferendo entre os partidos, pois a oposição “*prescindiria de todas as outras razões que pudessem separá-la de nós* para efetivamente firmar uma *feliz aliança entre os dois lados* desta Câmara”.²⁰ Diante dessas afirmações, que recorriam com relativa freqüência, não surpreende a leitura que um deputado faria da Conciliação alguns anos mais tarde, ligando-a à conjuntura da era pós-contrabando. “A abolição efetiva do tráfico de escravos”, disse ele, “lançou glória perdurável sobre o gabinete que a realizou e deixou disponível uma grande massa de capitais que se empregavam nas especulações da Costa da África.” Os efeitos econômicos da medida, explicou, se refletiram na política imperial:

Esses recursos foram novos e fortes estímulos para as tendências pacíficas da nossa sociedade, concorreram poderosamente para o desenvolvimento industrial e comercial que se observou entre nós.

A conciliação, pois, não era a concepção abstrata de algum estadista, era a expressão do verdadeiro estado da nossa sociedade, era a resolução do nosso problema social sob as condições que os acontecimentos tinham estabelecido.²¹

¹⁹ J. M. de Carvalho. *D. Pedro II*, pp. 75-76, 78-79, 84 e 185.

²⁰ Cf. ACD, 03 de junho de 1851, p. 342; ACD, 07 de junho de 1851, p. 416; ACD, 10 de junho de 1851, p. 435. Cf. tb. ACD, 12 de julho de 1852, pp. 175 e 176. Ênfases minhas. Ver também Francisco Iglesias, “Vida política”. In: Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil monárquico, reações e transações*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969, t. II, vol. III, pp. 38-40.

²¹ Cf. ACD, 28 de junho de 1861, p. 225.

Na oração “não era concepção abstrata de algum estadista”, o parlamentar dissipava suspeitas da ingerência de D. Pedro II na política imperial. Para corroborar a idéia, ligou a Conciliação ao fim do contrabando, um evento de inegável magnitude. Interessa notar que, embora referisse um fenômeno incontestável – o termo do tráfico e outros desafios internacionais favoreceram um clima de união suprapartidária no Império –, o deputado procurava escamotear o que era óbvio para os atores políticos da década de 1850 e de 1860, isto é, que D. Pedro II soube aproveitar a nova conjuntura e a idéia de conciliação, então em voga, para dar-lhes um sentido próprio.

Needell observou que D. Pedro II, na oferta do gabinete a Paraná, não desejava um ministério saquarema, mas apenas “queria usar um conservador proeminente que conduzisse uma administração reformista não-partidária.”²² Nessa curta sentença, há dois juízos centrais atrelados ao tráfico negreiro. Viu-se nos capítulos anteriores que o grande prestígio e a ascensão inapelável do Partido da Ordem se prenderam de perto à proteção do contrabando negreiro no centro de decisões do Estado nacional. Pode-se mesmo dizer que a defesa do infame comércio e a lei de 3 de dezembro de 1841 constituíam, em conjunto, o núcleo de dogmas da cúpula saquarema. Sobrevindo a crise que coartou o contrabando, não apenas diminuíram as diferenças entre os partidos, como o insinuou Monteiro em 1851. Diminuíram também as semelhanças que atavam os líderes conservadores em bloco. Isso deve ter facilitado o poder de cooptação de D. Pedro II.

Não menos importante, a disposição de capitais antes empregados no tráfico ampliou o leque de pautas imperiais, nas quais o núcleo do partido não estava preparado para acordar em bloco. Um dos destinos do dinheiro foi, por exemplo, o co-investimento em ferrovias no Brasil, abertas também com aporte estrangeiro. Como se sabe, a escolha dos lugares a implantá-las suscitou infinitas celeumas até o fim do Império, e já na década de 1850 é possível flagrar uma delas entre o chefe da Conciliação, Paraná, e os proprietários de Vassouras, base dos saquaremas. Estes haviam apoiado financiamento em Londres por meio do futuro deputado *Sérgio Teixeira de Macedo*, primo de Eusébio de Queirós, mas um parecer técnico (logo associado a Paraná) desviou a rota da ferrovia, gerando grandes desavenças que quase

²² Jeffrey Needell. *The Party of Order*, p. 172. Nesse sentido, é realmente reveladora a carta de 19 de setembro de 1853 a D. Fernando de Portugal, em que D. Pedro anotou: “A notícia mais importante é a troca de ministério [...] todos os políticos são próximos de mim e alguns quase íntimos; eles têm talento, são oradores e espero que sejam capazes de realizar meu programa”. Apud R. Barman. *Citizen Emperor*, p. 162.

feriram de morte o gabinete entre 1854 e 1855. Entretanto, nem tudo foi investido em infra-estrutura. Parte do capital negreiro se manteve em liquidez, aumentando em três vezes e meia a entrada de moeda corrente no Império. Pela primeira vez em anos, foi possível montar um sistema relativamente sólido de crédito, e o assunto, novamente, dividiu antigos aliados. Desta vez, o visconde de Olinda, então chefe de gabinete, se uniu ao arquiinimigo Souza Franco em 1857 e 1858 para defender a alta flexibilidade de conversão por meio da emissão descentralizada de crédito por bancos provinciais. Tão logo avultou a proposta bancária, os saquaremas, que de início haviam prestado apoio ao gabinete, militaram na mais violenta oposição a Olinda, um antigo aliado. Se é verdade que, nos termos de Nabuco e Needell, os chefes saquaremas perderam o controle do mundo que eles mesmos criaram, resta dizer que esse mundo nasceu, em parte, da supressão do contrabando de escravos.²³

Admitida a leitura de que a Conciliação atuou poderosamente sobre o partido conservador, é preciso verificar, por outro lado, até que ponto a figura de D. Pedro II passou a dominar o Parlamento. Segundo uma tradição historiográfica, o Imperador se tornou *super omnia et per omnia* na segunda metade do século XIX, reduzindo dramaticamente a influência dos estadistas nos rumos do país. Claro está que, se o Imperador é tudo, e o resto nada, não há por que responder à indagação inicial deste capítulo, isto é, se ainda seria possível falar de um tipo de *política da escravidão*, à maneira da *política do contrabando negreiro*. Afinal, o destino do cativo dependeria apenas do desejo de Sua Majestade.

Para Joaquim Nabuco, o novo cenário parlamentar aparece em chave positiva. Foi ele quem fixou a imagem de que durante “dez anos antigos liberais e antigos conservadores vão aparecer misturados nos mesmos gabinetes”, numa “época de renascimento, de expansão, de recomeço, em que se renovou o antigo sistema político decrépito”. Décadas depois, Sérgio Buarque de Holanda moderou o entusiasmo advertindo que “resultava, por meio dessa política sonolenta, sobressair-se a Coroa”, elevada aos poucos a “fator decisório por excelência”. Como o historiador desabonava o sistema representativo brasileiro, entendeu que a “disputa entre facções mudara-se na disputa pelos favores do Paço”. Era uma troca de seis por meia dúzia. Em *Os donos do*

²³ O tempo-quente entre Paraná e proprietários de Vassouras está narrado em Jeffrey Needell. *The Party of Order*, pp. 186 *passim*; ver tb. Almir Chaiban El-Kareh. *Filha branca de mãe preta: a Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II, 1855-1865*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1982, pp. 33-128. Sobre o aumento do fluxo de capital no Império, cf. Luiz Felipe de Alencastro, “Vida privada e ordem privada no Império”, pp. 37 *passim*; a respeito da emissão monetária, ver André Villela. *The Political Economy of Money and Banking in Imperial Brazil*, pp. 72-117.

poder, Raymundo Faoro concluiu que, da Conciliação em diante, “D. Pedro governa por meio dos partidos”, guiando os estadistas na execução das “tarefas que ele lhes sugere”. A noção de sistema parlamentar corrupto o fez afirmar que, sem D. Pedro II, “não há governo, não há administração, não há maiorias”.²⁴ A atuação do Imperador, um mal necessário.

Atualmente, o debate sobre a Conciliação se centra nas interpretações de Ilmar Rohloff de Mattos e de Jeffrey Needell, que, se acreditam no funcionamento do sistema constitucional no Brasil, contrastam na forma como o entendem. Para o estudioso brasileiro, os saquaremas erigiram uma hegemonia política de 1837 até a década de 1860 e presidiram mesmo à construção da fase conciliatória. No limite, “forjaram a Coroa em Partido”, alijando os liberais do poder em meados do século e controlando as decisões do Poder Moderador.²⁵ Needell também caracterizou a pujança dos saquaremas na segunda metade da década de 1830, mas, por meio do estudo de Roderick Barman (*Citizen Emperor*), recuperou a tradição historiográfica brasileira sobre a crescente intervenção de D. Pedro II (Joaquim Nabuco, Pereira da Silva, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro). Em sua leitura, a Conciliação fendeu o piso da política brasileira, abrindo um processo de enfraquecimento da ascendência saquarema no cenário nacional. Como propusera Holanda, a fidelidade partidária foi substituída pelo patronato da Coroa. Para Needell, contudo, essa troca não era de seis por meia dúzia, pois a proteção de D. Pedro II não vincava no tecido social brasileiro, enquanto os saquaremas mantinham relações umbilicais com os fazendeiros que os apoiavam. Ao fim e ao cabo, as ingerências do monarca retiraram todo o prestígio do regime representativo no Brasil, provocando, indiretamente, os sucessivos golpes militares que o país sofreu desde o início da República até bem entrado o século XX.²⁶

Como se percebe, a avaliação do período constitui assunto bem freqüentado na historiografia, e, à exceção de Mattos, a tônica é a derrocada dos estadistas já em meados do século XIX. Entretanto, essa leitura pode ser equilibrada à vista de alguns eventos que indicam a força extraordinária dos líderes parlamentares na década de 1850, sobretudo dos saquaremas. Veja-se, para começar, a propalada reforma do código do

²⁴ Joaquim Nabuco. *Um estadista do Império*, v. I, pp. 174-176; ver tb. J. M. Pereira da Silva. *Memórias do meu tempo*. Rio de Janeiro: Garnier, 1896, 2 vols., v. I, pp. 242-253; Sérgio Buarque de Holanda. *História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico: do Império à República*. Rio de Janeiro: Difusão Européia do Livro, t. II, vol. V, 1972, p. 61; Raymundo Faoro. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1989, v. I, pp. 359 *passim*.

²⁵ Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema*, pp. 170 e 192.

²⁶ Jeffrey Needell. *The party of Order*, pp. 172-205 e 321-322.

processo. Como se sabe, o Imperador a tinha imposto ao gabinete de Paraná, dividindo-a em três pontos fundamentais: as incompatibilidades entre o cargo de magistrado e o de deputado; o fim do poder de os juízes municipais decidirem litígios definitivamente; e a separação de funções policiais e judiciárias. Nabuco relata, porém, que o projeto de D. Pedro II foi mutilado nos dois primeiros itens em função de pareceres dos saquaremas no Senado. Não bastasse isso, o poderoso eleitorado do partido em Vassouras famigerou a reforma em campanha pública, obrigando o Executivo a engavetá-la por meia década.²⁷

A queda do ministério do Visconde de Olinda (1857-1858) também indicia a força viva dos saquaremas. Após a morte de Paraná, o gabinete da Conciliação ficou acéfalo, e o Imperador se viu forçado a chamar outro carro-forte dos conservadores para tocar adiante a agenda apartidária. A escolha recaiu sobre Olinda, que compôs um ministério com duas figuras liberais, Souza Franco (Fazenda) e Jerônimo *Francisco Coelho* (Guerra), dois conservadores menos proeminentes, *Diogo* Pereira de *Vasconcelos* (Justiça) e José Antonio *Saraiva* (Marinha), e seu aliado pessoal, Lopes Gama (Estrangeiros), já intitulado visconde de Maranguape. No início de 1857, os saquaremas estranharam a presença ministerial dos liberais históricos, sobretudo do grande inimigo Souza Franco, a quem já haviam bloqueado a eleição para a Câmara dos Deputados em 1853. Entretanto, aceitaram o gabinete na resposta à Fala do Trono em nome de Olinda, o “ancião venerando, o brasileiro distinto, o consumado estadista”, na frase de um deputado. O combate a Souza Franco, encoberto em 1857 e restrito a nomeações provinciais, tornou-se manifesto na querela em torno das emissões bancárias. Em 1858, a oposição foi tamanha, que o gabinete caiu. Na biografia de seu pai, Nabuco transcreveu o testemunho do Imperador sobre o episódio: “A oposição no senado foi a causa da mudança do Ministério”; daí ter chamado “primeiro o Eusébio e Uruguai [responsáveis pela queda], que não aceitaram a comissão”.²⁸

²⁷ Cf. J. Nabuco. *Um estadista do Império*, v. I, pp. 190-191 e 203-204.

²⁸ Cf. Apud J. Nabuco. *Um estadista do Império*, v. II, p. 30. A crescente oposição ao gabinete de Olinda é visível nos Anais. Cf. falas de Itaboraí, Nébias e Teixeira Jr. favoráveis ao gabinete em ACD, 28 de junho de 1857, pp. 205-213; ACD, 10 de junho de 1857, pp. 221-223 e 223-225; ACD, 12 de junho de 1857; AS, 22 de maio de 1857, p. 75. No ano seguinte, a resistência de Teixeira Jr., Nébias, Paulino de Souza Jr., Araújo Lima e outros saquaremas é declarada. Cf. ACD, 21 de junho de 1858, pp. 229-240; ACD, 22 de junho de 1858, pp. 243-250; ACD, 23 de junho de 1858, pp. 251-263; ACD, 25 de junho de 1858, apêndice; ACD, 26 de junho de 1858, pp. 267-285; ACD, 28 de junho de 1858, pp. 287-303; ACD, 30 de junho de 1858, pp. 306-321; ACD, 01 de julho de 1858, pp. 7-16; ACD, 02 de julho de 1858, pp. 18-33; ACD, 05 de julho de 1858, pp. 48-53; ACD, 06 de julho de 1858, pp. 60-70; e, finalmente, ACD, 07 de julho de 1858, p. 72. A oposição estava tão renhida, que a discussão do voto de graças teve de ser suspensa por requerimento de Martinho Campos. No Senado, a hostilidade de Itaboraí, Eusébio e Paulino

Os chefes saquaremas declinaram do convite, mas é possível entrevê-los na orientação do novo gabinete e na maneira de definir os vocábulos da época. Composto por três ex-liberais, Limpo de Abreu (Marinha), já visconde de Abaeté, Torres Homem (Fazenda) e João Maria da Silva *Paranhos* (Estrangeiros), o ministério contava com dois conservadores históricos, o barão de Muritiba (na Justiça) e *Manoel Felizardo* de Souza (Guerra). Mais importante do que as filiações, contudo, é notar que Torres Homem tinha sido recomendado em questões financeiras por Itaboraí; e que o gabinete exonerou os liberais históricos das presidências das províncias que a administração precedente nomeara. Com o ministério, não só as querelas da emissão bancária e das nomeações voltavam a ser conduzidas sob a ótica saquarema, mas até mesmo a definição da política conciliatória foi alterada. Em 1858, o visconde do Uruguai dirigira um discurso veemente contra a aliança Olinda-Souza Franco, desqualificando a Conciliação como agenda da política ministerial. Vale a citação:

Não me ocuparei longamente, Sr. Presidente, com a tão apregoada política de conciliação e concórdia. Começarei por declarar que nunca compreendi e ainda hoje não compreendo essa política. [...]

A conciliação é uma conseqüência do estado e atuais circunstâncias da sociedade, é uma necessidade da nossa época. Quem foi planar a bandeira da concórdia entre os antigos partidos moderado e exaltado? [...]

Pode algum ministério hoje reconstruir as épocas de 1840, 1841, 1842 e 1844, extenuar as paixões que então nos dividiam, restituir-lhes a energia e força que tinham e reconstruir interesses que então dominavam e que as circunstâncias e o tempo têm profundamente modificado? Nenhum o poderia fazer, e por isso nenhum ministério pode ter hoje outras tendências senão as atuais da sociedade que nos levam para a moderação e para a concórdia.

Há, porém, um grande inconveniente no modo pelo qual o governo apregoa essa tendência como política sua. Substitui a sua ação à do tempo e das circunstancias, e toma a si a responsabilidade de toda aquela conciliação que não se pode fazer.²⁹

Nesse discurso, Uruguai classificou a Conciliação de fato social, alheio à política, concluindo que não podia compor programa ministerial nem obnubilar as diferenças entre conservadores e liberais. Seu papel era, no máximo, evitar excessos de ambos os lados. Em 1859, o gabinete conveyo nessa definição do núcleo saquarema, em desfavor da concepção dileta do Imperador: “Senhores, a conciliação não é em rigor uma política”, confessou Torres Homem, “é uma regra de conduta que os governos se propõem seguir com relação aos partidos existentes. A conciliação tem por objeto

também foi manifesta. Cf. AS, 24 de maio de 1858, p. 134; AS, 25 de maio de 1858, p. 147-152; AS, 28 de maio de 1858, pp. 209-214; AS, 07 de junho de 1858, p. 40; AS, 10 de junho de 1858, p. 58.

²⁹ Cf. AS, 28 de maio de 1858, pp. 213-214. Segundo o próprio Uruguai, era a primeira vez que ele se levantava na tribuna para fazer oposição ao gabinete na discussão da resposta à Fala do Trono. Seu discurso provocou impacto e foi repetido na Câmara dos Deputados. Cf. ACD, 23 de junho de 1858, pp. 251-258.

unicamente o esquecimento das lutas passadas, o arrefecimento das paixões que elas suscitaram”. Muritiba foi ainda mais claro: “não prestei a minha adesão e o meu assenso a essa política [anos antes] porque entendi não era a conciliação um programa de política”. Retomou adiante o discurso de Uruguai quase palavra por palavra: “a conciliação é um fato que naturalmente se operou, é um fato que todos devemos aplaudir, mas de certo a conciliação não é um sistema de governo”. Eis o veredicto do gabinete: “Não sendo pois a conciliação um sistema de política, eu entendo que o gabinete não deveria considerá-la como tal; e é por este motivo que o discurso da coroa não empregou esta palavra e a substituiu por estas – justiça e moderação”. Na nova relação de forças, deixou-se de lado até mesmo o vocábulo.³⁰ Em 1861, D. Pedro removeu em seu diário: “Nunca interpretei a Conciliação como eles [os saquaremas] a distorceram.”³¹

Outro objeto de desejo imperial não passou impunemente por cima dos caciques conservadores. A reforma eleitoral, que a Câmara aprovou em 1855 sob a ameaça de dissolução por Paraná, estabelecia votos distritais nas províncias. Impedia, assim, que os partidos formassem listas de candidatos apenas com grandes figuras, pois cada círculo eleitoral não provia senão apenas um deputado. Opondo-se à medida, os chefes saquaremas foram derrotados. Entretanto, em 1859, Sérgio de Macedo, o já citado primo de Eusébio de Queirós, introduziu na Câmara um projeto ampliando consideravelmente os círculos distritais de um para três delegados. Sob oposição de liberais e de alguns conservadores moderados, a reforma recebeu o beneplácito da cúpula do partido e acabou por ser aprovada. Dois anos depois, o Imperador amargurou a derrota: “sempre direi aqui que fui sempre partidário da eleição por círculos, e me opus fortemente aos círculos de mais de um”. Em que pese a redundância majestosa do advérbio, D. Pedro II não foi atendido.³²

Por volta de 1860, os saquaremas ainda pareciam compor o grupo político mais importante do Império: elegeram a maioria da legislatura seguinte (1861-1864) numa das únicas eleições com mínimo controle ministerial e, de resto, centralizaram a emissão do papel-moeda, contra a política de frouxidão monetária, então entendida como parte

³⁰ ACD, 14 de maio de 1859, pp. 21-22; ACD, 16 de maio de 1859, pp. 27-29; ACD, 25 de maio de 1859, p. 70. Cf. tb. ACD, 01 de agosto de 1859, p. 7.

³¹ Apud Roderick Barman. *Citizen Emperor*, p. 458, n. 26.

³² Cf. J. M. Pereira da Silva. *Memórias do meu tempo*, v. I, pp. 283-284. Cf. frase do Imperador sobre as eleições em J. M. de. Carvalho. *D. Pedro II*, p. 79; sobre a reforma eleitoral de 1859, cf. J. Needell. *The Party of Order*, p. 394, n. 105.

da agenda liberal.³³ Ora, moderar a reforma da lei eleitoral, prorrogar a reforma do judiciário, derrubar um gabinete composto por líderes liberais, centralizar a emissão do papel-moeda e conquistar a legislatura vindoura não são feitos nada desprezíveis. Até nas matérias avançadas pelo Imperador o grupo havia condicionado os termos dos debates.

Esses acontecimentos de grande envergadura explicam a fortíssima oposição liberal que se deflagrou quando, em 1860, um fato menor ocupou a esfera pública. Embora o mais votado na lista tríplice ao Senado por Minas Gerais, o líder liberal Teófilo Otoni foi preterido pelo Poder Moderador, donde resultou uma intensa campanha que extravasou os limites da disputa eleitoral. Entre 1860 e 1862, *O Diário do Rio de Janeiro* e o *Correio Mercantil*, bem como panfletos escritos por Salvador de Mendonça, Landulfo Medrado, Zacarias de Góis e Vasconcelos, Teófilo Otoni, Carlos Bernardino de Moura e Quintino Bocaiúva, censuraram a lei da interpretação do Ato Adicional, o Conselho de Estado, a vitaliciedade do Senado, o “consistório saquarema” (Uruguai, Itaboraí, Eusébio) e o Poder Moderador. Tratava-se de ampla revisão crítica da concepção de Estado imperial inscrita na Carta de 1824 e redesenhada nas medidas do Regresso.³⁴

Visto que a Conciliação não aniquilou o poder político do Parlamento nem dos líderes partidários, parece exagerada a afirmação de Roderick Barman, segundo a qual D. Pedro II “estava informando à comunidade política” que as novas regras eram “‘façam do meu modo’ ou nada feito”.³⁵ Como veremos, o Imperador não apenas aceitou os limites que os estadistas colocaram em matérias administrativas, eleitorais e financeiras, mas também seguiu as balizas que fixaram a respeito do cativo negro no Brasil.

³³ Cf. J. M. Pereira da Silva. *Memórias do meu tempo*, v. I, pp. 283-284; em resenha de *The Party of Order*, Ricardo Salles também partilha a hipótese da força política dos saquaremas após a Conciliação. Vide “Escravidão e política no Império”. *História, ciências, saúde-Manguinhos*, vol. 15, n. 1 (jan-mar, 2008), pp. 231-235.

³⁴ Vide Silvana Mota Barbosa, “‘Panfletos vendidos como canela’: anotações em torno do debate político nos anos 1860”. In: J. Murilo de Carvalho (org.). *Nação e cidadania no Brasil*, pp. 155-183; e Sérgio Buarque de Holanda. *História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico: do Império à República*, pp. 59-78.

³⁵ Roderick Barman. *Citizen Emperor*, p. 169.

A nova política da escravidão

Definir uma *política da escravidão na era pós-contrabando* exige observações preliminares que a contrastem com a política específica do tráfico negreiro. Como se viu, o comércio de escravos, sendo proibido por lei nacional e por tratados internacionais, dependia de defesas no Parlamento para que fosse encampado no centro de decisões do Estado brasileiro. Era essa a condição de sua reabertura em nível sistêmico, desde o foro do proprietário particular até as mais altas esferas públicas. Além disso, a atividade interessava, sobretudo, a grupos sociais do Vale do Paraíba, de Campos dos Goytacazes, da zona da mata mineira e do Recôncavo baiano. Em contraste, a instituição do cativeiro era legítima nas leis brasileiras e se espalhava no território nacional com mais universalidade que as regiões de *plantation* beneficiárias do tráfico ilegal. Assim, enquanto o contrabando precisava de uma ação decisiva para inverter sua ilegalidade institucional, a escravidão, pelo contrário, precisava evitar ações decisivas que invertissem sua legitimidade institucional.

Afora isso, o papel da Conciliação em garantir a convivência no poder de liberais e conservadores também torna temerário asseverar que a defesa do cativeiro se prendeu a um dos partidos do Império. De fato, parlamentares de todas as cores concorreram para a política da escravidão, que consistiu, antes do mais, em manter ou induzir condições para a reprodução da instituição no tempo como meio de desenvolvimento econômico do Estado nacional. Entretanto, ainda aqui havia dissenso sobre a conveniência do regime de trabalho, e os antigos líderes saquaremas, promotores do contrabando no decênio anterior, sobressaíram no Parlamento como campeões da ordem escravista. Para apreender essa nova política da escravidão, pode-se circunscrevê-la em três grandes estratégias: i) blindar o Parlamento contra discussões sobre o cativeiro; ii) fomentar a imigração livre para obter fonte paralela – e não excludente – de mão-de-obra barata; iii) e proteger certos fluxos de cativos, tanto no tráfico interprovincial, como no deslocamento dos escravos urbanos para o campo e no retorno dos evadidos para as repúblicas vizinhas, onde o cativeiro não obtinha reconhecimento legal. As próximas páginas expõem cada uma dessas estratégias.

A contar de 1849, a esfera pública brasileira abrigou um número razoável de publicações contra o infame comércio de homens e, por extensão, contra o futuro do cativeiro no Brasil. Nas principais cidades, circularam periódicos e folhas volantes que adotaram contundente tom de censura, a exemplo de *O Contemporaneo*, *A Verdade*, *O Grito Nacional*, *O Século*, *Revista do Commercio*, *Tamandica*, *Argos Pernambucano*,

Observador, Reformista e O Abolicionista. Talvez o mais importante entre eles tenha sido *O Philantropo* (1849-1852), editado parcialmente a expensas do Fundo de Serviço Secreto britânico e da *Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização, e Civilização dos Indígenas*, fundada em 2 de setembro de 1850. A *Sociedade* contava entre seus membros personagens da alta elite política – os deputados Souza Franco, Torres Homem e França Leite, bem como os senadores Luiz Dantas de Barros Leite e Candido Batista de Oliveira, todos eles liberais –, além de letrados do porte de Joaquim Manoel de Macedo, Frederico Leopoldo Cezar Burlamaque e Caetano Alberto Soares. Publicados na Corte sob os auspícios dessas notoriedades, os exemplares de *O Philantropo* vazavam um discurso negrófobo à maneira dos projetos norte-americanos que preconizavam a deportação de negros para a África. Globalmente, sua linha editorial previa a colonização branca, a abolição da escravidão e o retorno dos afro-descendentes para o outro lado do Atlântico.³⁶

Nesse contexto, editores, tradutores, estudantes e políticos se animaram a publicar obras condenatórias do cativo, das quais três merecem destaque. Em 1851, o padre Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa reeditou a *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa*, de José Bonifácio, com a intenção de enviá-la a todas as câmaras municipais do Ceará. Um proêmio da obra, que citava *O Philantropo*, alegava ser impossível “o progresso da agricultura onde os seus braços forem de escravos, viciosos e boçais” e alertava para os perigos de “uma revolução como de S. Domingos”. Concluía dali que apenas o fim da escravidão firmaria a independência e a liberdade do país, exortando os brasileiros à redação de um novo texto constitucional para “a reconstrução do pacto social”. Seus últimos dizeres soavam a revolução: “Viva a assembléia constituinte! Viva a sociedade filantrópica, promotora da colonização e civilização dos indígenas, e inimiga do tráfico dos africanos! Viva!” Para tornar o panfleto aceitável nas localidades, Verdeixa usou o nome do então presidente da província, Inácio Francisco *Silveira da Mota*, afetando um excêntrico pedido de apoio antecipado: “tomo a ousadia de me dirigir a Vossa Exa. para, depois de me perdoar tanta afoiteza, tomar sob seu patrocínio essa distribuição.”³⁷

³⁶ Vide Kaori Kodama, “Os debates pelo fim do tráfico no periódico *O Philantropo* (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão”. *Revista Brasileira de História*, n. 56, v. 28 (2008), pp. 407-430; cf. tb. L. Bethell. *A abolição do tráfico*, pp. 296-297.

³⁷ Ver José Bonifácio. *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa sobre a Escravidão*. Organizada por A. F. C. Verdeixa. Ceará: Typ. Cearense, impresso por Joaquim José D’Oliveira, 1851, pp. 3-6 e 27.

No ano seguinte, a própria *Sociedade Promotora* publicou o *Systhema de medidas adoptaveis para a progressiva e total extincção do trafico e da escravatura no Brasil*. Dividido em três partes, o livreto aduzia um projeto legislativo para a colonização de europeus nas cidades e no campo por meio de companhias empresariais, bem como para a imediata libertação do ventre escravo – registre-se a semelhança entre os artigos 34 e 35 do *Reglamento de esclavos* e os 47 e 48 do projeto, que previam libertação mediante pecúlio e troca de senhor por maus tratos. O aspecto mais notável do *Systhema*, que o difere das publicações congêneres, está em que a *Sociedade Promotora* decidiu apresentá-lo oficialmente ao governo imperial, “para que, se merecer a sua aprovação, possa ser iniciado em lei, com os melhoramentos e alterações que o mesmo governo e câmaras legislativas houverem por bem fazer-lhe”. No prólogo, seus autores empregaram três motivos discursivos para sustentar o fim da escravidão negra: no plano do Direito Natural, disseram eles, o *status* servil era repugnante à condição do homem em sociedade; no religioso, a “santa religião que professamos” ensina “que os nossos escravos são filhos de Deus como nós somos, nossos iguais e nossos irmãos perante o Criador”; em termos geopolíticos, o Brasil devia seguir a trilha das nações civilizadas, isto é, Inglaterra e França, que haviam promovido emancipações nas Antilhas. Por fim, averbaram insistentemente leis romanas favorecedoras da desapropriação forçada de escravos ou da liberdade de seus filhos.³⁸

Em perspectiva semelhante, no rastro da supressão do contrabando, foi editada em Pernambuco a versão para o português de *L'organisation de la liberté industrielle et l'abolition de l'esclavage* (1846), de Gustave de Molinari, um radical defensor do livre mercado e do trabalho livre. Na alentada introdução de 47 páginas, o tradutor da obra, B. F. Henriques de Souza, qualificou a publicação de complemento à “fiel observação da lei de 4 de setembro de 1850”, ao projeto do ministério de Paraná para que auditores da marinha julgassem traficantes de escravos (1853/1854) e às Falas do Trono que solicitavam imigração européia. Segundo Henriques de Souza, o governo pretendia, por essas medidas, promover a abolição próxima da escravidão, mas, para realizá-la, ainda precisava “espalhar na população as idéias e doutrinas que favorecem e apóiam seus

³⁸ Cf. *Systhema de medidas adoptaveis para a progressiva e total extincção do trafico e da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia do Philantropo, 1852, sobretudo pp. 3-18.

projetos, empregando sistematicamente todos os meios aptos para o conseguir, estabelecendo em suma uma verdadeira propaganda abolicionista”.³⁹

O que essas publicações guardam em comum? Sem hesitar, seus organizadores, autores ou tradutores pretextaram a supressão do contrabando para atribuir ao governo propósitos filantrópicos. Cobrando coerente apoio oficial à abolição, não apenas elevavam o problema da escravidão à esfera pública em nível nacional, senão também o lançavam no centro decisório do Império. Um indício de que a estratégia polarizou tensamente os homens letrados da época talvez seja o manuscrito intitulado *Notícia Histórica do Princípio da Escravidão, desde o Anno do Mundo 1657, e antes de Jesus Cristo 2347 anos, como passo a mostrar, em resposta a uma folha impressa pelos ingleses... no Rio de Janeiro, com data de 16 de outubro de 1852*. A folha a que o autor se refere não foi localizada, mas é possível que se trate de algum número de *O Philantropo* ou de *O Abolicionista*, cujos exemplares, remetidos para a Câmara e para o Senado, repercutiram na Corte.⁴⁰

O autor da *Notícia histórica* elencou mais de cinquenta passagens bíblicas, extraídas do Gênesis, Êxodo, Levítico, Deuteronômio, Livro dos Juízes, Livro dos Reis, Livro do Eclesiastes, Jeremias, Ezequiel, Daniel, Joel, Zacarias, Macabeus, Epístolas de S. Paulo e de S. Pedro, Evangelhos de Lucas, Mateus e Marcos e Apocalipse. Todas elas ou registravam ou referendavam a existência da escravidão como fato amoral e inquestionável. Em uma constatação invulgar no meio cultural do Império, o anônimo deduziu que sempre houve e haveria escravos no mundo, desde as origens até o fim dos tempos, “para castigo dos homens, que não reconhecem a Deus... nem têm moral

³⁹ Cf. Gustave de Molinari. *Da abolição da escravidão*. Trad. de B. F. Henriques de Souza. Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1854, p. viii. Na sessão de 1856, um deputado evocaria Molinari para imprecisar a escravidão no Brasil (ACD, 13 de agosto de 1856, pp. 165-166). Um breve resumo da vida e obra de Molinari se encontra em Yves Guyot, “Obituary – Gustave de Molinari”. *The economic Journal*, vol. 22, n. 85 (março, 1912), pp. 152-156. Henriques de Souza era professor de direito em Pernambuco, e talvez tenha sido ele quem sugeriu dois anos depois, para obtenção do título de bacharel, a defesa de tese “Qual será mais produtivo, o trabalho do escravo ou o do homem livre? Qual dos dois será mais caro?”, desenvolvida em chave antiescravista pelo formando Aprígio Guimarães, que a publicou sob o título *Trabalho escravo e trabalho livre*. Cf. Aprígio Justiniano da Silva Guimarães. *Trabalho escravo e trabalho livre*. Recife: Typographia republicana federative, 1856. Em Pernambuco também foi lançada *Da escravidão moderna* (1851), escrita por Hugues-Félicité de Lamennais, em cujo prefácio o tradutor anônimo justificou a dispensa de notas explicativas para o público do Império, na convicção de que as reflexões, elaboradas sobre a exploração dos proletários na França, tinham perfeita aplicação no Brasil escravista. Cf. Félicité Lamennais. *Da escravidão moderna*. Recife: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria, 1851. A respeito de Lamennais, vide Nicholas Riasanovsky, “On Lamennais, Chaadaev, and the Romantic Revolt in France and Russia”. *The American Historical Review*, vol. 82, n. 5 (dec. 1977), pp. 1165-1186.

⁴⁰ Cf., por exemplo, ACD, 12 de junho de 1851, p. 33; e AS, 13 de junho de 1851, p. 79; cf. tb. ACD, 13 de julho de 1852, p. 198.

alguma... como se mostra por a mesma história sagrada.” Em seguida, recobrou os conceitos de civilização e de cidadania, esses sim amplamente empregados no encômio do paternalismo liberal do Brasil:

Comparem os pretos da Costa de África com a sua liberdade toda, sempre em guerra uns com os outros, a venderem os pais e os filhos...Compare, digo, estes com os pretos cativos do Brasil: e vejam uns são oficiais de diferentes ofícios, como pedreiros, carpinteiros, sapateiros, alfaiates, funileiros, ferreiros, serralheiros, caldeireiros, barbeiros, carpinteiros de machado, calafates, bordadores de ouro e prata e de matiz, pintores, douradores; outros no negócio de diversas quitandas; e civilizados; a maior parte deles já cidadãos Brasileiros etc. etc...⁴¹

Longe de se circunscrever ao debate entre particulares, a incalculada extensão de sentido que a supressão de 1850 e a conjuntura por ela aberta podiam contrair exigiu pronta resposta nos centros de decisão do governo. A principal, bem por seu conteúdo como pelo órgão emissor, foi um parecer do Conselho de Estado datado em fevereiro de 1853 sobre o *Systhema de medidas adoptaveis*, redigido pela *Sociedade Promotora*. Como se sabe, os pareceres do órgão não eram vinculativos, mas o Poder Moderador, ao lado dos ministros, pedia e costumava seguir suas opiniões em matérias delicadas. Além de ser bastante ativo (deu 885 consultas entre 1842 e 1865), o Conselho discutia os projetos de lei de maior transcendência antes de sua remessa ao Legislativo, como o fez com a Lei de Terras (1850) e o faria com a futura Lei do Ventre Livre (1871). Talvez seja por essa razão que as propostas do *Systhema* foram parar ali. Sob o comando do marquês de Olinda, a Seção de Negócios do Império aproveitou o ensejo para transformar a resposta à obra em uma articulada defesa política da escravidão e, mais do que isso, em uma pequena teoria sobre o papel do Legislativo na matéria, que pode bem ter estabelecido os parâmetros para a atuação do governo imperial até a crise mundial da instituição na década seguinte. Infelizmente, ela não está publicada na compilação das *Atas do Conselho de Estado*, de José Honório Rodrigues, sendo possível consultá-la apenas na coleção “Marquês de Olinda”, do IHGB – a propósito, os pareceres da Seção dos Negócios Estrangeiros são os únicos, atualmente, que estão organizados e publicados.⁴²

⁴¹ Cf. “Notícia Histórica do Princípio da Escravidão, desde o Anno do Mundo 1657, e antes de Jesus Cristo 2347 anos, como passo a mostrar; em resposta a uma folha impressa pelos ingleses... no Rio de Janeiro, com data de 16 de outubro de 1852” Biblioteca Nacional (BN), Seção de Manuscritos, I – 48, 17, 41.

⁴² A respeito do Conselho de Estado, ver J. M. de Carvalho. *A construção da ordem. Teatro de sombras*, pp. 355-391. Um breve excerto do parecer de 1853 foi citado em Lígia Osorio Silva. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1996, p. 128.

A peça revisou quase ponto por ponto o *Systhema* nos termos do Direito Natural, da religião e dos exemplos de povos civilizados. No início, reconheceu que a escravidão constituía espécie de mal em abstrato, cujas conseqüências sociais todos sentiam. Proferida a sentença, porém, o parecer entrou nos dois pontos seguintes: “A escravidão é uma instituição”, dizem os autores evocando quase literalmente o *Systhema*, “que está consagrada na diuturnidade dos tempos e que tem sido mantida, e diga-se assim, que é a pura verdade, com a sanção da religião santa que professamos”. Os dois modelos indiscutíveis que o mundo civilizado reservava ao Brasil deviam ser os Estados Unidos e o Império Romano, jamais a França ou a Inglaterra. O primeiro, sob o acicate das discussões abolicionistas desde a incorporação do Texas (1848) e o surgimento do Partido Republicano, revelava o papel central do Legislativo no processamento das tensões sociais:

Se exemplos são permitidos nesta matéria, aí está esse povo que habita o norte do nosso continente, o qual ainda não se atreveu a alterar a sua legislação sobre a escravidão, e que nos está dando o testemunho mais autêntico da condescendência que o legislador deve guardar para com as idéias e os interesses dos governados; e isto apesar dos esforços de um partido imenso e bem constituído, que solicita essas reformas, e de estas serem altamente aplaudidas por uma grande e numerosa parte da Nação.

Para glosar a política do Império Romano, como não houvera ali abolicionismo, os conselheiros retomaram a antiga tópica das injustas leis agrárias, editadas pelos irmãos Gracos, que eram rejeitadas por uma série de comentadores desde Cícero.⁴³ Dali se extraía a conclusão de que, se a justiça se fundava na preservação da propriedade privada já adquirida, qualquer esforço para demovê-la se provava inócuo ou negativamente revolucionário. No entender dos pareceristas, o mesmo se dava no Brasil a respeito dos escravos: “não se ande em busca desse fantástico benefício, desse belo ideal, que assim se pode chamar, atento o nosso estado social; empregando-se medidas que hão de ser reprovadas por todos os cidadãos, por todos sem exceção, porque todos sem exceção possuem escravos.”

Mais da metade do arrazoado, contudo, entrou no mérito religioso. A doutrina de Jesus Cristo, “com a qual se alega todos os dias para se exigir a extinção da escravidão”, parecia, na verdade, dar o mais autorizado exemplo na matéria. Para sustentá-lo, os conselheiros empregaram indiretamente o binômio estóico fixado por Santo Agostinho entre mundo material e mundo espiritual. Todas as reformas que Jesus

⁴³ Cf. Eric Nelson, “The Problem of the Prince”. In: James Hankins (ed.). *The Cambridge Companion to Renaissance Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, pp. 319-337.

Cristo reivindicara atendiam à salvação moral e espiritual dos homens, e não à distribuição de poder e bens entre os indivíduos da sociedade. Note-se que a qualificação de Jesus como Legislador o tornava modelo de conduta, fixador de atribuições, para o Legislativo imperial:

Jesus Cristo pregou a igualdade de todos os homens; mas essa igualdade é a igualdade espiritual perante Deus. Jesus Cristo, como Legislador Divino que era, ensinando-nos o caminho da salvação eterna, fim principal de sua alta e santa missão, acomodou seus preceitos a todos os sistemas políticos, a todas as instituições humanas, declarando expressamente que seu reino não é deste mundo. Ele reprovou os abusos, os excessos; condenou as violências, as perseguições, os vícios, os crimes: ele insinuou uma moral nova, fundada toda ela no amor do próximo, na caridade, esse princípio sublime de fraternidade entre os homens, que os pagãos não podiam compreender; mas, em sua infinita sabedoria, ele respeitou todas as hierarquias, acatou todas as condições, recebeu e reconheceu todas as ordens, todos os estados admitidos na sociedade. E, em particular a respeito da escravidão, não se apartando nunca da regra que se tinha prescrito, de olhar só ao reino do céu, ele a considerou como um fato social, que não julgou dever condenar, como condenou outros muitos; limitando-se apenas a recomendar toda a equidade e indulgência para com aqueles que se achavam reduzidos a essa condição. E em parte nenhuma do Evangelho se acha que Jesus Cristo exigisse e nem ainda exortasse aos senhores libertassem seus escravos.

Em seguida, o texto enumerou as ações dos apóstolos, bem como diversos autores da patrística, entre eles São Cipriano, São Basílio, Santo Agostinho e São João Crisóstomo. Expostos ao martírio e à morte, por condenar o culto da religião pagã e afrontar as leis que o autorizavam, eles compunham um respeitável repertório de *exempla* morais audaciosos. No entanto, nenhum deles se aventurara a condenar a instituição do cativeiro, prova máxima de que ela não contraditava dogmas básicos da religião.

Os pareceristas também lembraram que as alforrias induzidas pelo cristianismo só tiveram lugar seis séculos após a chegada do messias, quando costumes muito lentos haviam temperado a ordem social antiga. O Império do Brasil devia mirar-se naquele modelo de transição social, deixando o fim da escravidão à conta das transformações espontâneas, no compasso de muitas gerações e jamais dirigidas de cima para baixo. “A história nos transmitiu o modo por que estava constituído o Império Romano em relação ao objeto que se trata”. Se o cativeiro era um mal em abstrato, que não viesse “a mão do homem agravar ainda mais os estragos da natureza.” Portanto, o *Systhema* proposto pela *Sociedade contra o Tráfico* devia ser terminantemente recusado.⁴⁴

Essa não era a primeira vez que o Conselho ponderava sobre a escravidão e o Legislativo. Um ano antes, a Seção de Justiça havia recomendado ao Executivo projeto

⁴⁴ Cf. “Extrato de um Parecer da Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, de 4 de Fevereiro de 1853, sobre um plano para a introdução de colonos no Império”, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), lata 824, doc. 18.

de lei para forçar os senhores à venda de escravos nos casos de sevícias graves, mais ou menos à maneira do artigo 35 do *Reglamento* cubano. Clemente Pereira, o visconde de Abrantes, Carneiro Leão e o próprio visconde de Olinda argumentaram que a prática da troca de senhores devia restringir-se aos costumes. Para eles, nada se devia “alterar a respeito da escravidão entre nós, conservando-se tal qual se acha”, para evitar “a discussão no Corpo Legislativo de quaisquer novas medidas a respeito de escravos, quando já se tinha feito quanto se podia e convinha fazer na efetiva repressão do tráfico.”⁴⁵ Com o novo parecer de 1853, pode-se dizer que a Seção dos Negócios do Império, aproveitando opiniões que já vinham sendo enunciadas no Parlamento e no próprio Conselho Pleno, compôs uma pequena teoria acerca do papel do Legislativo na sociedade e de sua função específica no problema do cativo, para pautar as ações do governo no futuro. Essa atuação decisiva era necessária em vista das publicações e discursos antiescravistas que atingiam o Parlamento comprometendo o governo ou com o fim do cativo ou com a aplicação das leis espanholas no Brasil.

De fato, desde o fim do contrabando, estadistas no Executivo vinham desautorizando as imputações de filantropia e emancipação que lhes faziam as publicações das províncias e da Corte. Em 1851, o então ministro da Justiça, Paulino Soares, recebeu de Silveira da Mota o panfleto radical do Ceará organizado por Verdeixa e, no dia seguinte, o denunciou fortemente no Senado. Sabe-se que falas parlamentares não usavam ataques *ad hominem*, substituindo nomes próprios por pronomes, perífrases e alusões indiretas. Paulino Soares ignorou o protocolo, perfilando os envolvidos para encenar uma acusação de crime contra o Estado brasileiro:

Releva não dissimular, contudo, a existência de uma propaganda que aconselha, por meios revolucionários, reformas radicais nas instituições adotadas pela nação [...]

Ainda ontem recebi do Ceará um folheto que veio pela última barca e que é a reimpressão da representação à assembléia constituinte legislativa do Brasil sobre a escravatura, pelo ilustre Sr. José Bonifácio de Andrada e Silva. Vem acompanhada de uma dedicatória ao Sr. Dr. Ignácio Francisco Silveira da Mota, assinada pelo padre Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa; e bem assim de um artigo intitulado – Tráfico de Africanos –, que conclui assim: ‘Entretanto, louvando ao nobre colega seus esforços e desvelados serviços em prol da sociedade, não cessaremos de bradar: - Viva a assembléia constituinte! Etc. etc.’

Portanto, a asserção do nobre senador [Montezuma] de que uma administração imparcial e justiceira [como a de Motta] faz calar essas vozes nas províncias não é exata.⁴⁶

⁴⁵ Ver J. H. Rodrigues (org.). *Atas do Conselho de Estado*. Brasília: Senado Federal, v. IV, 1978. pp. 44-49; o caso particular que deu ocasião ao projeto está enunciado em Joaquim Nabuco. *Um estadista do Império*, v. I, p. 248, n. 1.

⁴⁶ Cf. AS, 26 de junho de 1851, pp. 344-345.

Logo após a edição do prefácio de Henriques de Souza, que imputara ao governo da Conciliação propósitos abolicionistas, o marquês de Paraná, então na direção do gabinete, apareceu na Câmara para emitir pessoalmente sua opinião. Reconhecia que o ano de 1850 marcava realmente um ponto de virada na maneira de compreender o sistema escravista no Brasil, mas não no sentido de fazê-lo findar: “por todos nós é sabido que, desde a época em que foi patente que o comércio dos escravos seria extinto”, expôs o orador, “cuidou-se mais para esse objeto e já há muitas fazendas em que há muita criação, onde se trata melhor dos escravos, se zela mais a sua saúde e se têm bons hospitais; e assim é de crer que o mal se sinta, mas não se sinta com aquela gravidade que se antolha ao nobre deputado.” Assegurada a reprodução vegetativa da escravaria no longo prazo, os governantes deviam conduzir a administração sem tocar em sua legalidade institucional. Não podia ser mais claro o recado a Henriques de Souza e outros que pediam o patrocínio governamental de uma campanha abolicionista:

Senhores, está extinto o tráfico, mas não estão revogadas, nem creio que tão cedo serão, as leis que mantêm a escravidão ora existente no país. Os escravos se substituem, a sua população aumenta como aumenta a população dos brancos; hoje, cuida-se muito mais dos escravos.

Creio que não é tarefa da geração atual cuidar no remédio a dar, no caso que se tivesse de verificar o pensamento que antevia o visconde de Cairu [o fim da escravidão]; se fosse tarefa da geração atual, os homens do estado tinham muito mais a fazer do que recorrer à divina providência. Mas não tem esta tarefa de ser incumbida à geração atual; o que convém aos interesses da atual sociedade brasileira é manter por longo tempo ainda as leis que sustentam a escravidão dentro do império; as gerações futuras, os seus governos tratarão, chegada a época, dos meios de procurar esse remédio ou antes, quando esse remédio deve ser precedentemente tomado, lentamente executado, de maneira que, quando venha o mal, quando se der o último caso, não estejamos no estado de apelar para a divina providência.⁴⁷

O uso no plural de “gerações futuras” e “seus governos”, bem como a oração semanticamente vaga em “chegada a época”, cuja ausência de complemento nominal torna impreciso o substantivo, ilustram o esforço de Paraná em alijar a escravidão da agenda política nacional por tempo indefinido, até quando não houvesse alternativas – ou, nos termos do orador, para “o último caso”.

A Câmara dos Deputados também foi obrigada a fechar-se em copas contra proposições de emancipação. No limite, representantes nacionais podiam ouvir interjeições antiescravistas nas duas casas, como “Não há ninguém mais inimigo da escravidão do que eu” ou “É necessário fazer desaparecer a população escrava”. Desacompanhadas de propostas objetivas, tais sentenças não repercutiam negativamente. Um tipo de fraseologia aceito era aquele que ensaiava o corretivo moral

⁴⁷ Cf. ACD, 26 de maio de 1855, pp. 145-147.

em abstrato e, em seguida, repudiava ações concretas, como um senador pelo Rio Grande do Sul calibrou, certa vez, seu discurso. “Se é exato o que se diz a respeito da necessidade dessa gente [escravos] nas províncias quentes do Brasil”, disse ele, “necessidade que me parece uma prevenção e falsidade que é necessário destruir, creio que para a Província do Rio Grande do Sul, cujo clima é inteiramente análogo ao da Europa, não se dão as mesmas considerações.” Em seguida, moderou o tom: “não quero medidas precipitadas, mas quero uma política previdente e esclarecida a este respeito”. Caso idêntico ao de outro deputado que, requerendo a emancipação dos cativos pertencentes ao Estado (os escravos da nação), advertiu logo que “não podemos estabelecer uma lei de manumissão geral, lenta e progressiva” para todos os escravos existentes no país.⁴⁸

Havia, entretanto, um limite tácito nessas expansões verbais. Quando o representante se alongava na exposição antiescravista, a platéia perdia rapidamente a paciência. Em 1852, o deputado Pedro Pedreira da *Silva Guimarães* (pelo Ceará) apresentou projeto prevendo a libertação do ventre, o direito à formação do pecúlio para coartar a alforria (outra vez, a sombra do *Reglamento* de 1842) e a proibição da venda em separado de membros de uma família escrava. Ele mesmo e o médico Antonio *Ildefonso Gomes* já o haviam feito três vezes desde 1850, com apoio manifesto de Moraes Sarmiento, Antônio *Fernandes da Silveira* (por Sergipe), Henriques de Rezende (por Pernambuco) e Francisco de *Paula Batista* (também por Pernambuco e membro da *Sociedade contra o Tráfico*) – isso mostra a falange nada desprezível de representantes convictamente antiescravistas da década de 1850. A maioria da Câmara resolvia o problema não aceitando tais iniciativas como objeto de deliberação. A novidade foi que, em 1852, Silva Guimarães resolveu dar um passo a mais e, antes de enviar o texto à mesa, “fazer algumas reflexões sobre a matéria.” Na exposição, lembrou a injustiça religiosa e a inconveniência nacional de uma instituição que atentava contra o Direito Natural e privava o Brasil de “um povo homogêneo e livre”. Seu projeto selaria “um direito da natureza comum a todos os indivíduos, comum ao gênero humano, e apenas

⁴⁸ Cf., respectivamente, as falas de Camilo José Moraes de *Sarmiento*, ACD, 09 de agosto de 1852, pp. 530-532; de Tomás José Pinto de *Cerqueira*, ACD, 04 de junho de 1851, pp. 356-357; de *Joaquim Vilela* de Castro Tavares, ACD, 12 de julho de 1852, p. 175. Cf. tb. sentenças semelhantes de José Antonio de *Magalhães Castro* em ACD, 2 de junho de 1854, p. 17; e de Benevuto Antonio de *Magalhães Taques*, ACD, 15 de julho de 1854, p. 155; AS, 02 de junho de 1851, p. 3; ACD, 3 de setembro de 1859, pp. 8 e 9.

desconhecido por nós por termos adotado [...] o caduco direito romano que autorizava a posse de escravos com o seu *servus res, non persona*".⁴⁹

Em um segundo, a docilidade do público esvaeceu. João Maurício *Wanderley* (barão de Cotegipe, em 1860) foi o primeiro a gritar: "Esse homem não está na ordem". Silva Guimarães procurou lembrar que suas palavras repetiam apenas "o que pouco mais ou menos se tem publicado pelos jornais". Ato contínuo, o conde de Baependi (Brás Carneiro Nogueira da Costa e Gama, pelo Rio de Janeiro) expressou um "Desgraçadamente". Contumaz, Silva Guimarães prosseguiu, para "mostrar que, sendo os escravos homens como nós, tendo todos a mesma origem, e sendo nós e eles da obra da mesma mão soberana, é um contra-senso que uns tenham o nome de senhores, com um direito de quase vida e morte, e outros o nome de escravos, com toda a humilhação". A seqüência de apartes foi notável. "Não está na ordem, não está na ordem", repetiram uns; "peça então uma sessão secreta", "é inconvenientíssima a apresentação de tais razões", alegaram outros. O presidente da mesa se alinhou com os protestos lembrando ao deputado que devia cingir-se à apresentação do projeto sem "longa dissertação filosófica". O clímax foi atingido quando o deputado tentou ler o alvará pombalino de 16 de janeiro de 1773, que decretava, *grosso modo*, a libertação do ventre em Portugal. O desenlace é previsível, mas revelador:

O Sr. Silva Guimarães: - Isto que eu estou dizendo não pode, porventura, ser ouvido por todos sem perigo? ! (*Agitação*). Eu vou ler, Sr. presidente, uma disposição que se acha consagrada na lei de 16 de janeiro de 1773 que combina perfeitamente com o meu projeto...

O Sr. Fernandes Chaves: - Com o seu projeto, que já a câmara julgou duas vezes de ser indigno de ser atendido. (*Apoiados*).

O Sr. Silva Guimarães: - Quero só ler este artigo.

O Sr. Aprígio: - É uma imprudência.

O Sr. Presidente: - Não posso consentir que o nobre deputado prossiga no seu discurso.

O Sr. Silva Guimarães: - Vou concluir. Nem ao menos posso ler as palavras da lei de 16 de janeiro de 1773? Eu peço ao Sr. taquígrafo que transcreva o que vou ler...

O Sr. Presidente: - O Sr. nobre deputado não tem mais a palavra e, se continuar a falar, serei obrigado a mandá-lo sentar. (*Apoiados*). Apenas pode ler o seu projeto e remetê-lo à mesa para a câmara decidir se ele é ou não objeto de deliberação...

O Sr. Silva Guimarães: - Quero só ler a lei...(*Vivas reclamações*).

Alguns Srs. Deputados: - Que imprudência!

O Sr. Wanderley: - Temos um novo Quaker! (*Risadas*).

O Sr. Silva Guimarães: - Bem, eu me sento, protestando contra esta nova rolha.⁵⁰

Dias de Carvalho tentou resguardar o projeto sugerindo seu envio à comissão de justiça civil. A estratégia não interessava à Câmara, pois um texto polêmico à espera de

⁴⁹ Cf. ACD, 4 de junho de 1852, pp. 167-169; ver tb. ACD, 02 de agosto de 1850, pp. 383-384; ACD, 06 de maio de 1851, p. 12; ACD, 10 de maio de 1851, p. 19.

⁵⁰ Cf. ACD, 04 de junho de 1852, pp. 167-169.

consideração podia suscitar especulações indesejadas fora do Parlamento (como fizera o de Vasconcelos na década de 1830, mas em favor do contrabando). Os deputados impugnaram o requerimento de Carvalho e, em seguida, arquivaram o texto de Guimarães.

Como explicou o marquês de Paraná, após uma tentativa de desembarque de escravos em Serinhaém (Pernambuco, 1856), que permitiu ao senador Dantas acusar o governo de lenidade com traficantes e descaso com a ajuda inglesa, o Legislativo brasileiro devia separar na raiz o tráfico negreiro, questão internacional, e a escravidão, matéria doméstica. Dantas tinha evocado diretamente o *Reglamento* de 1842: “esta lei está em seu inteiro vigor em Cuba; ela estabelece uma tarifa de preços e obriga o senhor a libertar o escravo quando ele oferece o seu justo valor; mesmo o escravo que quer mudar de senhor e acha quem o compre, o seu senhor pode ser obrigado.” Visivelmente irritado, Paraná interrompeu algumas vezes o senador e, logo em seguida, interveio a fim de fixar, uma vez mais, o papel do Legislativo imperial no assunto: “V. Exa. está proferindo asserções inexatas; examinou pouco a questão; está cometendo erros que podem ser fatais se passarem no Parlamento sem contestação.” Em seguida, acrescentou:

Não posso deixar de protestar com toda a força contra o discurso antinacional que acaba de ser pronunciado pelo nobre senador. (*Apoiados*). [...]

Protesto [...] contra a opinião que emitiu de que os escravos entre nós são considerados como coisas. Não conheço jurisconsulto algum entre nós tão alheio da nossa legislação que tenha sustentado que o direito romano nesta parte se acha em vigor no império. Protesto, portanto, contra a opinião do nobre senador e protesto com o testemunho nacional. Todos os dias vemos que são processados aqueles senhores que dão mau trato aos seus escravos. Se isto acontece, é porque se reconhece no escravo o homem, e não a coisa, e porque se lhe conferem todos os direitos que como homem lhe competem.⁵¹

Os pareceres do Conselho de Estado, os esforços dos líderes do governo e o silêncio imposto no Parlamento estabeleceram os insuperáveis limites macropolíticos à discussão do cativeiro no Brasil. De fato, por meio de textos e de atuações no sistema representativo, os estadistas instituíram as funções do Legislativo e do Executivo no processamento das tensões em torno do assunto. Em consequência, à exceção do entrevero suscitado pelo caso de Serinhaém, as publicações e as iniciativas antiescravistas arrefeceram por volta de 1854, dando lugar a uma surpreendente estabilidade discursiva nos anos posteriores. Como bem observou um deputado que

⁵¹ Cf. AS, 29 de maio de 1856, pp. 259 e 270-271. Como se percebe, o senador repetiu as idéias enunciadas no Conselho de Estado, isto é, que a troca forçada de senhores e a coartação não deviam ser positivadas em leis nacionais, senão permanecer como costumes regulados por dispositivos romanos.

resolveu trazer à tribuna, em 1861, questões ligadas à recém-eclodida Guerra Civil dos Estados Unidos, havia “entre nós uma escola que tem feito da palavra inconveniência um mote com que se procura arredar do parlamento a discussão de questões verdadeiramente nacionais”. Em sua avaliação, “esta escola apenas nos concede como triste óbolo a faculdade de discutirmos e de votarmos dispensas para matrículas de estudantes, naturalização de estrangeiros, um orçamento fantástico e ilusório”.⁵² Noutras palavras, a escravidão se transformara em não-evento na agenda política imperial.

Talvez mais do que isso, dois episódios ilustram bem como as instâncias máximas do Império deram os termos do debate na esfera pública em geral, invertendo o processo aberto em 1849. Na série de resenhas escritas no volumoso *Jornal de Timon*, o escritor e historiógrafo João Francisco Lisboa não perdoava a oportunidade de censurar autores que, se não defendiam, ao menos atestavam como fato amoral a existência da escravidão. Um dos livros examinados foi o *Compendio historico-politico dos principios da lavoura do Maranhão* (1818), de Raimundo José de Souza Gayozo, a quem o resenhista acusou de defender moralmente a escravidão. Em 1853, um descendente do autor, A. B. de Souza Gayozo resolveu justificar a opinião do parente, redargüindo que o *Compendio Historico* apenas reconhecia a escravidão como necessária, mas não como um bem moral. Na argumentação, evocou a conduta do Parlamento no caso de Silva Guimarães, em 1852. “Na Câmara dos nossos Deputados (gerais)”, anotou ele, “há bem pouco foi apresentado projeto da extinção da escravatura. O Brasil em peso, pelo órgão dos seus Representantes, entendeu que tal medida era, na atualidade, imprópria, improcedente. – À vista dessa repulsa, dever-se-á concluir que o Brasil (filosoficamente), admite, justifica, legitima a escravidão? Não, Snr. Timon – o que o Brasil diz, o que eu entendo, o que o Sñr. Gayozo sustenta, o que muitos filósofos e, entre muitas nações, os Estados Unidos não desconhecem, é que circunstâncias há que obrigam um país a conservar os escravos.”⁵³

Outra polêmica envolvendo o Parlamento imperial se deu entre o incansável João Francisco Lisboa e Francisco Adolfo de Varnhagen. O redator do *Timon* promovera intensa campanha contra Varnhagen desde a primeira edição da *História Geral do Brasil* (1854), cujas idéias sobre os índios repudiava. Nessa questão mais ampla, Lisboa acusou o historiador de convir também na existência da escravidão negra

⁵² ACD, 26 de julho de 1861, p. 331.

⁵³ Ver A. B. de Souza Gayozo. *Um pedido ao Snr. João Francisco Lisboa, por amor da verdade e da justiça*. Maranhão: Typographia do Observador, 1853, p. 3; a respeito de Lisboa, vide Maria de Lourdes Menaço Janotti. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. São Paulo: Ática, 1977.

e de escrever que em “assuntos melindrosos e perigosos como este, mais vale discorrer menos”. Varnhagen, que já havia sido defendido por seu cunhado, Frederico Pereira de Moraes, na *Diatrobe contra a timonice do Jornal de Timon* (1859), resolveu ele mesmo entrar no debate. Em *Os índios bravos e o Sr. Lisboa* (1867), o historiador legitimou sua posição a respeito da escravidão negra tomando por base a conduta do Parlamento: “no guardar a devida discrição, não faço mais que imitar a do Governo e a da Assembléia Geral, que em 1850 destinou a esse assunto umas três sessões *secretas*”.⁵⁴

De fato, o acordo estava tão bem costurado no Parlamento, que até mesmo D. Pedro II se viu forçado a respeitá-lo, no início da Guerra Civil. Em julho de 1861, o diplomata norte-americano da ocasião, Richard K. Meade, natural da Virgínia, a quem o *New York Times* acusava de fomentar alianças pró-escravistas entre os Estados Unidos e o Brasil, agendou entrevista com o Imperador para extrair declaração de apoio à causa dos Estados Confederados da América. Pelas anotações de outro agente norte-americano, D. Pedro II se limitou a expressar votos de amizade a Meade, evitando o espinhoso tema da Guerra Civil. Após Washington exonerar o sulista, o novo representante, James Watson Webb, entendeu condenar oficialmente a escravidão, para inverter a campanha do agente anterior. Pressionado de novo, D. Pedro II manteve a mesma neutralidade, agora em favor do cativo, pedindo para que “eu [Webb] não insistisse no exercício do direito a uma resposta pública”, pois se sentiria “embaraçado tanto ao responder como ao não responder ao que eu dissesse em condenação da escravidão.”⁵⁵ Esse imperador é distante daquele imponente que diria “façam do meu modo ou nada feito”. A respeito da escravidão, pelo menos, ele sabia respeitar cautelosamente os limites impostos por seus estadistas.

A ação de acautelar agentes diplomáticos americanos no início da Guerra Civil sintetiza todo o esforço imperial na era pós-contrabando, agora lançado no campo diplomático, para não polarizar o problema da escravidão em nível nacional. Com efeito, os homens da alta esfera administrativa imperial acompanhavam de perto o que se passava nos Estados Unidos, as disputas partidárias que ali se travavam e as convulsões populares crescentemente radicais. Em sua visão, se a sociedade norte-

⁵⁴ Ver F. Adolfo de Varnhagen. *Os Índios bravos e o Sr. Lisboa*. Lima: Imprensa Liberal, 1867, pp. 97-100; leia-se também [Frederico A. Pereira de Moraes]. *Diatrobe contra a timonice do Jornal de Timon Maranhense acerca da História Geral do Brasil do Sr. Varnhagen*. Lisboa: Typ. de Jose da Costa, 1859, pp. 31-33, onde o autor cita artigos contra a emancipação na Jamaica e conclui: “preto livre, preto inútil”.

⁵⁵ Cf. James Watson Webb to William Seward, 24 de outubro de 1861. *Papers Relating to Foreign Affairs*, Part 2, Communicated to Congress, 1 de dezembro de 1862. Washington DC: Government Printing Office, 1862, apud Gerald Horne. *The Deepest South*, pp. 157-158.

americana avultava como persuasivo contra-exemplo para o Brasil, as atitudes do Congresso para preservar a “instituição peculiar” aduziam as mais poderosas provas de discernimento político. Noutras palavras, todas as instâncias decisórias máximas do Império deviam seguir aquelas da república americana no período pré-Guerra Civil. Até aqui, a política da escravidão evitou que a escravidão se tornasse política. Viu-se, portanto, o que ela impediu. Resta acompanhar o que propôs. Agora, a sociedade norte-americana se erigia em modelo positivo de emulação.

Colonos e escravos: convívio ou repulsa?

No artigo “Prolétaires et esclaves”, Luiz Felipe de Alencastro partiu do suposto que o fim do contrabando representou um golpe fatal na escravidão, abrindo “o contexto da transição do trabalho escravo ao trabalho livre”. Essa mesma leitura transparece em tom moderado no trabalho de Lígia Osorio Silva, para quem a supressão do tráfico pôs “no horizonte, ainda que longínquo, o fim do trabalho escravo e a transição para o trabalho livre”. Como utiliza o conceito de *hegemonia saquarema*, a autora concluiu que o grupo procurou operar a transformação no sistema de trabalho por meio da lei de terras, cujos fundos seriam empregados na imigração européia.⁵⁶ A seguir, serão abordados dois pontos dessas interpretações: a agenda imigrantista significava condenação e substituição do cativo? Qual o papel da lei de terras na década de 1850? Uma breve síntese historiográfica auxilia a ensaiar as respostas.

Em artigo publicado originalmente em 1972, Emília Viotti da Costa examinou os efeitos da expansão da economia mundial no XIX sobre a intensificação maciça do uso das terras e da mão-de-obra. Em seu modelo teórico, o resultado direto desse processo seria a transformação necessária de ambas em mercadoria. O cativo se tornaria trabalhador livre; e o lote doado ou ocupado, objeto de compra e venda. No Brasil, era a lei de terras que teria o condão de realizar esses dois fenômenos. Como o norte se integrava insatisfatoriamente à expansão da economia mundial, seus representantes se opuseram à execução modernizadora da lei; por sua vez, o sul estava preparado para

⁵⁶ Cf. L. F. de Alencastro, “Prolétaires et esclaves: immigrés portugais et captifs africains a Rio de Janeiro, 1850-1872. *Cahiers du Criar*, n. 4, 1984. O artigo foi inserto como apêndice em L. F. de Alencastro. *Le commerce des vivants*, v. III e parcialmente republicado com o título “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”, em co-autoria com Maria Luiza Renaux. In: L. F. de Alencastro (org.). *História da vida privada no Brasil. Império: a Corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, pp. 292-316; cf. tb. Lígia Osorio Silva. *Terras devolutas*, pp. 124-125.

entrar na modernidade.⁵⁷ Luiz Felipe de Alencastro também enquadrou a lei de terras em um binômio, com a diferença de trocar os pólos regionais pelos setores privado e público. Fazendeiros e comerciantes “buscavam angariar proletários de qualquer parte do mundo, de qualquer raça, para substituir, nas fazendas, os escravos mortos, fugidos e os que deixavam de vir da África”. Cuidavam apenas da exportação. Já a burocracia imperial se ocupava de trazer imigrantes brancos, vistos como “instrumento de ‘civilização’, a qual, na época, referia-se ao embranquecimento do país”.⁵⁸ A primeira linha imigrantista esperava do Estado o pagamento das passagens “a todos os candidatos à imigração: europeus, asiáticos e, eventualmente, africanos livres”. A segunda, a execução da lei de terras para o assentamento de colônias européias. Por fim, José Murilo de Carvalho propôs por outra bipolaridade. Representantes do norte e do sul desejavam a imigração de braços livres para a grande lavoura, mas divergiam na partilha dos custos e benefícios. Os dispositivos do projeto da futura lei de terras que previam impostos e alienação de propriedade dos sonegadores eram percebidos como a socialização de despesas por todas as regiões em nome de uma imigração que afluiria, sobretudo, para o sul. “Já era duvidoso que os cafeicultores aceitassem esses custos [impostos e alienação]; os outros certamente não os aceitariam”.⁵⁹

Nas três leituras, o governo aparece como promotor da transição do sistema escravista para o de trabalho livre. Ele teria enfrentado, porém, resistência da mentalidade escravista do norte (Viotti da Costa), de proprietários arrivistas (Alencastro) e de interesses políticos regionais (Carvalho). A objeção que se pode fazer ao estudo de Viotti é que foram justamente os representantes do sul, e não os do norte, que mais abertamente defenderam a escravidão no Brasil. A análise de Alencastro, por sua vez, não explica por que estadistas redatores ou apoiadores da lei de terras procuraram trazer africanos livres nos anos quarenta e, na década de 1850, promoveram a importação de chineses ao arripio e protesto de fazendeiros horrorizados com os efeitos morais da iniciativa. Também não esclarece a postura de muitos políticos imigrantistas que, a exemplo de Vergueiro, desejavam favorecer a imigração branca direta, sem a lei de terras. Por fim, o exame de Carvalho falece da distinção entre os

⁵⁷ Ver republicação do artigo “Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos” no livro *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 1ª ed., 1977. São Paulo: Unesp, 1999, pp. 179-193.

⁵⁸ Cf. L. F. de Alencastro, “Prolétaires et esclaves”, pp. 120-121; “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”. In: (org.) *História da vida privada no Brasil*, v. 2, pp. 293-294.

⁵⁹ Cf. J. M. de Carvalho. *A construção da ordem. Teatro de sombras*, p. 337.

objetivos do projeto e os da lei efetivamente aprovada. Nesse ponto, é necessário retomar o trabalho de Lígia Osorio Silva.⁶⁰

A pesquisadora percebeu que o diploma de 1850 e sua regulamentação não objetivavam transplantar migrantes diretamente para a grande lavoura. O projeto possuía, decerto, dispositivos originais que vedavam o acesso fundiário à mão-de-obra adventícia, forçada assim a trabalhar para terceiros, mas tais artigos foram derrubados em 1850. Conforme Osorio Silva, a lei – defendida pelos saquaremas, pelo gabinete da Conciliação e pelo Imperador – previa o assentamento de imigrantes europeus em pequena propriedade (núcleos coloniais) mediante a compra de lotes originários das terras devolutas. Tratava-se de um projeto cuja execução fomentaria a longo prazo a imigração multitudinária, espontânea, para o país. A isso se chamava imigração oficial. Enquanto ela não ocorresse, uma das formas de sanar necessidades prementes da agricultura residia no financiamento de passagens de colonos a serem transportados diretamente para as unidades produtivas. Em princípio, esses custos caberiam aos próprios fazendeiros e, em caráter excepcional, ao Estado. Era a chamada imigração particular.⁶¹

Em 1855, o ministro do império Luís *Pedreira* do Couto Ferrez definiu exatamente esse dois tipos de imigração. Na variante vista como insatisfatória, os proprietários estipendiavam o transporte de colonos em troca do cultivo das terras agro-exportadoras. “Este meio”, ponderou Pedreira, “jamais servirá para desenvolver a emigração espontaneamente.” Na outra, o governo providenciava o acesso fundiário aos colonos para alçá-los à condição de proprietários, cujo destino feliz atrairia conterrâneos até a formação do fluxo migratório espontâneo. Vale a longa citação sobre os objetivos da lei de terras, porque seu teor reaparece, de alguma forma, nas falas de proprietários como Luís Werneck e de parlamentares como o marquês de Paraná, Paulino, J. M. Pereira da Silva, José Maria da Silva Paranhos, Manuel Felizardo, Gonçalves Martins e outros próximos do núcleo saquarema:

Esta [a imigração espontânea] deve provir principalmente da medição e demarcação das terras, e de sua exposição à venda em pequenos lotes, a par da existência de grandes núcleos, ou de centros formados sob as vistas do governo, de colonos proprietários, situados em terras férteis e colocados em condições de prosperidade. Os colonos que formarem estes grupos, animados pela idéia da prosperidade, que é um grande incentivo do trabalho e um elemento

⁶⁰ A respeito das tentativas de imigração oriental, ver Robert Conrad, “The Planter Class and the Debate over Chinese Immigration to Brazil, 1850-1893”. *International Migration Review*, v. 9, n. 1 (Spring, 1975), pp. 41-55.

⁶¹ Lígia Osorio Silva. *Terras devolutas*, pp. 132-162.

animador da colonização, hão de fazer chegar à Europa notícias de sua prosperidade e atrair para o país seus parentes, amigos e compatriotas, que emigrarão já certos de adquirir um terreno para sua propriedade, de encontrarem pessoas da mesma nação que servirão para guiar seus passos, que os poderão acolher e dirigir convenientemente. Os mais pobres irão trabalhar com eles ou nas fazendas e propriedades vizinhas, a fim de reunirem um pecúlio com que possam, findo algum tempo, comprar terras que acharem medidas, demarcadas e expostas à venda nas proximidades.⁶²

Esse trecho revela a solução de longo prazo que políticos do Rio de Janeiro e muitos saquaremas prescreviam para abastecimento de trabalhadores. As terras seriam demarcadas, depois viriam alguns imigrantes e, por fim, criar-se-ia uma reserva de mão-de-obra para a lavoura. A paciência dos delegados do Rio de Janeiro se deve ao fato de o volumoso contrabando negreiro até 1850 e a exigüidade territorial da província terem tornado menos dramática a razão terra/trabalho, em comparação com outras regiões do país. Para eles, era assimétrico inverter capitais públicos no transporte de colonos diretamente para as unidades produtivas sedentas de trabalho. Nas palavras de Manuel Felizardo: “Será justo que a nação contribua para que dez, vinte, cem ou duzentos fazendeiros sejam supridos de braços à custa do país inteiro?”

Deputados e senadores da província de São Paulo, cujo território perlongava para o interior inexplorado, cobravam do governo investimentos imediatos no transporte de imigrantes para as fazendas em expansão. Enquanto não eram atendidos, promoviam eles mesmos o deslocamento dos europeus mediante o sistema de parcerias, custeado por cofres provinciais. Na presidência de São Paulo em 1855, José Antonio Saraiva arrolou colonos parceiros em Campinas, Constituição, Limeira, Rio Claro e Jundiaí, quase todos trazidos pela casa Vergueiro e Cia. a partir de 1852. Quando voltou à Câmara, Saraiva elogiou o sistema, menoscabado pelo governo central em favor da lei de terras.⁶³ Essas reivindicações se avolumaram quando uma epidemia de cólera eclodiu em 1855, provocando a morte de milhares de cativos. A resposta do governo veio, finalmente, com a concessão de crédito para colonização em 1856 e com a montagem da Central de Colonização. Entretanto, a demanda por imigrantes estiolou após algumas

⁶² Cf. ACD, 18 de maio de 1855, p. 406; cf. tb. fala do ministro em ACD, 08 de agosto de 1855, p. 80; vide falas de teor semelhante sobre imigração a longo prazo e os fins da lei de terras: Gonçalves Martins, ACD, 09 de julho de 1853, p. 147; J. M. Pereira da Silva, ACD, 28 de junho 1855, p. 288; Paulino Jr. em ACD, 17 de junho de 1857, p. 310; Paranhos em 15 de junho de 1857, p. 11.

⁶³ Cf. ACD, 02 de agosto de 1855, p. 28. Cf. tb. Emília Viotti da Costa. *Da senzala à colônia*, pp. 121-134. Note-se que fazendeiros do Rio de Janeiro, como o visconde de Baependi, também vinham contratando colonos em regime de parceria na década de 1850. Vide Waldick Pereira. *Cana, café e laranja*, pp. 91-95.

dificuldades do regime de parcerias e a grande revolta dos colonos na fazenda Ibicaba, do senador Vergueiro, em Limeira.⁶⁴

Dito isso, impõe-se a inescapável pergunta sobre a natureza da relação entre colonização e cativeiro. Seriam eles excludentes? Ou os estadistas planejavam um convívio harmonioso pelo maior tempo possível? Efetivamente, políticos e letrados coevos aproveitaram o encerramento do tráfico para exigir o final da escravidão, nos conturbados anos de 1849 a 1854, mencionados acima, em que o Parlamento se viu às voltas com a supressão do contrabando.⁶⁵ Foi também nesse contexto que políticos saquaremas ou *conciliados* se expressaram, pela primeira vez na década de 1850, acerca da sobrevida da escravidão no Brasil. Em 1851, Carneiro Leão reconheceu a inevitável redução das taxas de crescimento econômico advinda com o final do contrabando, porém receitou a corrente migratória e o crescimento vegetativo da escravaria como motores do desenvolvimento futuro da economia brasileira:

Sem dúvida, Sr. presidente, podem vir prejuízos momentâneos à lavoura, mas não é impossível arredar esses prejuízos. Em primeiro lugar, devemos observar que a população escrava também é suscetível de aumento. Veja-se a população escrava que tinham os Estados Unidos na época da sua independência, e a que têm hoje; o aumento dos livres, apesar da forte adição de imigração, não é muito superior ao que tem tido a população escrava. Esta população no Brasil é suscetível, senão de um grande aumento, ao menos de um progresso de alguma monta, que será suficiente para, por enquanto, ir suprimindo as necessidades da nossa lavoura. Acrescentem-se-lhe as leis que devemos fazer: primeiramente, manter a segurança dos estrangeiros; depois, fazer leis convenientes para animar a imigração para o nosso país. Por este modo, creio possível que se modifiquem esses prejuízos que à lavoura deve causar a inteira supressão do tráfico.⁶⁶

O mesmo tom adotou o senador Clemente Pereira, para quem não havia “razão para se dizer que é difícil ou quase impossível que haja união de braços livres com braços escravos”.⁶⁷ Ainda em 1851, o visconde de Olinda fez coro aos colegas conservadores na crença de que, se o encerramento do tráfico surtiria a diminuição do crescimento da economia nacional, a reprodução vegetativa dos escravos e outras medidas evitariam o colapso: “que [a supressão] deve produzir alguma estagnação no desenvolvimento da indústria agrícola, não duvido; mas ruína, não. Aponto, por exemplo, os Estados Unidos. Extinguiu ali o tráfico; os estados onde estava admitida

⁶⁴ Cf. ACD, 18 de agosto de 1856, p. 203. A epidemia de cólera está descrita em J. M. Pereira da Silva. *Memórias do meu tempo*, v. I, p. 253; cf. tb. Emília Viotti da Costa. *Da senzala à colônia*, pp. 169-177.

⁶⁵ Cf., por exemplo, ACD, 10 de junho de 1851, pp. 435-436; AS, 20 de agosto de 1851, p. 393; AS, 28 de agosto de 1851, p. 671; ACD, 06 de julho de 1853, p. 85.

⁶⁶ Cf. AS, 27 de maio de 1851, p. 388.

⁶⁷ AS, 29 de agosto de 1851, p. 722.

esta instituição não só não se arruinaram, mas têm ido em progresso; por que não nos há de acontecer o mesmo? Espero que sim.”⁶⁸

Esses discursos se prendem, é verdade, ao contexto da coação do comércio negreiro, cujos efeitos negativos o governo procurava atenuar verbalmente. Mas a tônica se manteve por toda a década até os anos sessenta, como o ilustra uma discussão entre *Cristiano Benedito Otoni* e o saquarema *Jerônimo José Teixeira Jr.* No contexto aberto pela Guerra Civil, o então deputado Cristiano Otoni recuperou o argumento de que o fim do contrabando importava antiescravismo, enquanto Teixeira Jr. negava aos ministérios qualquer objetivo de provocar “a diminuição da população cativa”. Para o saquarema, atribuir ao governo desígnios contrários à reprodução do cativo era “uma clamorosa injustiça à intenção dos nossos legisladores”, desejosos apenas do “aumento da população livre e industriosa”, o que estava longe de condenar a escravidão.⁶⁹ A intenção que Teixeira Jr. imputou ao Executivo pode ser ilustrada na resposta do senador saquarema Manoel Felizardo à observação, feita por *D. Manoel* de Assis Mascarenhas, de que a escravidão obstava à corrente imigratória. Para Felizardo, a instituição era, ao contrário, sua condição imprescindível:

Disse-se que outro fato existia mais contra o Brasil, e vinha a ser a escravatura; que, havendo torrente extraordinária de emigração para os Estados livres da América do Norte, o mesmo não sucedia para aqueles onde há escravidão. Esta opinião foi contestada pelo meu nobre amigo senador por Pernambuco; não só ele julgou que a escravatura não era um obstáculo à colonização, mas até julga que é um auxílio para ela.

[...] Além da opinião do nobre senador por Pernambuco, vejo eu que para Texas, em que julgo haver escravidão, que para esse estado a torrente da emigração hoje é forte, e assim a escravidão não é um embaraço à emigração de braços livres.

[...] Então, em vez de um obstáculo, a escravatura é um novo auxílio à emigração.⁷⁰

Talvez o pronunciamento parlamentar mais completo nesse sentido seja o de *Raimundo Ferreira de Araújo Lima*. Em 1856, logo após a devastadora epidemia de cólera e a revolta dos colonos em Ibicaba, o deputado, aliado aos saquaremas, procedeu a um balanço dos problemas enfrentados no Brasil desde o fim do tráfico de escravos. Em tom conclusivo, entrevistou o desenvolvimento econômico do país na melhor organização do trabalho escravo – envio dos cativos domésticos e urbanos à lavoura,

⁶⁸ Cf. AS, 28 de maio de 1851, p. 404.

⁶⁹ ACD, 26 de julho de 1862, p. 256.

⁷⁰ Cf. AS, 01 de agosto de 1854, p. 48 e 07 de agosto de 1854, pp. 228-229. Vide falas de Paraná, por exemplo, em AS, 31 de julho 1854, p. 723. Num juízo da morte de Itaboraí, Duque de Caxias incluiu Felizardo no núcleo duro dos saquaremas: “Seu vácuo [de Rodrigues Torres, falecido] não será preenchido, como não foi o de Eusébio, Paraná, Uruguai e Manoel Felizardo e muitos outros que nos ajudaram a sustentar esta *igrejinha*, desmoronada ou quase desmoronada em 7 de abril de 1831”. Em Nelson Lages Mascarenhas. *Um jornalista do Império*, apud José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem. Teatro de sombras*, p. 130.

por exemplo – e na reprodução vegetativa dos plantéis. A colonização subsidiada não era premente:

Sr. Presidente, quero conceder a possibilidade do sistema [de parcerias]. Está provada a necessidade da introdução de colonos para acudir à crise em que se diz achar-se a lavoura? Acaso aparecem representações dos proprietários pedindo uma semelhante medida? Creio que não existem tais reclamações e se existem não estão sujeitas ao conhecimento da Câmara, como conviria que o fossem. Estará nossa lavoura em um tal estado de sofrimento ou decadência que precise ser imediatamente suprida de braços? Não vejo provado semelhante sofrimento ou decadência; bem ao contrário, infiro que ela vai em progresso, porque dos papéis oficiais distribuídos na Casa consta que a exportação tem crescido.

[...] Bem sei o que se diz: a cessação do tráfico fez um vazio que o cólera aumentou; deve ser preenchido a todo o custo. Eu não contesto os fatos com que se argumenta, mas reflito àqueles que assim discorrem que bem pode ser que a cessação do tráfico, que o cólera, não tenham ainda produzido falta de braços em nosso país [...]

Quando esta falta vier a aparecer, quando vier colocar a nossa lavoura em uma verdadeira pressão, então já [com] crescimento, já [com] a reprodução da raça escrava dará para ser suprida mais ou menos semelhante falta, independentemente dos meios extraordinários que se nos pedem.

[...] Sr. Presidente, quero ainda mostrar por um cálculo mais visível, mais palpável, que a população dos Estados Unidos não deve o seu crescimento à influência da emigração. O nobre deputado que é tão lido, ignora porventura que a população escrava tem duplicado em 25 anos nos Estados Unidos a par da população livre? [...]

Em 1810, havia nos Estados Unidos 1. 191. 364 escravos; em 1820, 1. 598. 118 escravos; e em 1830, 2. 199. 043 escravos; isto é, em um período de 20 anos quase que duplicou a escravatura, faltando apenas poucas mil almas. Deste modo, está provado manifestamente que a influência da emigração é nula no crescimento da população de um país, porque, suposto o tráfico fosse extinto nos Estados Unidos em 1808, daí por diante, apesar disto, a população escrava marchou a par e passo com a população branca.⁷¹

J. M. Pereira da Silva, que acompanhou os gabinetes saquaremas e da Conciliação na década de 1850, resumiu bem a visão que muitos estadistas detinham do cativo após a supressão do tráfico. Mais uma vez, os Estados Unidos constituíam exemplo digno de imitação, pois atraíam imigrantes sem excluir do horizonte a coexistência da escravidão. Aportados no país, os imigrantes “acham o trabalho nas cidades do litoral, sem concorrência de braços escravos” e “lotes de terras no interior, ou já preparadas com uma choupana e princípio de cultivo, indústria do americano empreendedor, ou terras virgens que comprem com facilidade e de que tomam logo posse”. Após a instalação, encontram “numerosos núcleos de compatriotas, em cuja companhia se revive na lembrança da pátria e do berço; encontram estradas de ferro que os levam por preço cômodo a toda a parte, vapores e vias de comunicação que dão valor aos seus produtos, tornando-os acessíveis a todos os mercados”. Criar condições para a ocorrência de eventos similares, estabelecer núcleos de colonos ao lado das grandes

⁷¹ Cf. ACD, 13 de agosto de 1856, pp. 157-160; sobre alinhamento de Araújo Lima com saquaremas, cf. ACD, 07 de julho de 1858, p. 72.

propriedades escravistas, esse era o imperativo máximo da lei de terras, executada com recursos do governo imperial. O sistema de parceria, talhado para a substituição dos escravos faltantes por trabalhadores livres, devia ser secundário. “Nem os colonos europeus vêm para o Brasil substituir os escravos. Não: são homens cuja ambição é possuir uma propriedade e enriquecer-se! São homens que vêm entrar para a terra como sua, cultivá-la como sua e para si.”⁷²

Tudo somado, as falas de próceres como Carneiro Leão (marquês do Paraná), Manoel Felizardo, marquês de Olinda e J. M. Pereira da Silva, bem como de deputados recém-ingressos na carreira política, entre eles Paulino e Raimundo Araújo Lima, indicam uma notável continuidade na defesa da escravidão no Brasil, que por longos anos estivera centrada na figura do já falecido Bernardo Pereira de Vasconcelos. No entanto, o ano de 1850 marcou uma profunda mudança no discurso parlamentar acerca dos meios de manter a instituição no país, na medida em que a vindicação do transplante transatlântico de africanos acabou por ceder à estratégia da reprodução vegetativa das escravarias. Nesse sentido, os parlamentares brasileiros ecoaram o receituário que vinha sendo difundido desde a década de trinta em manuais de fazendeiro, como o *Ensaio sobre o fabrico do açúcar* (1834), de Miguel Calmon du Pin e Almeida (marquês de Abrantes), o *Manual do agricultor brasileiro* (1839), de Carlos Augusto Taunay, a *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro* (1847), de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, as *Idéias sobre colonização* (1855), de Luís Peixoto de Lacerda Werneck, e o *Manual do agricultor dos gêneros alimentícios* (1863), do padre Antonio Caetano da Fonseca.⁷³

Escritas após a proibição formal do tráfico (1831), tais obras guardam em comum a exortação ao incremento vegetativo dos escravos por meio do sustento alimentar e indumentário adequado, da concessão de terras para roças, da formação de famílias cativas e do bom tratamento dos nascituros. Praticamente inalterado ao longo de trinta anos, o discurso normativo da gestão escrava orientou decisivamente as práticas sociais nas regiões mais desenvolvidas do Império, sobretudo após o fim do contrabando negreiro. O historiador Ricardo Salles observou que, até 1850, era praticamente nulo o protocolo de inscrever os recém-nascidos escravos nos inventários *post-mortem* dos fazendeiros de Vassouras. Nas décadas seguintes, contudo, a notação

⁷² Cf. ACD, 28 de junho de 1855, p. 288.

⁷³ Ver Rafael de Bivar Marquese. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1680*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, pp. 261-298.

cartorial passou a mencioná-los sistematicamente, donde o autor infere uma acrescida atenção às condições materiais de reprodução do cativo. Graças ao aumento da natalidade e à contenção de alforrias, relatórios de presidente de província, dados do censo de 1872 e inventários abertos com a morte de particulares sugerem que a escravaria em Vassouras apresentou pequeno, mas constante índice de crescimento vegetativo (entre 0,78 e 0,85% ao ano). Dados similares indicam que o mesmo fenômeno ocorria em Minas Gerais, onde as taxas de manumissão, como em São Paulo e Rio de Janeiro, contavam a metade das registradas no norte.⁷⁴

Mais uma vez, não se pode ignorar a centralidade do eixo Rio de Janeiro-Vale do Paraíba-Minas Gerais para a preservação do cativo nos quadros do Estado nacional brasileiro. Dos cinco manuais de administração escrava estudados por Marquese, três foram compostos por fazendeiros do Vale: Francisco Werneck, Luís Werneck e Fonseca. Entre eles ainda é possível estabelecer uma relação de sucessão geracional do primeiro para os dois últimos – os próprios Werneck são, respectivamente, pai e filho. Ora, esses aspectos também ocorreram no mundo parlamentar. Não apenas os políticos do centro-sul postularam com maior frequência a sobrevida do cativo no Brasil, como também entre eles houve troca de gerações. Coube sobretudo a moços como Raimundo Araújo Lima, Paulino e, mais tarde, José de Alencar, Domingos Andrade Figueira e Antonio Ferreira Viana argumentar em favor do trabalho forçado no Império. Em uníssono, o que os proprietários do Vale e esses parlamentares partilhavam era a convicção na confluência de longo prazo entre imigração espontânea e crescimento do cativo, à maneira dos Estados Unidos. Enquanto o país não arrebatasse o destino de milhares de europeus, competia aos governantes prover o abastecimento de mão-de-obra aos setores mais dinâmicos da economia. Aí aparecia a colonização engajada de europeus ou asiáticos. Mas também entravam no cômputo geral o tráfico interprovincial de escravos, as taxas sobre cativos urbanos e os tratados diplomáticos com as repúblicas vizinhas.

⁷⁴ Ricardo Salles. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 237-271; para Minas Gerais, ver Clotilde Paiva e Douglas Libby, “Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX”. *Estudos econômicos*, 25: 2 (1993), pp. 203-233.

Controle sobre o fluxo dos cativos

A última face da política da escravidão na era pós-contrabando consistia em favorecer a migração de escravos para os ramos que brindavam maiores recursos aos cofres públicos, no que desempenharam papel crucial o tráfico interprovincial (deslocamento inter-regional) e a evasão induzida de escravos urbanos para as fazendas (deslocamento intra-regional). Paralelamente, era necessário vedar as zonas de alta concentração de cativos, como algumas áreas do Rio Grande do Sul, em contato direto com as repúblicas do Uruguai e da Argentina, onde não havia leis reguladoras da instituição. Globalmente, essas medidas tinham por objetivo o controle indireto do fluxo dos cativos no espaço nacional, a estabilidade da sobrevivência política da escravidão e o desenvolvimento econômico do país.

Como foi mencionado, para muitos parlamentares, enquanto a imigração espontânea não deslanchasse, a reprodução vegetativa dos plantéis devia cobrir a demanda por mão-de-obra nos estabelecimentos rurais de médio e grande porte. Contudo, os cativos recém-nascidos levariam no mínimo doze anos até ser empregados no trabalho agrícola – um prazo intolerável em face das mortes e da expansão agrícola nas unidades produtivas. Essas dificuldades eram perfeitamente apreendidas pelos agentes coevos, como o sugere a pergunta que o marquês de Paraná se colocou no Senado: “Desconheço eu porventura que há mortalidade nos escravos empregados na lavoura e que aqueles que nascem não podem desde logo substituir os que morrem? Não é evidente que esta nova geração só mais tarde poderá prestar serviço?”⁷⁵

Nesse sentido, o tráfico interprovincial era vitalmente necessário. Embora já existisse antes de 1850, foi apenas depois do contrabando que ele se desenvolveu a olhos vistos. Para a década de 1850, Robert Slenes calculou a média anual de 5 mil cativos anualmente deslocados do norte para o sul; o número teria saltado para pouco mais de 7 mil no decênio posterior e orçado em torno de 10 mil entre 1872 e 1881. Na era pós-contrabando (1850-1865), quase 90 mil foram vendidos para os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro. Embora o montante desse comércio em termos absolutos fosse sensivelmente menor que o congênere no sul dos Estados Unidos, alguns índices relativos são semelhantes: em ambos os países, por exemplo, as regiões exportadoras da mão-de-obra vendiam entre 0,8 e 0,9 % de seus escravos (no Brasil, a estimativa corre para o período 1863-1872). Coadjuvado por outros estudos, Slenes ainda mostrou que,

⁷⁵ Cf. AS, 26 de maio de 1855, p. 146.

ao contrário do que se afirma, a origem majoritária desses escravos era urbana ou de áreas não-açucareiras – e que os dois pólos consumidores se localizavam nas *plantations* do norte e do sul, conectadas com o mercado mundial. Dessas considerações resta observar apenas que o deslocamento forçado de homens apresentou, além de variáveis econômicas e demográficas, uma dimensão ligada à política parlamentar, caução da estabilidade institucional para transações comerciais.⁷⁶

Em 1851, o cruzeiro inglês aprisionou o navio *Piratinim* na costa brasileira, que estava engajado não no comércio transatlântico, senão no tráfico interprovincial da Bahia para São Paulo. Em solução radical, os mais de cem escravos da embarcação foram libertados e conduzidos às Antilhas britânicas. A decisão, que provocava imensas perdas materiais e diminuía o nível de calculabilidade dos futuros agentes econômicos, também colocava o dedo no nervo social do Brasil, pois fazia ver aos cativos a existência de um país libertador atuando à revelia do Império. O episódio suscitou uma das notas diplomáticas mais agressivas que Paulino Soares, então ministro dos Estrangeiros, escreveu ao agente britânico. Atos daquela natureza eram cruéis “porque já não tendem a perseguir o tráfico, mas a abalar a sociedade brasileira, pela funesta influência que devem exercer sobre certos elementos semibárbaros da população deste país em detrimento da civilizada”. O ministro evocou a possibilidade de uma guerra, descartando-a em seguida perante a impotência militar brasileira: “E quando esses fatos se repitam, o governo imperial, considerando-os como atos de guerra feita ao Império, e que não repelirá com guerra porque infelizmente não é potência marítima, apelando para a justiça de Deus e dos homens, recorrerá a todos os meios e recursos extremos para atenuar as calamidades de que vê ameaçado o seu país”.⁷⁷

No ápice da crise, Paulino Soares cogitou entregar a navegação de cabotagem à bandeira dos Estados Unidos, que também estavam em litígio jurídico com a Inglaterra por libertação de escravos no Caribe, num caso semelhante ao brasileiro, embora bem menos grave.⁷⁸ O impasse não escalou apenas porque o *Foreign Office* finalmente reconheceu a repressão efetiva do contrabando e, no início de 1852, prometeu não “aprisionar mais navio algum brasileiro dentro do raio de três milhas da costa do

⁷⁶ Vide Robert Slenes, “The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economies, Slave Experience, and the Politics of a Peculiar Market”. In: Walter Johnson (ed.). *The Chattel Principle: Internal Slave Trades in the Americas*. London: Yale University Press, 2004, pp. 325-270.

⁷⁷ A nota diplomática data de 06 de agosto de 1851 e está reproduzida em ACD, 02 de junho de 1852, pp. 144-146. Cf. tb. ACD, 26 de julho de 1851, pp. 319-320 e 328; ACD, 30 de julho de 1851, pp. 383-384; ACD, 09 de agosto de 1851, pp. 523-529; ACD, 04 de junho de 1852, pp. 172-4; ACD, 14 de julho de 1852, p. 219; ACD, 15 de julho de 1852, p. 231.

⁷⁸ Cf. David Brion Davis. *Inhuman Bondage*, p. 269.

Brasil”. A vitória serenou os espíritos. Àquela altura, um deputado já tinha apresentado projeto de lei encerrando “todas as relações comerciais e diplomáticas entre o Império e a Grã-Bretanha”. O fim dos desentendimentos demonstrava novamente que não restava ao gabinete imperial senão liquidar o contrabando negreiro. Era uma condição até mesmo para que o tráfico interprovincial desempenhasse, ao lado de outros fatores, o papel de equilibrador da economia brasileira.⁷⁹

Em 1854, entretanto, o comércio voltou a estar sob fogo cruzado, dessa vez no interior do Parlamento. Um deputado pela Bahia, João Maurício Wanderley, apresentou projeto para proibi-lo, muito provavelmente por razões regionais. Sabe-se que a Bahia vinha enfrentando decadência de atividades econômicas, a exemplo da mineratória e, sobretudo, da açucareira, cuja produção declinara de 45 mil para quase 35 mil toneladas métricas entre 1850 e 1854; e que, particularmente em 1852, fornecera 29% de todos os cativos transplantados das províncias para a Corte. Embora os engenhos do Recôncavo não perdessem escravos em números absolutos, é provável que Wanderley e outros políticos do norte vissem no tráfico interprovincial uma fonte de pressão competitiva sobre o preço dos cativos do interior, o que diminuía a margem de lucro de um ramo em retração. Como notou Conrad, eles primeiro recorreram às taxas aprovadas em Assembléias Provinciais e, não vendo efeitos imediatos, atuaram então no Parlamento.⁸⁰

Afora algumas exceções, deputados do sul e do norte se alinharam, respectivamente, contra o projeto e a seu favor. Para os nortistas, a escravidão apareceu como vetor e efeito de prosperidade econômica, enquanto sua ausência apontava para a barbárie: “senhores”, perguntou Wanderley, “deveras quereis que duas ou três províncias regurgitem de riquezas e que as demais províncias fiquem reduzidas a míseros irlandeses?” A bancada do sul, liderada por Silveira da Mota, ex-presidente de província do Ceará e agora representante de São Paulo, fundou os argumentos na Constituição, na economia e na segurança social: “A primeira condição, senhores, da propriedade”, explicou Silveira da Mota, “é a livre disposição dela, e essa primeira

⁷⁹ Cf. nota britânica em ACD, 04 de junho de 1852, p. 173; o projeto, de Joaquim Antonio do Livramento, está em ACD, 04 de agosto de 1851, p. 450; O caso também está narrado em Leslie Bethell. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. (1ª ed., 1970; trad. port.). Rio de Janeiro: Expressão e Cultura/Edusp, 1976, pp. 336-338. O autor não chamou atenção para o fato de que as reclamações brasileiras visavam menos à reparação da apreensão passada que à preparação do comércio futuro.

⁸⁰ Cf. Robert Slenes, “The Brazilian Internal Slave Trade”; Robert Conrad. *Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1850-1888*. 1ª.ed., 1972. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, pp. 63-87; Evaldo Cabral de Mello. *O norte agrário e o Império, 1871-1889*. 1ª ed., 1984. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, pp. 29-66; Emilia Viotti da Costa. *Da senzala à colônia*, pp. 251-268; Herbert Klein, “The internal Slave Trade in Nineteenth-Century Brazil: a study of Slave Importations into Rio de Janeiro in 1852”. *Hispanic American Historical Review*, 51: 4 (Nov., 1971), pp. 567-585.

condição da propriedade [prevista na Constituição] será atacada diretamente.” Para ele, como a propriedade escrava era constitucionalmente garantida, uma lei não podia limitá-la. Em termos econômicos, “o que o legislador deve cuidar e querer”, continuou, “é que os serviços produtivos da indústria sejam empregados nos lugares em que dão maior rendimento”. Para tanto, devia garantir o livre comércio – mais uma vez, nota-se uma pequena teorização do Legislativo na condução da instituição peculiar. Por fim, deputados de ambos os lados evocaram o exemplo dos Estados Unidos. Para os sulistas, o país provava a sustentabilidade do tráfico interprovincial, que não debilitava os estoques dos estados exportadores; para os demais, mostrava, pelo contrário, o perigo da divisão do país em metade escravista e metade livre, o que ocorreria no Império com o afluxo norte-sul das escravarias.⁸¹

Diante da divisão na Casa, o marquês de Paraná, à frente do Executivo, convidou Wanderley a integrar o ministério. Parecia uma forma de, por cooptação, dissuadi-lo do projeto, que ele realmente nunca mais voltaria a defender. Oficialmente, Paraná justificou o súbito engavetamento do texto com noções de livre comércio. Quando a falta de trabalhadores no norte se agravasse, disse ele na Câmara, o preço ascendente dos escravos levaria o tráfico interprovincial à suspensão em favor da imigração européia. Nos bastidores, contudo, Paraná procurou uma solução de compromisso, dobrando a taxa sobre escravos urbanos para aumentar a elasticidade da oferta intra-regional de cativos e aliviar indiretamente a pressão sobre transposições interprovinciais.⁸² Com efeito, a Corte viria a perder 57% de seu estoque entre 1849 e 1872, após ter sido a maior cidade escravista do mundo, na época do contrabando, desde a antiga Roma. Como anotou a historiografia, a migração das cidades para o campo se prendeu a diversos fatores, desde o desejo imperial de tornar a paisagem demográfica urbana menos negra até a resistência de cativos e a chegada de imigrantes. Porém, a política de indução por meio de impostos também contribuiu, ainda que modestamente, para aqueles resultados. Nas palavras de um parlamentar, a evasão urbana “é também uma medida que deve produzir seu efeito dentro de muito pouco tempo, porque acaba

⁸¹ Cf. projeto de Wanderley em ACD, 11 de agosto de 1854, p. 124; discurso de Silveira da Mota em ACD 22 de agosto de 1854, pp. 243-247; falas de simpatizantes do projeto em ACD, 25 de agosto de 1854, pp. 275-276; ACD, 30 de agosto de 1854, p. 312; e justificativa de Wanderley em ACD, 01 setembro 1854, pp. 347-350.

⁸² Cf., respectivamente, ACD, 26 maio 1855, p. 146; e 30 de julho de 1856, pp. 391 *passim*, 31 de julho de 1856, p. 393 e 01 de agosto de 1856, p. 16 e 14 de agosto de 1856, pp. 180-181.

de votar-se a taxa dupla sobre os escravos, e é impossível que esta medida não corresponda aos fins que se tiveram em vista”.⁸³

Finalmente, os esforços do governo brasileiro na preservação do sistema escravista também se manifestam em tratados com o Uruguai, a Argentina e o Peru. Como se sabe, monarquias européias do século XVIII haviam começado a adotar o princípio do solo livre, segundo o qual o escravo se emancipava tão-logo passasse para dentro de suas fronteiras. Os países independentes da América que repeliram a escravidão também o aplicaram, assim como as unidades federativas do norte dos Estados Unidos. Contudo, o Brasil passou a pressionar seus vizinhos pela assinatura de tratados que previssessem anulação regulada do princípio – em um esforço muito semelhante aos estados sulistas dos EUA, que reivindicavam o mesmo direito de recobrar a propriedade foragida para as unidades do norte. Com o Uruguai, o país não teve dificuldades para consegui-lo, pois gozava grande ascendência diplomática, reforçada nas campanhas contra Rosas. Assinado em 1851, o tratado obrigava os países à “observância de regras especiais de conformidade com as instituições políticas e sociais [aí incluída a escravidão] que os regem.” A devolução dos escravos foragidos se daria mediante documentos probatórios da posse conforme as leis do Brasil. No mesmo ano, o Peru aceitou a convenção semelhante. Em 1857, o representante argentino também assinou outra, mas a república prorrogaria indefinidamente sua ratificação. Diligências semelhantes foram ensaiadas com a Venezuela e a França (por causa da Guiana).⁸⁴

Numa conjuntura cada vez mais polarizada entre regiões escravistas e regiões livres, o Império do Brasil empenhou-se claramente na estabilização doméstica do cativo. Repelindo propostas no Legislativo, seguiu o parecer de 1853 do Conselho de Estado e procurou induzir o fluxo de cativos nos níveis intra-regional, interprovincial e internacional. Ao fim e ao cabo, criou condições internas vantajosas, em contraste frisante com os Estados Unidos, à beira de uma guerra civil, e com a ilha cubana, que a Grã-Bretanha perturbava por conta do renitente contrabando. Em 1863, o visconde do

⁸³ ACD, 14 de agosto de 1856, pp. 180-181. Sobre outras causas da migração urbana, vide Alencastro, “Vida privada e ordem privada no Império” e primeira parte de “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”. In: (org.) *História da vida privada no Brasil*, pp. 11-93 e 291-316; e Sidney Chalhoub. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. 1ª ed., 1990. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2001, pp. 175-248.

⁸⁴ Vide Antonio Pereira Pinto. *Apontamentos para o direito internacional ou collecção completa dos tratados celebrados pelo Brazil com differentes nações estrangeiras, acompanhada e uma notícia histórica e documentada sobre as Convenções mais importantes*. Rio de Janeiro: F. L. Pinto & Livreiros-editores, 1866, vol. III, pp. 336-337 e 1869, vol. IV, pp. 86-87.

Uruguai e Eusébio de Queirós emitiram no Conselho de Estado um parecer ilustrativo da estabilidade alcançada no país. Para eles, embora os senhores tivessem adotado a prática de evitar títulos certificantes da propriedade escrava, por causa do contrabando negreiro entre 1836 e 1850, sanava essa aparente dificuldade “entre nós o geral e recíproco interesse dos senhores”. Apesar da vigência da lei de 7 de novembro de 1831, o Estado não os ameaçava e eles não se denunciavam. Na exposição, os pareceristas deram a seguinte definição da condição escrava:

O escravo não tem estado civil. Quase que sempre tem um nome, o de batismo. Não tem apelidos e família. O escravo não tem família. Chama-se Joaquim, Manoel, João e confunde-se com todos os da mesma cor e do mesmo nome. Não tem pai conhecido, consta apenas o nome de batismo da mãe e, às vezes, somente ele o sabe. Não se lhe conhecem antepassados, nem atos que o caracterizem e chamem sobre ele a atenção. No assento de batismo, quando o fazem, apenas se lhe menciona um nome e o do senhor e, quando muito, o da mãe. Nos títulos de venda apenas se lhe menciona o nome de batismo, o do vendedor e comprador e se declara, genericamente, que é da nação (se é africano) sem se declarar qual seja, ou crioulo, se é nascido no Brasil, seja onde for.⁸⁵

Excluído da ordem civil, incapaz de firmar laços familiares legalmente reconhecidos, alienado do meio cultural de origem, o escravo que aparece nessa definição – de resto muito próxima daquela de Patterson em *Social Death* – é o trabalhador que o Império do Brasil importara por muitos anos e que, agora, lutava para preservar por tempo indeterminado.⁸⁶ Apenas um episódio exterior, totalmente fora do controle dos agentes imperiais, alteraria esse quadro institucional: a Guerra Civil nos Estados Unidos. Surpreendendo o horizonte de expectativas dos atores da época, ela romperia a política da escravidão cautelosamente montada na era pós-contrabando.

Uma “crise social desponta no horizonte”

Lançado em 1861, o primeiro volume do alentado e erudito *Ensaio crítico*, de Antonio Deodoro de Pascual, fornece um precioso indício de que, ao contrário da década anterior, os principais adversários discursivos da instituição do cativeiro haviam sido afastados dos centros decisórios e da esfera pública do país. Pela primeira vez desde a Independência, um letrado, membro do IHGB, resolveu responder no plano intelectual a um viajante ilustrado europeu, e não a um agente diplomático britânico ou um súdito brasileiro. O interlocutor de Pascual era Charles Mansfield, puritano inglês

⁸⁵ Parecer da Seção dos Negócios Estrangeiros, de 22 de junho de 1863. In: *O Conselho de Estado e a política externa do Império: consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros (1863-1867)*. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão: 2007, pp. 41-42.

⁸⁶ Orlando Patterson. *Slavery and Social Death: A Comparative Study*. Cambridge: Harvard University Press, 1982, pp. 3-7.

que, de passagem pelo Brasil em 1852 e 1853, emitira juízos morais sobre os mais variados temas, desde religião, roubos e latrocínios até economia política e escravidão. Esse último assunto é que merece, por ora, exame mais detido.⁸⁷

O *Ensaio crítico* é estruturado como uma espécie de grande diálogo, em que o leitor tem acesso ao texto de Mansfield e, em seguida, acompanha as objeções do censor. Na primeira transcrição, por exemplo, o puritano afirmara que o Brasil seria um dos lugares mais desenvolvidos do mundo se estivesse sob domínio inglês e empregasse apenas o trabalho livre. Nos comentários, Pascual respondeu à afirmação com um irônico “sim”: imaginar-se-ia um rico e opulento lugar como a Jamaica, Barbados, Bermudas, Bahamas, Guiana, Demerara etc. Na Jamaica, afirmou ele, desde a emancipação de 1834 centenas de milhares de negros andavam “vagando pelas ruas, pelos campos, pelos bosques, sem querer trabalhar, seminus e famintos, ou se entregaram à prostituição”. Com o sistema de trabalho livre, a produção agrícola declinou a um terço, o comércio definhou e as bem-feitorias careciam de valor naquela ilha “que fora o empório da Colômbia e das Antilhas no tempo das guerras de independência dos povos de origem ibera.” O império britânico e o mundo que ele criou, definitivamente, não constituíam exemplo para o Império do Brasil.⁸⁸

Noutra passagem, Mansfield acusara os senhores brasileiros de não incutir nos escravos preceitos religiosos básicos. Pascual reconheceu que a educação de fé era insatisfatória, mas logo expandiu o tema para a instrução dos homens em geral, com vistas a ressaltar a liberalidade das instituições nacionais. Enquanto os cursos superiores britânicos separavam os estudantes em grupos segundo o grau de nobreza (*noblemen, gentlemen-commoners, fellow-commoners*), o Império, tanto nas faculdades de direito, nas academias de medicina e de Belas Artes, como nos seminários e nos estabelecimentos de ensino primário, permitia que se misturassem “os ricos, os pobres, os brancos, os pretos, os titulares e os que não têm título; sem que haja mais distinções e hierarquias do que as que nascem do talento”. No país, havia “médicos e advogados de todas as condições e cores: h[avia] escritores brancos, mulatos e pretos.”⁸⁹ Como já se viu em outras obras, o arcabouço legal do país – que não admitia disposições de raça

⁸⁷ Espanhol de nascimento, A. D. de Pascual morou em diversos lugares da Europa e da América até, em 1853, fixar residência no Brasil, onde logo se tornou cidadão imperial, membro do IHGB e professor de história, literatura e filosofia. No *Ensaio Crítico*, adotou ponto de vista totalmente brasileiro. A respeito do autor, ver Innocencio Francisco Silva. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 22 vols., vol. VIII, 1867, pp. 198-201; cf. tb. v. XX, 1911, pp. 129-130.

⁸⁸ A. D. de Pascual. *Ensaio crítico sobre A viagem pelo Brasil em 1852, de Carlos B. Mansfield*. Rio de Janeiro: Laemmert, 2 vols., 1861-1862, v. I, pp. 20, 21 e 109-113.

⁸⁹ A. D. de Pascual. *Ensaio crítico*, pp. 170-173.

nem de nobreza para regular o acesso aos direitos de cidadania – era evocado, num jogo de equívoco semântico, no lugar de práticas sociais efetivas.

O puritano também relatara a história de um liberto pregador no Recife que, lendo passagens bíblicas em público, acabou capturado pela polícia – talvez se trate de algum ex-escravo capturado no mesmo contexto de Rufino José Maria, o africano traficado para o Império que praticava o islamismo na capital pernambucana, onde acabou preso em 1853.⁹⁰ No testemunho, Mansfield arrematou o episódio com uma exortação à resistência negra, no que foi imediatamente contestado por Pascual, que, para frisar a estabilidade social do sistema escravista brasileiro, recobrou o lugar-comum do paternalismo liberal, isto é, a articulação da prática social da alforria aos direitos do liberto constitucionalmente garantidos: “o brasileiro liberta o escravo quando lhe nasce um filho, o liberta quando se casa, o liberta quando morre [...]. O nosso escravo pode chegar a ser um cidadão, um homem de letras, um médico, um advogado, um comerciante, um fazendeiro [...] O homem de cor brasileiro sabe que nos Estados Unidos é expulso dos teatros, das reuniões públicas, dos ônibus e até dos templos de Deus”.

Para o autor do *Ensaio crítico*, de resto, a imensa estabilidade interna do Brasil seria completada, no plano internacional, por uma iminente guerra nos Estados Unidos, donde nasceriam três países, sem prejuízo do cativo: “serão três grandes nações pouco amigas”, escreveu ele, “duas repúblicas e uma monarquia. Não vos assombréis com a minha calma anunciando-vos este fato vindouro; porque onde há fumo deve existir fogo, e cego deve-se ser para não entrever até as chamas que devoram os estados do sul – os que querem escravos – e os do norte, que não os querem.”⁹¹ Publicado no primeiro ano das operações militares nos Estados Unidos, o *Ensaio crítico* indica a leitura que os brasileiros faziam da conjuntura política mundial referente à escravidão. Segundo Pascual, as décadas seguintes não ameaçavam de morte a instituição, nem na esfera doméstica nem nas relações internacionais.

Contudo, à medida que a Guerra Civil se desenvolveu em desfavor do cativo, essa leitura sofreu precipitada deterioração de sentido. Bem no início dos combates, parlamentares apenas aconselharam medidas para ensejar o vácuo da oferta de algodão no mercado mundial e indagaram pela conduta diplomática, se do apoio explícito a uma

⁹⁰ João José Reis, Flávio Gomes dos Santos e Marcus J. M. de Carvalho. “Africa e Brasil entre margens: aventuras e desventuras do africano Rufino José Maria, c. 1822-1853”. *Estudos afro-asiáticos*, vol. 26, n. 2 (2004), pp. 257-302.

⁹¹ A. D. de Pascual. *Ensaio crítico*, respectivamente, pp. 177-178 e 143.

das partes ou da neutralidade. Escolher um dos lados se provava temerário, pois os óbvios laços do sul com o Império por conta da escravidão eram contrabalançados pelo fato de o norte ser o maior consumidor do café brasileiro e, portanto, o maior responsável isolado pelo equilíbrio macro-econômico nacional. De resto, a declaração de apoio exporia a costa norte do país ao ataque e à conquista pela parte prejudicada, e nisso não interfeririam as grandes potências, França e Inglaterra, que tinham apenas declarado neutralidade e reconhecido o estado de beligerância do sul, isto é, o direito à independência. O Brasil acabou por segui-las à risca.⁹²

Em 1862, contudo, após a invasão de Nova Orleans, de Vicksburg e de todo o vale do Mississippi pelas tropas do norte, um deputado já lamentava a “luta travada nos Estados Unidos” e “a questão que ali se ventila sobre a emancipação escrava da União Americana, cuja solução t[inha] de influir poderosamente sobre os destinos do Brasil”. Sob outra ótica, representantes como Aureliano Cândido *Tavares Bastos* (por Alagoas), João das Chagas Lobato (por Minas Gerais), Antônio Gomes *Pinheiro Machado* (pelo Rio Grande do Sul) e Felipe *Lopes Neto* (por Sergipe) aplaudiam a “presente luta, luta gloriosa, porque é a da liberdade contra a servidão, do progresso contra a barbaria, está reservado à grande república de Washington um papel incalculável nos destinos do mundo.” Para Carvalho Reis, deputado do Maranhão, os “graves acontecimentos que se estão passando nos Estados Unidos da América nos devem pôr de sobreaviso a respeito do futuro do nosso país”. Em seguida, rogou emancipação dos escravos pertencentes ao Estado e fixação dos demais às propriedades agrícolas (numa espécie de servidão). Contudo, outros deputados ainda ignoravam o desenlace da “guerra civil, que infelizmente ali se ateou, e cujo resultado não é fácil prever.”⁹³

Com a declaração de Abraham Lincoln, emitida em 22 de setembro, que libertava os escravos dos Confederados em 1º de janeiro de 1863, os eventos no Brasil mudaram de patamar. O representante britânico no Rio de Janeiro, William Christie, então engajado em negociações indenizatórias para particulares britânicos, passou a exigir do Império a emancipação imediata de todos os africanos livres a serviço do Estado ou de particulares. Provavelmente sob influência dos acontecimentos nos EUA,

⁹² Ver interpelação de João José de Oliveira *Junqueira* Jr. sobre a neutralidade do Império em 26 de julho de 1861, p. 331, 03 de agosto de 1861, pp. 49-50; resposta do ministro dos negócios estrangeiros em ACD, 23/06/1862, p. 188; cf. tb. fala de Fábio Alexandrino de *Carvalho Reis*, do Maranhão, sobre oportunidades para a cotonicultura, em ACD, 22 de junho de 1861, p. 185; ACD, 6 de julho de 1861, p. 81 e ACD 13 de julho de 1861, pp. 157-159.

⁹³ Cf., respectivamente, ACD, 16 de junho de 1862, p. 131; ACD, 08 de julho de 1862; p. 86 e 25 de julho de 1862, p. 236; ACD, 22 de julho de 1862, p. 190.

Christie reclamou também a liberdade de todos os escravos ilegalmente introduzidos no Brasil depois da lei de 07 de novembro de 1831. Suspensas as negociações, o Rio de Janeiro amanheceu bloqueado por navios ingleses. Novamente afrontado pelo espectro da lei de 1831 e por manobras militares no litoral, o Executivo cortou relações diplomáticas com a Grã-Bretanha. Diante de uma Câmara conservadora, que o apoiava apenas condicionalmente, propôs sua dissolução por alvitre de Olinda, então presidente do Conselho e já totalmente apartado dos saquaremas. Nos cinco anos seguintes, pela primeira vez desde 1849, os conservadores seriam alheados do poder em prol da Liga Progressista, um grupo político de efêmera existência que consistia na união de liberais e de conservadores moderados beneficiários da era da Conciliação. Christie não foi o grande responsável pela abertura do processo legislativo culminante na Lei do Ventre Livre, como já se disse com exagero. Mas seu comportamento agressivo, após a proclamação norte-americana de 22 de setembro, indicava claramente as dificuldades de natureza política que enfrentaria um país escravista periférico na ordem mundial aberta com o fim da Guerra Civil.⁹⁴

Em 1864, após a batalha decisiva de Gettysburg, a maior derrota militar do sul, as enunciações parlamentares adquiriram tom de alarme. Enquanto um deputado propôs abolição da pena de morte para escravos, cuja defesa, já tendo “seus dias de vida”, “hoje pertence ao passado, e a um passado amargo”,⁹⁵ Tavares Bastos se sentiu motivado a pedir a votação de um projeto proibindo venda de escravos em leilão. Para ele, a “escravidão, Sr. presidente, é a mais grave questão social do país”, e apenas seu fim aproximaria o Brasil “das nações livres e civilizadas”.⁹⁶ Pela primeira vez, o futuro da cativeiro voltava com força ao Parlamento, desde o parecer do Conselho de Estado de 1853. Notavelmente, o projeto acabou engavetado por causa da atuação de dois deputados do 4º distrito do Rio de Janeiro, que compreendia Pirai, Barra Mansa, Resende e Mangaratiba, entre outras localidades do Vale do Paraíba, de novo no papel de baluarte social e político da escravidão no Brasil do século XIX. Os representantes ventilaram exatamente os mesmos argumentos da era pós-contrabando: o cativeiro era um legado de séculos impenetrável à ação das leis; a supressão do tráfico estava

⁹⁴ Sobre a questão Christie, ver Richard Graham. *Britain and the Onset of Modernization in Brazil, 1850-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968, p. 169; Robert Conrad. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, pp. 57-59; e Jeffrey Needell. *The Party of Order*, p. 396, n. 116. Cf. tb. fala do conservador *Nébias*, que menciona o receio de que a legislatura passada não apoiasse Olinda como suposta causa da dissolução, ACD, 26 de Janeiro de 1864, pp. 398-399.

⁹⁵ Cf. fala de *Viriato* Bandeira Duarte em ACD, 9 de janeiro de 1864, p. 218; o projeto, censurado na Casa, foi engavetado na comissão de justiça criminal, ACD, 03 de fevereiro de 1864, pp. 19-23.

⁹⁶ Ver pedido de discussão do projeto em ACD, 04 de fevereiro de 1864, pp. 35-36;

desvinculada da sobrevivência da escravidão; os escravos brasileiros eram mais bem tratados que trabalhadores assalariados europeus; felizes na escravidão, eles se tornavam incapazes de autogoverno na liberdade; a intervenção do legislativo comprometeria a disciplina dos plantéis; o papel da política era evitar, e não favorecer, o surgimento do abolicionismo. Um deles chegou a relatar que um importante eleitor dos conservadores lhe prometera o voto com a condição de que ele, deputado, fizesse o possível e o impossível para dilatar a aprovação de projetos emancipacionistas, que provavelmente apareceriam após os eventos de 1863 nos EUA.⁹⁷

No Senado, o ministro da agricultura, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, reconhecia que uma “crise social desponta no horizonte”, enquanto o Barão de S. Lourenço expedia um discurso revelador da inflexão que eventos nos Estados Unidos incitaram sobre a política da escravidão no Brasil:

Nenhum receio ou inquietação devemos ter pelo futuro do país? Uma importante verdade, senhores, conhecemos todos, e na qual pouco refletimos! a *escravidão deve cessar entre nós*, senão já, em certo prazo, talvez mais curto do que pensamos.⁹⁸

Mais uma vez, é possível flagrar sinais da conjuntura política na conduta de D. Pedro II. Assim como o Imperador respeitara os limites da política da escravidão, em 1861, agora, no início da crise mundial da instituição, passava a forcejar seu fim. “Eventos na União Americana”, escreveu ele ao presidente do conselho de ministros, “exigem que pensemos sobre o futuro da escravidão no Brasil”.⁹⁹ Por meio do Poder Moderador, D. Pedro II pressionaria membros dos gabinetes progressistas e do Conselho de Estado pela reforma da instituição. Em 1866, após o envio de um apelo subscrito por letrados de nomeada do *Comité Français d'Émancipation*, como Augustin Cochin e François Guizot, para que o Império deixasse de ser “a última terra cristã manchada pela servidão”, o Imperador induziu o ministério a assinar resposta prometendo empenho. Nos dois anos seguintes, levou os ministros a citar a emancipação nas *Falas do Trono*. A partir de 1867, finalmente, também conseguiu inscrever a discussão da “reforma servil” na pauta do Conselho de Estado, onde, ao contrário da década anterior, os membros se manifestariam em favor do fim gradual da

⁹⁷ Cf. falas de *Manoel Joaquim* da Silva em ACD, 31 de março de 1864, p. 288-291, e 08 de abril de 1864, p. 83; e de Antonio de Araújo Ferreira *Jacobina*, em ACD, 05 de abril de 1864, pp. 27-30. Projeto encaminhado em 08 de abril de 1864, p. 84. As localidades do 4º distrito podem ser verificadas no *Almanack Laemmert*, “Eleitores da corte e província do Rio de Janeiro”, parte II (província). Rio de Janeiro: Laemmert, 1864, pp. 60-65.

⁹⁸ Vide fala do ministro em AS, 5 de setembro de 1864, p. 266; e do barão de S. Lourenço em 03 de setembro de 1864, pp. 253-256.

⁹⁹ Apud Roderick Barman. *Citizen Emperor*, p. 195.

instituição.¹⁰⁰ Um parecer como o de 1853 – cujos argumentos, é verdade, reincidiriam – não tinha mais como ser apoiado pela maioria. Um novo tempo estava aberto.

¹⁰⁰ Há inúmeras obras sobre o período. Ver, entre outras, Joaquim Nabuco, *Um estadista do Império*, pp. 21-85; Roderick Barman. *Citizen Emperor*, pp. 193-239; Jeffrey Needell. *The Party of Order*, pp. 223-271; J. M. de Carvalho. *D. Pedro II*, pp. 130-136; Ricardo Salles. *E o Vale era o escravo*, pp. 41-134; Sidney Chalhoub. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003, pp. 131-291; e Paula Beiguelman, “O encaminhamento político do problema da escravidão no Império”. In: Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil monárquico: reações e transações*, pp. 189-211.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a Independência até 1865, tornou-se cada vez maior o papel do mercado mundial na orientação da economia brasileira. Contudo, um país de dimensões continentais dificilmente poderia inserir-se nas linhas de comércio e crédito globais de maneira homogênea. A crescente competitividade, o emprego de tecnologia, a aquisição de *know-how*, a obtenção de terra, o acesso ao trabalho e a disposição de capital em cada uma das regiões do Império (o Vale do Paraíba; o Recôncavo baiano; a costa pernambucana; as margens do rio Itapecuru, no Maranhão; o centro-sul de Minas Gerais; o oeste velho de São Paulo; a zona do charque rio-grandense, para citar apenas as mais eminentes) foram fatores fundamentais no sucesso ou fracasso de seus respectivos desempenhos econômicos. Embora a produção de todos os artigos agrícolas tenha evoluído em números absolutos, a ascensão extraordinária do café colocou o Vale do Paraíba em uma posição de abundância material que logo se transformou também em acúmulo de poder político, favorecido ainda pela proximidade geográfica com a Corte. Ligada ao deslanche em recursos financeiros, comerciais e humanos, Minas Gerais passou igualmente por um período de pujança notável.

Acontece que o crescimento regional dependeu profundamente do tráfico negreiro transatlântico, em um contexto político bastante complexo nos níveis nacional e internacional. Como sugeriu Giovanni Arrighi, a Grã-Bretanha desempenhou o papel de centro hegemônico do ciclo sistêmico de acumulação do capitalismo industrial; isso significa que, além de deter o monopólio das linhas de comércio a longa distância e de crédito financeiro, o país exerceu uma poderosa liderança moral, ideológica e econômica sobre os novos Estados-nação da Europa e do Novo Mundo, após vencer as guerras napoleônicas e intermediar as independências americanas. Conceitos como opinião pública sem censura, autogoverno, regime representativo, mercado auto-regulável e trabalho livre se tornaram crescentemente aceitos no Atlântico, de Lisboa a Nova Iorque, de Paris a Buenos Aires.¹ Nesse contexto, o país promoveu a primeira abolição em massa da escravidão como programa da ação pública (1833-1838) e esteve à frente do abolicionismo internacionalista, engajado na supressão alhures do tráfico negreiro e do cativo (1839 em diante). Portanto, a manutenção do regime escravista no sul dos Estados Unidos, na colônia espanhola de Cuba e no Império do Brasil exigia

¹ Giovanni Arrighi. *O longo século XX*. 1ª ed., 1994. São Paulo: Contraponto/Unesp, 2006, pp. 163-245.

recepção crítica dos enunciados pretensamente universais e uma ação política igualmente decisiva. Ainda mais delicada era a vindicação do comércio de almas, este sim já abolido legalmente em todos os lugares desde 1830.

Notavelmente, a filtragem e a reformulação do ideário liberal se deram nos espaços institucionais do próprio liberalismo: livros e gazetas livres, assembléias provinciais e Parlamento. Foi nesses lugares que as articulações sociais necessárias à expansão do cativeiro procuraram concretizar seus objetivos e recriar o liberalismo hegemônico da Grã-Bretanha em chave escravista. Mas fazê-lo não era tarefa fácil, pois a imprensa e a representação política previam a convivência de opiniões discordantes para a melhor condução dos assuntos públicos. Por isso, à maneira das relações de poder travadas surdamente nos bastidores, a eficácia dos argumentos era realmente decisiva, tanto para silenciar o inimigo imediato, quanto para aliciar os ouvintes longínquos. Vale realizar um breve exercício de classificação tipológica para contestar a afirmação recorrente na historiografia de que o cativeiro no Brasil ou nunca foi defendido ou só o foi no campo da economia. Barbara Weinstein, por exemplo, escreveu que o sentimento antiescravista cresceu regular e inexoravelmente no país durante o século XIX, ao passo que discursos em favor da instituição eram ambíguos, “fracos” e sempre um pouco contrários a ela mesma.² Sem a pretensão de ser exaustivo, é possível enquadrar os argumentos pró-cativeiro no Império em sete grupos: o da universalidade política, o da necessidade econômica, o da analogia consequencial, o da hipocrisia abolicionista, o dos exemplos positivos, o da doutrina cristã e o do paternalismo liberal.

O primeiro consistiu em substituir sub-repticiamente o grupo social específico interessado na questão por designações amplas que encerravam todo o Império. Quando os deputados provinciais do Rio de Janeiro atenderam, em 1837, às demandas dos grandes fazendeiros da província pela reabertura do contrabando negreiro, disseram que a lei de 1831 traria seqüelas “funestas, se a Divina Providência se não dignar de continuar a proteger o Brasil”, pois os “interesses, os hábitos e as idéias de muitos séculos têm feito persuadir a maioria dos habitantes do país que é impossível passar sem braços escravos”.³ Talvez essa estratégia fosse questionável para coonestar o contrabando, atividade regional e socialmente restrita, mas era largamente empregada

² Barbara Weinstein, “Slavery, Citizenship, and National Identity in Brazil and the U. S. South”. In: Don H. Doyle and Marco Antonio Pamplona (ed.). *Nationalism in the New World*. London: The University of Georgia Press, 2006, pp. 248-271.

³ “Representação da Assembléia Legislativa da Província do Rio de Janeiro, de 7 de dezembro de 1837”, Acervo Arquivo do Senado Federal (AASF), n. doc. 3026.

na defesa da escravidão. O senador visconde de Olinda, ao contrastar o Brasil com os Estados Unidos em 1852, chegou mesmo a entrever no cativeiro o cimento social elementar que evitava dissensos e discórdias muito grande nos centros representativos dos interesses nacionais:

Naquela nação, parte dos estados é agrícola, parte manufatureira; destas circunstâncias nasce a diversidade de interesses, que de fato se tem encontrado muitas vezes. Com os elementos do trabalho, dá-se o mesmo: em uns estados, o trabalho é livre, em outros, é escravo. Há também por este lado interesses opostos que produzem idéias diferentes e, por conseguinte, exigências opostas.

Mas, no Brasil, tudo é agrícola, não podem ser promovidos os interesses de uma província sem o serem igualmente os das outras; todos podem ser promovidos ao mesmo tempo sem ofensa, sem queixa de nenhuma das partes; o elemento do trabalho é o mesmo em todos os pontos, os costumes gerais são os mesmos, as idéias são todas umas e, felizmente, pela natureza das coisas, os interesses são todos iguais.⁴

Trata-se, evidentemente, de um *wishful thinking*. A presença disseminada do trabalho escravo não se convertia em interesses políticos semelhantes nem muito menos em promoção proporcional e simultânea dos interesses de todos os cidadãos. Mas o argumento devia ser forte; e tanto, que até mesmo estudiosos posteriores subestimaram o peso do discurso escravista com base na convicção de que, no Brasil do século XIX, todos eram a favor da instituição. Espera-se que este estudo tenha mostrado que a equação é bem mais complexa do que o pretendeu a ideologia escravista brasileira e do que o supôs uma sequência de estudos acadêmicos.

O argumento da necessidade econômica é o mais conhecido dos especialistas. Sua forma simplificada pregava que a erradicação do trabalho forçado arruinaria o mundo da produção material. Em 1843, por exemplo, J. M. Pereira da Silva reclamava dos efeitos da ação supressora da Grã-Bretanha sobre o preço dos terrenos fundiários: “agricultura sofre sim, mas é porque os escravos não têm vindo para o país, de modo que as terras estão hoje com um valor muito baixo.”⁵ A variante mais complexa desse raciocínio atrelava a fortuna do mundo privado às receitas do mundo público, sugerindo que o fim da escravidão importaria a falência generalizada do Estado brasileiro. Presente nas primeiras defesas dos anos vinte, esse argumento reapareceu constantemente em todas as décadas seguintes. Sua formulação mais lapidar pertenceu a um dos maiores oradores nacionais do século, Bernardo Pereira de Vasconcelos, que proferiu o célebre aforismo “a África civiliza a América”. Políticos conservadores mais

⁴ AS, 07 de junho de 1852, pp. 91-92.

⁵ ACD, 12 de maio de 1843, pp. 138-139.

jovens evocariam explicitamente o grande líder, como o fez Nébias em 1864 contra um deputado antiescravista da Bahia:

pode-se negar, senhores, que entre nós o braço dos africanos prestou assinalados serviços? Não foi com o braço dos africanos que se descortinaram as nossas matas primitivas e seculares? Não foi com o braço dos africanos que se plantou a grande riqueza do país? A província da Bahia mesmo, de que é digno representante o nobre deputado, não tem o exemplo em si?

Os importantes distritos do Recôncavo, de Santo Amaro, da Cachoeira, de Maragogipe, de S. Francisco e tantos outros não prosperaram com o braço dos africanos? Não fundaram por longo tempo a grandeza e proeminência da Bahia? Em todas as nossas províncias agrícolas, não temos visto esses prodígios e maravilhas do braço dos africanos? Como, pois, pode o nobre deputado considerar como um recurso fatal, como um princípio de mau gosto a opinião daquele grande estadista [Vasconcelos]?

E a riqueza da Bahia proveniente desta fonte não elevou a ilustração da Bahia? Seus filhos distintos não têm seguido, à sombra da riqueza territorial, tão brilhante carreira, não têm feito uma figura tão importante no nosso país?⁶

Essa fala foi, provavelmente, parafraseada por Oliveira Lima, que a atribuiu ao Vasconcelos.⁷ As palavras não são dele, mas o raciocínio lhe pertence. Outra grande mente conservadora, José de Alencar, glosaria esse lugar-comum com um forte jogo de imagens: “Sem a escravidão africana e o tráfico que a realizou, a América seria ainda hoje um vasto deserto. A maior revolução do universo, depois do dilúvio, fora apenas uma descoberta geográfica, sem imediata importância.”⁸

A mesma experiência britânica, que tanto estimulava os debates sobre a escravidão, era evocada no campo da analogia consequencial. Todo o processo de emancipação no Caribe inglês foi acompanhado a lupa pelos políticos brasileiros, e nenhum dos pró-escravistas entre eles acreditou que a Jamaica, cuja renda per capita em 1770 superava a das colônias continentais inglesas graças aos escravos, sobreviveria à abolição do trabalho forçado dos negros. Em 1844, o historiador Alexandre José de Melo Moraes vaticinou com tristes cores o futuro da Jamaica, pois a “raça africana, nascida e criada cativa, no estado da mais deplorável barbaridade, revoltante superstição e ignorância incrível, repentinamente emancipada não poderá ficar acostumada a esse estado [a] que a querem elevar”. Por isso, avançou ele, a “Inglaterra receberá as maldições daqueles a quem pensou com suas utopias beneficiar [...] e terá que lamentar a sua prematura e mal-dirigida filantropia [...]. É hoje um exemplo bem frisante as cruéis e exterminadoras desordens entre as raças de cor em S. Domingos; e tanto, que

⁶ ACD, 07 de março de 1864, p. 86.

⁷ Ver Oliveira Lima. *O Império brasileiro*. In: *O movimento da Independência. O Império brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos, s.d., p. 422.

⁸ [José de Alencar]. *Ao imperador: novas cartas políticas de Erasmo*. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro e Cia., 1867, “Segunda carta (sobre a emancipação)”, p. 17.

isto tem altamente concorrido à quase total decadência produtiva desta fértil Ilha”.⁹ A partir de meados dos anos 1830, esses homens simplesmente apostaram no fracasso do experimento abolicionista inglês, vendo aí grande oportunidade para aumentar a sucção de africanos pelo contrabando. Não por acaso, ao passo que a força de trabalho nas Antilhas inglesas despencou em mais de 50% nos anos trinta, o tráfico por contrabando aumentou, no Brasil, em torno de 540%.¹⁰

Nessa visada, o abolicionismo não podia ter outros fins que os de proteger a economia decadente das *West Indies* e a florescente nas *East Indies*. Como o entendeu o representante imperial em Londres encarregado de renegociar o tratado comercial em 1843, a “idéia de acabar com a escravidão na América não se antolha unicamente como gloriosa para a Inglaterra, nem me persuado de que lhe busque a sua realização com tanto empenho somente por motivos de humanidade, daí lhe hão de vir também as vantagens perdidas.” Para ele, a “emancipação de seus escravos nas Antilhas a colocou em posição desfavorável a respeito da produção de todos os gêneros coloniais, que ela não pode agora produzir tão barato como aquelas nações que ainda conservam os seus escravos.” Em 1837, Cunha Matos também advertira que a Grã-Bretanha “pretend[ia] a aniquilação dos gêneros chamados coloniais em toda a América” em favor das companhias montadas no subcontinente indiano.¹¹

Mas o exercício comparativo também levava os estadistas à evocação dos exemplos positivos para a preservação do cativeiro. Cunha Matos lembrou na década de 1820 que os povos antigos mais renomados por seu grau de civilização, como os gregos e os romanos, possuíram escravos sem prejuízo da moral. Seguindo uma lógica sutil, notou que os vícios e as virtudes da Antigüidade variavam conforme os líderes políticos, e não o caráter dos seres mais subalternos na escala social: os tempos eram positivos quando predominavam as idéias de Sólon, Licurgo e Sócrates, mas ruins sob o império de Felipe da Macedônia, Nero e Calígula. Subjacente a todos eles, a escravidão era uma constante que não influía no balanço das virtudes públicas. Como vimos, a peça que fez o exercício da comparação positiva com mais competência e autoridade foi o

⁹ Alexandre José de Mello Moraes. *A Inglaterra e seus Tractados*. Bahia: Typ. do Correio Mercantil de F. Vianna & Comp., 1844, pp. 26-29.

¹⁰ A respeito da economia jamaica depois da abolição, cf. D. B. Davis. *Slavery and Human Progress*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1984, p. 220; sobre a intensidade do tráfico negreiro, conferir www.slavevoyages.org.

¹¹ *O Auxiliador da Indústria Nacional*. “Relatório apresentado ao conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional a respeito do Prospecto do Estabelecimento da Companhia inglesa de Agricultura e do Açúcar da Índia Oriental pelo sócio e secretário J. R. da Cunha Matos”, Rio de Janeiro, Ano 5, n. 4, 1837, pp. 102-111.

Conselho da Seção de Justiça do Conselho de Estado, de 1853. Ali, não só os antigos, mas também os Estados Unidos e até Jesus Cristo apareceram como modelos legislativos abalizados para inspirar o Estado brasileiro.

O argumento da doutrina cristã, a propósito, também foi importante, mas perdeu espaço para o ideário laico do liberalismo. Desde pelo menos a bula *Romanus Pontifex* (1455), a Coroa portuguesa professara uma ideologia imperial de longa duração que, em nome da expansão da fé católica, autorizava seus súditos a submeter povos pagãos nas conquistas ultramarinas.¹² No século XVI, os jesuítas acrescentaram ao *topos* da evangelização os quatro justos títulos necessários à escravização com boa consciência cristã – mover guerra justa, salvar condenados à morte, comprar os que se vendem por fome, herdar os filhos da cativa.¹³ No XVIII, a maior parte dos filósofos condenou total ou parcialmente a validade principal desses títulos.¹⁴ Mas, no seguinte, o “resgate” dos africanos que o Estado brasileiro deixou fazer nas costas africanas e a manutenção dos escravos no território nacional passaram por um franco *aggiornamento* liberal, donde a perda da eficácia persuasória dos lugares-comuns da antiga ideologia imperial portuguesa no Oitocentos. Quando o deputado Álvares Machado defendeu o comércio negreiro se referindo à maldição bíblica de Cam, despertou risos na Câmara dos Deputados. A autoridade religiosa era mais bem empregada quando se revestia de argumento meramente histórico, como no excerto de um discurso do visconde Olinda:

Eu leio que a religião condena a escravidão. Sou obrigado, senhores, em uma matéria tão transcendente, a dizer o que sinto. Os povos da Europa, abraçando a religião de Jesus Cristo, admitiram esta instituição debaixo de diferentes formas, umas vezes dentro em si, outras nas suas possessões; os povos da Europa conservaram esta instituição por espaço de dezoito séculos. Ora, havemos de dizer que esta instituição é condenada pela religião de Jesus Cristo, quando por espaço de dezoito séculos a religião de Jesus Cristo consentiu nesta instituição? Não foi um bispo, a quem não se nega[m] conhecimentos teológicos, a quem não se nega[m] sentimentos de humanidade, que sugeriu a idéia da escravidão africana?¹⁵

A exemplo do argumento da universalidade política, houve outro que pode ser considerado uma contribuição exclusivamente brasileira para a defesa da escravidão no século da liberdade: o do paternalismo liberal, segundo o qual o escravo beneficiado

¹² Consultar C.R. Boxer. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. 1ªed: 1969. Lisboa: Edições 70, 2001, pp.42-43.

¹³ Vide Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron. *La compagnie de Jésus et l'institution de l'esclavage au Brésil: les justifications d'ordre historique, théologique e juridique et leur intégration par une mémoire historique (XVI- XVIIe)*. Tese de doutorado. Paris: EHESS, 1998.

¹⁴ Cf. D. B. Davis. *The Problem of Slavery in Western Culture*. 1ªed: 1966. Harmondsworth: Penguin Books, 1970 e também sua “Introduction: The Problem of Slavery”. In: *A Historical Guide to World Slavery*. Edited by Seymour Drescher e Stanley L. Engerman. New York: Oxford University Press, 1998, pp. ix-xviii.

¹⁵ AS, 28 de maio de 1851, pp. 407-408.

pela alforria (paternalismo) adquiria direitos constitucionalmente garantidos de cidadão (liberal). No panfleto anônimo *Reflexões sobre as cousas do Brasil* (1825), na *Sustentação dos votos* (1827), de Cunha Matos, nos jornais da década de 1830, na *Memória sobre o comércio de escravos* (1838), de Carneiro da Silva, no livro *Inglaterra e Brasil* (1845), de J. M. Pereira da Silva, nas falas de Holanda Cavalcanti no Senado, em 1850, no *Ensaio crítico* (1861), de Antonio Deodoro de Pascual e nas *Novas cartas políticas de Erasmo* (1867/1868), de José de Alencar, para citar apenas os casos mais frisantes, o paternalismo liberal esteve na ponta da língua dos estadistas pró-cativeiro no Brasil desde a outorga da Constituição de 1824 até a crise mundial da instituição em 1865. Ele é o ponto alto de um conjunto de idéias que jamais abandonou por completo o campo do liberalismo hegemônico da Grã-Bretanha, na tentativa de instituir um liberalismo contra-hegemônico escravista. Tão poderoso foi ele, que nem mesmo a inflexão do tráfico negreiro e a provável contenção de alforrias no centro-sul após 1850 o infirmaram. Na verdade, parece ter sobrevivido à própria escravidão, para ser reinventado no quadro analítico da democracia racial.

A palavra política não era mero espelho do mundo social. Ao contrário, dotada de poder criador, a oração parlamentar ao mesmo tempo liberal e pró-cativeiro interferiu sensivelmente na vida prática de milhares de escravizadores e de escravizados. Os argumentos da universalidade política e do paternalismo liberal, por exemplo, foram usados nas articulações sociais e partidárias implicadas na reabertura do tráfico negreiro sob a forma de contrabando em nível sistêmico. Ao mesmo tempo, o da analogia consequencial impediu a aplicação da lei de 1831 de tal modo, que os africanos infracionalmente reduzidos ao cativeiro no Brasil não puderam reivindicar sua liberdade legítima e legal. Em um exemplo notável de potência do discurso parlamentar, a propriedade pirateada passou por uma *legalização sem lei*, como se a palavra política tivesse força de positivação jurídica. Com isso, por meio do Parlamento, os estadistas criaram um ambiente institucional estável o suficiente para atrelar o país ao mercado mundial e, ao mesmo tempo, enfrentar o abolicionismo internacionalista, o antiescravismo doméstico e as revoltas escravas.

Como foi proposto neste trabalho, a existência material da escravidão não culminava diretamente numa política a seu favor. Nos anos 1808-1820, é realmente

possível apreendê-la no seio da política imperial reformista da Corte de D. João VI, que optou por aproximar-se dos grandes negociantes radicados no Brasil em detrimento de importantes setores societários do Reino. Com a partida da Coroa e a pressão direta da Grã-Bretanha, contudo, houve uma quebra na relação entre negreiros e representantes políticos por toda a década de 1820. Percebem-se ali defesas do escravidão, mas não uma *política da escravidão*. Apenas na década de 1830, após o deslanche definitivo da cafeicultura, é que se nota uma articulação sociopolítica coerente com a pauta muito clara de reabrir o tráfico negreiro sob a forma de contrabando em nível sistêmico, a que se chamou *política do contrabando negreiro*. Dali por diante, a diplomacia, o Parlamento e o Conselho de Estado foram empregados para proteger a instituição de seus crescentes adversários, como as ações de escravos e o antiescravismo. A esse fenômeno, também ele todo atrelado às classes senhoriais, se intitulou *política da escravidão na era pós-contrabando*.

A montagem dessas políticas não deve ser reduzida à dimensão meramente imediata, haja vista seus efeitos nas temporalidades mais amplas da conjuntura e da estrutura. Na esfera internacional, é difícil imaginar o protocolo diplomático agressivo da Grã-Bretanha adotado desde 1839, que interferiu poderosamente na soberania de Portugal e ameaçou a do império espanhol, sem o ressurgimento sistêmico do contrabando mais volumoso do mundo para o Brasil. Da mesma forma, foi o café produzido no ambiente dessas políticas que ajudou a formar o mercado mundial e o padrão de consumo das classes operárias no centro do capitalismo.¹⁶ No plano doméstico, o grupo do Regresso, favorecido por elas, ascendeu sobre os demais e obteve a conformação centralista do aparelho jurídico do Estado imperial, que demoraria décadas a desaparecer. A isso acresce a manutenção da unidade nacional. As sucessivas revoltas regionais provocavam um efeito duplamente negativo no orçamento, pois as áreas insurrectas fugiam à fiscalidade e sobrecarregavam os gastos públicos. As despesas do Estado, por exemplo, subiram de 12.000, em 1834, para 24.000, em 1839, sendo que apenas a Defesa absorvia mais de sua metade. Como as tarifas sobre importação estavam engessadas, coube ao incremento do contrabando aumentar o fluxo comercial tributável para que as rendas imperiais passassem de 14.000 contos, em 1834,

¹⁶ A respeito do café, vide Dale Tomich & Rafael Marquese, “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX”. In: Keila Grinberg & Ricardo Salles. *O Império do Brasil (1808-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. II (no prelo).

para 24.000, em 1844.¹⁷ Já se escreveu que a tolerância ao tráfico negreiro impediu a fragmentação do país, por evitar revoltas que pretextassem sua supressão. A hipótese pode ser completada na afirmativa: a defesa do contrabando no Parlamento aumentou a competência fiscal do Império para segurar as regiões efetivamente rebeladas na década de 1830. Sem a África, a República de Piratini teria tido maiores chances de figurar nas cartografias do século XIX.¹⁸

Mas, independentemente da qualidade dos argumentos pró-cativeiro e das relações sociopolíticas tecidas para preservá-lo, a abolição na Guerra Civil norte-americana teve impacto imprevisto e dissolvente no arranjo costurado por décadas. As intuições do Império que até ali haviam sido usadas em favor do cativeiro, como o Conselho de Estado e o Parlamento, passariam a marchar inexoravelmente contra ele na segunda metade da década de 1860. Se na Lei Rio Branco (do Ventre Livre) fosse possível estimar o poder econômico daqueles que se lhe opuseram aos cabedais de seus defensores, é provável que os primeiros sobressaíssem facilmente. Como já argüíram José Murilo de Carvalho e, mais recentemente, Ricardo Salles, sua derrota assinalou a primeira disjunção grave entre grandes proprietários e a Coroa. A perda na capacidade de ditar o futuro da escravidão levou, então, os militantes do partido saquarema a consentirem, pela primeira vez desde sua fundação trinta anos antes, na censura violenta de D. Pedro II. Essa mudança qualitativa na relação com o Trono é facilmente perceptível no curso dos anos sessenta.

Como foi mencionado, entre 1860 e 1862, jornais e panfletos liberais haviam atacado fortemente o Poder Moderador, emitindo propostas diversas, desde a radical opção pela reforma constitucional para extingui-lo até a visão moderada de Zacarias, cuja obra *Da natureza e limites do Poder Moderador* (1861) lembrava que o imperante, falível nas decisões, devia ser objeto de repreensão moral nas câmaras e na imprensa. Na época, os saquaremas vindicaram a absoluta irresponsabilidade moral do Imperador, e isso tanto em jornais, como na Câmara dos Deputados e no *Ensaio sobre o direito administrativo* (1862), do já falecido visconde do Uruguai. Alguns anos depois, porém, esqueciam tudo o que tinham escrito e tudo o que tinham dito, numa clara demonstração

¹⁷ Cf. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro, IBGE, 1990, pp. 601-616; José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 1ª ed., respectivamente, 1980 e 1988. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 276-277, gráficos 2 e 3.

¹⁸ Cf. Luiz Felipe de Alencastro. “La traite négrière et l’unité nationale brésilienne”. *Revue Française d’Histoire d’Outre-Mer*, 244-245 (1979), pp. 395-419.

de como o cativo condicionava a percepção do funcionamento do sistema representativo no Brasil.

No plano discursivo, isso se manifesta na sequência das *Cartas políticas de Erasmo* (1865-1868), que o então renomado romancista José de Alencar endereçou ao governante. A primeira série, de 1865, portanto antes de D. Pedro II impelir publicamente os estadistas à emancipação, se limitou a clamar da Coroa mais poder aos próceres do partido, sem acusá-la de autoritarismo. Já as *Novas cartas políticas de Erasmo*, escritas em 1867, irrogaram expressamente a D. Pedro II a intromissão direta, pessoal, abusiva e inepta no assunto magno do Império, a escravidão. Por extensão, a Liga Progressista e Zacarias também se tornaram objeto de forte censura na pena de Alencar.¹⁹

Outro golpe frontal representou a *Conferência dos divinos* (1867), de Ferreira Viana, também correligionário saquarema. Nesse opúsculo, que simula um diálogo entre um tirano patrocinador da política do pão e circo (talvez César ou Augusto), Nero e D. Pedro II, as virtudes físicas e morais do governante brasileiro descaem para o mais baixo nível. D. Pedro aparece como “desconjuntado de corpo”, dono de uma voz “com entoação feminina”, falho de caráter, perversor da moral e corruptor dos partidos. Enquanto os outros déspotas aniquilaram a liberdade de seus povos com diversão (pão e circo) ou violência (a ferro e fogo), o brasileiro a suprimiu com a prostituição do sistema representativo, chamando todos a participar da doce ciranda do poder à revelia da vontade dos chefes políticos (leia-se: conservadores), que encarnavam a opinião nacional. Era uma crítica à Conciliação e a seu “rebento”, a Liga Progressista, tão “dócil” ao Imperador na reforma do cativo.²⁰

Os saquaremas, é verdade, jamais chegaram a exigir reforma constitucional para suprimir as atribuições do Poder Moderador, como o demandavam publicistas radicais. Restringiram-se a condenar moralmente o monarca na imprensa e no Parlamento – por ironia, essa era justamente a atitude que recomendara Zacarias, o odiado líder da Liga Progressista. A próxima batalha do partido consistiria na tentativa de controlar a Coroa por meio daquelas duas instituições fundamentais do regime representativo (a imprensa e o Parlamento). Eram os mesmos canais que haviam sido recomendados na primeira defesa pública do tráfico negreiro para o Brasil, o *Discurso no qual se manifesta a*

¹⁹ A respeito das *Novas cartas políticas*, vide Tâmis Parron, “Introdução”. In: José de Alencar. *Cartas a favor da escravidão*. Org. de Tâmis Parron. São Paulo: Hedra, 2008, pp. 9-36.

²⁰ Vide Antonio Ferreira Viana. *A conferência dos divinos*. In: (org.) Raimundo Magalhães Jr.. *Três panfletários do Segundo Reinado*, pp. 265-275.

necessidade da continuação do commercio da escravatura (1826). Soberania nacional, cativo e liberalismo se enlaçariam mais uma vez nos debates imperiais, agora no contexto da crise mundial da escravidão e da lei do Ventre Livre. A monarquia sairia bastante abalada dessas reformas: com a derrocada mundial do liberalismo escravista contra-hegemônico, ela mesma caminhava para seu fim.

ABREVIATURAS

AASF	Acervo Arquivo do Senado Federal (Brasília)
ACD	Anais da Câmara dos Deputados
AHALESP	Acervo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de S. Paulo
AHI	Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro)
APESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
AS	Anais do Senado
ASTF	Acervo do Supremo Tribunal Federal (Brasília)
BGDDP	Brazilian Government Document Digitalization Project
BGJM	Biblioteca Guita e José Mindlin (São Paulo)
BN	Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)
CEDI	Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados
FD	Faculdade de Direito do Largo São Francisco (Univ. de São Paulo)
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros (Univ. de São Paulo)
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
OLL	Oliveira Lima Library (Washington)

FONTES E BIBLIOGRAFIA CITADAS

1. FONTES

A) MANUSCRITAS

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro

“Extrato de um Parecer da Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, de 4 de Fevereiro de 1853, sobre um plano para a introdução de colonos no Império.” Lata 824, doc. 18.

Biblioteca Nacional (BN), Rio de Janeiro

“Notícia Histórica do Princípio da Escravidão, desde o Anno do Mundo 1657, e antes de Jesus Cristo 2347 anos, como passo a mostrar; em resposta a uma folha impressa pelos ingleses... no Rio de Janeiro, com data de 16 de outubro de 1852.” Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, I – 48, 17, 41.

Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados (CEDI), Brasília

“Parecer da Comissão de Justiça Civil da Câmara dos Deputados de 28 de junho de 1837”.

“Representação da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais”, 11 de março de 1839.

“Representação da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais”, 22 de fevereiro de 1840.

“Representação da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo”, 16 de março de 1840; também disponível no AHALESP, localização: 40.5.1.

“Representação de cidadãos da província da Bahia solicitando a derrogação da Lei de 7 de Novembro de 1831, que proíbe a introdução de africanos no Brasil”

“Representação da câmara municipal da cidade da Bahia contra o tráfico de africanos”, Mapoteca.

“Representação da Câmara Municipal da Vila de N. S. da Guia de Mangaratiba”, de 10 de abril de 1839

“Representação da Câmara Municipal da Vila de Valença”, de 06 de maio de 1836.

Acervo Arquivo do Senado Federal (AASF), Brasília

“Representação da Assembléia Legislativa da Província do Rio de Janeiro”, 7 de dezembro de 1837.

“Representação da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo”, 6 de março de 1838.

“Representação da Câmara Municipal de Barbacena”, de 26 de julho de 1836.

“Representação da Câmara Municipal da Vila de S. Sebastião de Barra Mansa”, de 2 de agosto de 1836.

“Representação da Câmara Municipal da Vila de Valença”, de 01 de julho de 1836.

“Representação do Conselho Geral de Minas Gerais de 13 de fevereiro de 1829”.

“Parecer da Comissão de Legislação de 10 de junho de 1829”.

Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Rio de Janeiro

Ofício ostensivo de Eustáquio Adolfo de Mello Mattos para Bento da Silva Lisboa, Londres, 05 de julho de 1833, código 216/1/14.

Ofício ostensivo de Eustáquio Adolfo de Mello Mattos para Bento da Silva Lisboa, Londres, 04 de dezembro de 1833, 216/1/14.

Ofício ostensivo de José Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque para Ernesto Ferreira França, 08 de fevereiro de 1845, código 220/01/05.

Ofício ostensivo de José Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque para Paulino José Soares de Souza, 02 de abril de 1850 e 19 de junho de 1850, 222/1/6.

Ofício ostensivo de José Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque para Paulino José Soares de Souza, 19 de junho de 1850, 222/1/6.

Ofício reservado do conde de Palmela para o Rio de Janeiro, Londres, 10 de fevereiro de 1817, 198/03/01.

Ofício reservado do conde de Palmela para o Rio de Janeiro, Londres, 13 de março de 1817, 198/03/01.

Ofício reservado do conde de Palmela de Londres para o Rio de Janeiro, Londres, 08 de outubro de 1817, 198/03/01.

Ofício reservado de M. Lisboa para Manoel Alves Branco, Londres, 02 de setembro de 1835, 217/03/03.

Ofício reservado de José Marques Lisboa para Bernardo de Souza Franco, Londres, de 03 de novembro de 1848, 217/3/6.

Ofício reservado de José Marques Lisboa ao visconde de Olinda, Londres, 05 de fevereiro de maio de 1849, 217/3/6.

Ofício reservado de José Marques Lisboa ao visconde de Olinda, Londres, 04 de maio de 1849, 217/3/6.

Ofício reservado de Joaquim Thomaz do Amaral a Paulino José Soares de Souza, Londres, 04 de março de 1850, 217/3/6.

Ofício reservado de Joaquim Thomaz do Amaral a Paulino José Soares de Souza, Londres, 30 de março de 1850, 217/3/6.

Ofício reservado de Joaquim Thomaz do Amaral a Paulino José Soares de Souza, Londres, 26 de abril de 1850, 217/3/6.

B) ANAIS PARLAMENTARES – disponíveis nos sites www.camara.gov.br e www.senado.gov.br; as versões impressas foram consultadas na FD, no AHALESP e no APESP.

Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos srs. Deputados, 1826-1865.

Anais do Parlamento Brasileiro: Senado, 1826-1865.

C) LIVROS, PANFLETOS E PUBLICAÇÕES AVULSAS – pertencentes ao ASTF, à BGJM, ao BGDGP, à BN, à FD, ao IEB, ao IHGB e à OLL.

[ALENCAR, José de]. *Ao imperador: novas cartas políticas de Erasmo*. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro e Cia., 1867/1868.

ALENCAR, José de. *Marquês de Paraná: traços biográficos*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário, 1856. Material reproduzido em *Revista do IHGB*, vol. 236 (julho-set., 1957), 255-274.

Almanack Laemmert, “Eleitores da corte e província do Rio de Janeiro”, parte II (província). Rio de Janeiro: Laemmert, 1864, pp. 60-65.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. José Bonifácio. *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa sobre a Escravatura*. Org. de A. F. C. Verdeixa. Ceará: Typ. Cearense, impresso por Joaquim José D’Oliveira, 1851.

_____. *Projetos para o Brasil*. Org. de Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Publifolha, 2000.

Atas do Conselho de Estado. Org. José Honório Rodrigues. Brasília/Senado Federal, vols. III e IV, 1978.

BARRETO, Domingos Alves Branco Moniz. *Memória sobre a abolição do comércio da escravidão*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de F. P. Brito, 1837.

- BURLAMAQUI, Frederico Leopoldo César. *Memória analítica acerca do comércio de escravos e da escravidão doméstica*. Rio de Janeiro, 1837. In: Graça Salgado (org.). *Memórias sobre a escravidão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília: Fund. Petrônio Portela, 1988.
- Carta do compadre de Lisboa em resposta a outra do compadre de Belém, ou juízo crítico sobre a opinião pública, dirigida pelo Astro da Lusitânia*. Reimpresso no Rio de Janeiro: Typographia Real, 1821.
- Carta do Compadre do Rio de S. Francisco do Norte ao filho do compadre do Rio de Janeiro, na qual se lhe queixa do paralelo que faz dos índios com os cavallos, de não conceder aos homens pretos maior dignidade, que a de reis do roçario, e de asseverar que o Brasil ainda agora está engatinhando. E crê provar o contrario de tudo isso, por J. J. do C. M.* Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1821.
- CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil – terceira memória, sobre a escravatura*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1822.
- Constituição Política do Império do Brasil*. In: Hilton Lobo Campanhole e Adriano Campanhole (orgs.). *Constituições do Brasil*. São Paulo: Ed. Atlas, 1998.
- Discurso no qual se manifesta a necessidade da continuação do commercio da escravatura: que este tráfico não tem a barbaridade, horror, e deshumanidade que se lhe quer attribuir; e que só ao Iluminado Ministério Brasileiro pertence marcar, e acelerar a epocha de o proscrever em seos estados*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1826.
- Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1843 pelo presidente da provincia, Francisco José de Souza Soares d'Andrea*. Ouro Preto: Typ. do Correio de Minas, 1843.
- FEIJÓ, Diogo Antônio. *Diogo Antônio Feijó*. Org. e intro. de Jorge Caldeira. São Paulo: Editora 34, 1999.
- GAYOZO, Raymundo José de Souza. *Compendio historico-politico dos principios da lavoura no Maranhão: suas producçoens e progressos que tem ido ate ao prezente, entraves que a vão deteriorando*. Paris: P. N. Rougeron, 1818.
- GAYOZO, A. B. de Souza. *Um pedido ao Snr. João Francisco Lisboa, por amor da verdade e da justiça*. Maranhão: Typographia do Observador, 1853.
- GUIMARÃES, Aprígio Justiniano da Silva. *Trabalho escravo e trabalho livre*. Recife: Typographia republicana federative, 1856.
- HOMEM, Francisco de Sales Torres. “Considerações economicas sobre a escravatura”. *Nitheroy – Revista Brasiliense. Sciencias, Lettras e Artes*, 1836, 35-82.
- HUME, David, “Of the Populousness of Ancient Nations”. In: *Selected Essays*. Edit. by Stephen Copley and Andrew Edgar. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- J. A. L. G., “Reflexões sobre a escravatura”. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, “Elemento servil: recorte de jornais brasileiros e franceses sobre a escravidão”, II – 32, 10, 4, n. 13.

- LAMENNAIS, Félicité. *Da escravidão moderna*. Recife: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria, 1851.
- LIMPO de ABREU, Antonio Paulino, “Protesto do Governo Imperial contra o *Bill* Aberdeen (22 de outubro de 1845)”. In BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002, v. IX, pp. 139-148.
- MATTOS, R. J. da Cunha. “Memória História sobre a População, Emigração e Colonização que convém ao Império do Brasil”. In: *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro, Ano 5, n. 4, 1837.
- _____. “Relatório apresentado ao conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional a respeito do Prospecto do Estabelecimento da Companhia Inglesa de Agricultura e do Açúcar da Índia Oriental”. In: *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro, Ano 5, n. 4, 1837.
- _____. *Sustentação dos votos dos deputados Raimundo José da Cunha Mattos e Luiz Augusto May, sobre a convenção para a final extincção do commercio de escravos*. Rio de Janeiro: Imp. Typographia de Pedro Plancher-Seignot, 1827.
- _____. *Compêndio histórico, a Corografia História da Província de Minas Gerais* (1837). São Paulo: Edusp – Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, 2 vols.
- MELLO MORAES, Alexandre José de. *A Inglaterra e seus Tractados*. Bahia: Typ. do Correio Mercantil de F. Vianna & Comp., 1844.
- MOLINARI, Gustave de. *Da abolição da escravidão*. Trad. de B. F. Henriques de Souza. Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1854.
- MONTESQUIEU. *O espírito das leis*. 1ªed. em francês, 1748. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2005.
- [MORAES, Frederico A. Pereira de]. *Diatrise contra a timonice do Jornal de Timon Maranhense acerca da História Geral do Brasil do Sr. Varnhagen*. Lisboa: Typ. de Jose da Costa, 1859.
- PASCUAL, A. D. *Ensaio critico sobre A Viagem Ao Brasil em 1852, de Carlos B. Mansfield*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1861, 2 vols.
- [PEREIRA da SILVA, João Manoel]. *Inglaterra e Brasil – tráfico de escravos*. Por um Deputado. Rio de Janeiro: Typographia do Brasil, de J. J. da Rocha, 1845.
- Reflexões sobre as cousas do Brasil, publicadas em Philadelphia e Reimpressas no Rio de Janeiro por hum amigo do Brasil*. Typographia Nacional, 1825.
- REGNAULT, Elias. *Historia criminal do governo inglez, desde as primeiras matanças na Irlanda até o envenenamento dos Chinas, traduzida do francês, aumentada e anotada com a história de muitos fatos modernos tanto no Brasil como em Portugal*. Trad. e acréscimos de J. M. Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 2 vols., 1842.
- ROCHA, Justiniano José da. *Ação, Reação, Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil*. In: Raimundo Magalhães Jr. (org.). *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Brasil: Cia. Editora Nacional, 1956, pp. 163-218.

- [SANTOS, Luiz Gonçalves dos]. *Justa retribuição dada ao compadre de Lisboa em desagravo dos brasileiros ofendidos por várias asserções, que escreveu na sua carta em resposta ao Compadre de Belém, pelo filho do compadre do Rio de Janeiro, que oferece e dedica aos seus patrícios*. Rio de Janeiro: Typographia Régia, 1821.
- _____. *Memórias para servir à História do Brasil*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943.
- [SILVA, João Carneiro da]. *Memória sobre o comércio dos escravos, em que se pretende mostra que este tráfico é, para eles, antes um bem do que um mal*. Escrita por ***, natural dos Campos dos Goitacazes. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional e J.Villeneuve e Comp., 1838.
- SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos generos alimentícios no Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional Villeneuve e Cia., 1860.
- Systhema de medidas adoptaveis para a progressiva e total extincção do trafico e da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia do Philantropo, 1852.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. “A emancipação dos escravos” (1843). In: *A emancipação dos escravos*. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*. Org. de Rafael Bivar de Marquese. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- URUGUAI, Visconde de. *Visconde de Uruguai*. Org. e intro. de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Editora 34, 1999.
- URUGUAI, Visconde de & QUEIRÓS, Eusébio de, “Parecer da Seção dos Negócios Estrangeiros, de 22 de junho de 1863”. In: *O Conselho de Estado e a política externa do Império: consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros (1863-1867)*. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão: 2007, pp. 41-42.
- VARNHAGEN, Adolfo de. *Os Índios bravos e o Sr. Lisboa*. Lima: Imprensa Liberal, 1867.
- [VEIGA, Evaristo da ?]. *Carta que em defesa dos Brasileiros insultados escreve ao Sachristão de Carahi, o estudante constitucional, amigo do filho do compadre do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821.
- VIANNA, A. Ferreira. *A conferência dos divinos*. In: (org.) Raimundo Magalhães Jr.. *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956.
- WASH, Robert. *Notícias do Brasil, 1828-1829*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1985.
- WERNECK, Luiz Peixoto de Lacerda, “Breves considerações sobre a posição actual da lavoura do café”. In: *Almanack Laemmert*, “Suplemento”. Rio de Janeiro: Laemmert, 1855, pp. 93-109.

II. OBRAS DE REFERÊNCIA E BIOGRAFIAS

- BRANCO, Rio [J.M. da Silva Paranhos]. *Efemérides brasileiras*. Rio de Janeiro: Min. das Relações Exteriores, 1946.
- CALÓGERAS, Pandiá. *O marquês de Barbacena*. Brasília: Editora Univ. de Brasília, 1982.
- Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Introd. de J. Honório Rodrigues; apres. de Ramiz Galvão. 1ª ed., 1881. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- ELLIS Jr., Alfredo. *Feijó e a primeira metade do século XIX*. São Paulo: Cia. Editora Nacional; Brasília, INL: 1980.
- Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro, IBGE, 1990.
- FENELON, Dea Ribeiro, “Levantamento e sistematização da legislação relativa aos escravos no Brasil”, inserido em LARA, Silvia H. “Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa”. In: ANDRÉS-GALLEGO, José (coord.). *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamerica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2000 (CD-ROM).
- GUYOT, Yves, “Obituary – Gustave de Molinari”. *The economic Journal*, vol. 22, n. 85 (março, 1912), pp. 152-156.
- Inventário analítico do arquivo da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1987.
- JAVARI, Barão do. *Organizações e programas ministeriais – regime parlamentar no Império*. 1ª ed. 1889. Rio de Janeiro: Min. da Justiça e Negócios Interiores/Arquivo Nacional.
- KOSELLECK, R.; CONZE, W., BRUNNER, O. *Geschichtliche Grundbegriffe – Historischer Lexicon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1982, Band 3, verbetes “Konservativ, Konservatismus” e “Liberalismus”, pp. 531-565 e 741-785.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *Setores da Evolução Fluminense: o homem e a serra*. Ed. fac-similar. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império: Nabuco de Araújo*. Rio de Janeiro: Garnier, 1897.
- PAIVA, Tancredo Barros de. *Achegas a um diccionario de pseudonymos. Iniciais, abreviaturas e obras anonymas de auctores brasileiros e de estrangeiros, sobre o Brasil ou no mesmo impressas*. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia. Editores, 1929.
- PEREIRA DA SILVA, J. M. *Memórias de meu tempo*. Rio de Janeiro: Garnier, 1896, 2 vols.
- PINTO, Antonio Pereira. *Apontamentos para o direito internacional ou collecção completa dos tratados celebrados pelo Brazil com diferentes nações estrangeiras, acompanhada e uma notícia histórica e documentada sobre as Convenções mais importantes*. Rio de Janeiro: F. L. Pinto & Cia. Livreiros Editores, 1864.
- RIASANOVSKY, Nicholas, “On Lamennais, Chaadaev, and the Romantic Revolt in France and Russia”. *The American Historical Review*, vol. 82, n. 5 (dec. 1977), pp. 1165-1186.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 7 vols., 1902.

SILVA, Innocencio Francisco. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 22 vols., v. IV (1860), X (1883), v. XI (1884) e XX (1911).

SILVA, J. M. Pereira da. *Memórias de meu tempo*. Rio de Janeiro: Garnier, 1896, 2 vols.

SISSON, S. A. *A galeria dos brasileiros ilustres (os contemporâneos). Retratos dos homens mais ilustres do Brasil, na política, ciências e letras, desde a guerra da Independência até os nossos dias, copiados do natural e litografados por S. A. Sisson, acompanhados das suas respectivas biografias, publicada sob a proteção de sua majestade o Imperador*. Rio de Janeiro: Tip. Querino & Irmão, 1859-1861, 2 vols.

SOARES, Gerusa. *Cunha Mattos, 1776-1839: fundador do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro : Paulo, Pongetti & Cia., 1931.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

The Trans-Atlantic Slave Trade Database, disponível em www.slavevoyages.org.

III. HISTORIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de, “Fases do Segundo Império”. In: *Ensaio e estudos*, 3ª série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1938.

ALENCASTRO, L. F. de. “Vida privada e ordem privada no Império”. In: ALENCASTRO, L. F. de (org.). *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. 1ª ed. 1997. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

_____. “La traite négrière et l’unité nationale brésilienne”. *Revue Française d’Histoire d’Outre-Mer*, 244-245 (1979), pp. 395-419.

ALENCASTRO, L.F. & RENAUX, Maria Luiza. “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”. In ALENCASTRO, L. F. de (org.). *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. 1ª ed. 1997. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

ALEXANDRES, Valentim. *Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Edições Melhoramentos, 1993.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. “Rebelião escrava na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas”. *Afro-Ásia*, n. 21-22 (1998-1999), pp. 45-82.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX : dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. 1ª ed. em inglês, 1994. Rio de Janeiro : Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre impérios: a abertura dos portos brasileiros, 1800-1808*. Bauru, SP: Edusc, 2008.

ASIEGBU, Johnson U. J. *Slavery and the Politics of Liberation, 1787-1861: A Study of Liberated African Emigration and British Antislavery Policy*. New York: African Corp., 1969.

- ASHWORTH, John. *Slavery, Capitalism, and Politics in the Antebellum South: Commerce and Compromise, 1820-1850 (vol. I)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- BALMAND, Pascal, “Le renouveau de l’histoire politique”. In: Guy Bourd e Herv Martin (orgs.). *Les coles historiques*. 1 ed., 1983. Paris: Seuil, 1997.
- BARBOSA, Rui. *A emancipao dos escravos: o projeto Dantas (dos sexagenrios) e o parecer que o justifica*. Edio fac-similar. Rio de Janeiro: Fundao Casa de Rui Barbosa, 1988.
- BARBOSA, Silvana Mota, “‘Panfletos vendidos como canela’: anotaes em torno do debate poltico nos anos 1860”. In: J. Murilo de Carvalho (org.). *Nao e cidadania no Brasil: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilizao Brasileira, 2007, pp. 155-183.
- BARMAN, Roderick J. *Citizen Emperor: Pedro II and the Making of Brazil, 1825-91*. Stanford, California: Stanford University Press, 1999.
- BASILE, Marcello Otvio. “Unitrios e federalistas : a questo federal na imprensa da Corte (1830-1834)”. In: Mnica Leite Lessa & Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca (orgs.). *Entre a monarquia e a repblica: imprensa, pensamento poltico e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008.
- _____. *Ezequiel Corra dos Santos: um jacobino na corte imperial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- Paula Beiguelman, “O encaminhamento poltico do problema da escravido no Imprio”. In: Srgio Buarque de Holanda. *Histria Geral da Civilizao Brasileira. O Brasil monrquico: reaes e transaes*. So Paulo: Difuso Europia do Livro, 1969, t. II, vol. III, pp. 189-211.
- _____. *Formao poltica do Brasil*. 1 ed., 1967. So Paulo: Pioneira, 1976.
- BERBEL, Mrcia e MARQUESE, Rafael. “La esclavitud en las experiencias constitucionales ibricas, 1810-1824”. In: Ivana Frasset (org.). *Bastillas, cetros y blasones. La independencia en Iberoamrica*. Madrid : Fundacin Mapfre-Instituto de Cultura, 2006.
- _____, “A ausncia da raa: escravido, cidadania e ideologia pr-escravista nas Cortes de Lisboa e na Assemblia Constituinte do Rio de Janeiro (1821-1824)”. In: Cludia Maria das Graas Chaves e Marco Antonio Siqueira. *Territrio, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.
- BERGAD, Laird W. *Escravido e histria econmica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP : Edusc, 2004.
- BERLIN, Ira. *Geraes de cativo: uma histria da escravido nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- BETHELL, Leslie. *A abolio do trfico de escravos no Brasil: a Gr-Bretanha, o Brasil e a questo do trfico de escravos, 1807-1869*. 1 ed.: 1970. Rio de Janeiro: Expresso e Cultura; So Paulo: Ed. da Universidade de So Paulo, 1976.
- BETHELL, L. e CARVALHO, Jos Murilo de. “Brazil from Independence to the Middle of the Nineteenth century”. In: BETHELL, L. (org.). *The Cambridge History of Latin America*. Cambridge: University Press, 1985, vol. III, pp. 677-746.

- BLACKBURN, Robin. *The Overthrow of Colonial Slavery, 1776-1848*. London: New York: Verso, 1988.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 1ªed: 1992. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.
- BOXER, C.R. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. 1ªed: 1969; trad. port. Lisboa: Edições 70, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais. A longa duração”. In: *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política exterior do Império: o Primeiro Reinado*. Separata do Tomo Especial, parte 2 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (contribuição para a biographia de D. Pedro II). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. 2ª edição. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1962, 2 vols.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962
- CARDOSO, Ciro Flamarion, FRAGOSO, João Luís Ribeiro, CASTRO, Hebe Maria Mattos de & VAINFAS, Ronaldo. *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: o comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Cia. Editora Nacional: 1988.
- CARVALHO, J. M. de & BETHELL, Leslie, “O Brasil da Independência a meados do século XIX”. In: L. Bethell (org.). *História da América Latina. Da Independência até 1870*. São Paulo: Imprensa Oficial/Edusp/Funag, vol. III, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- _____, “Introdução”. In: *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- _____. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 1ª ed., respectivamente, 1980 e 1988. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Marcus J. M. de, REIS, João José & SANTOS, Flávio Gomes dos. “África e Brasil entre margens: aventuras e desventuras do africano Rufino José Maria, c. 1822-1853”. *Estudos afro-asiáticos*, vol. 26, n. 2 (2004), pp. 257-302.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. 1 ed., 1977. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979, pp. 187-188.
- CASTRO, Paulo Pereira de, “A experiência ‘republicana’, 1831-1840”. In BUARQUE, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira – o Brasil monárquico: dispersão e unidade*, t. II, v. 2. São Paulo: Difel, 1985, pp. 9-67.
- CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1830)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- _____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. 1ª ed., 1990. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.
- _____. *Cidade febril*. 1ª ed, 1996. São Paulo: Cia. das Letras, 2004
- CHUST, Manuel. *La Cuestión nacional americana en las Cortes de Cádiz (1810-1814)*. Valencia; México: Fundación Historia Social-UNAM, 1999.
- CLARENCE-SMITH, W. G. & TOPIK, Steven. *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin American, 1500-1989*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CONRAD, R. *Tumbeiros: o tráfico de escravos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. 1ª edição, 1972. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____, “The Planter Class and the Debate over Chinese Immigration to Brazil, 1850-1893”. *International Migration Review*, v. 9, n. 1 (Spring, 1975), pp. 41-55.
- COOPER Jr., William. *Liberty and Slavery: Southern Politics to 1860*. 1ª ed., 1983. Columbia: University of South Carolina Press, 2000.
- COSPITO, Giuseppe, “Egemonia”. In: F. Frosino & G. Liguori (orgs.). *Le parole di Gramsci: per un lessico dei Quaderni del carcere*. Roma: Carocci, 2004, pp. 74-92.
- COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue – a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- _____, “Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. 1ªed: 1968. São Paulo: Difel, 1976.
- _____. *Da Monarquia à república: momentos decisivos*. 1ª ed., 1977. São Paulo: Unesp, 1999.
- _____. *Da Senzala à Colônia*. 1ª ed., 1962. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.
- COSTA, Wilma Peres. “O Imposto sobre o comércio de escravos e a ‘legalização’ do tráfico no Brasil (1831-1850).” *Revista Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, 67, (nov. 2003), pp. 57-74.
- _____. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec/Ed. da Unicamp, 1996.
- DAVIS, David Brion. DAVIS, David Brion. *Inhuman Bondage: the Rise and Fall of Slavery in the New World*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- _____, “Introduction”. In: *A Historical Guide to World Slavery*. Edited by Seymour Drescher e Stanley L. Engerman. New York: Oxford University Press, 1998.
- _____. *Slavery and Human Progress*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1984.
- _____. *The Problem of Slavery in Western Culture*. 1ªed: 1966. Harmondsworth: Penguin Books, 1970.

- COX, Robert, "Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método". In: Stephen Gill (org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, pp. 101-123.
- DIAS, Luís Henrique Tavares. *Comércio proibido de escravos*. São Paulo: Editora Ática/CNPq, 1988.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.
- DRESCHER, Seymour. *The Mighty Experiment: Free Labor versus Slavery in British Emancipation*. New York: Oxford University Press, 2002.
- DUBOIS, Laurent. *Avengers of the New World: The Story of the Haitian Revolution*. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press, 2004.
- EL-KAREH, Almir Chaiban. *Filha branca de mãe preta: a Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II, 1855-1865*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- ELTIS, David. *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- ERICSON, David. *The Debate over Slavery: Antislavery and Proslavery Liberalism in America*. New York; London: NY University Press, 2000.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1989, v. I.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1971.
- FERREIRA, Roquinaldo, "Brasil e Angola no tráfico ilegal de escravos, 1830-1860". In: PANTOJA, Selma & SARAIVA, José Flávio Sombra. *Angola e Brasil: nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- FICK, Carolyn. "The French Revolution in Saint Domingue: A Triumph or Failure?". In: D. Gaspar, D. Geggus (ed.). *A Turbulent Time. The French Revolution and the Greater Caribbean*. Bloomington: Indiana University Press, 1998.
- FINLEY, Moses. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- FLORENTINO, M. e GÓES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, c. 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FLORY, Thomas. *Judge and Jury in Imperial Brazil, 1808-1871: Social Control and Political Stability in the New State*. Texas: University of Texas Press, 1981.
- _____, "Race and Social Control in Independent Brazil". *Journal of Latin American Studies*, v. 9, n. 2 (Nov., 1977), pp. 199-224.
- FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito, "Federação e república na imprensa baiana, 1831-1836". In: Mônica L. Lessa & Sílvia C. P. de B. Fonseca (orgs.). *Entre a monarquia e a república*, pp. 61-81.

- FRADERA, Josep Maria. *Governar Colônias*. Barcelona: Ediciones Península, 1999.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FRAGOSO, João Luís e FERREIRA, Roberto Guedes, “Tráfico de Escravos, Mercadores e Fianças Dois Bancos de Dados (despachos de escravos, passaportes e licenças)”, LIPHS (Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social), UFRJ, 2001.
- FUENTE, Alejandro de la, “Slaves and the Creation of Legal Rights in Cuba: *Coartación and Papel*”. *Hispanic American Historical Review*, 87: 4 (nov. 2007), 659-692.
- GALLOWAY, J. H. *The sugar cane industry: An historical geography from its origins to 1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- _____, “The Last Years of Slavery on the Sugar Plantations of Northeastern Brazil”. *Hispanic American Historical Review*, 51:4 (Nov., 1971), pp. 586-605.
- GARCÍA, Gloria, “Vertebrando la resistencia: la lucha de los negros contra el sistema esclavista, 1790-1845”. In: M. D. Gonzáles-Ripoll, Consuelo Naranjo, Ada Ferrer, Gloria García & Josef Opatrný. *El rumor de Haití en Cuba: temor, raza y rebeldía, 1789-1844*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004, pp. 316-320.
- GARCÍA, Julia Moreno. “Actitudes de los nacionalistas cubanos ante la ley penal de abolición y represión del tráfico de esclavos (1845)”. In: Francisco de Solano & Agustín Guimerá. *Esclavitud y derechos humanos: la lucha por la libertad del negro en el siglo XIX*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990, pp. 407-413.
- GARCIA, Paulo. *Terras devolutas*. Belo Horizonte: Ed. da Livraria Oscar Nicolai, 1958.
- GENOVESE, Eugene. *The Slaveholders' Dilemma: Freedom and Progress in the Southern Conservative Thought, 1820-1860*. Columbia: University of South Carolina Press, 1992.
- GEGGUS, David, “Racial Equality, Slavery, and Colonial Secession during the Constituent Assembly”. In: *The American Historical Review*, Vol. 94, No. 5 (Dec. 1989), pp. 1290-1308.
- GERSON, Brasil. *A escravidão no Império*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.
- GÓES, José Roberto & FLORENTINO, Manolo. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, c. 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- GORENSTEIN, Riva. “Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830).” In: Lenira Menezes Martinho & Riva Gorenstein. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Depto. Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.
- GRADEN, Dale Torston. *From Slavery to Freedom in Brazil: Bahia, 1835-1900*. Albuquerque, New Mexico: University of New Mexico Press, 2006.

- _____, “An Act ‘Even of Public Security’: Slave Resistance, Social Tensions, and the End of the International Slave Trade to Brazil, 1835-1856”. *Hispanic American Historical Review*, vol. 76, n. 2 (May 1996), 249-282.
- GRAHAM, Richard. *Britain and the Onset of Modernization in Brazil, 1850-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.
- GRAMSCI, Antonio, “Cadernos miscelâneos” (Caderno VII, parágrafo 24). In: Antonio Gramsci. *Cadernos do cárcere*. Org. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, vol. I, pp. 238-240.
- _____, “Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais” (Caderno XII, parágrafo 01). In: *Cadernos do cárcere*, vol. 2, pp. 20-22.
- GRINBERG, Keila & MAMIGONIAN, Beatriz (orgs.) “Dossiê : ‘Para inglês ver’ ? Revisitando a Lei de 1831”. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 29, n. 1/2/3 (jan.-dez. 2007), pp. 87-340.
- _____. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal, “Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia”. In: José Murilo de Carvalho (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 71-91.
- _____, “Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regência (1831-1837)”. In (org.). *O liberalismo no Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital, 1848-1875*. 10ª ed., trad. brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, “Sobre uma doença infantil da historiografia”. In: _____. *Para uma nova história: textos de Sérgio Buarque de Holanda*. Org. de Marcos Costa. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, pp. 113-127.
- _____. *História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico: do Império à República*. Rio de Janeiro: Difusão Européia do Livro, t. II, vol. V, 1972.
- _____. (org.) *História geral da civilização brasileira. O Brasil Monárquico: reações e transações*, t. II, v. 5. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HORNE, Gerald. *The Deepest South: The United States, Brazil, and the African Slave Trade*. New York University Press: New York, 2007.
- IANNI, Octavio. *As Metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- IGLESIAS, Francisco, “Vida política”. In: Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil monárquico, reações e transações*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969, t. II, vol. III, pp. 38-40.
- JANOTTI, Maria Lourdes. “A falsa dialética: Justiniano José da Rocha”. *Revista brasileira de História*, 2: 3 (março, 1982), 3-17.
- _____. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. São Paulo: Ática, 1977.

- JENNINGS, Lawrence, "French Policy toward trading with African and Brazilian Slave Merchants, 1840-1853." *The Journal of African History*, vol. 17, n. 4 (1976), pp. 515-528.
- JOLY, Fábio Duarte. *A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura*. São Paulo: Alameda, 2005.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. (1ª ed. em inglês, 1987). São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- KASSOY, Boris. *1833: a descoberta isolada da fotografia no Brasil*. São Paulo: Duas Cidades, 1980.
- KLEIN, Herbert, "The internal Slave Trade in Nineteenth-Century Brazil: a study of Slave Importations into Rio de Janeiro in 1852". *Hispanic American Historical Review*, 51: 4 (Nov., 1971), pp. 567-585.
- KODAMA, Kaori, "Os debates pelo fim do tráfico no periódico *O Philantropo* (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão". *Revista Brasileira de História*, n. 56, v. 28 (2008), pp. 407-430.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. 1ª ed. em alemão, 1979. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio: 2006.
- LEFF, Nathaniel. *Underdevelopment and Development in Brazil: Economic Structure and Change*. London: George Allen & Unwin, 1982.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LIBBY, Douglas & PAIVA, Clotilde Paiva, "Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX". *Estudos econômicos*, 25: 2 (1993), pp. 203-233.
- LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. 1ª ed. em italiano, 2006. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- LIMA, Marco Antunes de. "A cidade e a província de São Paulo às vésperas da Revolução Liberal de 1842". In: *Klepsidra - Revista Virtual de História*, <http://www.klepsidra.net/klepsidra15/rev1842-2.htm>.
- Oliveira Lima. D. *João VI no Brasil*. 1ª ed., 1908. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
- _____. *O movimento da Independência. O Império brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos, s.d.
- LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. 1ª ed. 1954. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1990.
- MAMIGONIAN, Beatriz, "O direito de ser africano livre: os escravos e as interpretações da lei de 1831". In: LARA, S. H. & MENDONÇA, J. M. N. *Direitos e justiça no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006, pp. 129-160.
- MARQUES, João Pedro. *Os sons do silêncio: o Portugal do Oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Imprensa de Ciências Sociais, 1999.

- MARQUESE, R. de B. e PARRON, T. “Azeredo Coutinho, Visconde de Araruama e a *Memória sobre o comércio dos escravos de 1838*”. In *Revista de História*. Universidade de São Paulo, n. 152, (1º- 2005), 99-126.
- MARQUESE, Rafael & TOMICH, Dale, “O Vale do Paraíba escravista e a formação do Mercado mundial do café no século XIX”. In: Keila Grinberg & Ricardo Salles. *O Império do Brasil (1808-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. II (no prelo).
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1680-1860*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 1ª ed. 1986. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARTINS, Roberto Borges e MARTINS FILHO, Amílcar, “Slavery in a Nonexport Economy : Nineteenth Century Minas Gerais Revisited. *Hispanic American Historical Review*, 63:3 (1983), pp. 537-568.
- MARTINS, Roberto Borges, “Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez”. In: Tamás Szmrecsányi e José Roberto do Amaral Lapa. *História econômica da Independência e do Império*. 1ª ed., 1996. São Paulo: Hucitec/Edusp/I. Oficial, 2002.
- MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 1ª ed., 1986. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MAXWELL, Kenneth, “Hegemonias antigas e novas: o Atlântico ibérico no longo século XVIII”. In: *Chocolate, pirates e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- _____. *O norte agrário e o Império, 1871-1889*. 1ª ed., 1984. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes, “Liberdade em tempos de escravidão”. In: Cláudia Maria das Graças Chaves e Marco Antonio Silveira (orgs.). *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007, pp. 89-104.
- MILLER, William Lee. *Arguing about Slavery: The Great Battle in the United States Congress*. New York: Alfred A. Knopf, Inc, 1996.
- MONTEIRO, Tobias. *História do Império: Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1949.
- MORAIS, Evaristo de. *A campanha abolicionista (1879-1888)*. 1ª ed., 1924. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
- MORENO FRAGINALS, Manuel. *O engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano*. 1ªed: 1978. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MORENO GARCÍA, Julia. “Actitudes de los nacionalistas cubanos ante la ley penal de abolición y represión del tráfico de esclavos (1845)”. In: Solano, Fco. de & Guimerá,

- Augustín. *Esclavitud y derechos humanos: la lucha por la libertad del negro en el siglo XIX*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990, pp. 407-413 .
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- MURRAY, David. *Odious Commerce: Britain, Spain, and the Abolition of the Cuban Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. 1ª ed., 1883. São Paulo: Publifolha, 2000.
- NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order: The Conservatives, The State, and Slavery in Brazilian Monarchy*. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- NELSON, Eric, “The Problem of the Prince”. In: James Hankins (ed.). *The Cambridge Companion to Renaissance Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- _____, “A ‘guerra das penas’: os impressos políticos e a Independência do Brasil”. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 4, vol. 8, dez. 1999, 41-66.
- NOVAES, Adriano, “Os caminhos antigos no território fluminense”. In: *Projeto de inventários de bens culturais imóveis, desenvolvimento territorial dos caminhos singulares do Estado Rio de Janeiro, caminhos do outro*. Sebrae, Unesco, Inepac, 2003/2004, disponível no endereço www.institutocidadeviva.org.br.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 1ªed: 1979. São Paulo: Hucitec, 2001.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Cafecultura mineira: formação e consolidação, 1809-1870*. In: *Anais do IX seminário de Economia Mineira*. Diamantina, Cedeplar, 2000. O texto está disponível em www.cedeplar.ufmg.br
- PARRON, Tâmis. “Política do tráfico negreiro: o Parlamento imperial e a reabertura do comércio de escravos na década de 1830”. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 29, n. 1/2/3 (jan.-dez. 2007), pp. 91-121.
- _____, “Introdução”. In: José de Alencar. *Cartas a favor da escravidão*. Org. de Tâmis Parron. São Paulo: Hedra, 2008, pp. 9-36.
- PAQUETTE, Robert L. *Sugar is made with blood: the conspiracy of La Escalera and the conflict between Empires over Slavery in Cuba*. Connecticut: Wesleyan University Press, 1988.
- PATTERSON, Orlando. *Slavery and Social Death: a comparative study*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- PEDREIRA, Jorge Miguel, “Economia e política na explicação da independência do Brasil”. In: Jurandir Malerba (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial: jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

- PEREIRA, Waldick. *Cana, café e laranja*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1977.
- PINTO, Virgílio Noya, “Balanço das transformações econômicas no século XIX”. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1976.
- PORTER, Andrew. “Trusteeship, Anti-Slavery, and Humanitarianism”. In: PORTER, A. (org.). *The Oxford History of the British Empire – The Nineteenth Century*, vol. III. Oxford/New York: Oxford University Press, 1999, pp. 198-221.
- PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil*. 1ª ed., 1933. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006.
- _____. *História econômica do Brasil*. 1ª ed., 1945. São Paulo: Ed. Brasiliense Ltda., 1949.
- PRADO, Maria Emilia, “Ordem liberal, escravidão e patriarcalismo: ambigüidades do Império do Brasil”. In: PRADO, Maria E. e GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan/UERJ, 2001.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês em 1835*. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil, 1800-1850*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Cecult, 2000.
- RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- _____. *Independência: revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro/São Paulo: Fco. Alves/Editora da Universidade de São Paulo, 1975, v. 4.
- _____. “Nota preliminar”. In: MATTOS, Brigadeiro R.J. da Cunha. *Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1963.
- SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. “Escravidão e política no Império”. *História, ciências, saúde-Manguinhos*, vol. 15, n. 1 (jan-mar, 2008), pp. 231-235.
- SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SCHMIDT-NOWARA, Christopher. *Empire and Antislavery: Spain, Cuba, and Puerto Rico, 1833-1874*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1999.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. 1ª ed., 1985. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- SECKINGER, Ron. *The Brazilian Monarchy and the South American Republics, 1822-1831: Diplomacy and State Building*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1984.
- SILVA, Alberto da Costa e. *Francisco Félix de Souza: mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Eduerj, 2004.

- SILVA, Lúcia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.
- SILVA, Luiz Geraldo. “Esperança de liberdade: interpretações populares da abolição ilustrada”. *Revista de História*, 144 (2001), pp. 107-149.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira, da reforma da universidade à Independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.
- SKINNER, Quentin; TULLY, James (eds). *Meaning and Context. Quentin Skinner and his Critics*. Cambridge; Polity Press, 1988.
- SLEMIAN, Andréa. “*Seriam todos cidadãos?: O impasse na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824)*”. In: JANCSÓ, István (org.). *A Independência do Brasil: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.
- SLENES, Robert, “A árvore de *Nsanda* Transplantada; cultos *kongo* de aflição e identidade escrava no sudeste brasileiro (século XIX)”. In: Douglas Cole Libby & Júnia Ferreira Furtado. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2007, pp. 273-314.
- _____, “The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economies, Slave Experience, and the Politics of a Peculiar Market”. In: Walter Johnson (ed.). *The Chattel Principle: Internal Slave Trades in the Americas*. London: Yale University Press, 2004, pp. 325-270.
- _____. “‘Malungo, Ngoma vem’: África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP*, 12, 1991/1992, pp. 48-67. Tb. reproduzido em Nelson Aguilar (org.). *Mostra do Descobrimento: negro de corpo e alma; black in body and soul*. São Paulo: Associação Brasil 500 anos de Artes Visuais, 2000, pp. 212-220.
- STEIN, Stanley J. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- TAUNAY, Affonso de E. *Pequena história do café no Brasil (1727-1937)*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.
- _____. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Depto. Nacional do Café, 1939, v. 2 e 5, t. III; v. 4, t. II.
- TARDIEU, Jean-Pierre. “*Dominar o morir*”: *en torno al reglamento de esclavos de Cuba (1841-1866)*. Vervurt: Frankfurt; Madrid: Iberoamericana, 2003
- TEMPERLEY, Howard. *British Antislavery, 1833-1870*. London: Longman, 1972.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- TOMICH, Dale W. *Through the Prism of Slavery: Labor, Capital, and World Economy*. Boulder, Co: Rowman & Littlefield, 2004.
- _____, “A riqueza do Império: Francisco Arango y Parreño, economia política e a segunda escravidão em Cuba”. In: *Revista de História*, 149, (2º semestre 2003), pp. 11-43.

- TROUILLOT, Michel-Rolph, “An Unthinkable History: The Haitian Revolution as a Non-event”. In: *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995.
- TURNER, Mary. *Slaves and Missionaries: The Desintegration of Jamaican Slave Society, 1787-1834*. Barbados: The University of West Indies Press, 1998.
- VIANNA, Hélio. *D. Pedro I e D. Pedro II: acréscimos às suas biografias*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966.
- WADDELL, D. A. G. “A política internacional e a independência da América Latina”. In: BETHELL, L. *História da América Latina: da independência até 1870, vol. III*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001.
- WALTERS, Ronald. *The Antislavery Appeal: American Abolitionism after 1830*. New York: Norton, 1978.
- WEINSTEIN, Barbara, “Slavery, Citizenship, and National Identity in Brazil and the U. S. South”. In: Don H. Doyle and Marco Antonio Pamplona (ed.). *Nationalism in the New World*. London: The University of Georgia Press, 2006, pp. 248-271.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. 1ªed., 1944. Rio de Janeiro: Americana, 1975.
- WRIGHT, Antonia F. P. de Almeida. *Desafio americano à preponderância britânica no Brasil, 1808-1850*. 1ª ed., 1972. São Paulo: Cia. Editora Nacional/Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978.

IV. TEXTOS ACADÊMICOS NÃO PUBLICADOS

- ALENCASTRO, L. F. de. *Le commerce des vivants: traite d’esclaves et “pax lusitana” dans l’Atlantique sud*. Tese de doutorado. Paris: Universidade de Paris X, 1985-6.
- ANDRADE, André Luiz Alípio de. *Variações sobre um tema: a sociedade auxiliadora da Indústria Nacional e o debate sobre o fim do tráfico de escravos (1845-1850)*. Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp, 2002.
- CHUST, Manuel. “El liberalismo doceañista, 1810-1837” (texto apresentado em encontro do projeto temático “Estado e nação brasileiros” ocorrido em setembro de 2005).
- COSTA, Wilma Peres, “Estratégias ladinas: o imposto da meia-sisa sobre o comércio de escravos no Brasil.” In: *V Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica*. Caxambu, 2003.
- CLOCLET, Ana Rosa. *Identidades em construção. O processo de politização das identidades coletivas em Minas Gerais: 1792-1831*. Relatório de pós-doutoramento. Depto. de História da USP, 2005.
- DANTAS, Mônica. “Para além de ‘centros’ e ‘periferias’: autoridades locais, poder judiciário e arranjos políticos no Império do Brasil (o caso de uma comarca da província da Bahia)”, texto apresentado no seminário *Brasil: de um império a outro (1750-1850)*. Universidade de São Paulo, FFLCH-USP, set. de 2005.

- DINIZ, Adalton Franciozo. *Centralização política e apropriação de riqueza: análise das finanças do Império brasileiro (1821-1889)*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2002.
- ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão e o processo de consolidação do Estado brasileiro (1842-1856)*. FAPESP. São Paulo: DH/FFLCH/USP, 2009.
- FERNANDES, Noêmia L. B. & MESQUITA, Cláudia Baima (e equipe: Daniel Soares Brás, Ícaro Cardoso Cerqueira e Adriano Novaes). “Fazenda do Pocinho”. In: *Inventário das fazendas do Vale do Paraíba fluminense*, disponível no endereço www.institutocidadeviva.org.br/inventários/sistema/wp-content/uploads/2008/06/13_pocinho.pdf.
- FERREIRA, Roquinaldo Amaral. *Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860*. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.
- MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. *To be a liberated African in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century*. Tese de Doutorado. Waterloo, Ontario, Canada, 2002.
- MORENO, Breno Aparecido Servidone. *Café e escravidão no Caminho Novo da Piedade: a estrutura da posse de escravos em Bananal, 1830-1888*. Relatório de Iniciação Científica. Depto. De História, FFLCH, USP. São Paulo, 2008.
- MORENO, Patrícia Ferreira & RESENDE, Edna Maria, “Ecos do liberalismo: um estudo das idéias liberais através da imprensa (1837-1842)”, apresentado no Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes da IFES de MG, 2001, Ouro Preto, disponível em www.ichs.ufop.br/conifes/anais/mpc/mpc0702.htm.
- PINHEIRO, Fábio W. A., “Os condutores de almas africanas: concentração e famílias no tráfico de escravos para Minas Gerais, c. 1809-1830”, apresentado no VIII Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina, Cedeplar (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional), UFMG, 2008, disponível em http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/diamantina_2008_2.php.
- SLEMIAN, Andrea. *Sob o império da lei: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. Tese de Doutorado. São Paulo, Depto. de História, FFLCH, USP, 2006.
- SANTOS, Guilherme de Paula Costa. *A Convenção de 1817: debate político e diplomático sobre o tráfico de escravos durante o governo de D. João no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, depto. de História. São Paulo, 2007.
- VILLELA, André. *The Political Economy of Money and Banking in Imperial Brazil*. Tese de Doutorado. London School of Economics and Political Science. London, 1999.
- YOUSSEF, Alain El. *O problema da escravidão em periódicos brasileiros da década de 1830: Jornal do Comércio, Diário da Bahia, O Justiciero, O Sete d’ Abril e O Catão*. FAPESP. Relatório de Iniciação Científica. São Paulo: DH/FFLCH/USP, 2006.